

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

ANDRÉIA BAIA PRESTES

Ao Abrigo da Família

Emoções, cotidiano e relações em Instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar.

Curitiba, junho de 2010.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANDRÉIA BAIA PRESTES

Ao Abrigo da Família

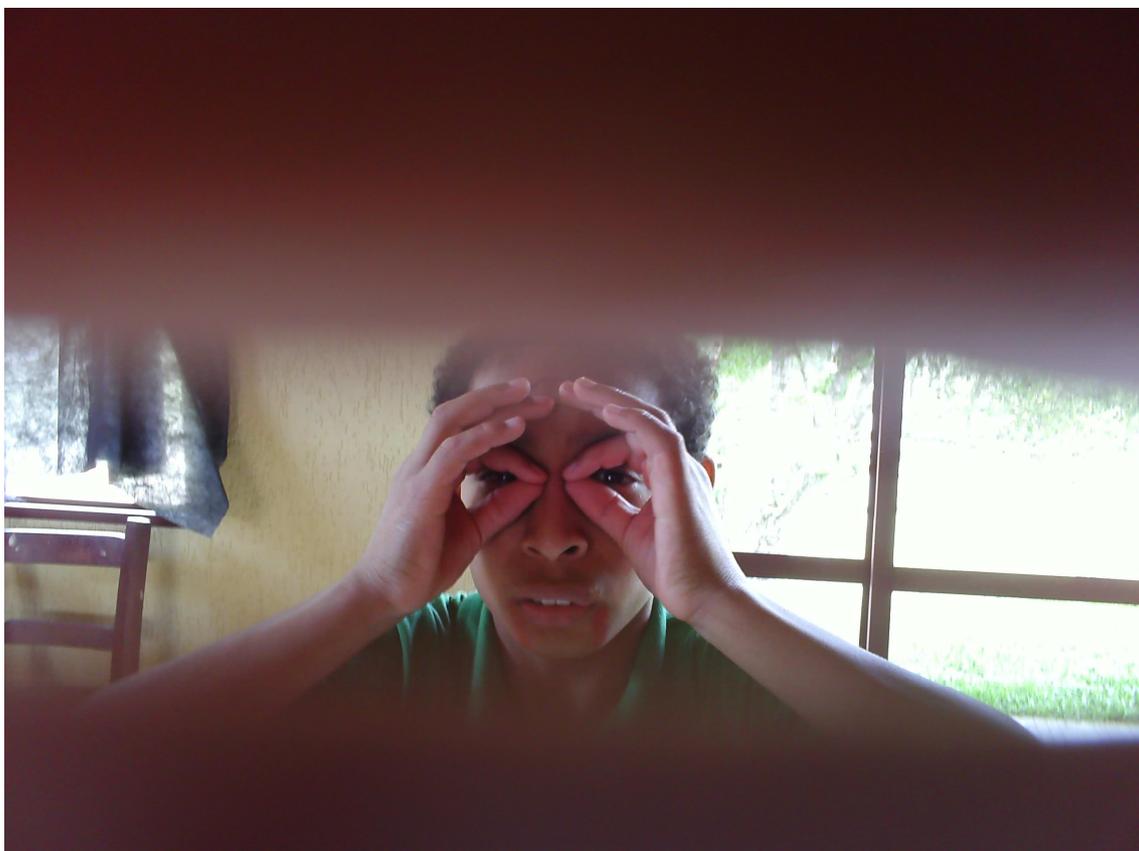
Emoções, cotidiano e relações em Instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar.

Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Miguel A. Carid Naveira

Curitiba, junho de 2010.

Olhe a situação que eles me fizeram encarar



*Não consigo viver uma vida normal,
fui criado pelo Estado*

Fotografia produzida por Ricardo, 12 anos, morador da Fundação, retratando o seu irmão Lucas, 10 anos. A legenda da fotografia é um trecho da música “Gangst’a Paradise” do rapper norte-americano Coolio, cuja tradução me foi pedida por Pedro, 15 anos, outro morador desta Instituição. A associação entre a letra e a música foi sugerida pelos próprios garotos.

*“...Porque deveria sair dali (?), já que a sua existência,
boa ou má que tenha sido, ele a passou ali dentro [...]”*
Massimo Vagui.

Agradecimentos

Escrever é um exercício solitário. Apesar disso, quando finalmente coloca-se o ponto final no trabalho, é impossível não recordar de todos os que corroboraram para que ele chegasse a seu término.

Em primeiro lugar, agradeço àqueles que foram meus interlocutores: As crianças e adolescentes abrigadas me revelaram seu mundo, seus anseios, medos; fizeram de mim uma amiga, uma confidente e acrescentaram vida a este trabalho. Os adultos pacientemente conversaram comigo – uma pesquisadora ainda neófito e inexperiente - sobre seu passado, contaram suas experiências e acrescentaram a este estudo a dimensão da memória. Dentre os egressos, destaco a generosidade de José Ribeiro Rocha, cuja confiança em mim fez com que me confiasse seus livros ainda não publicados, concedendo assim livre acesso às suas memórias. Agradeço também aos Administradores e corpo de funcionários das Instituições que me abriram as portas, dando ensejo para que esta pesquisa fosse realizada.

Depois destes, é claro, tenho muito a agradecer à minha família. Meu filho Moreno, por sua paciência em aceitar que, nem sempre, mamãe poderia parar de escrever para brincar. Estevão, companheiro de minha vida e de todos os meus projetos, por seu incentivo constante. A meus pais e meu querido irmão Roberto, pelo carinho e apoio incondicional.

Agradeço também muitíssimo a meu orientador Miguel Carid Naveira, pela forma como abraçou a orientação de um tema com qual não estava necessariamente familiarizado, mas no qual acreditou tanto quanto eu, investindo muito de seu tempo e dedicação para que hoje este trabalho conseguisse alcançar a dimensão que agora possui.

Por fim, mas não por último, agradeço ao amigo (melhor, mais chegado, único... e tantas outras designações são palavras impróprias para adjetivar essa relação!) e colega de mestrado Paulo Roberto Nunes Ferreira, companheiro de madrugadas insones de leitura, escrita e revisão. Agradeço imensamente por sua presença ‘on-line’ constante, para comigo pensar, discutir e opinar sobre o texto, em muito contribuindo para a construção deste trabalho. Agradeço e agradeço! Pelo carinho, apoio e incentivo, sem o qual a escrita talvez houvesse sido mais penosa e desgastante.

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha filha adotiva.

Muito amada, planejada e desejada;

talvez já nascida...

E por quem eu ainda espero!

Apresentação

Segundo definição dada pelo dicionário Aurélio, Abrigo significa “lugar de proteção e refúgio; Fig. Refúgio, conforto, segurança e proteção; casa de caridade onde se recolhem os desamparados: desabrigados, crianças, idosos, etc.; ambiente protegido natural ou artificialmente contra os efeitos de um bombardeio: abrigo anti-atômico”. (Sinônimos: asilo, refúgio, retiro.). Por sua vez, o termo família vem do latim *famulus*, que significa “escravo doméstico”. Numa definição mais ampla, significa o conjunto das propriedades de alguém, incluindo escravos e parentes.

A escolha do título desta dissertação procura exatamente conjugar a contradição presente nesta etnografia: estar “ao abrigo da família” significa encontrar-se protegido *junto* à família, ou estar protegido *da* família? Qual vem a ser, de fato, a situação que se configure como ‘o melhor interesse da criança’?

De acordo com a norma legal, crianças e adolescentes são afastadas do convívio familiar em função de situações que as colocam em risco, sendo colocadas, ‘em caráter provisório’, em Instituições onde devem residir até que seja possível sua reintegração ou colocação em um novo grupo de parentesco. No entanto, é necessário que se considere que este lapso temporal não é necessariamente curto, menos ainda será uma experiência vazia. Por isso, deve-se visualizar o tempo do abrigamento como concreto, produtor de significados e constituinte de sujeitos,

Assim, importa indagar como se constitui a experiência do abrigamento. Que cotidiano, que emoções, que relações se estabelecem entre os indivíduos que vivenciam a experiência do abrigamento? É o que se procura desvelar ao longo das páginas dessa etnografia. Para tanto, serão tomados várias perspectivas: a da posse, a do parentesco, a da autoridade, a da partida, a do retorno; todas essas, amarradas pelo feixe da *memória*, que se coloca como um espaço privilegiado de composição e reprodução da realidade vivida na Instituição.

Como se verá com maior ênfase no capítulo V, a memória pregressa é parte do pouco que o indivíduo leva consigo quando adentra na Instituição. Por vezes, ela é causa de tensão entre um passado concreto demais que se interpõe à nova realidade, mas o tempo vivido no abrigamento constrói novos afetos e memórias, que produzem uma

outra noção de pessoa, sobre cujas particularidades pretendemos tratar ao longo deste estudo.

O primeiro capítulo, denominado “Crianças e instituições: Estudo, imagens e imaginários”, envolve alguns pontos teóricos de longo alcance, a respeito dos quais me pareceu necessário tratar antes de adentrar nas particularidades do campo propriamente ditas. Nele, abordaremos algumas concepções criadas acerca do que seja crescer em instituições de abrigo, e do tipo de sujeito que se constitui a partir desta vivência. Fechando o capítulo, traço uma breve revisão de produções bibliográficas que tratam desde campo de pesquisa.

No capítulo II, apresento as duas Instituições pesquisadas, procurando apresentá-las materialmente ao leitor, e tratar das especificidades de cada uma delas, e encerro com algumas notas comparativas sobre as duas estruturas e suas práticas.

O capítulo III trata da questão da posse no ambiente institucional, procurando destacar o modo como a necessidade de possuir e colecionar bens de pequena monta é um dado de extrema importância para os abrigados, uma vez que, através de suas posses, eles se individualizam perante o conjunto uniformizante ao seu redor. O coletivo é apresentado aqui também sobre as nuances de uma autoridade que não é unívoca, mas partilhada e hierarquizada. Encerra o capítulo uma breve etnografia de algumas comemorações, onde se podem se identificar mais claramente os momentos de tensão no padrão hierárquico cotidiano.

No capítulo IV, procura-se tratar do complexo contexto das relações parentais e emotivas que se desenrolam no interior da Instituição. Nesse ambiente, novos laços e afetos se estabelecerão, os quais só podem ser interpretados abandonando-se as comparações pobres que tendam a entender o seu conteúdo como um ‘arremedo’ ou ‘placebo’ à falta da família.

Fecha a dissertação um capítulo que trata das diferentes formas de ‘partir’: adoções, maioridade civil e fugas; e das possibilidades de retorno. Tratando das partidas, pretendo discorrer acerca dos casos de adoção que testemunhei, e da forma como as duas instituições ‘preparam’ os indivíduos para a saída em função da chegada à ‘idade limite de permanência’. Entre esses processos ideais de partir, as fugas se interpõem como uma tensão das formas tidas como “regulares”, de difícil análise e compreensão.

Quanto à possibilidade de retorno, reporto-me à construção autobiográfica de egressos e trato também dos casos que pude acompanhar de ex-internos que retornam à Instituição para prestar serviços ou resgatar memórias, o que reitera a percepção de que o *grupo de referência* destes indivíduos é aquele construído dentro da realidade de abrigo, e não necessariamente o parentesco biológico.

ÍNDICE CAPITULAR

Apresentação	7
INTRODUÇÃO - Tendo por campo as instituições de abrigo.....	12
CAPÍTULO I – CRIANÇAS E INSTITUIÇÕES: Estudos, imagens e imaginários.....	21
1. Do órfão desamparado ao herói destemido – as imagens literárias.....	25
2. O Orfanato infernal e as crianças assassinas: a imagem cinematográfica.....	34
3. “Uma realidade que não deveria existir” – o olhar acadêmico acerca da Instituição e de seus moradores.....	44
CAPÍTULO II – CRIADOS PELO ESTADO	50
I. A Fundação	54
II. A casa-lar	64
III. Fundação e casa-lar: aproximações comparativas.....	70
CAPÍTULO III - “A GENTE NÃO MANDA EM NADA”... / “NADA AQUI É DE VOCÊS!”: os bens coletivos e privados na Instituição.	81
1. A autoridade compartilhada	82
II – “Nada aqui é de vocês!” / “Tia, me dá esse também?” – a questão da posse para os internos.....	91
III – Festas com as crianças/Festas para as crianças.	96
1. O Bazar dos Cravos e a premiação dos melhores.....	97
2. Apresentação de flautas: a festa ‘com’	99
3. Gostosuras ou travessuras: a festa ‘para’	101
4. Aniversários na Casa-lar: comedimento e religião.....	103
CAPÍTULO IV – PARENTESCO E AFETIVIDADE.	106
I. O parentesco biológico e o tabu para a abordagem do tema.....	108
II. Mães e mães-sociais: o idioma do parentesco na Instituição.....	112
III. Germanidade: o laço que se procura preservar.....	117
IV. Mães e mães-sociais: o entremeio de profissão e afeto.....	120
V – Como uma família: os novos e os velhos laços.....	128
VI. A percepção do parentesco exterior por parte dos abrigados.....	135
VII – A Instituição como unidade de referência.....	137
CAPÍTULO V – Lá fora e de volta outra vez: Tempo, formas de partida, e situações de retorno à Instituição.	139
1. AS PARTIDAS.....	141
1.1 Adoções: o destino ideal.....	139
A adoção de Luis - “Quem quer ser adotado? EU não quero!”	140
Adoção de Willian - “Ele foi, né? E a gente fica feliz por ele.”	144

A ‘não-adoção’ de Talita, e o silêncio.....	147
1.2. A fronteira da idade.....	153
Lucas, o trânsito na permanência.....	154
Rodolfo: a falta de trânsito, o ‘sucesso’ e a quebra do paradigma do <i>dever cumprido</i>	156
1.3. Fugas, como interpretá-las?.....	161
2. OS RETORNOS.....	167
Resgates de memória.....	170
Reencontro com os Amigos.....	176
As muitas formas de agradecimento.....	179
O retorno na memória literária.....	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	189

INTRODUÇÃO - Tendo por campo as instituições de abrigamento

No ano de 2007, meu filho atingiu a idade de 03 anos. Era este o prazo que havíamos estipulado para dar entrada com um processo de adoção para “dar a ele uma irmã”. Envolvida que estava com os trâmites necessários para a habilitação como adotante, foi natural pensar em abordar esta temática na propositura do projeto de Mestrado em Antropologia.

A delimitação do tema, no entanto, se deu após ter assistido ao programa Globo Repórter dedicado à temática do parentesco adotivo, levado ao ar no mês de julho de 2007. O quarto bloco de reportagem trouxe à tona a questão dos indivíduos que não são adotados e crescem na instituição, e das dificuldades passadas por estes na sua saída compulsória aos dezoito anos de idade. Os garotos entrevistados comentavam sobre o fato de sofrerem preconceitos quando, por exemplo, iam procurar emprego, em função de uma concepção de que a passagem por uma instituição de abrigamento estaria necessariamente ligada à delinquência.

“Assim, eles perguntam sobre família, a gente diz que não tem não, que cresceu na FEBEM... eles escutam e entendem logo que é infrator¹. Até namorada eu já perdi por conta disso. E emprego, então?!” Wilson dos Santos², 27 anos, protagonista da reportagem, assim resumia a sua dificuldade de inserir-se em um contexto social que pressupõe a família como ponto de origem ‘normal’ do indivíduo, em um raciocínio que estabelece uma conexão entre natural (origem biológica) e a normalidade.

Note-se que o depoimento de Wilson, assim como dos demais entrevistados da ocasião, retratava a condição majoritária entre os indivíduos que vivenciam a situação do abrigamento: segundo dados oficiais, existem hoje no Brasil cerca de 80 mil crianças e adolescentes abrigados, dentre os quais estima-se que menos de 10% será colocada

¹ A prática adotada a partir da década de 1960 para tratar da chamada ‘infância desassistida’ foi a uniformização no tratamento de crianças e adolescentes órfãos ou afastados da família biológica e aqueles que houvessem incorrido em delitos penais. Para maiores detalhes sobre a evolução histórica das políticas de assistência à infância no Brasil, consultar: PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene (org). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Amais, 1995.

² Se posso apontar uma ‘fonte inspiradora’ desta pesquisa, certamente essa pessoa é Wilson dos Santos, posto que foi a partir da reportagem que narrava sua história de vida que se delineou o projeto de Mestrado apresentado ao Departamento de Antropologia da UFPR em agosto de 2007. Em agosto de 2008, consegui entrevista-lo, e algumas de suas declarações constam neste trabalho.

para adoção. Portanto, a despeito de uma legislação que prevê a medida de afastamento da família como provisória, o real se contrapõe com a permanência. (VARGAS, 2008).

Note-se que as falas articuladas pelos entrevistados tratavam não propriamente dos efeitos do abrigamento em sua constituição como indivíduos, mas da percepção que genericamente se tem acerca dos egressos de abrigos: pessoas com vidas e histórias partidas, marcados em definitivo pela vivência institucionalizada.

Neste contexto, o conceito de Estigma (GOFFMAN, 1988), se colocava como um possível campo de análise, em que pese esta visão de que os egressos de instituições são eminentemente desajustados e emocionalmente deficientes em função da própria experiência de institucionalização prolongada.

Essa percepção está presente também nos discursos dos egressos de instituições, que sempre apontam o fato de ter crescido em um abrigo como desabonador, e, às vezes, algo a ser escondido. Do mesmo modo, são muito recorrentes as falas que articulam que o ex-interno que tenha ‘sucesso’ (bom emprego, família estruturada, etc.), o conquista mediante esforço pessoal, ou ajuda de um terceiro, enquanto que a maioria que ‘não dá certo na vida’ estaria apenas seguindo um destino comum a todos que vivenciam a experiência da institucionalização.

"Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social." (GOFFMAN, 1988, p.15). Na situação estudada, é a vivência de uma situação desnaturalizada que é a condição estigmatizante: O fato de viver em um contexto tido como ‘anormal’ transforma os abrigados em indivíduos incompletos e diferentes.

Por esta razão, o projeto de pesquisa apresentado tinha por título: “O Estigma do Abrigo: o ‘menor³’ em situação de orfandade, e a sua dificuldade de inserção numa sociedade baseada no conceito de família”. Iniciada a pesquisa, porém, ficou evidente

³ Reconheço o termo ‘menor’ não é o mais adequado, tendo em vista a alteração da designação legal a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. E, embora na nomenclatura processual penal seja esse ainda a designação utilizada para os indivíduos com idade inferior a 18 anos, ao utilizar a palavra ‘menor’ pretendia sinalizar a questão de que, embora o ECA tenha produzido uma nova terminologia, a condição de inferioridade do egresso de Instituições persiste em certa medida.

que tratar a vivência institucional por um caractere tão *marcado* como da estigmatização de seus egressos poderia fraturar um conteúdo muito mais abrangente e rico, e ressaltar ainda mais uma concepção prévia acerca dos sujeitos. Mais importante do que referendar a existência ou não de efeitos nos indivíduos decorrentes da permanência prolongada em Instituições, importava trazer para luz um ambiente para o qual temos voltado nossos olhares muito menos do que ele merece.

Conforme reporta HOWELL (2009), existe uma significativa quantidade de “monografias recentes oriundas de todo o mundo contendo numerosas referências descritivas à prática da adoção” (p. 151), mas é difícil deixar de notar que a perspectiva da ‘não-adoção’ tem até o presente momento passado ao largo das preocupações de cunho antropológico. Percebe-se que há um inegável silêncio em torno de “uma realidade que não deveria existir” (FONSECA, 2009): a significativa parcela de indivíduos que passará boa parte de sua infância e juventude dentro de uma Instituição para a qual foram enviados por uma medida legalmente definida como ‘provisória’. Deste contexto pouco visitado, e focando no grupo formado por aqueles que não retornar à família de origem, não são colocados para adoção, ou não são ‘escolhidos’ pelos adotantes, que procurei extrair minha etnografia.

O que pensam? Como vivem? De que maneiras se relacionam? Como vêm o mundo para além dos seus limites, e como são vistos? De que forma a experiência do abrigo se situa em relação às suas memórias e relações anteriores? Como as novas e as velhas memórias se ligam na sua construção como sujeitos? Essas foram apenas algumas das muitas perguntas que foram se apresentando na medida em que o campo se impunha às teorias prévias articuladas ainda na fase do projeto.

Durante os cerca de dezoito meses que envolvem o meu trabalho de campo, tive contato com três tipos distintos de experiências de abrigo, em dois períodos temporais distintos: A primeira, com indivíduos adultos, egressos de instituições organizadas sob o antigo modelo da Fundação de Bem-Estar do Menor (FEBEM), hoje Fundação Casa. As outras duas partes da pesquisa foram realizadas em Instituições em funcionamento na atualidade, criadas após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com o intuito de preservar a identidade das crianças e adolescentes abrigados junto dos quais a pesquisa se deu, tratarei esses dois espaços apenas como “Casa-Lar” e

“Fundação”, designações que fazem parte de seus nomes, mas não permitem a identificação dos ambientes institucionais envolvidos. Ainda com esse objetivo, os nomes de todos os internos e funcionários dos Abrigos foram substituídos. Apenas no caso dos adultos entrevistados não há alteração, em face da autorização dos mesmos, para utilização de seus nomes reais.

A Casa-lar é uma pequena instituição inaugurada em janeiro de 2009, com capacidade para 15 indivíduos, e que até o momento abrigou 10 crianças, com idades variando entre 01 e 12 anos.

A Fundação, organizada no modelo ‘aldeia⁴’, conta com cinco casas e capacidade para 50 indivíduos. Seus moradores são crianças e adolescentes com idades variando entre 03 e 17 anos. Esta Instituição também desenvolve atualmente um projeto para a criação de um Albergue, onde residirão alguns internos com mais de dezoito anos por um período de cerca de cinco anos, ou até que tenham condições de manterem-se sozinhos. De cada um destes cenários, procurei extrair esta etnografia.

Para realizar tal pesquisa foi utilizada, principalmente, a observação participante, exceto no caso dos egressos adultos, com os quais realizei entrevistas dirigidas. Esclareço, por oportuno, que neste trabalho não farei distinção entre citações literais extraídas de entrevistas, e transliterações do Diário de Campo de falas ouvidas nas Instituições, quando, dadas as circunstâncias excepcionais da minha pesquisa, não puderam ser gravadas naquele momento, sendo necessário fazer apenas anotações pontuais que horas depois seriam transformadas em texto. De qualquer forma, há um esforço de ser fiel na transmissão destas falas exatamente como foram ouvidas.

Cabe aqui uma observação: é possível que esta forma de pesquisa, sem a utilização de instrumentos de captura de voz instantânea, possa vir a ser questionada como uma forma imprópria de realização de um estudo antropológico. Sobre isso, importa dizer que este trabalho foi realizado com base no compromisso de trazer à luz um contexto muito pouco privilegiado pelo campo das Ciências Sociais, e, nesse sentido, a escolha que foi feita está para além de uma suposta “impropriedade instrumental”, posto que, aqui, maior importância havia em dar voz às crianças e adolescentes do que silenciar-los à espera de um recurso ou momento válido.

⁴ Define-se por aldeia o modelo de instituição que agrega várias casas-lar em um mesmo terreno.

Os adultos egressos de instituições foram entrevistados individualmente, com perguntas dirigidas especificamente para apreender suas trajetórias como abrigados, bem como as tensões referentes ao momento de sua desinstitucionalização. Um deles, o jornalista e escritor José Ribeiro Rocha, além de conceder a entrevista, também gentilmente cedeu o original de um livro ainda não publicado, no qual narra parte⁵ de sua vida em uma unidade da FEBEM mantida por uma organização religiosa. No que se refere ao conjunto de trajetórias de egressos de instituições, valho-me também das biografias desses indivíduos como recurso etnográfico, bem como de relatos e comentários de ex-abrigados em fóruns de internet ligados ao assunto, onde retratam suas memórias acerca de sua vivência institucional.

A forma como me inseri nas Instituições foi o voluntariado. Este trabalho voluntário consistia em visitas periódicas para a realização de atividades com os abrigados - na Fundação, dei aulas de reforço de inglês nas sextas-feiras à tarde no período entre agosto de 2008 e novembro de 2009, e na Casa-Lar, desde fevereiro de 2009, às segundas e quintas pela manhã, sou professora de reforço geral, além de realizar algumas atividades recreativas esporádicas. Esse contato continuado com os internos estabeleceu as bases de uma relação mais sólida, e aos poucos tomei parte no seu cotidiano, fui convidada a participar de comemorações especiais, bem como recebi as crianças da Casa-lar em minha residência em algumas ocasiões.

Assim, no meu campo eu genericamente ocupei a categoria de 'professora'. Dadas as particularidades da pesquisa dentro de uma Instituição de abrigamento, ocupar esta posição pareceu-me mais confortável do que ser apenas 'pesquisadora'. PIRES (2007) aponta que *professora* pode não ser uma categoria de bom rendimento, considerando que se trata de uma posição hierárquica adicional à distância geracional entre pesquisador e pesquisados. Mas, quando comecei este campo, pareceu-me mais adequado aderir a uma categoria já conhecida pelos abrigados do que me apresentar como uma pesquisadora, sobretudo porque nenhuma das duas instituições havia sido alvo de investigações de cunho antropológico anteriormente.

Além disso, segundo foi comentado numa de minhas primeiras visitas na Fundação, se eu estivesse lá de maneira mal explicada, a tendência seria de que as

⁵ A primeira parte desta história, que cobre desde o seu nascimento até os 10 anos de idade, está contada no livro *Brincar de Ser Feliz*, finalista do Prêmio Jabuti de 2008 na categoria 'melhor livro-reportagem'.

crianças me vissem como uma adotante em potencial, e este tipo de interação⁶ não me parecia a mais interessante. *“Qualquer pessoa que chega aqui, e eles não sabem quem é, eles pensam logo que é adotante. Eu mesma, quando comecei a trabalhar aqui, e olha que fui apresentada e tudo, mesmo assim, teve um que um dia veio me abraçar, perguntando se eu que ia ser a mãe dele”* (Fabiana, psicóloga da Instituição).

A Fundação foi a primeira instituição na qual pesquisei, e, como comentam GRAUE e WALSH (2003), fazer o campo em seu interior foi simples; difícil foi *entrar*, foi ser aceita para esta pesquisa. Para que isto fosse possível ali, foi necessária uma exaustiva negociação, a qual durou cerca de um mês, até que, finalmente, obtive permissão para começar. Está claro que esta resistência, perceptíveis nas escusas e na demora para o aceite, seria esperada em se tratando do ambiente no qual pretendia estudar⁷. Genericamente, “as escolas são mais acessíveis do que os internatos, os asilos para os sem-abrigo ou os grupos de apoio para mães solteiras adolescentes. O desejo dos responsáveis de proteger a privacidade dos que têm ao seu cuidado é compreensível e louvável, mas existem grupos de crianças acerca dos quais não se conhece, necessitando por isso de aprofundar esse conhecimento”. (GRAUE e WALSH, *ibidem*, p. 121,122).

Por outro lado, ressalte-se outra vez que o mundo das crianças e jovens abrigados é bem pouco contemplado pela pesquisa antropológica, e comumente é pelo silêncio em torno de determinado assunto que se criam as suposições e os misticismos e, por essa razão, penso que seria salutar que Instituições de Abrigamento fossem mais receptivas aos pesquisadores.

Contando com um extenso programa de atividades, tais como aulas de música e dança, aulas de futebol, musicoterapia, atendimento psicológico semanal individual, além de um projeto de reforço escolar realizado três vezes por semana, minhas aulas de inglês foram encaixadas neste projeto de reforço, sendo realizadas sempre às sextas-

⁶ Diante de um ‘pai potencial’, é costumeiro que as crianças procurem agir como ‘adoráveis candidatos a filhos’, o que não era propriamente o tipo de interação que eu procurava numa pesquisa que visava apreender seu cotidiano.

⁷ Esta preocupação justificável em preservar as crianças, logo se somou ao desconhecimento acerca do tipo de pesquisa ‘feita por um antropólogo’. Fui inquirida acerca do tipo de perguntas que faria, e informada de que todo o formulário de entrevistas deveria passar pelo crivo da psicóloga, que definiria o que poderia ser ou não perguntado às crianças. Houve também certo incômodo acerca do que foi entendido como uma ‘falta de metodologia formal’, quando expliquei que o uso de entrevistas seria apenas um recurso eventual, e não o método principal de trabalho.

feiras. Dei aula para três turmas, divididas segundo os mesmos critérios da divisão por série escolar já existente. Assim, havia uma turma de 10 crianças matriculadas nas duas primeiras séries do ensino fundamental, com idades entre 07 e 12 anos; uma turma dos alunos da terceira e quarta séries, com alunos entre 09 e 11 anos, e uma terceira turma de adolescentes, matriculados no ginásio e segundo grau, e com idades variando entre 12 e 16 anos.

O lento processo burocrático não foi correspondente, contudo, com o rápido acolhimento que tive por parte dos internos. Logo eles viram que, apesar de ser *outra professora*, eu não era exatamente como as demais: Mesmo estando dedicada a dar boas aulas de inglês, eu não cobrava deles lições de casa, nem exigia deles o mesmo nível de disciplina que as demais professoras. Com isso, logo eu já era convidada pelas crianças a tomar café nas casas no intervalo das aulas, bem como a participar de algumas das festas realizadas na Instituição. Isso, no entanto, revelou-se algo problemático, pois meu trato com eles foi bastante associado com “falta de domínio da classe”.

Percebi que esta atitude causava certo desconforto na medida em que a pesquisa avançava, e, talvez, essa tenha sido a causa para que aos poucos o espaço da pesquisa fosse aos poucos sendo reduzido. No segundo semestre da pesquisa, fui comunicada que as aulas ficariam restritas apenas à turma dos adolescentes. Mais tarde, esta turma foi também reduzida, quando alguns de meus alunos foram recambiados para atividades de musicoterapia, até ser praticamente extinta, quando boa parte da turma se inscreveu na “Fanfarra” da escola, que precisa ensaiar para o desfile de Sete de Setembro. Fora isso, não foram poucas as vezes em que a aula foi cancelada em função de um outro compromisso, sem que eu fosse avisada antes, até que, pouco antes do início das férias de julho, interrompi as visitas semanais, por sentir que já não havia mais espaço para a continuidade do estudo nos termos em que foram inicialmente acordados. De qualquer maneira, ficou em aberto a possibilidade de renegociar essa entrada ali em uma condição mais favorável.

O outro ambiente estudado, a Casa-lar, é administrada por um hospital. A instituição foi inaugurada em janeiro de 2009, e meu ingresso nela se deu a convite de uma amiga, funcionária deste hospital, que, conhecendo meu projeto de pesquisa e o trabalho voluntário realizado na Fundação, ofereceu-me a possibilidade de ampliar o campo em outro local.

Acompanhei todo o processo de criação desta Instituição, desde as reuniões realizadas pelo grupo de voluntariado do hospital até a sua inauguração e o recebimento das primeiras crianças. Posteriormente à abertura, ajustei com a Administração do Hospital meu ingresso naquele ambiente, também na qualidade de voluntária. Creio que, neste caso, a facilidade na negociação do espaço para a pesquisa é explicada tanto pela tradição da organização mantenedora em receber voluntários e pesquisadores, como pelo conhecimento e indicação prévia de uma amiga, que corroborou com informações positivas ao meu respeito.

Na casa-lar, minhas visitas aconteciam duas vezes por semana, sempre pela manhã, uma vez que as crianças estudam no turno vespertino. A chegada se dava em torno das 08 horas, horário em que geralmente os encontrava tomando café. A seguir, aqueles que tinham lições de casa por fazer iam buscar seus cadernos, enquanto os pequenos reuniam-se na sala contígua para assistir um vídeo ou brincar. Esporadicamente, os menores também tinham alguma tarefa para a escola, e requeriam a minha ajuda.

Ali também eu logo passei a ser convidada a tomar parte em festas, e fazer visitas às crianças nos finais de semana. Os moradores desta Casa-lar também estiveram em minha casa em algumas ocasiões especiais, o que propiciou um estreitamento das relações tanto com os abrigados quanto com os pais sociais.

Nas duas Instituições fui, desde o início, orientada a não informar no primeiro momento que estava realizando uma pesquisa *com eles*. E como efetivamente me interessava interagir com o menor nível de interferência possível, eu procurei fazer esta revelação gradualmente, e na medida de sua compreensão. Primeiramente, contei que estudava Antropologia, a seguir explicando-lhes “o que vinha a ser isso”. Mais tarde, disse-lhes que precisava fazer um trabalho para conclusão de meu curso, e que havia escolhido falar a respeito deles, informação que os deixou extremamente interessados em colaborar⁸.

⁸ Sua ajuda para a minha pesquisa se deu através de registros visuais (fotos e pequenas filmagens) que eles próprios faziam com minha câmera, me explicando depois quais haviam sido suas intenções em retratar a si mesmos, a outros, ou a determinados ambientes. Minha idéia era ampliar esses registros visuais e posteriormente elaborar um projeto específico com este material, no entanto, infelizmente, boa parte dele foi perdida em um furto a minha residência. Uma das ‘fotos dos meninos’ da Fundação foi escolhida para figurar na abertura do presente trabalho.

De qualquer maneira, procurei trabalhar as questões que me interessavam dentro dos conteúdos propostos nas aulas, ou em conversas nas quais eu ia, aos poucos, direcionando minhas perguntas para tratar daquilo que me parecesse mais relevante. Mas, em um sem número de vezes, posso dizer que os temas vieram até mim sem necessidade de uma abordagem específica: foi através da fala livre das crianças e adolescentes, de suas manifestações emotivas, de seus desabafos e silêncios que procurei conduzir minha etnografia, de acordo com o que me mostraram ser realmente importante *para eles* e não para mim.

E, sem dúvida, importa para eles que sejam ouvidos, e que esta oitiva vislumbre suas vidas desde o ponto onde estão: o Abrigo, lugar tido como provisório, mas que, para muitos, é de permanência. Assim vistos, a adoção se situa apenas como um destino almejado, mas incerto e distante para a maioria deles. E eis o porquê, desta etnografia tomar como base a perspectiva da ‘não-adoção’, já que é ela que rege majoritariamente rege a experiência do abrigo.

Nos dezoito meses deste trabalho campo, reuni uma quantidade relativamente grande de dados etnográficos, os quais trouxeram à luz contextos e conceitos inesperados, de tal sorte que, se existe, de fato, um imaginário que faz do abrigado um ‘estigmatizado’, percebi que há, para além disso, uma realidade rica e vívida que aos poucos se descortinou. O que se revelou, é muito mais amplo do que pude apresentar nesta etnografia.

Esta amplitude de dados gerou uma pesquisa que em muito extrapola a perspectiva inicial do projeto. Se, de início, imaginou-se um tema, logo se mostrou evidente que não seria possível eclipsar a vida encontrada ali através de um olhar tematizado. Era importante deixar-se levar por todos os caminhos ofertados para, só assim, intentar falar de um cotidiano tão complexo. Não obstante este esforço, é possível que este trabalho padeça de superficialidade em alguns dos assuntos abordados. Porém, mesmo as falhas e faltas que possam ser identificadas, desejo que se coloquem como um convite a que outros pesquisadores também se interessem por trilhar e desvelar as veredas deste campo.

CAPÍTULO I – CRIANÇAS E INSTITUIÇÕES: Estudos, imagens e imaginários.

- Adoção? Assim, adoção de gente é, minha filha? – eu estava fazendo compras na feira de artesanato, em Recife, no intervalo do ENAPA – Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à adoção, e esta pergunta me foi feita pela dona da barraquinha de brinquedos na qual eu havia parado, tão logo ela leu o nome do encontro em minha sacola.

- Sim, adoção de gente... – respondi.

- Aff, Maria! Mexe com isso não!

- A senhora é contra adoção, é? – resolvi perguntar, interessada que estava na opinião dela.

- Ah, mas claro que sou contra! Olhe, se eu não confio nem no meu sangue, vou confiar em sangue dos outros?

Este diálogo supracitado releva uma percepção bastante comum da existência de um risco inerente à adoção, ou, melhor dizendo, a percepção de que seria arriscado adotar pelo perigo latente em receber uma criança desconhecida. Nesse contexto, costuma-se dizer desse indivíduo que “não se sabe de quem é filho”, “não se sabe o que passou na vida”, “pode ser filho de bandido, de prostituta”, “vai crescer e vai matar você”, dentre outras frases cujo resumo seria o “sangue ruim” apontado pela feirante na conversa que teve comigo. Perceba-se que ela até fez certa concessão, dizendo que o seu próprio sangue não era de todo confiável, mas, nesta classificação, a criança desconhecida será colocada sempre num patamar de menor confiabilidade.

É possível que essa desconfiança acerca do órfão seja gerada pela condição de segredo que genericamente envolve a trajetória de crianças e adolescentes abrigados. Por determinação jurídica, suas histórias devem ser mantidas em segredo, como normalmente ocorre com processos envolvendo menores de idade. Mas não é apenas o segredo jurídico que se impõe: também se impõe um silêncio de ordem *moral*: O afastamento de um filho de sua parentela genericamente implica uma situação condenável do ponto de vista da moralidade pública. Tratam-se de histórias de violência, abuso ou incapacidade de sustentar a prole, as quais são consideradas vexatórias e humilhantes.

Além disso, como já visto, a orfandade não é o motivo principal do abrigamento, que em geral ocorre por motivos como violência doméstica, drogadição

dos pais, submissão da criança a situação de risco e, comumente, pobreza⁹. São, portanto, razões que se ligam diretamente à capacidade (moral ou econômica) dos pais de criar os filhos. Mesmo quando se trata de uma entrega espontânea, este ato não deixa de ser desabonador aos olhos da sociedade (MOTTA, 2008), que considera a iniciativa como antinatural.

A essas histórias impõe-se um silêncio, o qual pode ser associado àquele que FOUCAULT situa na *História da Loucura* (1993) onde a imposição do asilamento de indivíduos, primeiro dos leprosos, depois dos portadores de doenças venéreas e, mais tarde, dos loucos, propiciou a idéia de que o confinamento de certos indivíduos gera não apenas a exclusão desse grupo da convivência com o restante do grupo social, mas também a percepção de que existe algo de *desviante* em sua própria natureza. E este desvio deve ser mantido em segredo o mais possível, seja o calar em relação a ter um parente internado, ou em ser o próprio egresso de uma instituição.

A lepra era a marca do pecado, conforme a interpretação bíblica; as doenças venéreas, por conseguinte, vem a ser um substituto à altura para esta marca, visto a sua origem na *promiscuidade*. Quando tais doenças puderam ser tratadas, coube à loucura a ocupação dos asilos vazios. Desse modo, – além da própria associação da loucura à manifestação demoníaca – era também natural que os novos indivíduos asilados viessem a ser estigmatizados sob o mesmo signo do pecado. Na última linha desta cadeia, estão crianças abrigadas, que, além de suas histórias fragmentadas, também são comumente consideradas como ‘frutos de relações escusas’, de tal modo que se tem novamente um visível entrelaçamento entre o silêncio e asilamento resultado de um pecado. E não é inválido lembrar o que foi postulado por FOUCAULT (1998): um dos veículos mais potentes para despertar a curiosidade e as suposições em torno de um dado assunto, é, justamente, o velamento. Por esta perspectiva, é justamente a *repressão* a causadora do interesse extremado em torno de dados assuntos.

Nesses termos, para proteger a criança da curiosidade alheia, os fatos ligados à sua vida pregressa não são publicizados, do mesmo modo que os pais que tenham perdido a guarda de seus filhos genericamente são evasivos em citar os motivos pelos quais tal fato se deu, gerando um duplo segredo, ao qual pode somar-se um terceiro: o

⁹ O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, em seu artigo 23, que a pobreza não é condição suficiente para a perda do poder familiar. No entanto, o mesmo ordenamento jurídico impõe à família o dever de sustentar a sua prole (art. 22). É nessa tênue dicotomia que se encontra a possibilidade de destituição.

medo dos pais adotantes¹⁰ de que os filhos resolvam procurar a família de origem faz com que muitos escondam o fato da adoção. Entre tantos segredos, ficam as crianças.

Além do silêncio que é imposto com relação ao passado, conforme já apontado, há também a idéia do ‘mau gênio’, de que o caráter é hereditário¹¹. De acordo com esta crença, os filhos herdaram certos traços da personalidade dos pais, tais como a tendência criminosa, a lascívia e outros. E, acerca dessa herança, inexistiria possibilidade de fuga, já que, conforme diz a máxima popular “o sangue puxa”.

Além da questão da origem, uma concepção psicologizante tende a considerar que a permanência prolongada na instituição seria geradora de indivíduos eminentemente desajustados. Estudos psicológicos a respeito do crescimento em abrigos apontam para as implicações negativas do desenvolvimento do indivíduo dentro de uma Instituição, onde terá poucas chances de desenvolver uma identidade individualizada, face à estrutura uniformizadora que lhe é imposta: “(...) a criança institucionalizada é o protótipo dos resultados devastadores da ausência de uma vinculação afetiva estável e constante, além de estar sujeita aos danos causados por um ambiente empobrecido e opressivo ao desenvolvimento infantil”.(WEBER e KOSSOBUDZKI, 1996, pp. 44).

Note-se, a assertiva acima é extraída de uma bibliografia da primeira metade dos anos 1990, pós Estatuto da Criança e do Adolescente, e época de um trabalho intenso de transformação de Instituições em modelos mais ‘humanizados’ de abrigamento. Atualmente, já é majoritária a adoção desse formato, que, em suma, é uma tentativa de replicar no Abrigo a conformação designada ‘família nuclear’. Não obstante, o discurso de que o ambiente institucional é perigoso para os abrigados do ponto de vista emocional não foi anulado pela troca de modelo. Pelo contrário, persiste a idéia de que o melhor lugar para uma criança crescer é junto de uma família – biológica ou substituta¹².

¹⁰ Pode-se apontar ainda mais uma esfera de silenciamento: quando colocadas em uma família substituta, existe um esforço de reconstrução da história da criança, onde se procura *esquecer* o passado de abrigamento, de tal modo que mesmo os laços de amizade devem ser cortados, para o sucesso da adoção. (SNICZEK, 2008).

¹¹ LÉVI-STRAUSS (1973) aponta que, entre os Bororo, o órfão e o solteiro são categorias por vezes associadas aos bruxos e deficientes físicos “como se suas condições fossem resultado de algum tipo de maldição sobrenatural”. (p. 22).

¹² Recentemente, reacendeu-se de forma trágica a discussão em torno deste ‘melhor lugar para uma criança estar’, no momento em que a mídia veiculou o caso de uma procuradora de Justiça aposentada

E há aqui um grande paradoxo, pois uma Instituição de abrigo é também apontada como o lugar de acolhida e refúgio para crianças e adolescentes que, no seio de suas famílias originárias, foram vitimados por uma gama variada de ações nocivas à sua integridade física e/ou emocional. Não obstante, as mesmas Instituições são vistas como estruturas ‘perigosas’, de onde os indivíduos devem ser ‘resgatados’ o mais brevemente possível, para o bem da mesma integridade que, a princípio, o Abrigo deveria garantir. Assim, ao mesmo tempo em que são entes que salvam, eles são também lugares de onde, ao que parece, seus internos precisam ser salvos.

Do mesmo modo, crianças e adolescentes encaminhadas às instituições em função de se encontrarem *em situação de risco*, por sua permanência ali, são atados a uma concepção que reporta às situações de fracasso, tendência à criminalidade, incapacidade de estabelecer laços afetivos duradouros, dentre outros.

E, deve ser percebido, também, que a teoria do ‘risco do abrigo’ parece ignorar o fato de que boa parte dos traumas que a criança ou adolescente tenha eventualmente sofrido são exatamente a causa de seu abrigo e, por essa razão, são originários da sua convivência familiar. Assim, reputar a Instituição como causa única dos comportamentos desajustados, é no mínimo uma redução, quando não uma injustiça.

Tentando depreender o motivo desses paradoxos, se percebe a existência de uma representação do que seja a realidade do abrigo, em grande parte, alimentada por informações midiáticas, tais como a literatura e o cinema. Outra grande parcela, porém, é resultante exatamente dos estudos que lançam seus olhares sobre a experiência institucional, notadamente a partir de uma perspectiva médica e psicologizada.

O presente capítulo visa traçar uma análise desse conteúdo imagético, procurando tratar das concepções ficcionais acerca do abrigo, para a seguir apresentar uma breve revisão bibliográfica de estudos elaborados sobre o contexto institucional. Desta forma, espera-se lançar luzes acerca da construção destes imaginários.

acusada de torturar uma criança de dois anos que pretendia adotar, ato este cometido após ser legalmente habilitada para ser adotante.

1. Do órfão desamparado ao herói destemido – as imagens literárias

“Que exemplo da influência da roupa ofereceu então o pequeno Oliver Twist! Envolvido na coberta que até então fora sua única roupa, podia ser filho de um fidalgo ou mendigo; era impossível ao estranho mais presumido dizer qual era a sua classe na sociedade; mas quando o meteram num vestidinho velho de morim, amarelecido nesse uso, achou logo seu lugar; filho da paróquia, órfão do asilo de mendigos, vítima da fome, destinado aos maus-tratos, ao desprezo de todos, à piedade de ninguém. Oliver berrava com quantas forças tinha. Se ele soubesse que era órfão, abandonado à terna compaixão dos bedéis e dos inspetores, talvez berrasse mais alto”.

Oliver Twist, Charles Dickens (1839).

Ao longo dos séculos, órfãos têm protagonizado uma série de obras literárias. Em boa parte dessas histórias, é justamente a orfandade a condição para que as personagens se lancem na seqüência de aventuras que conduz a história.

Ser órfão libera o indivíduo até mesmo daquele que é considerado o mais elementar dos vínculos, a família (KIMBALL, 1999), e assim sem qualquer amarra, este indivíduo que é digno de pena, é também extremamente livre para engajar-se em qualquer aventura. Conforme diz KIMBALL (idem), a orfandade é um marco de solidão absoluta, e, nesse sentido, esse ‘partir em busca da aventuras’ pode ser entendido também como uma forma de encontrar um lugar de pertencimento para si, já que aquele que reporta ao lugar de nascimento lhe foi negado.

Do ponto de vista da literatura clássica européia, a criança órfã e abrigada é um ser desventurado. Um dos ícones representativos de histórias que têm órfãos como protagonistas é o escritor inglês Charles Dickens. Utilizando-se de seus escritos, o autor fazia duras críticas à sociedade de sua época, às vezes, carregadas de ironia, como nos capítulos de abertura da história das aventuras de Oliver Twist (1839), citado como epígrafe neste tópico.

O pequeno Oliver Twist é o primeiro dos muitos personagens órfãos que povoariam o universo de Dickens. Depois dele, ainda outros viriam, como em “A Casa Sombria” (1852), ‘Grandes Esperanças’ (1861), e “David Cooperfield” (1849), este, quase autobiográfico, dada a quantidade de episódios vividos pelo protagonista que são pinçados da própria história do autor. Nascido pobre, Dickens com frequência se utilizava de situações por ele próprio vividas para denunciar alguns dos problemas

sociais de sua época, tais como o trabalho infantil, a prisão de famílias inteiras em função de dívidas, e a tremenda desigualdade econômica com a qual se vivia na Inglaterra do Séc. XIX.

Os protagonistas de Dickens, crianças magras, subnutridas, frágeis, seguem uma trilha de percalços onde são vitimadas por uma infinidade de abusos, até que, no fim, encontram a redenção desse mundo de adversidades, devido, em grande parte, ao seu bom caráter e perseverança. A narrativa urbana do autor não abandona, em certa medida, a dinâmica dos contos clássicos, nos quais pequenos protagonistas têm de atravessar escuras florestas povoadas de seres maléficos. Os monstros de Dickens, porém, são humanos, alguns dos quais travestidos de bons cidadãos, mas que nem por isso deixam de ser arremeter com crueldade contra os heróis frágeis.

Do mesmo modo, os orfanatos do Séc. XIX são retratados pelo autor como lugares de privação e crueldade:

O refeitório do asilo era um enorme salão de pedra, em cuja extremidade havia um fogão com um caldeirão de mingau.

O cozinheiro se postava diante do fogão e servia uma tigela de mingau para cada menino. Só em dias de festa a criançada recebia também um pouco de pão. Durante três meses Oliver Twist e seus companheiros sofreram a tortura da fome. (...) Naquela noite, a garotada ocupou seus lugares de costume. O cozinheiro distribuiu o mingau, e, quando terminaram de comer (o que não demorou muito), os meninos se puseram a cochichar entre si e a piscar para Oliver. Nervoso, apavorado, mas terrivelmente faminto, Oliver se levantou e foi até o fogão.

“Por favor, senhor, quero mais”, pediu.

O cozinheiro empalideceu e fitou-o em silêncio, absolutamente perplexo.

“Como é que é?”, murmurou, por fim, quase sem voz.

“Por favor, senhor, quero mais”, Oliver repetiu.

O cozinheiro bateu nele com a concha e chamou o bedel, aos berros. A junta estava reunida quando Sr. Bumble entrou, alvoroçado.

“Perdoem-me, cavalheiros! Oliver Twist pediu mais comida!”

Todos se surpreenderam, e uma expressão de horror estampou-se em cada rosto. “Mais comida!”, mr. Limbkins exclamou. “Será que ouvi bem? Ele pediu mais, depois de jantar?”

“Exatamente, senhor”, o bedel confirmou.

“Esse pirralho vai acabar sendo enforcado”, mr. Limbkins profetizou.

(*Oliver Twist*, capítulo II)

Obra ficcional, seu relato, no entanto, não pode ser tido como inverídico: há poucos números precisos sobre a época, mas, segundo estudos apontados por RIZZINI

(1995), o índice de mortalidade das Casas de Expostos no Brasil girava em torno de 70% a 90%. Não há razões para crer que esses índices diferiam no restante do mundo. Pelo contrário, conforme aponta DONZELOT (1986) a partir de meados do Século XVIII proliferava a literatura médica teorizando acerca de métodos eficazes de ‘conservação dos infantes’ visando justamente combater os elevados índices de mortalidade entre os menores recolhidos a asilos, dos quais “noventa por cento morriam antes de poderem ‘tornar úteis ao Estado’ essas forças que muito custaram manter durante a infância e a adolescência” (DOZELOT, 1986, p. 16).

O mesmo autor aponta também a dificuldade do Estado no encaminhamento de órfãos a nutrizas pagas, dado que a maior parte delas se ocupava de filhos de famílias ricas, e, dentre aquelas que cuidavam de várias crianças, não era incomum também que alguns deles a falecer: “as aldeias das redondezas mais próximas das cidades forneciam nutrizas para os ricos, e os pobres tinham de procura-las mais longe. Essa distância, assim como a ausência de contato entre a nutriz e os pais a não ser através de intermediários obscuros (agenciadores e agenciadoras) faziam da colocação das crianças aos cuidados de uma nutriz a prática freqüente de um abandono disfarçado (...). Nessas condições, a mortalidade das crianças colocadas em nutriz era enorme: por volta de dois terços no que diz respeito às nutrizas distantes e um quarto quanto às nutrizas mais próximas”. (DONZELOT, 1986, p. 17). Nesse mesmo sentido, obra ficcional de Dickens comenta:

Infelizmente a filosofia experimental da mulher, a cujo cuidado protetor Oliver foi entregue, resultado semelhante se colhia geralmente da aplicação do seu sistema; porque, no momento preciso em que uma criança houvesse conseguido existir com a menor porção possível do mais fraco alimento, sucedia, perversamente, em oito casos e meio de cada dez, que ela adoecesse de fome ou frio ou caísse no fogo por negligência, ou ficasse meio sufocada com um ataque. E, em qualquer desses casos, o pequeno miserável geralmente era chamado para o outro mundo, a fim de reunir-se aos seus pais que não tinha conhecido neste.

(*Oliver Twist*, Capítulo II).

E é nesse sentido que é reforçado, mediante campanhas e propagandas, um ideal ético e obrigacional dos pais com relação ao cuidado dos filhos. (FOUCAULT, 1979), a qual torna a mãe uma especial parceira da saúde e cuidado dos pequenos. Segundo aponta ARIÈS (1975), a própria concepção de infância veio a ser cunhada a partir do Séc. XVIII, quando a melhoria da situação sanitária da população em geral veio a favorecer um menor índice de mortalidade nos primeiros anos de vida. Porém,

mesmo nesta época, a atenção dada às crianças órfãs não ultrapassava os limites mínimos da caridade praticada por entidades religiosas, e do interesse vacilante do Estado em assegurar a sobrevivência de indivíduos que na fase adulta lhes pudessem ser úteis.

Ainda no Séc. XIX, Victor Hugo também inseriu em seus textos alguns protagonistas órfãos, como em “Notre Dame de Paris” (O Corcunda de Notre Dame, 1831) e “Os Miseráveis” (1861). Como em Dickens, suas obras também denunciam a dura realidade de sua época. Mas, Victor Hugo centraliza seu universo literário em personagens adultos, os quais nem sempre chegam a ter ‘ finais felizes’.

Ao contrário de propor a trajetória de um pequeno órfão que vence as adversidades contra todos os prognósticos, as personagens órfãs de Victor Hugo podem ter fins trágicos dos quais lhes é impossível fugir e, valendo-se destes acontecimentos, o autor introduz discussões de cunho político e como Dickens, também denuncia o sistema de valores de sua época, por exemplo, quando trata dos crimes e do sistema punitivo (10 anos de trabalhos forçados nas galés por roubar um pão), e das superstições que, por vezes, alimentavam as leis públicas (a perseguição e o assassinato praticado contra ciganos e errantes).

Outro autor do Séc. XIX a ter um órfão como protagonista de suas histórias foi Hector Malot. “Sem Família” (1878), que veio a ser o mais famoso de seus livros, conta a história de Remi, um órfão que aos oito anos descobre que a mulher que o criou não é sua mãe biológica e, que, por força das circunstâncias retratadas no livro, é vendido para um músico itinerante. Como em Dickens, o garoto passa por uma série de peripécias, para, ao final, reencontrar sua família biológica, quando então a felicidade se restabelece. Percebe-se, aliás, em alguns autores do século XIX uma recorrência de um mote: a privação inicial pela qual passa o órfão é redimida pelo reencontro com a família biológica no final da história. É assim que se dá também o ‘final feliz’ de Oliver Twist e de Lucie Manette em “Um conto de duas cidades” (Dickens, 1859).

Em uma espécie de ‘contramão’ desse reencontro de amor e felicidade ao seio da família biológica, duas obras famosas se destacam: O Livro da Selva (1894), de Rudyard Kipling, e Tazar dos Macacos (1912), de Edgar Rice Burroughs. Nas duas histórias, acontecem histórias de adoção de órfãos por grupos de animais; lobos na obra de Kipling, macacos na de Burroughs. E é neste meio de um parentesco pouco usual que

os heróis são criados, e nele encontram seu lugar de pertencimento, pois que, nos dois casos, o retorno ao ambiente civilizado não lhes propicia a recomposição dos laços desfeitos. Pelo contrário, esse retorno denota que o reencontro já não tem mais espaço. Trata-se, na verdade, de um contexto onde a inadequação (PRESTES e FERREIRA, p. 10, 2009) dos protagonistas é um fator sempre latente, em um ou outro ambiente: entre os animais, eles reproduzem seus comportamentos, sem contudo poder jamais se livrar de sua pele humana; entre os humanos, eles não encontram a naturalidade para viver numa sociedade cujos costumes não lhes faz o menor sentido.

Tarzan veio a ser um dos primeiros personagens a ter sua história transformada em Quadrinhos. E é no mundo das HQs que se encontra uma concentração expressiva de personagens órfãos. Nas duas maiores editoras do gênero, DC Comics e Marvel, vários heróis perderam seus pais biológicos e, como na literatura, é em geral a orfandade o fio condutor da criação de sua identidade heróica.

Super-homem, criado por Joe Shuster e Jerry Siegel em 1938, é apontado como o primeiro e o maior herói de todos os tempos. Embora antes dele já houvessem outros personagens heróicos nos quadrinhos¹³, a proposta de Shuster e Siegel é inovadora, pelos novos elementos introduzidos em sua trama: origem alienígena e poderes especiais. Único sobrevivente do planeta Krypton, Kal-El é adotado por um casal de fazendeiros. Em função da atmosfera terrestre, desenvolve poderes especiais que irá usar em defesa da humanidade.

Em 1939 seria lançada a história de outro órfão: Batman, de Bob Kane e Bill Finger. Diferentemente do Superman, que teve sua história adaptada ao longo dos anos após sua criação, desde a primeira edição das aventuras do Homem Morcego, Batman é alterego do milionário Bruce Wayne, o homem que se torna herói para vingar o assassinato de seus pais que ele testemunhou quando tinha oito anos de idade. Sua vingança não se foca especificamente no autor do latrocínio que tira a vida de seus pais, mas de se tornar um justiceiro, livrando sua cidade do crime.

Nos dois casos, a orfandade passa a ser o motor que conduz os indivíduos tornarem-se heróis. Após a criação destes, muitos outros órfãos vestiriam mantos e

¹³ O Fantasma criado por Lee Falk em 1934 é apontado como o primeiro herói mascarado dos quadrinhos, alternando uma identidade heróica secreta e uma personalidade civil. Muito antes do Fantasma, porém, as HQs já existiam: Nos Estados Unidos, a primeira revista em quadrinhos foi publicada em 1842, sendo já uma republicação de tiras de jornal das “Aventuras do Sr. Obadiah Oldbuck, escrito e desenhado por Rodolph Töpffer.

capas no universo ficcional dos quadrinhos¹⁴, numa proliferação tal que, em verdade, hoje praticamente a idéia da orfandade parece indissociável da composição de um personagem heróico.

Um dado interessante no mundo dos personagens em quadrinhos é que existem bem mais heróis órfãos, adotados ou não, do que vilões. De fato, entre os vilões, são mais constantes histórias de malignidade precoce, como no caso de Lex Luthor, que mata seus pais para receber um seguro milionário. Entre os ‘anti-heróis’, (uma figura ambígua, que realiza tanto atos de maldade quanto boas ações), estão Magneto, personagem da Marvel, que perdeu os pais em um campo de concentração nazista, e a Mulher Gato, da DC Comics, criada em um orfanato em Gotham City.

Neste contexto, o que se percebe é que dentre os personagens dos quadrinhos, a perda trágica dos pais, ou o desconhecimento de suas origens, presta-se muito mais a moldar heróis, e não tanto vilões. E esta é uma diferença crucial quando lançamos olhos para os órfãos que são retratados em obras cinematográficas, como se verá a seguir.

Alguns escritores nacionais também introduziram personagens órfãos em suas tramas, colorindo-as com temas e nuances próprios da sociedade brasileira. No Romantismo Brasileiro, destaca-se José de Alencar, que criou algumas célebres personagens órfãs como Lúcia, ou “Lucíola” (1862), uma moça de família que, pela força das circunstâncias, se torna cortesã, e Mário de “O Tronco do Ipê” (1871), um jovem soturno que é torturado pela idéia de que o seu futuro sogro seria o assassino de seu pai.

Em 1875, José de Alencar publicou o livro “Senhora”, que conta a história da órfã Aurélia, uma jovem de origem pobre que, após herdar uma fortuna considerável, compra para si um marido. Quase na mesma época, Machado de Assis publicou um dos seus últimos livros que seria classificado dentro de sua ‘fase romântica’ – já em 1881 este autor viria a publicar “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, obra absolutamente Realista, e tratada até hoje como uma de suas melhores obras. “Helena”, escrito em 1876, onde narra a história de uma moça que seria fruto de um relacionamento escuso entre uma mulher pobre e um importante Conselheiro da Corte Imperial, reconhecida

¹⁴ Essa proliferação de personagens órfãos é também apontada pela crítica como derivada pelo grande número de tentativas de conquistar com novos personagens o mesmo sucesso que Superman e Batman obtiveram.

como filha em testamento após a sua morte. A trama machadiana foge ao usual ao acrescentar uma paixão incestuosa em seu bojo, mas termina com a morte prematura da heroína.

Em 1881, Aluizio de Azevedo também apresentaria a história de um personagem órfão: Mário, protagonista de “O Mulato”, é um rapaz filho de um finado fazendeiro e uma escrava, e que, apesar de ser letrado e culto é alvo de preconceito em função da cor de sua pele. Apesar da questão do pertencimento étnico e do racismo serem problemas centrais no Brasil escravagista no Século XIX, foram bem poucos os autores que abordaram o assunto, sobretudo sob o aspecto do casamento ‘inter-racial’¹⁵. Percebe-se, de fato, um esforço na literatura para silenciar essas questões ao máximo, retirando-os da cena, mesmo num contexto social do qual, evidentemente, escravos, ex-escravos e seus descendentes se faziam presentes.

Dentre os escritores do Século XX, é também possível encontrar alguns personagens marcados pela orfandade, tal como Ana Terra (O Tempo e o Vento, 1949), de Érico Veríssimo, e Maria Moura (Memorial de Maria Moura, 1992), de Rachel de Queiroz.

Porém, nestas obras todas, a orfandade não é o tema central das histórias, por outro lado, representando em algumas delas um marco decisivo para o desenvolvimento do enredo: não sendo órfãs, Helena não viria morar na casa de seu meio-irmão, Aurélia não teria a fortuna herdada para comprar um marido; Lúcia não se tornaria cortesã. E, note-se, de todas as tramas citadas, em apenas duas a perda dos pais ocorre na infância – “O Tronco do Ipê” e “O Mulato” -, em todas as demais, o fato se dá juventude.

Percebe-se, também, que os problemas inerentes à orfandade são circunscritos a uma categoria social específica, a burguesia, e, por essa razão, existirá

¹⁵ Vale destacar duas obras escritas no Século XIX que tratam do casamento ‘inter-racial’. Embora versem sobre o mesmo assunto, são, em verdade, distantes equidistantes. “Escrava Isaura”, escrita em 1875 por Bernardo Guimarães, conta a história de uma escrava branca, Isaura, que sofre pelas investidas libidinosas de seu senhor Leôncio. Obra do Romantismo, a história procura pincelar algumas frases abolicionistas proferidas pela boca de alguns personagens, mas o autor não vai além na sua ousadia, retratando uma heroína que, por seus modos e tom de pele ‘facilmente passaria por uma senhora da Corte’, e que, em última instância, somente encontra sua redenção pelo fato de ser branca.

A segunda obra é a peça de teatro “Sangue Limpo”, de Paulo Eiró, escrita em 1863 e ambientada em 1822. Tendo por trama central o casamento tido como impossível entre o branco Aires e a mestiça Lúcia, a história não economiza tintas ao narrar os suplícios sofridos na vida de cativo dos escravos. Também de forma distinta da trama de Bernardo Guimarães, onde apenas brancos conduzem a ação, em “Sangue Limpo” é um negro o autor da libertação dos personagens, pois é ele quem mata o pai do jovem Aires, tornando, assim, possível o casamento.

um rol de situações passíveis de acontecer, as quais estão atreladas à realidade desse grupo social. Assim sendo, nas histórias apresentadas, crianças órfãs não vão morar em Abrigos, nem a falta dos pais provoca uma situação de desamparo completo. Mesmo a situação mais extrema, da órfã que acaba se prostituindo (Lucíola, 1862), é situada dentro da realidade burguesa: ela se torna cortesã de luxo, uma das mais caras da Corte.

Diferente de todas as outras composições literárias aqui citadas, Jorge Amado, em 1937, cria a história singular dos “Capitães de Areia”, um livro que tem por protagonistas um grupo de garotos que precariamente sobrevive nas ruas de Salvador. Unidos para se sentirem mais fortes, desenvolvem laços de irmandade e solidariedade uns para com os outros, dividindo o mesmo teto e praticando golpes e pequenos delitos para se manter.

Eivado de crítica social, em grande medida, Jorge Amado se aproxima de Dickens em seu estilo, mas no romance brasileiro, as crianças não são os heróis frágeis e gentis retratados pelo autor inglês: são meninos e meninas sofridos, amargurados, corajosos; às vezes cruéis, outras, ternos.

Do mesmo modo, não existirá um redentor encontro com os pais biológicos. Vários dos meninos da gangue “Capitães da Areia” acabam morrendo de forma trágica (Dora morre de Bexiga, assim como ‘Boa-Vida’, que se internou voluntariamente no Lazareto; ‘Sem-Pernas’ se mata antes de ser capturado pela polícia que odeia; ‘Volta Seca’ se torna um cangaceiro do grupo de Lampião, matando mais de 60 soldados antes de ser capturado e condenado). O grupo remanescente se dispersa, e alguns deles acabam encontrando certa redenção pessoal, como ‘Professor’ que se torna artista no Rio de Janeiro, e o próprio líder ‘Pedro Bala’, que descobre que seu pai havia sido sindicalista e fora morto numa greve e, a partir daí, transforma sua gangue de meninos em um grupo de choque revolucionário. Assim, aqueles que não são levados pela morte precoce, reinventam individualmente suas trajetórias, procurando, cada um à sua maneira, suprir as carências que sentiam.

O mercado da literatura brasileira contemporânea tem observado o surgimento de uma significativa quantidade de publicações em um estilo que podemos chamar de ‘histórias de adoção’. Geralmente escritas por pais adotivos, a proposta desses livros é vir a ser uma ferramenta para auxiliar os candidatos a adotantes no

processo de espera e acolhimento de seus filhos, bem como para o momento da revelação da adoção.

Tratam-se de histórias que procuram tornar acessível à criança o conhecimento de sua própria realidade, narrando, através de uma linguagem simples e lúdica, a escolha de seus pais pela adoção. Desse modo, são substitutos suavizados dos antigos Contos de Fadas, onde a própria criança se torna a personagem principal.

Em análise comparativa anterior¹⁶ desses dois materiais – contos clássicos contendo histórias de abandono e adoção em oposição aos livros infantis produzidos na contemporaneidade tratando do parentesco adotivo – foi possível estabelecer a existência de distinções fundamentais no estilo de produção: as narrativas contemporâneas, produzidas eminentemente por pais adotantes, procura esvaziar da história a existência de conflito e tensão no projeto do parentesco adotivo¹⁷, preocupação inexistente no contexto das histórias clássicas. Essa proposta, aparentemente, visa apresentar para as crianças a adoção como uma situação naturalizada e corriqueira. Porém, a ausência de figuras opositoras à adoção faz com que aquilo que se pretende por uma história sobre a *normalidade* do parentesco adotivo, em grande medida, a transforme em uma narrativa descolada da realidade.

Outro detalhe que se percebe é que tais narrativas reproduzem majoritariamente o modelo de família nuclear em suas tramas, que genericamente giram em torno de um casal heterossexual que não pode ter filhos e recorre à adoção para realizar o desejo de serem pais. Não se cita a possibilidade de pais ou mães solteiras adotando, tampouco a possibilidade de casais homossexuais virem a constituir um parentesco adotivo. Nos livros, também não existe a possibilidade da adoção tardia.

Vale destacar a concepção de BETTELHEIM (1980), para quem a mensagem que se destaca numa história é o seu final afirmativo. Assim sendo, o final feliz permite à criança enfrentar seus desejos e medos inconscientes na certeza de que tudo terminará bem, com “O id subjugado, e o ego triunfante” (idem, p. 80) Mas, nestas

¹⁶ PRESTES, Andréia Baia Abandono, acolhimento, adoção: rejeição e redenção na literatura infantil. UFSC, Fazendo Gênero 8, 2008.

¹⁷ Vale citar duas exceções: “Irmão Negro” (1995), de autoria de Walcyr Carrasco, que aborda o preconceito inerente à questão da adoção ‘intercacial’ e “Diário do Contrário” (1997), de Sônia Barros, escrito na forma de um diário em primeira pessoa, onde a criança adotada narra as suas dificuldades pessoais nos primeiros tempos após ser adotado. Nas duas obras, o conflito se faz presente, tanto do ponto de vista de ‘antagonistas externos’, como na presença dos conflitos pessoais vividos pelos próprios protagonistas.

histórias contemporâneas, temos um final feliz como fechamento de uma história sem conflito, de modo que, nesse sentido, tais narrativas esvaziam-se da capacidade de reprodução da realidade e de servir como o canal apontado por Bettelheim para que se trabalhem possíveis conflitos.

2. O Orfanato infernal e as crianças assassinas: a imagem cinematográfica.

“Deve ser difícil amar uma criança adotada tanto quanto seus próprios filhos”
Epígrafe de apresentação censurada do filme “A Órfã”, 2009.

No meio cinematográfico, os órfãos ganham destaque tanto quanto na literatura, porém, nota-se que a construção das personagens tende para um extremo oposto do literário: Realizando um levantamento das produções que tem personagens órfãos¹⁸, percebe-se uma grande quantidade de películas dentro da categoria dos filmes de terror, nos quais as crianças órfãs comumente têm aparecido como vilãs.

Dentro do gênero de horror é possível identificar a recorrências de certos motes, dentre os quais, dois deles se destacam: O horror da vida na instituição e a adoção de uma criança que mais tarde se revela uma ameaça.

Entre os que exploram o horror institucional, há filmes-denúncia, como o polonês “Drewniany różaniec” (Rosário de Madeira), de 1965 e o norte-americano “The Magdalene Sisters”¹⁹ (No Brasil, recebeu o título “Em nome de Deus”), de 2002; as ficções de horror, como o fantasioso “El colégio de la muerte” de 1975; e películas dramáticas, como o polonês “Naerata ometi” (“No entanto, Sorria”, 1985) e o japonês “Shin Sung-il-eui/hangbang-bulmyung” (“As crianças esquecidas/ Shin Sung-II está perdido”, 2004). Há também a conjugação entre as duas circunstâncias, na qual a realidade assustadora do orfanato gera mentes descontroladas, como “Silent Night,

¹⁸ Para a construção deste tópico, foram pesquisadas as sinopses de 212 filmes de variados gêneros que tivessem protagonistas ou personagens de destaque órfãos, adotados ou não. O norte-americano Beulah, de 1915, consta como primeira produção com esta temática. O mais recente seria “The Blind Side” (Um sonho possível) que chegou ao cinema brasileiros em março de 2010, após Sandra Bullock ter ganho o Oscar de melhor atriz por sua atuação como uma mulher generosa que acolhe um morador de rua adolescente. Das 212 produções realizadas, na maioria dramas, a personalidade dos órfãos é genericamente criada a partir de um mote: o desajustado, carente de amor. No gênero terror, noventa por cento das histórias tem os órfãos como os ‘grandes vilões’.

¹⁹ Baseado na realidade dos Conventos Madalena que existiram na Irlanda até 1996, para onde eram enviadas garotas egressas de orfanato, mães solteiras, vítimas de estupro, dentre outras jovens mulheres consideradas ‘sem perspectivas de futuro’, às quais restava a vida reclusa em um ambiente que beirava o surreal.

Deadly Night”²⁰ (1984), ou espíritos atormentados, como em “Espinhaço del Diablo” (2001) e “Saint-Ange” (2004).

Todo esse imagético dos filmes não é de todo desvinculado da realidade, já que, como comentado, filmes como *The Magdalene Sisters*, de fato, tratam de situações reais de um passado efetivamente próximo. Não apenas os filmes formam esta imagem, mas também livros autobiográficos escritos por egressos de instituições tais como as FEBEMs brasileiras²¹, que narram um cotidiano de maus tratos, violência e privações. Desse modo, a percepção do Abrigo como um lugar de sofrimento é, de fato, recorrente mesmo hoje em dia, como bem relata SNIZEK em sua pesquisa de 2008: “Tive a oportunidade de escutar muitas queixas sobre a demora do ‘juizado’ e diversas fantasias sobre o sofrimento de seus futuros filhos em abrigos.” (p. 52).

Quanto à figura do órfão como a própria ameaça, vale notar que, a criança, consagrada como símbolo da inocência e pureza²², é também uma figura ambígua, uma vez que a sua falta de conhecimento das convenções sociais a faz mais livre para manifestar sentimentos, sejam esses alegria, tristeza ou ira. Nesse sentido, crianças são também vistas como eminentemente cruéis em sua ausência de ‘freios’ de expressão e atitude.

No caso da criança órfã, soma-se à imprevisibilidade do caráter infantil o fato de se estar em contato com um desconhecido, de quem pouco ou nada se sabe, interpretando aqui a adoção como a recepção no interior do grupo familiar de uma criança originária de outro grupo. E esse mistério viabiliza a criação de temores a respeito do seu passado, e de sua própria personalidade.

²⁰ O título do filme, que se passa no Natal, brinca com a música natalina “Noite Feliz, Noite de Paz”.

²¹ Os livros “Brincar de ser Feliz” (2007), e sua seqüência ainda não publicada “Os Meninos de Deus” de José Ribeiro Rocha, “Guerreiros Urbanos” (2007) de Asdrúbal Serrano, “A Queda para o Alto”, (1982) de Anderson Herzer, dentre outros, são relatos autobiográficos da realidade vivida em algumas unidades da Febem brasileira. Retratos de violência, descaso, assédio e violência moral e sexual, as quais são corajosamente contadas por seus autores, rompendo com um silêncio de décadas.

²² Vale notar, por exemplo, que mesmo nos contos clássicos a criança é um símbolo de inocência: facilmente enganada por lobos ou bruxas malvadas, os pequenos heróis dos contos clássicos são puros e sem malícia, apenas revelando atitudes cruéis em circunstâncias extremas. Não é apenas maldade que faz Gretel empurrar a bruxa má para dentro do forno, mas também o desejo de salvar a si e a seu irmão de serem mortos por ela.

A versão norte-americana para Ringu, é *The Ring* (O chamado) ²³, onde a garota assassina é Samara, que havia sido afogada pela mãe, que já não mais conseguia suportar as maldades perpetradas pela menina. Em determinada altura do filme, revela-se que a criança em questão foi adotada: “*Eles não tinham filhos. Então viajaram para longe e trouxeram uma menina...*” é a frase dita por um assustado morador da ilha onde “*coisas ruins começaram a acontecer*” depois da chegada da criança. O viajar para longe, trazendo uma ameaça para o seio de uma pequena comunidade é o mote de tais histórias, que encontra eco em outra figura clássica das histórias de terror: o vampiro.

Os contos sobre vampiros trabalham em especial a questão do *estrangeiro*. O vampiro será sempre alguém que vem de fora, trazendo consigo mistério, sedução e perigo. O medo do estrangeiro já é apontado por TODOROV em “*Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*” (1982). Nesta obra, o autor situa que a percepção da alteridade, e, por conseguinte, o temor do outro, opera sobre três eixos fundamentais: 1) Axiológico, através de juízos de valor²⁴ que classificam o outro, por exemplo, como ‘bom’/‘mau’, ‘amável’/‘detestável’, igual/inferior (a mim), etc.; 2) Praxeológico: ou assume-se e assimila-se o comportamento do outro, ou se impõe a ele o comportamento “adequado”; 3) Epistemológico: conhecimento e reconhecimento da alteridade, a qual só é possível a partir da superação dos dois eixos anteriores. O conjunto semiótico formado por esses três eixos é o que propicia o encontro com a alteridade (GOMEZ MANGO, 1998), mas, importa notar, nem sempre se chega ao nível epistemológico no contato com esse outro diferente de nós.

É no nível do desconhecimento e do mistério que surge o temor. Apesar de conectado com figuras históricas e algumas doenças contagiosas, é eminentemente na figura do *estrangeiro* que se constrói a mítica do vampiro. Hábitos estranhos, não comungar da mesma fé, ter poucas relações com a comunidade em que vive, aparecem como sinais de alerta para o risco. Como o conjunto formado por presas e sangue não funciona indefinidamente para a indústria cinematográfica, o vampiro pálido e esguio é trocado pela criança pálida de ar angelical. E, note-se, a criança adotiva nesse contexto

²³ Filmes recentes como *Dark Wather* e *Ringu* (*The Ring*), dentre outros, tendem a apresentar uma dinâmica entre um espírito de uma criança má, ou incapaz de filtrar a maldade que está realizando, em contraponto com uma criança boa que luta contra a influência maléfica, nem sempre obtendo sucesso nesse esforço. A necessidade de colocar esse “lado bom” seja talvez uma tentativa de minorar o desconforto causado por películas em que o assassino frio é imberbe, ou onde o espírito de uma criança se diverte em aterrorizar os vivos.

²⁴ CERREIJO (2008) aponta que também Freud situaria o medo do outro no nível axiológico, através da projeção no outro daquilo que é recalcado em si.

se encaixa perfeitamente como protagonista de uma história que envolva medo e segredo quanto às origens.

A criança adotiva é, em si mesma, um estrangeiro do parentesco: O órfão é aquele que não tem parentesco ou lugar de origem e que, por essa razão, pode ser enviado para qualquer parte. (DONZELOT, 2001) Mas, mais do que isso, em certos contextos, a adoção se dá eminentemente entre estrangeiros²⁵, conforme apontado por YNGVESSON (2007) e WEBER (2006). Essas circunstâncias são geradoras de situações onde a criança adotiva é, ao mesmo tempo, a forma de perpetuação geracional para alguns casais, e também alvo de um temor que se constrói em semelhança ao antigo receio contra nômades²⁶ e pessoas de origem desconhecida.

Outra pista para este temor difuso pelos órfãos pode ser encontrada nos contos dos casamentos com monstros. Nas narrativas africanas, são recorrentes os contos em que uma filha, contra toda a advertência dos sábios (ou do velho pai), casa-se com o sedutor misterioso vindo de fora, o qual se revela um chacal ou leopardo que a devorará. A advertência contra o casamento estrangeiro, que interrompe a cadeia de troca de mulheres ao seio do próprio grupo (LÉVI-STRAUSS, 1982), quando transportada para a tradição católica medieval, troca o disfarce do marido: não mais um animal carnívoro disfarçado de humano, mas o demônio transmutado em homem (ou mulher) sedutor. Não mais um devorador de corpos; agora, um devorador do espírito²⁷. Em tais contos, os filhos resultantes desta relação herdaram a natureza demoníaca, e aqueles que são enganados assim, perdem a vida e também a alma.

Seguindo essa lógica, encontramos um dos maiores clássicos de filmes de horror protagonizado por crianças adotadas: *The Omen* (A Profecia), no qual Damien é

²⁵ Bárbara Yngvesson afirma que as adoções transnacionais acabaram por contribuir para o aumento das tensões inter-raciais associadas ao fluxo de imigrações ocorridas nos anos 1970 e 1980 (ibidem, p. 120). A maior parte desses migrantes chegava sob o estigma de refugiados: chilenos, fugindo do governo de Allende, curdos, somalis e bósnios, que mudaram de país não para tomar posse em um emprego qualificado e de alto salário, mas que deixaram sua terra natal em função de conflitos, fome e perseguições, à procura de um refúgio. Por essa razão, não eram propriamente bem recebidos. Pelo contrário, sua chegada seria frequentemente causa de tensão e temor. Haveria, na verdade, um medo desses imigrantes. Um temor de que a Europa seria inteira invadida por hordas de invasores que destruiriam tudo em seu caminho.

²⁶ D'ANGLURE (1988) associa este medo dos errantes ao mito bíblico da maldição contra Caim, o fratricida, que por seu crime foi condenado a vagar pela terra.

²⁷ Em "Homens do Mar", Victor Hugo relata de forma divertida a superstição e o medo dos tempos medievais, quando mulheres, temerosas de estarem fazendo sexo com o demônio ao invés de com seus maridos (já que o ato sexual deveria ser feito na escuridão total), eram orientadas a apalpar a cabeça do homem durante o coito para se certificar da inexistência de chifres.

nada mais nada menos que o filho do demônio, o anticristo das Escrituras. “*Nascido de um chacal, às seis da manhã do dia 06 de junho*” e adotado por um diplomata para substituir o filho morto²⁸. Assim, a personagem Damien seria o superlativo dos perigos evidentes em se trazer para o seio da família uma criança de origem desconhecida.

Depois da trilogia com Damien, foi lançada nos anos 1990 uma continuação com uma protagonista feminina: *Omen IV – The Awakening* (O Despertar) contará desta vez a história de Delia, também retirada ainda bebê de um orfanato e adotada por pais amorosos que desconheciam sua origem maligna, que será revelada ao longo da película, quando sua mãe, desconfiada com o comportamento da menina, e após saber de seu “nascimento sob circunstâncias suspeitas” resolve investigar. O quarto filme da história mantém a mesma perspectiva de que nem a maior das boas vontades, ou o mais dedicado dos amores paternais é capaz de vencer a natureza maléfica de um indivíduo²⁹.

O mais recente filme da safra do terror associado a crianças e adoção é “*A Órfã*” (2009), produzido por Leonardo DiCaprio e Jaume Collet-Serra. Na história, um casal que passou pela experiência trágica do falecimento de uma filha quando estava prestes a nascer, resolve adotar uma criança. A escolhida é Esther, uma garota que impressiona pelos seus modos educados e capacidades artísticas. Apesar de ser a única sobrevivente de um acidente (sua família adotiva anterior morreu em um incêndio), a menina é sorridente e simpática, até que, aos poucos, revela um outro lado efetivamente maligno. Desta vez, não se trata de uma história de entidades sobrenaturais, mas de uma mente perturbada presa a um corpo infantil. O final bastante surpreendente tenta reverter parte do desconforto causado por um filme cuja frase de abertura do trailer teve de ser mudada em função dos protestos que despertou: o texto “*Deve ser difícil amar uma criança adotada tanto quanto seus próprios filhos*” foi substituído pela voz da protagonista dizendo “*acho que mamãe não me ama de verdade*”.

²⁸ Damien é ao mesmo tempo a criança morta que é trocada por uma viva para que a mãe não sofra, o que também ecoa o medo popular acerca de ter o filho trocado por outra criança ou mesmo por uma criatura maléfica. Na versão da história do Rei Arthur de Alan Massie (2004), Lancelot teria sido uma criança assim trocada pelo filho de uma fada, e daí estaria explicados certos traços de seu comportamento pouco usual (ser um nobre e fiel cavaleiro e, ao mesmo tempo, trair a confiança do rei e seduzir a rainha).

²⁹ Cabe citar aqui a curiosa história de outro personagem de histórias em quadrinhos: HellBoy é um demônio trazido para a dimensão terrena em função de um experimento realizado pelo Governo Americano durante a Segunda Guerra Mundial, e que acaba sendo criado até a idade adulta pelo cientista responsável pelo experimento. Apesar de sua origem satânica, Hellboy considera o cientista como pai, e se torna um herói que se concentra em lutar contra as forças demoníacas.

Boicotado em todo o mundo por grupos de apoio à adoção, o filme estreou no Brasil com censura 16 anos, que se refere a filmes violentos, mas, em menos de dois dias de exibição, teve a idade mínima permitida elevada para 18 anos, faixa de censura empregada geralmente para filmes com cenas de sexo explícito. Na história em questão, existe sim uma cena de sexo, mas, além de ser entrecortada de certo humor, genitálias não são mostradas, e o ato é interrompido pela chegada intempestiva da garota recentemente adotada.

A comunicação referente ao aumento da censura estava afixada ao lado do caixa dos cinemas de Curitiba, informando se tratar de uma “Portaria especial”, fazendo crer ter sido editada para regular a exibição desta película em específico. Na ausência de justificativa quanto a cenas de sexo, a conclusão que se pode chegar para a elevação extemporânea da censura é o conteúdo: uma criança que começa sua escalada de crueldade esmagando a cabeça de um pombo com uma pedra para, minutos depois, esmigalhar a cabeça de uma freira com um martelo.

Inquietante do começo ao fim, o filme trabalha uma série de temores básicos que giram em torno do parentesco adotivo. Temos outra vez a figura da criança misteriosa, bem como a recorrência do *estrangeiro* sedutor: Esther, originária da Rússia, é a menina adorável que conquista (seduz) os candidatos a pais adotivos, mostrando-se educada e talentosa e, no fim da película, tentará literalmente seduzir o pai adotivo – será revelado também que esse era um comportamento recorrente seu. Estão lá também as dificuldades de aceitação por parte dos irmãos, os conflitos entre o casal orquestrados pela criança adotiva, o mau comportamento para testar a afetividade dos pais.

Percebe-se que o fato de uma história reproduzir situações factíveis de serem reais torna-a potencialmente mais impactante para o público. E, talvez seja esse exatamente a razão do desconforto: do mesmo modo que filmes como “O Pestinha” (Problem Child, 1990) e “Stuart Little” (1999) apresentam os conflitos da adoção tardia, “A Órfã” também o faz. A diferença está em embalar o conjunto na psicopatia, e não no humor.

O conjunto de emoções articuladas em uma produção cinematográfica tende a despertar uma empatia do público, e isso, quanto mais os sentimentos nela evocadas forem aproximadas daquelas que as pessoas da platéia viveriam ou sentiriam caso estivessem no papel de protagonistas. “Quando nós respondemos emocionalmente a

personagens ficcionais, nós estamos respondendo a representações mentais ou pensamentos indefinidos, derivadas de formas propositadamente contidas no enredo ficcional” (LAMARQUE, 1981, p. 302). Assim, numa trama que possa ser classificada como inverossímil, o nível de tensão gerado pode ser aplacado pela consciência de que aquilo não pode acontecer ‘na vida real’; já no caso de um enredo mais realista, essa ressalva não poderá ser acionada.

RADFORD (1982), em crítica a Lamarque, por sua vez coloca que o medo na verdade se compõe de um conjunto de emoções racionais e irracionais. Isto é, uma história pode ser terrível e inverossímil, causando susto e medo somente durante o tempo em que nós a assistimos, ou ser terrificante, mesmo depois que o filme terminou. Neste tipo de terror, ele aponta o clássico “O Exorcista”, que além de conter elementos de susto mediato, que podem ser racionalizados e esquecidos, possui também um conjunto que se liga ao terror coletivo e irracional. (Perceba-se, porém que, pessoas que crêem na existência do demônio serão muito mais impactadas do que aquelas que não acreditam nele). Já enredos que tem como ameaças não entidades sobrenaturais, mas animais peçonhentos ou humanos tenderão a ser mais assustadores, porque, neste caso, se está diante de elementos tirados do mundo real.

Também JOYCE (2000) aponta que a construção de um filme de terror bem sucedido depende de sua capacidade de conjurar a emoção e a crença do telespectador. Assim, um filme capaz de assustar será aquele que traz à trama temores difusos e inerentes aos seres humanos. O medo de lugares desertos, de certos animais, de espíritos, de demônios faz parte de um conjunto de temores possíveis, comuns a uma grande parcela de indivíduos.

Uma das frases proferidas logo no começo do filme é digna de nota: “*É muito raro um casal realizar uma adoção tardia como vocês estão fazendo*”. Quem fala é justamente a freira que, cenas mais tarde, será morta pela adorável garota adotada. Sim, as adoções tardias são, de fato, muito raras. Tão raras que, no Brasil, uma criança de 03 anos tem poucas chances de ser adotada, por já ser considerada *velha* para a adoção (IPEA, 2006). E, um dos fatores mais comumente apontados para que adoções não se dêem entre crianças mais velhas é, justamente, o medo dos pais adotantes que esses filhos potenciais venham com “vícios e maus hábitos” da instituição ou da sua família de origem:

“*Quem é que vai querer adotar uma criança de oito anos? Sabe-se lá o que essa criança já fez. Uma criança que fica roubando no sinal, que aprendeu a usar droga? Quem é que vai ter coragem de levar para casa uma criança que pode roubar e até matar a gente no futuro?*” (Extraído de depoimento de uma candidata a adotante residente na França, reclamando contra os critérios da legislação brasileira acerca da adoção internacional, que em geral ocorre a partir dessa faixa etária, dado no âmbito de um grupo de apoio à adoção internacional, 2009).

Assim, o filme “A Órfã” trabalha com incômodos reais inerentes ao tema da adoção tardia. Os problemas que no começo da trama se colocam dentro de certa *normalidade*, vão se somando num crescendo, à medida que a história avança.

O final do filme procura restabelecer o contato com a realidade, solucionando o mistério em torno do passado da jovem adotada. Mas, apesar desta tentativa, o final ‘surpreendente’ não é capaz de sanar o desconforto que a película gerou, porque, em todo o tempo, se está lidando com uma situação verossímil: Esther não é uma entidade sobrenatural. Não é o anticristo, não é um espírito ou uma criança com poderes paranormais. É humana (embora a demora para morrer nas cenas finais nos faça duvidar disso), portanto, a história narrada na película, embora seja bastante improvável, é, no entanto, *possível*.

E, vale notar, a idéia de restabelecimento da paz que o final do filme propõe é relativa: o pai foi assassinado, um dos filhos está hospitalizado e a mulher precisou matar a garota adotiva para salvar a outra filha e a si mesma.

Percebe-se que a mídia cinematográfica e televisiva, muito mais do que a literatura, é apontada como constituinte do imaginário popular acerca de assuntos cotidianos. Nesse sentido, o tipo de informação veiculada na mídia acerca do parentesco adotivo é motivo de preocupação e constante vigilância por parte dos grupos ligados à adoção. Um exemplo bastante recente é a carta aberta encaminhada em 01 de outubro de 2009 pelo grupo de apoio à adoção *Quintal da Casa de Ana* ao autor de novelas Manuel Carlos, acerca da abordagem dada ao tema na novela “Viver a Vida”, de sua autoria, que esteve no ar no horário das 21 horas na Rede Globo de Televisão até maio de 2010:

“A filiação adotiva deve ser considerada de igual valor que a biológica (até mesmo porque também os filhos biológicos devem ser adotados, cuidados e amados para serem verdadeiramente filhos); (...) Inclusive, pudemos contar com o Senhor na oportunidade da veiculação de sua última novela que tratava da adoção de uma criança com síndrome

de down, uma verdadeira adoção necessária, irretroatável e irrevogável, pois a mãe adotiva teve a segurança jurídica do processo de adoção. Foi fantástico!
(...) No entanto, a ANGAAD tem sido o receptivo de todas as angústias que famílias, pretendentes, profissionais e simpatizantes da adoção tem manifestado com relação às cenas da novela "Viver a Vida" relativas a personagem Mia, filha adotiva, seus pais (especialmente sua mãe), irmãs e terceiros.
Tenho ponderado juntos aos Grupos e conforme a minha intuição, que também se baseia no ótimo tratamento que o Sr. deu à Adoção na novela Páginas da Vida, que no primeiro momento da novela Viver a Vida o Sr. parece querer explorar ao máximo toda sorte de preconceito com relação ao tema para, afinal, tratá-lo de forma adequada, conforme a NOVA CULTURA DA ADOÇÃO! Na verdade, contamos mais uma vez com sua colaboração e apoio, pois de fato ainda existem muitas pessoas que agem da forma retratada na novela, e isso precisa ser mudado!"

O que se extrai desta carta é uma óbvia preocupação acerca do tipo de informação que é levada ao grande público a respeito do tema do parentesco adotivo, e, notadamente, da possibilidade de que determinados conceitos 'impróprios' possam vir a ser assimilados pelos espectadores.

A missiva encaminhada referia-se especificamente ao modo como a trama vinha mostrando a relação entre a filha adotiva e uma de suas irmãs, que nas cenas iniciais do folhetim contestava a veracidade relação de germanidade do parentesco adotivo. "*Você não é nossa irmã de verdade!*" foi uma das frases ditas por esta personagem. Em várias outras cenas, mesmo aquelas em que a mãe enaltecia o amor que sentia pela filha adotiva, o parentesco biológico foi adjetivado como 'de verdade' em oposição à filiação adotiva.

Mais recentemente, a mesma novela reacendeu a polêmica ao colocar no ar outra cena onde mãe e filho discutem sobre o desejo do rapaz de se casar com uma moça cadeirante. Na cena, o rapaz declara que, caso a noiva não pudesse engravidar, eles poderiam adotar, ao que a mãe, aos berros, lhe responde que preferia morrer a ver algo assim acontecer, pois, para ela seria inaceitável ser chamada de avó por alguém que não tivesse o seu sangue.

O conceito de 'indústria cultural', proposto por ADORNO & HORKHEIMER (1973), e que substitui a idéia da 'cultura de massa' é útil nesse momento. Enquanto tratar a mídia com uma designação que dá uma idéia de um conteúdo cultural emanado do próprio povo, e apenas 'refletido' na tela como um espelho, a idéia de um 'produto industrial' aponta para um processo de construção onde o público atua quase exclusivamente na forma de consumidor.

Neste arranjo, o consumidor tem bem pouca condição de escolher o que lhe é dado consumir, mas conforme bem aponta RIAL (2004) este raciocínio priva o público de qualquer agência, tornando-o apenas um receptor passivo das mensagens veiculadas. Caberia, neste caso, uma análise mais justa, onde o meio de comunicação, enquanto fonte detentora da mensagem (SHANNON e WEAVER, 1949), ocupe um lugar de destaque, justamente por seu poder de possuir a informação, e portanto, de escolha do que será ou não transmitido, mas também leve em consideração o receptor, (WIENER, 1970) que também pode vir a se constituir em fonte, na medida em que retroalimente o sistema através de seu *feedback* à mensagem.

Na relação de retroalimentação, a indústria é alimentada pelo público, e passa por um processo de constante modificação para atender aos desejos de seus consumidores. Neste contexto, filmes tendem mais para o conceito de ‘produto’, pois o público pode escolher dentro de um leque de ofertas aquele que está mais a seu gosto, e são entregues ‘prontos’ para serem consumidos. As telenovelas, por outro lado, são produções de médio prazo, cujos enredos podem mudar ao curso de sua exibição em função da audiência, de modo que não necessariamente chegam ao telespectador como um produto acabado. Assim, tanto procuram introduzir polêmicas e discussões, como também buscam orientar-se pelo gosto de seu público.

No que se refere á adoção, conforme aponta CAMARGO (2006) a representação social que constitui a maternidade biológica como “forma verdadeira de se obter filhos”, acaba por situar a adoção como uma forma imprópria de filiação, recurso a que se recorre quando o ‘meio normal’ falha. “Enquanto imperar o ‘mito do laço de sangue’, uma família jamais será, de fato, membro da família adotante” (CAMARGO, 2006, p. 151)

Esta falta de ‘naturalidade’ residiria, conforme aponta o autor, até mesmo na necessidade de se explicar sempre os motivos que levam a adotar (idem, p. 147): tanto durante o processo de habilitação, quanto na conversa cotidiana, sempre são requeridas exposições de motivos àqueles que escolhem a via da paternidade adotiva. Estas explicações, no entanto, não são exigidas com a mesma frequência quando de uma gravidez.

Haveria, portanto, uma tendência a interpretar a gravidez como natural e, neste sentido, a adoção passa a ter como única justificativa a infertilidade. E como está é

de fato principal motivação dos adotantes no Brasil (WEBER, 1996, 2008), carrega-se a relação adotiva de um caráter de parentesco de segunda classe.

Contrariando essa perspectiva temos a proposição levistraussiana (1982) do parentesco como um fator social, não necessariamente atrelado fixamente ao tripé de relações tradicionalmente apontadas como seus fundamentos – consangüinidade entre irmãos, descendência entre pais e filhos e afinidade geradas pelo casamento.

De fato, filmes e novelas são instrumentos capazes tanto de corroborar na construção de imaginários acerca dos órfãos e da adoção, bem como se prestam a servir de reflexão da sociedade acerca de seus próprios preconceitos e representações. Observa-se que, aliás, as mídias cinematográfica e televisiva são notoriamente influenciadas e influenciadoras do campo político, não sendo poucas as circunstâncias em que tais veículos são utilizados como transmissores de mensagens nem sempre veladas acerca de contextos sociais reais – vide, por exemplo, os filmes de guerra e espionagem durante o período da Guerra Fria.

Nota-se, por fim, que a polêmica que se abre pela via de um folhetim televisivo pode também abrir um território de discussão acerca de determinados temas, discussão essa que pode em certa medida extrapolar o âmbito dos estudos acadêmicos, no que se refere à quantidade de público que tem acesso a tais materiais. Eis um dos motivos da preocupação com as mensagens que através deles são transmitidas.

3. “Uma realidade que não deveria existir” – o olhar acadêmico acerca da Instituição e de seus moradores.

“De todos os infortúnios, o da infância abandonada ou culpada é o mais digno de nossa solicitude. Os doentes, alienados e velhos são certamente carecedores de todo o interesse; mas, a maior parte desses infelizes é composta de miseráveis já no declínio na vida. O menor abandonado, ao contrário, vai crescer: segundo a educação que receber tornar-se-á um perigo para os que o cercam, ou um honrado capaz de formar, por exemplo, núcleos de homens de bem.” (Discurso do Prof. Cândido Motta, Deputado pelo Estado de São Paulo, 1909)

Antes de adentrarmos no território propriamente dito da revisão de literatura tratando da experiência do abrigamento, importa considerar o plano de fundo sob o qual se constroem tais estudos, qual seja, a própria concepção ocidental que se tem da infância e da adolescência como um período separado da vida (COHN, 2005), uma fase

que requer proteção e preparação dos indivíduos para o tempo em que estarão ‘completos’, a idade adulta.

Dada essa cisão entre o mundo infantil e o adulto, naturalmente ficou legado aos campos da Psicologia e da Educação o estudo desse “ser em formação”. De fato, é dentro dessas disciplinas que a criança possui um verdadeiro espaço como categoria de análise, porém, justo por essa razão, tais construções teóricas possuem um sabor algo medicalizado e educacional demais.

No campo das Ciências Sociais, percebe-se que os estudos também baseavam-se na premissa da infância como uma fase de preparação, de acúmulo de conhecimento e educação³⁰. Assim, os estudos versando sobre indivíduos ainda ‘não-crescidos’, necessariamente ater-se-iam a esse processo de preparo para a vida adulta, e, desse modo, os estudos *com* crianças, não versavam *sobre* as crianças em si, mas sobre o modo como eram criadas, cuidadas e educadas. Isto se faz perceptível nas etnografias clássicas, nas quais as crianças aparecem como parte integrante do todo pesquisado, mas são geralmente consideradas apenas a partir das formas de interação e socialização empregadas pelos adultos em relação a elas.

E, seguindo por essa mesma linha, percebe-se também a ausência de sujeitos nas pesquisas sobre o período que pela tradição ocidental convencionamos chamar de *adolescência*. Nos clássicos, indivíduos localizados no intervalo entre a infância e a fase adulta eram abordados, justamente, nos limites dessa transição: através dos ritos de passagem, o que fazia desaparecer a *pessoa* do foco de análise, já que esta passava a ser tratada apenas como um limiar entre dois mundos necessariamente separados.

Pode-se dizer que a década de 1960 representa um marco na Antropologia, na medida em que, neste período, foram apresentadas novas propostas de análise para conceitos centrais desta ciência, possibilitando, assim, um novo olhar sobre o tema da criança. A partir da revisão destes conceitos chave, foi possível considerar a criança

³⁰ Vale destacar o apontado por TASSINARI, no texto “Concepções indígenas de infância no Brasil” (2007), onde traça um comparativo entre a criança conforme vista dentro de uma sociologia indígena, e a visão adultizada ocidental. Neste estudo, a autora coloca a questão de que, genericamente, os grupos indígenas vêem as crianças como completas e autônomas, além de serem portadoras de características especiais, que as fazem mais próximas na mediação com seres cósmicos. Mas, se a criança ameríndia é este ser autônomo de grande poder, genericamente, a criança ocidental é a tabula rasa, o ‘adulto de amanhã’ que necessita de ensino, amparo, cuidado. Nesta percepção, a sua figura não deixa de concentrar poder e ambigüidade, mas desta vez, por ser incompleta e limiar. E, por essa razão, esse indivíduo acaba por ser ainda muito mais pensado através da forma como ele é socializado, cuidado e preparado, do que por aquilo que ele já é.

como parte *atuante*, e não apenas *integrante* da produção cultural. Passa-se, assim, para a “a consideração e o tratamento das crianças como atores sociais de pleno direito, não como ‘menores’ ou como componentes acessórios da sociedade dos adultos” (DEBERTOLI et All, 2008, p. 19).

Surgem estudos como o de DELALENDE (2001), o qual aponta para a existência de uma *agência* autônoma da infância (BUTLER, 2008) em relação ao mundo dos adultos, que se manifesta na existência de *culturas da infância*, construídas a partir do presente, e não apontando para o futuro. Tais estudos procuram “revelar a criança na sua positividade, como ser ativo, situado no tempo e no espaço, nem cópia nem o oposto do adulto, mas sujeito participante, ator e autor na sua relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Com base nessa premissa, postula que a infância e as crianças devem ser estudadas na sua alteridade e pelo valor que têm em si mesmas, e não indiretamente ou passivamente através de outras categorias da sociedade, como a família ou a escola.” (BORBA, p. 01, 2006).

O estudo das culturas infantis, assim, passa a ser uma tentativa de superar a visão da infância psico-pedagógica que durante tantos anos centrou a perspectiva ocidental. JAMES, PROUT e JENKS (1998) situam as duas correntes que majoritariamente exploram esta vertente: uma delas entende que a *brincadeira*³¹ é o conjunto que agrega as formas relacionais e de representação que compõe os conteúdos culturais infantis; a outra situa esse conjunto dentro dos laços relacionais das crianças com outras crianças numa relação de gerações horizontais.

Porém, se por um lado esta perspectiva ‘liberta’ a infância de uma malha interpretativa, acaba eclipsando-a em nova lupa, onde será objeto de análise apenas entre seus pares, seja no âmbito das brincadeiras ou nas relações mais amplas, sem que se tome em consideração a relação com o conjunto social extenso, formado pelas outras gerações mais jovens e mais velhas. E é importante notar que a criança sempre “interage ativamente com os adultos e as outras crianças, com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis que assume e de suas relações” (COHN, idem, p. 28).

De qualquer modo, seja pela perspectiva de estudo pela qual são tomadas, pelas concepções uniformizantes a seu respeito, ou pela dificuldade de se lidar com a as

³¹ Laurence Goldman (1998) aponta que o estudo das brincadeiras foi ignorado e negligenciado em suas potencialidades por ser considerado como um conjunto de atividades “irracionais, triviais, improdutivas e definitivamente opostas ao trabalho” (p. 15), e, assim, reiterando a divisão entre o mundo *sério* dos adultos, e a frivolidade da vida infantil.

formas de operação do pensamento infantil, é fato que a possibilidade de ter crianças como interlocutores em uma pesquisa antropológica ainda é vista com certa reserva. Vale notar, uma criança é um outro particular: É o outro que eu também fui, que todos fomos. Por isso, ela é próxima demais em certos aspectos, mas se distancia no mesmo compasso, já que estes que hoje crescem são parecidos, mas muito diferentes de outro tempo, de outros lugares. Esta perspectiva complexifica a alteridade, na medida em que, na análise, será muito fácil enveredar por um caminho de comparações entre a ‘minha infância’ e a dos meus informantes.

Quando lançamos nosso olhar ao campo institucional, vale rememorar que a premissa que concebeu a infância como um período de incomplitude, também interpreta um determinado tipo de família como o ambiente necessário para a ‘adequada formação’ dos indivíduos. Essa perspectiva, fortemente calcada nos estudos psico-médicos, lançou no espaço do *desvio* aquilo que estivesse de fora dessa percepção de ‘normalidade’.

E este é, certamente, também o material do qual se extrai a legislação que regula a matéria, a qual informa serem as crianças e adolescentes sujeitos de direitos e deveres, e, ao mesmo tempo, requerentes da proteção da família, da sociedade civil e do Estado. Por esta via, se constrói também o campo do Serviço Social, que provê de cuidados os indivíduos que não foram atendidos ao seio de seu próprio grupo familiar.

E é nesse jogo entre ‘falta’ ou ‘desvio’ que se constrói boa parte da literatura que toma como campo de estudo as crianças e adolescentes em situação de abrigo. Dominada em sua grande maioria pela Psicologia e Psiquiatria, o ambiente institucional passou a ser visto sob uma perspectiva medicalizada, onde principalmente são avaliados os ‘problemas’ oriundos da experiência de se viver em um abrigo. Tratam-se de estudos de referência no campo clínico, tais como os de NEUMAN & NEUMAN (1979), SUTTON-SMITH (1973), VIORST (1986), DOLTO (2006) e, no Brasil, os títulos de Lídia WEBER (1996, 2004 e 2008) e SILVA (1997).

Ainda sob a perspectiva de que a família será o ambiente fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos, quando se dá o abrigo, a adoção passa a ser vista como o destino preferencial para a saída do ambiente institucional e, neste âmbito, há outra grande concentração de estudos, os quais visam tanto estimular a filiação adotiva

(PAULIV, 1975, 2008; MARMITT, 1993; MALDONADO, 1995), quanto interpretar as relações que se estabelecer por esta via (SCHETTINI Fº. 1994,1998; PAIVA, 2004).

Tal bibliografia, também predominantemente da autoria de psicólogos/psiquiatras, procura em grande medida desmistificar os temores que envolvem a adoção – conforme já abordado no tópico anterior, o receio, por exemplo, de tendências hereditárias que os filhos adotivos possam repetir. – e tratar de certos núcleos específicos tais como a adoção tardia (CAMARGO, 2006), inter-étnica (SILVEIRA, 2005) de crianças portadoras de necessidades especiais (NIBLETT, 1994; CEZAR, 2008), a realizada por casais homoafetivos (FIGUEIRÊDO, 2004; GIRARDI, 2005, PERES, 2005), dentre outras.

Tratando ainda das especificidades inerentes à prática adotiva, destaca-se o estudo de Maria Antonieta Pisano Motta, “Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção” (2008), a qual toma como ponto de partida um lado pouco privilegiado dentre aqueles que compõe a cadeia de relações da prática adotiva: as mães que entregam seus filhos, e que, por sua atitude, vêm a questionar o mito do amor materno, genericamente considerado como um dado inerente à própria feminilidade.

Cabe destacar também o livro de Roberto Silva, “Os Filhos do Governo” (1997), que mapeia a trajetória de vida de toda uma geração de egressos da FEBEM na década de 1970, procurando desvelar como o sistema de abrigamento foi responsável pela produção do alto índice de criminalidade verificado entre egressos destas instituições.

Tomando uma nova perspectiva de estudo, temos também a vertente tomada por Cláudia Fonseca que, a partir do livro *Caminhos da Adoção* (1995), vem tratando não apenas da prática adotiva, mas também de todo o contexto de circulação de crianças (2005) oriundas de famílias de baixa renda para serem perfilhadas por casais das camadas superiores³². Seu estudo ainda ressalta a inaplicabilidade de entender o conceito de ‘família nuclear’ como um modelo unívoco, considerando a multiplicidade e plasticidade dos arranjos parentais.

Em 2009, em autoria conjunta com Patrice Schuch, Cláudia Fonseca, através da obra “Políticas de Proteção à infância, um olhar antropológico”, propõe novos

³² Também percorrendo esse circuito, mas focando-se na adoção internacional, convém citar o estudo de Domingos Abreu (2002).

olhares acerca do contexto particular da institucionalização, onde são abordadas várias faces dos programas de apoio à infância e adolescência abrigada, bem como daqueles voltados para os egressos de tais ambientes, praticadas no estado do Rio Grande do Sul.

Este livro se destaca pela forma de abordagem antropológica do contexto institucional brasileiro³³, e realça uma ausência notável de estudos que tratem do universo do abrigo enquanto solo etnográfico possível de análise em si mesmo, e que se voltem não para os pretensos problemas da institucionalização, nem tratando de da minoria que chega a ser adotada, mas daqueles que vivem e crescem no interior dos abrigos.

³³ Tratando do ambiente institucional na França, destaca-se o interessante trabalho de Fernanda Bittencourt Ribeiro, intitulado “Crianças de CAVAL, crianças em perigo: ‘os grandes’ e seus dilemas numa instituição de proteção à infância” (2007).

CAPÍTULO II – CRIADOS PELO ESTADO

*Olhe a situação que eles me fizeram encarar
Não consigo viver uma vida normal,
fui criado pelo Estado*

A citação acima é um trecho da música ‘*Gangsta’s Paradise*’, de autoria do rapper norte-americano Coolio. A tradução desta música me foi pedida por Pedro³⁴, um dos moradores da Fundação, ao ganhar uma competição que fiz na aula de inglês. Enquanto traduzia a música, não pude deixar de pensar no quanto alguns trechos estavam conectados com os temas de investigação de minha pesquisa.

Além disso, a frase “fui criado pelo Estado” ecoava com o relato de Roberto Silva, egresso de uma unidade da FEBEM: Na introdução do livro resultante de sua dissertação de mestrado em Pedagogia pela USP, que traça a trajetória da primeira geração de crianças e adolescentes que cresceram no ambiente institucionalizado de unidades da Fundação de Bem-estar do Menor – FEBEM no período da Ditadura Militar brasileira, ele narra que, aos 16 anos, quando era interpelado sobre quem era seu pai, sua resposta era “*O Governo!*”. E assim, seu livro recebeu o nome de *Filhos do Governo* (1997). Nele, ao mesmo tempo em que busca reconstruir sua própria história, o autor procura demonstrar como a institucionalização prolongada parece contribuir para um alto índice de criminalização dos egressos, explicada como uma tendência não para o crime, mas para ser reinstitucionalizado³⁵.

³⁴ Quando levei a tradução, perguntando a Pedro se havia um motivo especial para a escolha daquela música, ele me disse que a escolheu por ter gostado do filme (*Mentes Perigosas*) no qual a música aparecia, e que contava uma história parecida com a minha situação atual: “a professora nova tinha de provar que era digna de confiança”.

³⁵ Conforme o autor explica ao longo de sua obra, o que move o egresso à criminalidade seria o medo do *externo*, de viver em uma sociedade com regras que lhe são completamente desconhecidas e sem sentido e, assim, o que se entende por uma “tendência criminosa” seria, na verdade, apenas uma necessidade de retornar a uma comunidade que é similar àquela na qual se cresceu. “O tornar-se infrator foi a resposta comportamental do menino à violência simbólica com que se defrontou na sociedade e com a qual não estava preparado para lidar. Isso demonstra que a desinternação foi o momento crucial para todos eles pois foram preparados, treinados e educados para viver dentro de uma instituição e não dentro de uma sociedade livre e competitiva. Esses meninos foram recolhidos pela condição do abandono moral em que se achavam. Durante doze, quinze ou dezoito anos eles foram abrigados, vestidos e alimentados, mas no momento de sua desinternação compulsória saíram da instituição na mesma condição de abandono moral em que lá entraram. Não é de surpreender que parte significativa deles tivesse o destino que teve”. (SILVA, *ibidem*: 118).

Importa notar que, se aqui a música oportuniza uma aproximação entre dois contextos distantes no tempo, se faz necessário considerar que essas duas vivências institucionais estão afastadas por uma série de aspectos. A começar pelas palavras ‘Governo’ e ‘Estado’, as quais, ainda que genericamente possam ser tomados como sinônimos, não representam a mesma coisa.

Estado é um termo de maior amplitude, e refere-se ao conjunto de instituições que têm soberania ao longo de um território e população definidos, portanto, o Estado engloba o Governo. Por sua vez, Governo é a organização de autoridade de uma unidade política. Na situação em análise, temos duas experiências que se deram no mesmo Estado-Nação, o Brasil, mas não compartilharam da mesma forma de Governo.

O Governo que foi ‘pai’ de Roberto Silva foi a Ditadura Militar Brasileira que, em seu auge, a Década de 1960, instituiu a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor – FUNABEM e as unidades da FEBEM. Tais instituições de cunho fortemente militarizado abrigavam sem distinção os *menores infratores* cumprindo penas, órfãos, crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar em função de mais tratos, bem como aquelas que eram deixadas ali por seus pais quando esses já não podiam mais prover seu sustento. Nesse momento, já não se trabalha mais com a divisão entre menores abandonados e infratores, que, pela determinação constante do artigo 2º do Código de Menores passa a ser unificado pelo termo “menor em situação irregular”, de modo é a situação sócio-econômica e/ou familiar que unifica “todas aquelas situações em que o menor se encontra em oposição à situação de normalidade” (GANTUS JASMIM, 1986, p. 24).

De outra parte, Pedro, morador da Fundação, tem dezesseis anos e não conheceu a Ditadura Militar, e o Estado que o ‘cria’ é democrático. Sua vivência institucional está atrelada, portanto, à Constituição de 1988, a qual sinalizou para uma transição importante não só na esfera de direitos, mas também na obrigação de cuidado e assistência de crianças e adolescentes: O artigo 277 da CF transferiu parte da obrigação de cuidado e assistência do Estado para a sociedade civil³⁶. Apesar de já ser visto como um problema de ordem social em legislações anteriores, desta vez, a

³⁶ Art 277, CF/88: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão”.

questão da criança desassistida não é mais colocada em termos de *anormalidade*, ou *irregularidade*, mas como um problema a ser tratado por toda a sociedade, em todas as suas instâncias, responsável pelo desenvolvimento e bem-estar de seus filhos.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente passa a vigorar novamente, depois de muitos anos, a diferença entre o abrigamento para cumprimento de medida sócio-educativa, e aquele resultante de afastamento da família biológica. Assim, adolescentes após os 12 (doze) anos de idade³⁷, que incorressem em infrações penais deveriam ser encaminhados à Fundação Casa (nova denominação para a antiga Febem), enquanto que crianças e adolescentes órfãos ou retirados da convivência familiar seriam enviados a instituições de abrigamento.

Porém, havia neste diploma legal um defeito bastante explícito: se por um lado delimitava em dois anos o tempo máximo de internação para cumprimento de medida sócio-educativa (derivada da prática de infracional), não havia qualquer regra a respeito do tempo máximo de afastamento do parentesco antes da decretação da destituição do poder familiar, de modo que muitas crianças e adolescentes permaneciam no limbo de uma situação indefinida por longos anos. Às vezes, até a saída compulsória aos dezoito anos de idade.

Somente no ano de 2009 foi promulgada a Lei 12.012, denominada “Lei da Adoção”, a qual estabelece, pela primeira vez, um prazo para a definição da situação das crianças e adolescentes institucionalizados: a Vara de Infância e Juventude, além de ser obrigada a prestar relatórios semestrais acerca da situação do abrigado, terá o prazo máximo de dois anos para decidir se ele retornará à família de origem, ou será encaminhado para a adoção. Apesar dessa mudança, efetivamente substancial, está claro que o fato da destituição ser decretada não garante o acesso à família adotiva, uma vez que isso depende também do interesse dos candidatos a pais por adoção em adotar especificamente aqueles que estiverem disponíveis.

Assim, apesar desta diferença clara entre as experiências de abrigamento de Roberto e Pedro, a escolha musical do último oferece a oportunidade de refletir acerca do contexto de ser ‘criado pelo Estado’, tentando vislumbrar o que essa vivência tem de

³⁷ A legislação penal brasileira determina que indivíduos com idade inferior a 12 anos são ‘totalmente inimputáveis’, e, entre doze e 17 anos e 23 meses serão ‘parcialmente’ imputáveis.

diferente em relação àquela que se dá nos limites do grupo familiar³⁸. Pois que, neste ambiente, o Abrigo, instituído por lei como lugar de uma morada provisória e excepcional, mas que somente muito recentemente ganhou uma previsão legal com prazos a serem cumpridos para a definição da situação de afastamento da família biológica, acabou por se tornar como um ponto de uma estadia muito longa.

E trata-se aqui da permanência nesse ‘outro lugar’ que é diferente daquele que é concebido como *convencional*. O lugar do excepcional e do provisório, que não é necessariamente a grande e impessoal Instituição de outrora, mas para o qual as crianças e adolescentes só devem ser enviadas como um último recurso, ‘quando todas as outras possibilidades houverem sido esgotadas’, como referido nos ordenamentos jurídicos versando sobre o assunto.

Nas duas Instituições pesquisadas, fica evidente o signo da permanência, naquilo que o a lei instituiu como provisório. Embora as adoções aconteçam, elas não são necessariamente *frequentes*, e isto, principalmente porque a maior parte das crianças e adolescentes abrigadas está fora do perfil majoritariamente requerido pelos candidatos a pais por adoção: De acordo com pesquisa realizada nas cidades de Bauru e Marília, (ALMEIDA, 2003), no ano de 2001, dos 133 casais e famílias cadastrados como postulantes à adoção nas comarcas citadas, 118 deles (82,72% do total) colocaram como condição para a realização da adoção o fato da criança ser branca; somente 09 casais e famílias, o que equivale a 6,72% do total, aceitaram adotar crianças pardas ou negras; Cinco casais e famílias cadastradas manifestaram-se indiferentes em relação à cor e etnia das crianças (3,76% do total cadastrado); e apenas um, entre os 133 cadastrados, manifestou explícito interesse em adotar uma criança negra (0,75% entre os cadastrados), e, convém destacar a observação do pesquisador: este casal era negro.

Do outro lado deste mapeamento de preferências, encontram-se crianças como os moradores da Fundação, cujo perfil condiz também com os números majoritários dos indivíduos hoje abrigados: Segundo dados recentemente publicados pela Revista Época³⁹, a maior parte dos abrigados é do sexo masculino (58,5%), tem idade variando entre 07 e 12 anos (60%), e é classificada como negro ou pardo (63%), e têm um ou

³⁸ A Lei nº 11.340, de 2006, (Lei Maria da Penha) ampliou a definição do Código Civil de 1916, a partir do que família passou a ser “comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; independentemente de orientação sexual” (art. 5º, inciso II, e parágrafo único).

³⁹ MENDONÇA, Martha. **Os meninos que ninguém pode adotar**. Revista Época, 28 de junho de 2008.

mais irmãos, cuja separação não é recomendável. Tais dados revelam claramente esta desconexão entre as crianças disponíveis e as que são procuradas pelos candidatos a pais adotantes.

Conforme se tornará mais claro ao longo deste relato etnográfico, importa perceber que, em nenhum dos dois campos nos quais pesquisei, a experiência do abrigo é entendida como transitória, embora seja essa a previsão da letra legal. Nestes ambientes, indivíduos são ‘criados pelo Estado’, e é sobre os mesmos que passarei agora a discorrer, apresentando-os.

I. A Fundação

“Olha, gente, nem todo abrigo é assim, lindinho, todo verdinho e cheio de espaço como esse daí! Tem lugares bem ruins onde as crianças ficam.”

Esta foi a primeira vez que eu ouvi falar da Fundação. Enquanto ouvia a explanação de Hália Pauliv no curso de formação para candidatos a pais por adoção, entre uma grande quantidade de matérias sobre adoção, fotos, e outros, passou também por nossas mãos o folder de apresentação desta Instituição. A monitora do curso, em sua fala, procurou destacar a especificidade desse abrigo, cuja estrutura de excelência o diferenciava dos demais.

Trata-se de uma unidade de referência para demais Instituições, e este era justamente um fator que inicialmente causou-me certa reserva quanto à possibilidade de vir pesquisar ali. “*O que haveria para ser pesquisado num lugar tão bom?*”, perguntava-me. De fato, a Fundação foi a última destinatária de minhas cartas de solicitação de pesquisa, e só o fiz quando já colecionava algumas respostas negativas. No entanto, esta foi a instituição que primeiramente me recebeu, de modo que, em agosto de 2008, eu começava ali o meu campo etnográfico.

Passado mais de um ano, o caminho para a cidadezinha da Região Metropolitana de Curitiba já não é mais novidade, embora a paisagem bucólica, cheia de plantações, arvoredo e animais tranquilos nos pastos ainda seja bela. O trajeto intermunicipal de cerca de 20 minutos de ônibus produz uma transição entre a cidade e o campo. Ao final

dele, se está no “Centro” da cidadezinha, que corresponde a um prédio público, poucas casas de comércio e um posto de gasolina.

Descendo no posto, é preciso caminhar cerca de 200 metros até a entrada da Fundação. Uma grande porteira de madeira, encimada com uma faixa com dizeres de boas-vindas dá acesso a uma alameda calçada de paralelepípedos que sobe em curva para a esquerda. Como se trata de um local que antes foi uma fazenda, existem algumas construções antigas que servem de depósito e uma casa de caseiro próxima ao portão, que está, de certo modo, ‘descolada’ do restante do complexo de casas-lar e prédios administrativos, construções mais recentes e localizadas adiante.

Alguns passos nessa estrada, e se avista à direita uma quadra poli-esportiva, e atrás dessa, o salão de festas. Logo se vê o enorme gramado e o playground onde os pequenos se divertem. Mais atrás, um campo de areia, as casas-lar e as construções administrativas.

É nesse momento que as vemos: Crianças de várias as idades circulam para todos os lados. Uns brincam no playground, outros jogam bola na quadra, outros ainda são entrevistados em atividades dentro das casas. Quase sempre há um rádio ligado em algum ambiente, de onde o som – em geral, um hip-hop – escapa pelas venezianas sempre abertas, podendo ser ouvido praticamente em qualquer ponto do terreno.

Logo, ouvem-se também gritos alegres de “*Oi, profe!*”, seguido de abraços apertados dados por várias crianças que correm para saudar quem chega e, então, passam a acompanhar o trajeto até às salas de estudos, que fica no final da longa calçada que passa pelo meio das cinco casas. Os mais jovens têm dois anos, os mais velhos, dezoito. Ali, não há bebês o que, conforme explicado pelo Administrador, dificultaria a possibilidade das mães-sociais de cuidarem bem de todos os demais indivíduos confiados a seus cuidados.

Em toda volta, há um gramado de um verde impressionante, pessegueiros que dão a impressão de sempre estarem em flor e, completando o ambiente colorido e bem cuidado, as casas-lar e os prédios administrativos. O mais sóbrio deles é o da administração; trata-se de uma casa térrea e baixa, pintada de branco. Apesar disso, ele fica no alto de um elevado, o que permite uma visão panorâmica de todo o ambiente. De um lado, ficam as salas da gestora Mariluce e do Administrador. (Quando comecei a pesquisa, essa função era ocupada pelo ‘tio’ Hugo, que se aposentou em 2009, após 15

anos de trabalho. Edson assumiu seu lugar no mesmo ano). Do outro lado de um curto corredor, fica a grande sala onde as crianças têm aula de música e dança. É uma sala ampla, com uma barra de balé afixada em uma das paredes. Nesta grande sala, também são feitas palestras voltadas para os monitores (designação dada aos pais sociais neste local) e/ou internos.

Mariluce é a ponte de contato entre a instituição e a mantenedora, vinculada a uma empresa estrangeira. Já o Administrador trata mais das questões internas, inclusive dos víveres da despensa comunitária.

Mais à direita, fica outro prédio administrativo, que é chamado de “Prédio do Projeto” onde está a sala da psicóloga e das duas assistentes sociais, e, mais adiante, as três salas do reforço escolar. As assistentes sociais Maria e Angélica interagem de forma diferente com o ambiente institucional: Maria dedica-se à relação interna entre os abrigados e o corpo geral dos funcionários, e a outra é encarregada do serviço externo, tratando da relação das crianças e adolescentes com o exterior, como no caso de reintegração à família de origem, adoção, etc. Elas na verdade ocupam uma saleta contígua à de Fabiana, a psicóloga. Ela atende a todas as crianças e adolescentes residentes no abrigo, incluindo os filhos de monitoras, em um esforço para que haja um tratamento igualitário entre uns e outros. As três cuidam também de questões como programas e agenda de atividades das crianças.

A sala da Fabiana é enfeitada com muitos brinquedos, um sofá, uma pequena mesa de reuniões e um grande tapete, sobre o qual há mais uma grande quantidade de brinquedos. Já a sala das assistentes sociais é mais simples, tendo apenas uma mesa comum de escritório para cada uma, um armário com pastas, e um aparelho de xérox e impressora. Todas as salas possuem computadores; porém, o único conectado à internet é o de Mariluce.

A seguir, temos as salas de aula, cada qual coordenada por uma professora e reservada a uma das turmas do reforço. A primeira sala ‘pertence’ à professora Walquíria, que dá aula para as turmas de terceira e quarta séries do ensino fundamental. Tem duas mesas compridas, com cadeiras de escritório que são colocadas ao redor para os alunos sentarem-se. Há um quadro negro e um grande armário com livros e material geral para realização de atividades, como cola, tesouras, papéis, entre outros.

A sala seguinte é da professora Joana, que dá aula para os adolescentes. É a maior de todas, e nela existe também a mini-biblioteca da Fundação. Quanto à disposição do mobiliário, é bastante parecido com a sala anterior, mas nessa há também um micro computador que, apesar de ser bastante velho, é muito disputado, por ser um dos poucos na Instituição no qual as crianças têm certa liberdade para mexer. Este foi também o lugar que eu ocupei nas sextas-feiras como professora de inglês.

De frente para esta sala, fica a que é comandada pela professora Roberta, que dá aulas para a primeira e segunda séries do ensino fundamental. Parece ser menor que as demais, ou mais abarrotada de coisas, nunca cheguei à uma conclusão definitiva a esse respeito. Tem apenas uma mesa comprida e uma menorzinha, e possui, além do quadro negro normal, um outro com linhas de partitura. Há também um tapete grande a um canto, destinado para atividades lúdicas.

Em quase todas as salas, é possível perceber manifestações do carinho de alguma criança ou adolescente por um adulto: “**Prof. Joana, I**  **you!! Ass. Letícia**” “**Angélica, eu te adoro! Ass. Edna**”, etc.

As casas-lar, que são a razão de ser de todo o resto, ficam no meio das construções todas. São cinco ao todo, dentro das quais se distribuem os cerca de cinquenta indivíduos abrigados. Existem três azuis e três rosa-claro, mas, exceto no caso dos adolescentes, não há uma divisão por sexo nas casas. Elas são identificadas pelo nome da mãe-social que vive nelas. Assim, há a ‘casa da Geisa’, há a ‘casa da Nalva’, e assim por diante. Três casas são ocupadas pelas crianças até atingirem a idade de doze anos, quando são transferidas para as outras duas moradias, destinadas aos adolescentes (exceto no caso dos filhos de monitores, que permanecem junto de seus pais).

Convém observar uma particularidade acerca do gênero dos cuidadores na Fundação: À época do início da pesquisa, três das cinco casas eram comandadas por mulheres sozinhas, que moravam ali juntamente com seus filhos. Existe, em realidade, uma superabundância de papéis ocupados por mulheres em relação à presença de homens ali, como na grande maioria das instituições de acolhimento desta natureza. Enquanto existem três homens trabalhando/morando ali com regularidade (o administrador, o caseiro e o marido de uma das monitoras. Este último trabalha fora, enquanto sua esposa fica em casa com as crianças), além de um professor de matemática e um de futebol que freqüentam a Instituição para dar aulas em sua

especialidade, temos as cinco monitoras, duas assistentes sociais, a psicóloga, as três professoras do reforço escolar, a professora de dança, a musico-terapeuta, uma senhora que trabalha na limpeza geral, outra que cobre as folgas das monitoras, e a esposa do caseiro.

As casas seguem uma arquitetura padronizada: uma construção comprida e estreita, com varandas em toda a volta. Há uma grande porta de correr bem no meio, que dá entrada para a espaçosa sala, que é conjugada à cozinha. Do lado esquerdo desta porta, temos um corredor que em uma das paredes tem um espelho ‘de corpo inteiro’. O corredor leva aos dois grandes quartos mobiliados com beliches e guarda-roupa, destinados às crianças. Uma terceira porta dá para um grande banheiro. Do outro lado da sala, há um quarto menor para o casal ou mulher que ocupa a posição de monitoria. No canto direito da cozinha, há uma saída para os fundos e uma pequena lavanderia. Por dentro, as paredes são pintadas de branco.

O núcleo central da casa é a sala conjugada à cozinha. Há uma mesa e jogo de sofá espaçosos o suficiente para ocupar o grande número de residentes. Em todas as casas, há uma televisão de porte grande, aparelho de DVD e som, e alguns itens decorativos individuais, tais como quadros, vasos de plantas e bibelôs.

As cozinhas são bem equipadas, e a casa inteira é sempre muito limpa, o chão é constantemente encerado e as varandas sempre bem varridas. Existe uma divisão de tarefas para as crianças em todas as casas, de modo que mesmo os menores ajudam de alguma forma a manter a ordem. Na casa de Nalva, há também uma divisão rigorosa quanto às louças que as crianças usam: cada xícara, copo e prato é marcado com uma cor, para que cada um saiba qual utensílio é o seu, evitando brigas e garantindo uma maior responsabilidade de cuidado. *“Ah, antes era uma quebradeira de tudo aqui. A Edna quebrava as xícaras de todo mundo. Quebrou do Samuel, quebrou da Janaína, quebrou a minha, ‘desbeçou’ a da Michele. Aí eu disse que quem quebrar fica sem!! Depois que a gente marcou, agora ela cuida, e não quebrou mais nada!”* (Nalva, mãe-social.)

Assim, tanto a conformação das casas, quanto à sua própria rotina, existe algo de instituição, combinado com a face de uma casa com muitas crianças. *“Eu tenho nove filhinhos! Assim, ‘filho’ modo de dizer, né? Mas são meus filhos!”* (Geisa, a única mãe-

social que costuma ser chamada de ‘mãe’ pelas crianças que vivem com ela, e que os chama de ‘filhos’).

No interior de uma dessas casas, é possível que se esqueça, por alguns momentos, que se está em uma Instituição de abrigamento. O fato de estar em uma paragem bucólica, de certo modo faz pensar em uma pequena comunidade de pessoas em busca de uma vida mais tranqüila. Há o verde, as árvores, as acolhedoras casas de portas e janelas sempre abertas, o portão que nunca se fecha, e as crianças sempre circulando de um lado para o outro. Essa impressão fica mais intensa no entardecer ou nos finais de semana, quando o corpo administrativo está ausente e ficam apenas os residentes.

Mas está claro que existem certos limites para esta ilusão, bem como alguns aspectos que devolvem o lugar para a sua verdadeira natureza. Isso se denota pela escassez de pertences pessoais nas casas, tanto da mãe-social como das crianças, visto que a maior parte dos móveis e eletrodomésticos pertence à Fundação, pela presença dos funcionários da Administração, trabalhando de segunda à sexta-feira a poucos metros das casas, e pela própria essência arbitrária das medidas de afastamento do lar de origem que impõe a presença daquelas crianças e adolescente ali.

Além disso, há um item que salta da arquitetura, presente em todas as casas e que é uma espécie de intervenção do administrativo no ambiente privado. Trata-se do quadro de avisos. É um quadro recoberto de veludo verde, colocado dentro de uma espécie de ‘caixa’ com porta de vidro corrediça, que fica instalado na parede ao final do corredor que conduz aos quartos dos abrigados. Apesar de existir certa tentativa de pessoalizar também este espaço, com algumas fotos dos moradores, ou recortes de revista com retratos de ‘ídolos’, este é o espaço dos avisos oficiais. Festas, solenidades, apresentações das crianças, escalas de consultas à psicóloga, matérias de jornal a respeito da Instituição são genericamente afixadas ali. Às vezes, é possível ver um mesmo aviso em sua forma solene, afixada no quadro verde, e de forma mais livre, com a caligrafia de uma das crianças e afixado com um ímã na geladeira. São comuns tais duplicidades, por exemplo, no calendário de apresentações do coral infantil.

Também ressaltando a particularidade nas dinâmicas desse ambiente, existem as entradas constantes de novas crianças, as saídas para adoção, maioridade ou fugas, de modo que no ambiente há sempre ‘caras novas’ e memórias dos que já partiram. E aqui

se percebe um contraste na forma de chegar e partir, e da construção da memória no ambiente institucional: Na instituição, os indivíduos chegam através de medidas judiciais, e partem geralmente pelo retorno ao parentesco originário, pela adoção, ou por atingirem a idade limite de abrigamento, enquanto seus cuidadores chegam e partem a partir de um contrato de trabalho. A diferença aqui pensada reporta-se às chegadas e partidas nos ajuntamentos familiares, mais atrelados aos ciclos da vida (nascimentos e mortes), ou estabelecimento e perda de novos laços de parentesco ligados ao matrimônio.

Porém, apesar de existir certa circulação, fica evidente que, para algumas crianças e, sobretudo, para os adolescentes, a porta de saída do abrigo é a maioridade civil. Durante os seis primeiros meses de minha pesquisa na Fundação, houve um considerável número de adoções tardias – ocorreram três adoções: dois meninos de 10 anos, e uma menina com 04 anos – mas, essas situações foram consideradas pelos funcionários da instituição como um fato extraordinário. Note-se que ali há um grande número de adolescentes, e convencionou-se que a entrada na adolescência é um limiar também para a condição de inadotável. *“Não é que não possa acontecer, mas é muito, muito raro mesmo. Na verdade, aqui nunca aconteceu. É a idade máxima que eles pedem. O juizado liga e diz ‘Olha, tem um casal que quer um menino, ou menina, com tantos anos’. E é assim, sete a 10, ou, no máximo 12 anos. Algumas vezes falamos ‘Ah, tem a fulana, que acabou de fazer 13!’, e pode até ser que acabe passando... Mas assim, de aparecer um casal e pedir uma criança com mais de 13 anos, isso realmente não tem não.”* (Angélica, assistente social responsável pelos trâmites de adoção.)

Assim, fazer 12 anos dentro da instituição pode significar que se fará também 13, 14, e sucessivamente, até a maioridade. Marcas dessa permanência são visíveis nas fotos que constam do já citado folder de apresentação do abrigo: muitas das belas crianças que ilustram esse panfleto elaborado nos anos 1990 são hoje os adolescentes para os quais eu dei aula de inglês.

Conhece-los demorou certo tempo. Meu contato com eles se deu durante as aulas de inglês, mas também nos intervalos para o café da tarde, na preparação de eventos e em algumas outras situações quotidianas. Embora tenha conseguido conhecer a todos os internos, tive maior proximidade com 35 deles, que foram meus alunos. A seguir, apresento seus nomes e um pequeno resumo de suas histórias, algumas das quais serão retomadas no decorrer deste trabalho.

Começo apresentando os *grupos de irmãos*. Define-se como “grupo de irmãos” o número formado por dois ou mais indivíduos ligados por laços biológicos, e que, pela legislação vigente, não podem ser separados para fins de adoção.

Dos cerca de cinquenta residentes na instituição, pude auferir a existência de dez grupos de irmãos, sendo três deles formados por dois irmãos, e os outros formados por grupos maiores e de adoção difícil ou pouco provável, compreendendo quatro a sete indivíduos. Além destes grupos que viviam neste abrigo, verifiquei a existência de alguns internos que possuíam irmãos vivendo na Casa de Passagem do Município⁴⁰ vizinho. Em função das suas idades variadas e das necessidades de ajustes à geografia do local, na Fundação irmãos genericamente vivem em casas separadas, inclusive por que o critério primordial para a distribuição interna dos indivíduos é a existência de vagas ou não no interior da Instituição.

Os grupos residentes na Fundação são os seguintes:

- 1) Luciana, 15 anos, Elisa, 10 anos e Bruna, 08 anos. Possuíam outros 04 irmãos mais jovens abrigados na Casa de Passagem do Município vizinho. Somente a mais velha tinha a destituição do poder familiar decretada. Em um sábado muito chuvoso de setembro de 2008, fugiram da Instituição. A última notícia a respeito deles é de que teriam sido vistos no Litoral, cerca de 15 dias depois da fuga. Caso sejam encontrados, dificilmente retornariam para a Fundação, sob o pressuposto de que as crianças com histórico de fugas tendem a influenciar negativamente os demais;
- 2) Letícia, 12 anos, Daniel, 10 anos, Jonas, 09 anos e Miguel, 05 anos. Estão abrigados em função da prisão da mãe, e aguardam o cumprimento de sua pena para retornarem a morar com ela. Em setembro de 2008, Letícia fugiu da Fundação, deixando seus irmãos. Foi encontrada e enviada para a Casa de Passagem do outro município. Sua estada conflituosa na instituição dificulta a possibilidade de retornar;
- 3) Jéssica, 12 anos, Júlio César, 11 anos e Juliano 09 anos. São irmãos por parte de pai, que enfrenta uma longa disputa judicial para ficar com eles. Segundo a psicóloga Fabiana, trata-se de um caso muito complicado: “Ah,

⁴⁰ A Fundação está localizada em um Município pequeno, desmembrado recentemente de outro maior, mantendo ainda uma relação estreita com essa Comarca. Isso fica bastante evidente na circulação de crianças entre os dois municípios, como se notará ao longo desta exposição.

menina, é uma complicação... daí um quer voltar para o pai, o outro quer ser adotado, o outro não tem certeza. A gente quer fazer o melhor por eles, mas é difícil! E o pai, é um problema, não para no emprego, bebe; mas daí vem aqui, e faz todo o teatro de pai amoroso e incompreendido, e os meninos acreditam, ficam contra a gente... Ah, é muito difícil!”

- 4) Rodolfo, 19 anos, Roberto 17 e Valdir 16 anos. Estão entre os moradores mais antigos da instituição. Rodolfo chegou lá com dois anos e, agora, encontra-se na República para jovens egressos, que foi criada em 2008 para abrigar os jovens com mais de 18 anos por um período de aproximadamente 05 anos, ou até que venham a se estruturar adequadamente. Os três estão destituídos, mas não foram adotados. São considerados ‘exemplos’ na instituição pelo fato de serem meninos muito dedicados aos estudos e ao trabalho;
- 5) Edna, 12 anos, Cíntia, 07 anos, Tatiana, 05 anos, Jaqueline, 04 e Mike 03 anos. Foram afastados por pobreza e violência doméstica (Cíntia quase perdeu um olho numa surra dada pelo pai, e que causou a retirada das crianças da casa). Já está em trâmite a destituição do poder familiar e a Instituição cogita separá-los em dois grupos⁴¹, a fim de facilitar a adoção: *“No caso do Mike, por exemplo, pensamos em formar dois grupos: ele, que tem três anos, junto com a Edna, que tem 12, porque daí ele vai garantir a adoção dela, que é mais difícil. Se ele estiver junto, acaba que ela é adotada também, afinal, ele é uma graça, todo loirinho, bonitinho... Daí, as outras três meninas, que tem quatro, cinco e sete anos, formam um outro grupo. Não que três seja muito fácil de adotar, mas já é mais fácil do que cinco!”* (Angélica, assistente social);
- 6) Marta, 14 anos, Marta, 12 anos e Antônio, 10 anos. Estão abrigados há cerca de cinco anos, sem destituição. Também são consideradas crianças-modelo de comportamento. As meninas ajudam o tempo todo no trabalho doméstico, e o garoto disse que deseja ser padre;

⁴¹ No caso de grupos extensos, é comum o desdobramento para facilitar a adoção, mas, neste caso, pressupõe-se que todas as adoções aconteçam em um mesmo Estado, bem como os pais adotantes devem estar comprometidos a manter o contato periódico entre esses irmãos para preservar este vínculo.

- 7) Tainá, 11 anos e Karina, 08 anos; Foram abrigadas em setembro de 2008, são destituídas e, no final de 2008 foi noticiado que Tainá seria adotada, mas essa adoção acabou não se concretizando, fato que causou enorme comoção em toda a Instituição;
- 8) Ricardo, 12 anos e Lucas, 10 anos. Não são destituídos, mas, segundo Fabiana, eles também não têm possibilidade de retorno à família biológica, já que não existe iniciativa de reaproximação por parte do pai ou da mãe;
- 9) Juliana, 12 anos e André, 09 anos. São destituídos, e já foi cogitada a propositura de uma adoção internacional para André;
- 10) Michel, 08 anos e Luciana, 02 anos. Chegaram em 2009 à instituição, e foram afastados por pobreza e maus tratos.

Os indivíduos que possuem irmãos em outras instituições são:

- 1) Maurílio, 12 anos, possui outros 03 irmãos mais novos na Casa de Passagem do Município vizinho. Está abrigado há quatro anos e o motivo do afastamento foi pobreza. No momento, existem negociações para que ele volte para junto da mãe, mas, como ainda não se tem certeza disso, esta possibilidade não foi levada ao seu conhecimento;
- 2) Mariana, 16 anos. Possui uma irmã em outra instituição; não foram destituídas, mas segundo informado há pouca possibilidade de retorno, por se tratar de uma família muito carente: *“Elas têm uma avó, mas é uma cidadezinha do interior, e é uma senhora muito pobre. Até queria ficar com elas, mas não tem nem condições de vir visitar”*. (Fabiana, psicóloga)
- 3) Fernando, 10 anos. Possui irmãos na Casa de Passagem do município vizinho. Foi adotado por um casal da Itália em outubro de 2008;

Há ainda quatro adolescentes que não têm irmãos:

- 1) Mateus, 16 anos. Está destituído, mas a perspectiva é que permaneça abrigado até a maioridade;

- 2) Letícia Mendes, 14 anos (chamada pelo sobrenome para distingui-la da outra Letícia). Também está destituída. Abrigada desde os seis anos, chegou a sair e ficar em estágio de convivência com uma família, mas pediu para voltar, alegando que era tratada empregada da casa. *“Quanto mais velhos eles são, mais difícil é para eles aceitarem, e serem aceitos. Mas, como são mais velhos, eles também têm mais noção, entendem melhor o que se passa, são mais difíceis de ser enganados. Ela [Letícia] não quis ficar mais, voltou e, enfim, agora só sai mesmo com 18!”* (Fabiana, psicóloga);
- 3) Renato, 15 anos. Chegou à Fundação em 2009, oriundo de uma outra instituição que fechou. Não conheço seu histórico, exceto as coisas que ele mesmo contou: morava na periferia, e freqüentava projetos sociais onde aprendeu a dançar *brake*, e já dançou *“Até pro Beto Richa; até pro Governador!”*
- 4) Celina, 12 anos. Oriunda da Casa de Passassem do Município vizinho, chegou mais ou menos na mesma época que Renato. Também não tive conhecimento de seu histórico.

II. A casa-lar

Gente, acabamos de pintar tudo ontem, e hoje chegaram os móveis. Nossa, é emocionante, sabe? Imaginar que cada caminha (sic) daquela vai ser ocupada por uma criança, cada uma delas com um história, um rostinho, um jeito todo particular...Eu até me emocionei pensando nisso!”

A segunda Instituição na qual pesquisei foi a Casa-lar. No segundo semestre de 2008, fui convidada a tomar parte de um grupo de voluntariado que, dentre outros projetos, apoiava a iniciativa de um hospital de abrir um pequeno abrigo em Curitiba. Infelizmente, não pude participar de todas essas reuniões em função das aulas do mestrado, mas pude acompanhar o desenvolvimento do projeto através da troca de e-mails do grupo de voluntários que assumiram seu processo de implantação até a inauguração da casa em janeiro de 2009, que começou suas atividades abrigando nove crianças (o espaço tem capacidade para um máximo de 15 indivíduos).

Quando a casa estava aberta, a próxima reunião do voluntariado foi uma espécie de prestação de contas, momento em que Caco, líder do grupo, fez o empolgado comentário citado acima, o qual, no entanto, se revelava algo impróprio, quando se considera a destinação daquele espaço: Por mais belo que o ambiente pudesse ficar, a existência de moradores nesta casa-lar significava a existência de crianças que sofreram uma ruptura abrupta em suas trajetórias junto de suas famílias. Conforme comentou Susy Cirillo, psicóloga que já trabalhou no acompanhamento de adoções em Niterói-RJ, e também integrante do grupo de voluntariado: *“Acontece o seguinte: não existe história bonita. Se a criança foi entregue, na melhor das hipóteses, você tem um caso de gravidez indesejada, na qual se procura o juizado para entregar para adoção. Mas isso, no mínimo. Há casos de violência, de abuso, de abandono, de retirada forçada dos filhos. Mesmo a melhor das histórias, não é uma boa história⁴²”*.

Para sediar a Casa-lar, escolheu-se um endereço no Centro de Curitiba. Aqui, não existe uma quebra na paisagem externa à residência como no caso da Fundação. Para se chegar lá, segue-se por uma das ruas centrais da cidade, que, apesar de ter nome de ‘Alameda’, nada tem para ser chamada assim. Ao invés da sombra de árvores, apenas marquises acinzentadas, calçadas, carros passando e poucos transeuntes diurnos. O comércio é composto por bares, uma sapataria, salões de cabeleireiros e estacionamentos pagos. Não há crianças circulando pela rua. Pelo contrário, o público habitual desse espaço é bem diverso: garotas de programa e alguns vendedores de droga são vistos costumeiramente no local, mesmo durante o dia.

Um muro, alto o suficiente para esconder a fachada, funciona como divisor entre o mundo da Casa-lar e a rua onde ela está sediada. Do lado de fora, não existe nenhuma tabuleta indicativa do que funciona ali. Apenas o número da casa que consta numa placa feita com mosaico de azulejo, afixada ao lado da campainha. Quando o portão de madeira é aberto, se vê a fachada do sobradinho pintado de vermelho e branco onde até o meio do mês de outubro de 2009 residiam 10 crianças⁴³. Lucas, o mais velho, fará 12 anos neste ano; Moisés, o mais jovem, tem pouco menos de 02 anos.

⁴² Vale citar também o depoimento de um candidato a pai por adoção, numa das reuniões promovida pelo Grupo de Curitiba: *“Eu acho uma pergunta sem sentido, quando a técnica da Vara pergunta se a gente aceitaria mesmo uma criança com um ‘histórico pregresso infeliz’. Quando ela me perguntou isso, eu perguntei a ela se por acaso ela conhecia alguma história de criança abrigada que fosse feliz. Pode dizer assim ‘história pior’, ‘história melhor’. Esse ‘só’ foi abandonado. Como se isso fosse pouca coisa! Mas se a gente estivesse atrás de história feliz não estava aqui querendo adotar!”*

⁴³ No dia 18 de outubro de 2009, a casa perdeu 03 de seus moradores em função de uma fuga.

Há um pequeno pátio na frente, todo calçado, e umas poucas plantas pedindo urgentemente para receber água. Completam o espaço uma caixa de areia e muitos brinquedos espalhados; alguns inteiros, outros nem tanto.

Dentro da casa, à qual se tem acesso por uma escada de três degraus, passa-se primeiro pela sala, que tem duas poltronas e alguns almofadões coloridos. Há uma televisão grande, com uma estante de DVDs embaixo. Durante os dias em que eu estou lá, geralmente os pequeninos são postos na sala para ver um desenho, enquanto os maiores fazem suas tarefas escolares ou ajudam em algum trabalho doméstico.

Na sala, existe a escadaria que dá para os três quartos: um para o casal de pais sociais, e dois para as crianças, divididas por sexo. Ao lado de cada quarto, há um banheiro e um closet onde são guardadas as roupas. Dentro do quarto das meninas, há mais um guarda-roupa há também o bercinho onde dorme o pequeno Moisés, e um colchão para a mãe-social folguista. Na sala, há a entrada para um pequeno escritório, com sofá, computador, fax e impressora, onde a mãe-social geralmente trabalha, e onde o acesso das crianças é limitado a circunstâncias específicas, tais como a necessidade de fazer uma pesquisa na internet para a escola. Na casa toda, vêem-se quadros com motivos infantis.

Mais adiante, há a sala de jantar, com uma mesa grande de oito lugares, e mais duas mesas redondas com cadeiras em volta. A mesa grande serve de ‘aparador’ onde a comida é servida, e é também onde os pais sociais se sentam, enquanto as mesas menores são ocupadas pelos meninos e meninas. Descobri que as crianças sentam-se nas mesas divididas por sexo, quando um dia Raquel, de 06 anos, observou: *“Ei, tia, você é menino!! Você está sentada na mesa dos meninos!!”*

Uma porta dá acesso à cozinha, lavanderia e à despensa. A cozinha é bem equipada, limpa, e o cheiro de comida que escapa pela porta torna-se torturante a partir das 11h da manhã. Na lavanderia há duas máquinas de lavar de grande porte, varais internos e uma centrífuga. Sempre há enormes quantidades de roupas sujas, limpas e por passar para todo lado que se olhe, e a máquina de lavar funciona todos os dias. A porta dos fundos dá para um estacionamento e o acesso das crianças para essa saída é restringido.

Este abrigo possui um casal de pais sociais, Sandra e Juan, que permanecem na casa em tempo integral e uma segunda funcionária, que desempenha o papel de

‘mãe-social auxiliar’, trabalhando durante a semana, fazendo a comida e ajudando no cuidado com as crianças, além de dormir na casa no dia de folga de Sandra⁴⁴. Recentemente foi contratada também Jaqueline, que faz a faxina da casa e também ajuda um pouco com as crianças.

Juan, companheiro de Sandra, é motorista do hospital e da casa-lar, sendo sua atribuição levar e trazer as crianças para a escola, ao médico, e às audiências na Justiça, bem como fazer compras, buscar doações, dentre outros compromissos pontuais que surjam.

Aqui, mais ainda do que na Fundação, talvez se possa pensar numa casa de muitos filhos, já que pelo ambiente não circulam assistentes sociais ou psicólogas, e a Administração acontece a partir do hospital, que fica a uma distância de quatro quadras dali. A face institucional está mais escondida, mas a ilusão acaba rápido, basta que se tenha contato com algumas das crianças.

Conversando com elas, algumas falam de um longo histórico de internamento e mudanças de cidade, como Jennifer, de onze anos: “*Eu cantei uma época no Coral do Palácio Avenida, quando eu morava num Abrigo daqui, mas depois eu fui para Campo Mourão, e daí fiquei lá um tempão. Depois eu voltei para Curitiba, e vim parar aqui*”. Jennifer é irmã de Lucas, de 11 anos, “o garoto que nasceu sem as orelhas”, e por isso foi rejeitado pelos pais. Algum tempo depois, Jennifer também foi retirada da família, e os dois estão juntos nesta casa lar.

Além deles, há dois outros grupos de irmãos: Fabrício, de nove anos e os gêmeos Kelly e Juninho, de cinco anos⁴⁵; Laís, Kênia, Raquel e Tuca, respectivamente com 11, 08, 06 e três anos. Ambos os grupos foram afastados das famílias de origem em função de violência física e sexual. Por fim, há Moisés, um bebê de dois anos, cujo motivo do afastamento do lar foi definido como *risco social* (no caso dele, pobreza). De todas as crianças abrigadas, apenas Moisés tem chances efetivas de voltar à família de

⁴⁴ Quando comecei minhas visitas, Marta ocupava essa função. Ela deixou a Instituição em outubro de 2009. Segundo sua versão, sua saída se deu por não concordar com a forma como Sandra administra a casa, tratando de forma diferenciada e dando preferências claras à algumas crianças em relação às demais. “*Ah, eu cansei de dar murro em ponta de faca. Cansei de ficar aqui a semana toda ajudando as crianças, para daí chegar no final de semana e ela nem olhar para a cara deles, e ainda ficar de boa! Não dá não!*”. Como funcionária do hospital, Marta foi transferida internamente para outro setor.

⁴⁵ Este é o grupo de irmãos que fugiu no mês de outubro de 2009. A mãe biológica havia ganhado o direito de ter as crianças consigo nos finais de semana, mas, no dia 18/10 ela fugiu levando-as, sem que até o momento tenham sido localizadas.

origem. Inclusive, desde o mês de agosto de 2009, Sandra o leva para se encontrar com a mãe em visitas assistidas no Conselho Tutelar.

Considerando o fato de se constituírem em grupos de irmãos, cuja separação não é aconselhável, mesmo para fins de adoção, a saída pela via de uma família substituta é bastante reduzida para os indivíduos ali abrigados⁴⁶. Dificuldade que se soma à circunstância do abuso sexual sofrido por algumas das meninas. A este respeito, fala-se da existência de um *código não escrito* dentro da práxis da assistência social, pelo qual crianças que foram vítimas de abuso não são colocadas para adoção. "*Nunca vi um casal adotar uma garota violentada. O preconceito ainda pesa muito*", diz Alice Duarte Bittencourt, coordenadora da Organização Não Governamental Amigos de Lucas⁴⁷ de Porto Alegre. "*A responsabilidade não é apenas dos casais. As assistentes sociais sequer falam que existem essas meninas disponíveis para adotar*", diz Alice.

Afora isso, vale notar que crianças abusadas, em geral, chegam às Instituições tarde demais para os limites da adoção. Um estudo da Fundação Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro, mostra que 70% das crianças abusadas passam pela violência antes dos nove anos de idade. Mas a situação de violência pode levar anos para ser descoberta⁴⁸, de modo que se tratam de meninos e meninas que chegam ao abrigo com cerca de sete anos, portanto, 'mais velhas' do que a idade limite que compõe o perfil da criança esperada por mais de 80% dos candidatos a pais por adoção, que não ultrapassa os dois anos de idade.

Na Casa-lar, as meninas mais jovens dos dois grupos, Tuca, Raquel e Kelly são monitoradas constantemente, porque a sua pouca idade faz com que não tenham a noção exata da violência por elas sofrida. Assim, quando iniciei minhas visitas a Casa-

⁴⁶ Conforme já apontado anteriormente, o perfil da criança *desejável* traçada pelos postulantes à adoção no Brasil é bastante estreito: a preferência de cerca de 90% dos adotantes é por bebês brancos e saudáveis, sem irmãos, enquanto que a maioria das crianças abrigadas tem mais de sete anos de idade, possui irmãos e/ou problemas de saúde classificados entre moderados ou graves (MENDONÇA, 2008). Alguns adotantes têm também restrições acerca do histórico do qual a criança é originária, não aceitando aquelas que são filhas de pais drogaditos ou alcoólatras, ou que tenham apresentado quadros de doença mental. (WEBER, 2008)

⁴⁷ O grupo 'Amigos de Lucas' dedica-se a estimular a adoção de crianças que são consideradas 'fora do mercado', tais como as consideradas 'muito velhas' e/ou doentes. O nome do grupo homenageia o primeiro filho por adoção de Alice, portador de HIV. <www.amigosdelucas.org.br>

⁴⁸ Segundo dados do Ministério da Justiça (2003) são recebidas cerca de 50 mil denúncias de abuso sexual contra crianças todos os anos. A Associação dos Magistrados do Brasil acredita que isso corresponda a menos da metade da realidade. "*Não é mais que uma ponta de Iceberg. O resto é um segredo, guardado entre quatro paredes*". Sérgio Bittencourt, presidente da Angaad (Associação nacional dos grupos de apoio a adoção) e membro da AMB.

lar fui avisada para ter cuidado, pois as meninas, internadas há pouco tempo, vez ou outra ainda tentavam reproduzir os carinhos aprendidos com seus abusadores, os quais elas não sabiam ainda interpretar como inadequados.

Esses são os moradores atuais da Casa-lar. Vivendo no centro da cidade, estão, de certo modo, igualmente isolados em relação à sua vizinhança. As crianças não saem à rua, exceto na companhia de algum adulto. As saídas se limitam quase que exclusivamente na ida à escola, igreja, visitas ao médico ou ao Juiz. Vez ou outra, vão também a algum passeio organizado pelo grupo de voluntários, mas, de fato, suas vidas são, como ocorre com a grande maioria das crianças moradoras de grandes cidades, reduzidas ao trajeto entre a escola e a casa, sendo, neste caso, a escola o espaço central de socialização, intermediário entre a família e o mundo exterior. Pouco conhecem de sua vizinhança, como se mostrou evidente na dificuldade que Laís e Lucas, estudantes da mesma turma de quarta série, tiveram para responder a um questionário de Geografia sobre as características do lugar onde moram:

- Aqui pergunta se a rua tem mais casas ou prédios. O que eu ponho tia? – Lucas, perguntando para mim.

- Coloca o que você pensa sobre a sua rua... – tentando ser uma ‘boa professora de reforço’, eu procurava não fornecer respostas prontas para eles.

- Mas eu não sei o que colocar...

- E você, Laís?

- Também não sei... – ela diz fazendo um muxoxo.

- Olhando da janela lá de cima, o que vocês vêem? – pergunto a Lucas, que pensa um pouco antes de responder.

- Ah... tem um prédio na frente, um do lado, e tem o sobrado do cabeleireiro... eu vou colocar que tem mais prédios.

- Mas é da rua inteira, não é só dessa quadra que tem de falar, Lucas!

- Não estou nem aí... eu vou responder o que eu sei.

Diferente da Fundação, cuja experiência de quase vinte anos propicia um projeto de cuidar e a busca constante por práticas de otimização da convivência doméstica, a Casa-lar ainda vivencia uma rotina algo caótica, em que se descobre o esquecimento de lancheiras sujas dentro das mochilas a minutos de sair para a escola, roupas sujas misturadas com as limpas, e outras situações comuns de casas onde há crianças demais e pouca experiência na administração de tantas pessoas.

Por outro lado, como se tornou evidente no decorrer da minha pesquisa, as crianças da Casa-lar são criadas e tratadas *como se* de fato fizessem parte de uma família que se formou a partir da Instituição. Este modelo de abrigo produz um resultado diferente do que o empregado na Fundação, como procuro analisar no tópico a seguir.

III. Fundação e casa-lar: aproximações comparativas.

Pesquisando em duas instituições essencialmente diferentes, é difícil não estabelecer certos parâmetros de comparação, alguns deles, não tão óbvios quanto o tamanho da estrutura, e o perfil dos internos que abriga.

Apesar disso, me parece curiosamente digno de nota o fato de que a Fundação tenha um perfil de abrigados majoritariamente afastados da parentela biológica em função de pobreza, enquanto a Casa-lar comporta vários casos de crianças tiradas de contextos de violência sexual. O que, talvez, aponte para uma tendência ligada à relevância que é dada em certos momentos temporais a determinados casos que são tomados pelo Agente Estatal como requerentes de intervenção.

Importa notar, porém, que tal situação não pode ser encarada como um conteúdo válido de comparação, já que a distribuição de crianças pelas Instituições é realizada pelas Varas da Infância, não havendo interferência decisória por parte dessas instituições, que se limitam apenas a declarar se há ou não vagas para receber novos abrigados.

Para além destas distinções que se derivam de variáveis externas, pesquisando duas Instituições diferentes, e tendo ainda contato com egressos de outras, é possível perceber que não existe uma única forma de abrigar. A experiência do abrigo é pessoalizada nestes espaços, em conformidade com a visão particular dada por cada um dos atores envolvidos.

Na Fundação, isso se torna mais evidente quando se verifica que cada monitora tem sua forma particular de gerir a sua casa, o que as individualiza dentro do conjunto coletivo. Porém, quando se toma o todo representado pela Fundação, é perceptível também uma distinção entre sua forma de cuidar, em oposição àquela que é empregada atualmente pela Casa-lar.

SNIZEK (2008) relata o abrigamento enquanto preparação de um filho para uma nova família. Assim, o abrigo procura atribuir aos internos comportamentos e práticas capazes de ‘produzir’ uma criança adotável, de tal sorte que todo o contexto do cuidado institucional se passa nos termos de uma liminaridade constituída na passagem entre a família biológica e o lar adotivo futuro.

No meu campo de pesquisa, não encontrei o modo de abrigar que relatou SNIZEK. Isto salta aos olhos, quando se está diante de uma situação onde a adoção é apontada por todos os atores envolvidos na práxis do abrigamento como o ‘destino ideal’ para todas as crianças e adolescentes institucionalizados. Porém, nos abrigos pesquisados, não encontrei um modelo que projeta filhos ideais para famílias, talvez exatamente pela consciência da escassez de famílias à espera daqueles perfis de abrigados em particular.

Neste sentido, parece que, apesar de existir uma legislação que uniformiza a práxis institucional, deve-se falar em *formas* de abrigar, e não em uma única maneira monolítica de abrigamento. Em meu campo, pude identificar três modalidades distintas para essa prática, e percebo que esses ‘modelos’ devem ser entendidos dentro dos limites estreitos dessa etnografia, e não como uma lei geral, posto que possivelmente, se outras fossem as instituições por mim pesquisadas, provavelmente os resultados aqui apresentados também seriam diferentes destes.

A primeira forma de cuidado que pode ser identificada é a que se restringe aos limites da estadia dos seus abrigados. Esta forma refere-se a um abrigar que não vislumbra a criança sob a guarda institucional como um ‘projeto’, seja de filho, seja de indivíduo, de modo que a instituição limita-se ao cuidado cotidiano de seus internos. Desse modo, as crianças são tratadas apenas como indivíduos que foram confiados temporariamente à guarda desta instituição. Trata-se do modelo que permeia as grandes instituições como foram as FEBEMs do passado recente, mas que ainda se faz presente em alguns abrigos da atualidade.

A forma de abrigar atualmente vigente⁴⁹ na Casa-lar também pressupõe a inexistência de um projeto de preparação das crianças, seja para uma família, seja para a sociedade. Mas aqui, de forma distinta, esses abrigados são tratados *como se* integrantes de um singular grupo de parentesco, gerado pelas medidas de suspensão do poder

⁴⁹ Digo que é *atualmente vigente*, porque se trata de uma instituição recente (com menos de um ano de funcionamento), portanto, não se pode dizer se esta será a sua conformação definitiva.

familiar, e pelo encaminhamento dessas crianças específicas, a essa casa específica. Como tratarei com mais vagar no quarto capítulo, Sandra, a mãe-social dali, que exerce pela primeira vez essa profissão, não visualiza as crianças como eventualmente adotáveis, e sequer chega a considera a adoção como um caminho ideal ou possível. Pelo contrário, trata as crianças como filhos, requerendo inclusive que elas a chamem de mãe.

Ligada a este presente em que as crianças são ‘suas’, esta mãe-social não vislumbra um futuro de saídas compulsórias, mas uma continuidade da co-residência por um tempo indeterminado. Isso, feito sem qualquer racionalização como a que encontrei em Geisa, a mãe-social da Fundação que costuma chamar as crianças que moram em sua casa de ‘meus filhos’: quando Geisa fala dessas crianças, ela diz *‘tenho nove filhinhos’*, para logo se corrigir e acrescentar: *‘assim, a gente sabe que não são nossos... mas sente como se fossem’*.

No caso de Sandra, essa racionalização está ausente em seu discurso e, neste caso, não há um projeto a ser construído, no sentido de preparar as crianças abrigadas para um futuro após a saída, uma vez que ela não considera tal possibilidade. Dadas as especificidades dos motivos do afastamento do lar originário, é pouco provável que retornem, do mesmo modo que, conforme já apontado, é também bem reduzida a chance de virem a ser adotados. Assim, os abrigados desta instituição, a despeito da previsão legal, encontram-se ali por um tempo indeterminado, mas neste lapso temporal, eles são cuidados como se esta fosse sua família originária, e não houvesse outro lugar para voltar ou para partir.

A Fundação, por sua vez, revela uma forma de cuidar que é direcionada à preparação dos indivíduos para um futuro *sem família*. Tratando-se de uma Instituição com uma tradição de vinte anos, e que abriga crianças e adolescentes que, em sua maioria, são tidos como ‘fora do perfil’ das adoções. Nesse diapasão, não parece fazer sentido preparar para uma família adotiva, e é desta maneira que interpreto a enorme gama de cursos e atividades extracurriculares ali realizados, os quais se constituem em ferramentas para a vida futura dos internos após a saída da instituição.

Tais cursos não se limitam ao ensino profissionalizante, mas também a um cotidiano independente, como, por exemplo, os cursos para aprender a lidar com o

dinheiro, preencher currículos, se portar em entrevistas de emprego, dentre outros que são ministrados para os adolescentes, com ênfase naqueles que estão para sair.

Neste aspecto, soma-se outro eixo comparativo que me parece bastante profícuo: o jogo entre *falta e excesso*, que, de certa forma, parece entrecortar toda a dinâmica da estrutura das instituições de abrigo, tanto quando pensada nos seus próprios limites, quanto em termos comparativos com outra instituição que, embora opere sobre o mesmo paradigma legal, tem uma série de particularidades que lhe diferenciam.

O primeiro aspecto a ser considerado é a oferta de atividades. Os abrigados da Fundação vivem de acordo com uma rotina cheia de programações, quase todas elas obrigatórias, conforme se depreende de seus comentários:

- *A gente vai para a escola de manhã, daí volta, almoça, daí lava a louça e, se é segunda, quarta ou sexta, tem o Projeto; se é terça ou quinta, tem música ou coral.*
- *Tem também que ajudar a capinar, limpar o feijão, essas coisas, quando a gente está no rodízio.*
- *E também tem um dia da semana de ir na Fabiana. (Consulta com a psicóloga).*
- *Tempo livre? Ter tem, mas é bem pouco...*
- *Tem nada... a gente vai lá fora brincar, a tia já chama para ajudar na casa.*

Além dessas atividades, que são gerais, há os que têm aulas de reforço especial de matemática para aqueles que precisam, há os que foram incluídos na musicoterapia, e outros que fazem equitação e outros cursos⁵⁰ fora da instituição.

Na Casa-lar, a ocupação das crianças é brincar, assistir televisão e fazer as tarefas escolares. Meninos e meninas maiores ajudam na cozinha, arrumam os quartos e às vezes alguma das meninas dá banho nos pequenos, mas não existe um programa de atividades específico e, em alguns casos, algumas atividades são postas de lado pelas crianças sem grandes questionamentos. É o caso de Jeniffer e Lucas, que foram colocados numa aula de reforço por recomendação da escola particular na qual estão matriculados. Os dois pararam de frequentar essas aulas sem dar explicações, e sem que a decisão dos dois fosse questionada.

Neste sentido, pode-se dizer que a agenda dos abrigados da Fundação parece bastante semelhante à de famílias de que podem pagar para que seus filhos estejam inseridos no paradigma de uma modernidade caracterizada por um *mundo competitivo*,

⁵⁰ Um detalhe que chama a atenção neste conjunto de atividades é a constante reclamação dos internos de que não existe internet na instituição, nem bons computadores para que eles possam ‘aprender a mexer’.

que exige não apenas a especialização em determinados segmentos de atividades, mas também polivalência e capacidade de circular com competência por vários âmbitos do saber.

Esta proposta é bastante diferenciada da realidade daqueles que foram abrigados nas antigas unidades da FEBEM:

“Passávamos o dia assistindo televisão”. (EVANGELISTA, 2004, p. 26).

“A notícia precedeu os afazeres do ‘Lar 06’, às cinco da manhã. Estávamos arrumando as dezenas de camas quando o Seu Ademir, com seu inseparável porrete de cabo de enxada anunciou em bom tom que, naquele dia, as atividades estavam canceladas. – O presidente (Tancredo Neves) morreu! – bradou o velho carrasco com sua voz vampiresca. Luto oficial na nação. Nada de enxadas; nada de colheita no milharal; nada de estábulos, galinheiro, pocilga; nada de pomar; nada de limpeza no salão; nada de nada e sem nada para fazer. (...) até então, foram semanas e mais semanas no trabalho na lavoura. Merecíamos o dia do nada.” (SERRANO, 2007, p. 35).

“Em termos de profissão, a gente podia escolher marcenaria, serralheria ou mecânica. Havia também o coro, da igreja, para quem tinha paciência para ser crente. Só podia fazer parte do coro, ou aprender música quem se convertia (ou fingia de forma convincente) que fazia parte da Igreja⁵¹. Aos demais, restavam as três carreiras que eles disponibilizavam para nós”. (José Ribeiro Rocha, escritor, sobre a unidade da FEBEM na qual ele foi abrigado - entrevista, 2008).

Das entrevistas realizadas com o ex-abrigado José Rocha, se tem que, no ambiente militarizado criado por uma estrutura que é fruto da Ditadura Militar, nada mais natural do que idealizar o ingresso nas Forças Armadas como um destino natural e almejado, um pouco superior às demais carreiras oferecidas nas oficinas da instituição.

A instituição religiosa que administrava a unidade da FEBEM na qual José Rocha cresceu tem a particularidade de ela própria ser organizada de acordo com uma estrutura militaresca: nesta Igreja, o Exército da Salvação, líderes não são referendados como ‘pastores’, ‘obreiros’, ‘missionários’, mas como ‘sargentos’, ‘tenentes’, ‘majores’, numa escala ascendente até ao posto máximo de ‘general’. O ingresso nesta denominação se faz de maneira idêntica à de outras religiões protestante, isto é, através da conversão. Porém, seguir o ministério pastoral, neste caso, corresponde ao ingresso a

⁵¹ A unidade da FEBEM em que José Rocha viveu era administrado por uma organização religiosa de orientação evangélica o que, sugiro, talvez explique o modelo de oferta profissional e a intenção da Instituição de que os internos ‘abraçassem’ essas profissões como uma *vocação*, tal qual postulado por Lutero e, mais tarde, por Weber.

um corpo militar, com progressão de patentes de acordo com o tempo no cumprimento do serviço.

Neste contexto, o ideal de disciplina é duplamente valorizado: tanto do ponto de vista da Instituição subproduto de um programa político criado à época da Ditadura Militar, quando do ponto de vista da ordem religiosa administradora do Abrigo. No interior da unidade institucional, converter-se à fé evangélica representava uma marca distintiva, uma ascensão, à medida que esse era o requisito para ter privilégios, como, por exemplo, a educação musical.

Por esse valor dado à disciplina, o ingresso nas Forças Armadas passava a ser uma meta possível àqueles que conseguissem sair-se bem na rotina regrada e ordeira que lhes era imposta. Acrescente-se, ainda, que a carreira militar também representa uma forma de ascensão social, considerando as demais possibilidades profissionais ali oferecidas.

Vale lembrar que, se permanece ainda inalterado o fato de que os indivíduos abrigados e mais tarde disponibilizados para a adoção pertencem às camadas mais pobres da população (FONSECA, 1995), o tratamento dado a esses abrigados tem-se alterado à medida que os projetos e modelos de abrigamento são modificados.

Segundo aponta SAHLINS (1980): “A adoção é, tanto quanto o casamento, um modo de aliança entre os grupos” (p.87). Em se tratando do contexto adotivo ocorrido no Brasil, em que há um grupo produtor e doador de crianças (as classes menos favorecidas) e um grupo receptor (classes médias e altas), isso fica bastante claro, já que há um compromisso implícito da classe que recebe os filhos em cuidar destes como se seus fossem, e assegurar-lhes uma forma de vida que não teriam, se houvessem se mantido no grupo originário.

Esse diferencial é manifesto, essencialmente, pelo status social mais elevado que a adoção irá gerar. É neste mesmo sentido que FONSECA (idem) trata da colocação de crianças em outras famílias na modalidade de adoção à brasileira, quando os pais doadores têm condições de escolher os recebedores: fica clara a preferência por famílias de renda consideravelmente superior e que demonstrem ser pessoas de boa índole, casamento estável, e capaz de cuidar e dar carinho às crianças ofertadas. Vale notar,

porém, que dado que o trâmite legal brasileiro, exceto no caso de adoção consensual⁵², não prevê conhecimento e contato entre a família que doa crianças e aquela que as recebe, essa cadeia de aliança fica prejudicada.

Porém, apesar da interrupção desta cadeia de troca direta entre famílias doadoras e receptoras, é inegável que a intervenção judicial passa a ser apenas um ponto intermediário no processo de circulação original, pois os grupos que dão e os que recebem permanecem os mesmos. Com a inserção do Estado, este passa a desempenhar um papel decisório relacionado com determinar aqueles que merecem receber a dívida representada por uma criança, e esta escolha passa também pela comprovação de ser possuidor de recursos financeiros suficientes. Desse modo, o pressuposto da ascensão social através da adoção permanece entremeando a transferência das crianças.

À época das FEBEMs, o modelo de cuidado não se comprometia em promover a *ascensão* econômica ou social dos indivíduos abrigados, de modo que seus programas educativos, quando haviam, eram oficinas de aprendizado de profissões operárias.

“Eu acho revoltante. Tinha o Isaar, que é muito inteligente, imagina um menino que conseguiu montar um rádio transmissor com peças velhas, sozinho, sem manual. Ele queria ser astronauta, e poderia ter sido, ou se não, podia ter sido um matemático, um físico. No entanto, o que ofereceram a ele foi um curso de marcenaria. Ele hoje está conformado com a marcenaria dele. Pra quem viveu o que a gente viveu, isso já é uma grande coisa. O Axé conseguiu entrar no exército. Ele era muito esforçado. Eu não consegui, o que era mais um somatório de fracasso, já que nem num troço que exigia quarta série primária eu não dei conta de entrar. (...) Pra mim, eu não consigo concordar com o que eles passaram para a gente. A gente foi criado para não ter ambição, e, neste mundo de hoje, eu acho que ambição é necessário. Sim, para quem viveu o que vivemos, ter um emprego, uma família estruturada e uma cabeça boa é sim uma grande coisa, já que a maior parte dos caras que cresceram com a gente acabaram presos ou mortos, mas a verdade é que muitos, muitos mesmo, poderiam ter ido além, se tivessem alguém para puxar para cima. E não teve”. (José Ribeiro Rocha, entrevista, 2009)

Neste sentido é que se coloca a crítica de Marx (1852) à lógica burguesa, que pressupõe uma desigualdade básica entre os indivíduos, separando-os entre uma pequena classe dominante, enquanto há uma massa dominada. Por esta lógica, crianças e adolescentes nascidos pobres não teriam espaço para ascender socialmente, já que seus papéis sociais já estariam devidamente demarcados pelo seu nascimento.

A dinâmica na Fundação é outra: fornece um considerável leque de possibilidades, e espera de seus internos esforço e dedicação para irem adiante. Sua

⁵² Modalidade de adoção em que os pais biológicos renunciam ao pátrio poder e favor de um adotante específico em um processo conjunto.

proposta é de fornecer um bom conjunto de oportunidades, com a expectativa de que os abrigados consigam ‘agarrar’ alguma dentre elas. "Sob uma perspectiva de camada média intelectualizada nada mais ‘natural’ do que a idéia de que cada indivíduo tem um conjunto de potencialidades peculiar que constitui sua marca própria e que sua história (biografia) é a atualização mais ou menos bem-sucedida daquelas." (VELHO, 1981, p. 22). Tem-se, acima de tudo, o conceito de que a verdadeira ascensão social se dará mediante a oferta de uma educação de qualidade, que envolve não apenas o ensino formal, mas também uma quantidade razoável de atividades extracurriculares específicas e direcionadas.

Percebe-se claramente um esforço da Instituição não apenas em propiciar o acesso a profissões mais elitizadas, mas, de fato, contribuir para a construção de um *sujeito* de uma camada diferenciada daquela originária, projeto que se manifesta até mesmo procurando inculcar certos hábitos específicos das camadas mais altas, tais como o gosto pela música erudita.

No caso da Fundação, tendo sido criada e mantida por uma multinacional de origem européia, justifica-se também o gosto por um modelo de educação que comporte música e canto entre seus carros-chefe. Nesse sentido, os abrigados daquela instituição se aplicam ao aprendizado de instrumentos musicais da tradição clássica, tais como violino e piano, e aprendem a cantar em coro canções em inglês e francês, idiomas que eles não dominam, para serem apresentadas nas visitas dos gestores da ONG, a maioria parte deles, estrangeiros.

“Ah, assim... gostar, gostar mesmo eu não gosto não. De música clássica não... De tocar violino, até que eu gosto, mas assim, porque o pessoal fica todo ‘Oooooooh, ela toca violino!’ Mas, tipo, de música, eu prefiro hip-hop e rap, assim, dez mil vezes mais!” (Letícia, 14 anos. Toca violino desde os oito).

“Mas quando vêm o pessoal assistir a gente, eles acham lindo!” (Clarice, 16 anos, está aprendendo flauta e clarinete).

“Ih, eles choram até... Ficam falando.. won... won... como é mesmo, profe?”

“Wonderful?” – eu respondo.

“É, isso aí! Falam wonderful, choram e aplaudem.” (Marina, 16 anos, toca violino, canta no coral, e sonha ser uma estrela do hip-hop).

Desconhecer aquilo que cantam representa um dado interessante, pois de fato, ao aprenderem essas músicas, os internos aprender a falar uma linguagem de *um outro*; neste caso, os gestores estrangeiros que são a personificação da empresa multinacional

que criou a Instituição. Também para agradá-los, aprendem a tocar em uma melodia que não necessariamente os agrada. Tudo isso os internos realizam como que para ‘agradecer’ e representar o bom trabalho desempenhado pela Instituição, através das delicadas melodias que aprendem a entoar.

Nesse contexto, histórias de sucesso são valorizadas, bom desempenho é premiado⁵³, e falta de interesse em ‘aproveitar as oportunidades oferecidas’ é um fonte de depreciação do sujeito.

Quanto à Casa-lar, como antes já comentamos, não se pode dizer que exista, propriamente, um *projeto futuro* para as crianças abrigadas ali, mas, vale notar, uma das medidas tomadas tão logo as crianças passaram para os cuidados desta Instituição, foi a transferência das mesmas para uma das melhores escolas particulares de Curitiba. Mas isso se revelou algo problemático em alguns aspectos, porque as crianças sentem-se inferiorizadas não apenas por residirem em um Abrigo, mas por serem oriundas de famílias pobres.

- *A professora perguntou quem era meu colega na minha sala, para eu poder fazer a lição em dupla, eu disse que ninguém, que só eu sou colega de mim mesma.* (Kênia, sobre a dificuldade de fazer trabalhos em equipe na sala de aula).

- *Eu acho chato, porque ninguém vem aqui nas festas deles. A gente convida, mas você viu, não viu, Andréia? Quem veio? Você, os voluntários, o pessoal do hospital, o pessoal da Igreja. Não vem nenhum coleguinha da sala. E outra, a gente sabe que tem festas... Ou não? Um colégio de rico; acha que eles não comemoram aniversário? Mas eles não são convidados também. E, se a gente que não está na escola todo o dia sabe, é claro que eles sabem melhor ainda!* (Sandra, falando sobre a ausência de colegas de escola no aniversário de Jeniffer, comemorado em abril.).

Nesse sentido, vale destacar que a publicidade acerca do fato de determinada criança residir em uma instituição de abrigo pode ser a pista para interpretar o afastamento com que são tratadas as crianças abrigadas pelos demais, como se esta circunstância guardasse um perigo em si mesmo. Isto, em certa medida, pelo fato dessas crianças estarem situada no local do diferente, uma vez que aquilo que é interpretado como sendo *normal* é a convivência familiar.

⁵³ Um exemplo peculiar dessas premiações é o Bazar, do qual tratarei no próximo capítulo. Trata-se de um evento realizado anual ou semestralmente pela Fundação, em que, de acordo com o julgamento das professoras do Projeto, monitoras e assistentes sociais, as crianças são premiadas pelo seu comportamento geral e desempenho acadêmico com um valor que varia entre 01 e 20 “Cravos” para serem gastos em compras de itens variados, tais como brinquedos, cosméticos e roupas..

Percebe-se que o processo hierárquico que atribui à convivência em um grupo familiar um status superior à experiência do abrigamento é apenas uma construção ideológica que, pautada pelo pressuposto de inferioridade da instituição, legitima e renova a superioridade da família em relação às suas alternativas e remédios sociais. Admitir que uma instituição pudesse ser melhor para uma criança do que estar junto de seus pais é também acreditar que a família é passível de falhar em um papel que ainda permanece como um dado *natural*: a capacidade de amar e cuidar de suas crias. E embora isso seja mais do que evidente, não se trata de algo que possa ser afirmado, sob pena de ameaça a ideologia de um sistema que tem como uma de suas premissas a urgência da promoção de adoções ou reintegração dos filhos à seus lares de origem.

O abrigamento que se revela *melhor* que a família abala a própria idéia da transitoriedade da institucionalização. Pois, qual seria o sentido da partida se o local provisório fosse melhor do que o destino?

No caso das crianças da Casa-lar, pode-se apontar outro fator que opera contra a sua assimilação junto ao grupo: Está claro que seu ingresso na escola requereu que fossem dadas às professoras todas as explicações acerca do seu histórico, motivos de internamento e dos cuidados que precisariam ser tomados dadas as particularidades de seus casos. Essa publicidade, algo necessária, é, ao mesmo tempo, um fator que, de saída, demarca uma distinção⁵⁴ entre estas crianças e as que não são abrigadas. Conforme comenta BACKES: “(...) Com o intuito de protegê-los de qualquer intimidade dá direito a que todos saibam os relatos mais íntimos da vida privada dos adolescentes acolhidos numa instituição. A idéia de se transformar esses filhos em filhos do social como na Antiguidade esbarra com a dificuldade de que, no lugar de uma comunidade de nomes, hoje temos uma sociedade de anônimos”. (BACKES, 2003, p. 29).

No caso dos abrigados da Fundação, existe uma diferença fundamental: apesar de todo o investimento acadêmico que é feito em atividades extracurriculares, todas as crianças e adolescentes freqüentam escolas da rede pública Estadual e Municipal, de

⁵⁴ Importa referendar que, não se trata aqui de afirmar que ‘crianças abrigadas têm problemas, enquanto as outras não tem’. Isto seria uma falácia descabida. Conforme se depreende de ROUDINESCO (2007), uma investigação da dimensão privada de famílias “acima de qualquer suspeita” pode trazer a tona situações bastante diferentes do esperado. A diferenciação que aqui colocamos está situada apenas na esfera da publicidade dada aos problemas domésticos quando as crianças são colocadas aos cuidados do Estado. Pertinente, neste sentido, é o posicionamento de KEHL (2001, p. 31): “Nada mais estruturado do que a família vitoriana do final do século XIX, quando Freud descobriu o sintoma neurótico e inventou a psicanálise. Essa foi a família que produziu o sentimento neurótico que se manifestou por toda a Europa.”

modo que, embora pratiquem atividades consideradas ‘de elite’, tais como aulas de música, na escola, eles se encontram situados no mesmo patamar econômico que seus colegas.

Assim, se possuem a marca distintiva de estarem *abrigados*, parte de um potencial estigma que os faria *desacreditáveis* (GOFFMAN, 1961) é neutralizado pelo acesso a saberes diferenciados, como apontado na fala já citada fala de Letícia (“*O pessoal fica todo ‘Oooooooh, ela toca violino!’*”). Mais do que isto, a Fundação, para além de sua face institucional, se coloca como um programa social à comunidade de baixa renda na qual está inserida, pois que, por exemplo, recentemente foi aberta às crianças da vizinhança a possibilidade de freqüentar as aulas de canto coral, o que tira da Instituição e de seus abrigados parte do seu isolamento.

CAPÍTULO III - “A GENTE NÃO MANDA EM NADA”... / “NADA AQUI É DE VOCÊS!”: os bens coletivos e privados na Instituição.

Conforme anteriormente mencionado, a complexidade do conjunto analisado logo provou que utilizar o parentesco como campo de interpretação única da teia de relações havidas no interior do Abrigo seria amputar um contexto muito mais rico. Por esta razão, foi necessário buscar outro ‘campo semântico’ que possibilitasse perceber esse conjunto em uma nova perspectiva e que propiciasse mais pistas interpretativas.

Sempre foi a repetição de certas situações que me fizeram enveredar por determinado caminho de análise e, assim, quando a percepção de certa tensão entre os bens privados e os coletivos, presente na fala das crianças e também de seus cuidadores, que colocou este como um campo relevante a ser considerado. Nas duas instituições testemunhei situações em que a linha entre o particular e o coletivo foi tensionada, e onde a propriedade de certas coisas – lápis, cadernos, brinquedos, espaços, fotografias, CDs, utensílios domésticos, etc. – foi relativizada, colocada em questão, ou mesmo negada.

A posse aqui tratada se refere a alguns itens que poderão ser tidos como ‘irrisórios’, tais como lápis, borrachas, ou uma coleção de um sem-número de cópias idênticas de um mesmo desenho, mas que, como logo foi percebido, representava para eles um mínimo de individualização em um ambiente marcadamente uniformizador e coletivizante no qual eles estão inseridos. De fato, objetos articulam sentimentos, e a sua relevância neste caso é dada pela importância inerente em ser possuidor de algo.

Nesses momentos de tensão, geralmente, há também um jogo de papéis de autoridade sendo colocados em questão e, frequentemente, o fato de ter menos bens, ou menor poder decisório acerca de tais bens se coloca pela posição de “subarternalidade” na hierarquia formada no interior da Instituição.

A posse aqui discutida, portanto, também se refere a possuir poder de mando, deter autoridade sobre outrem. No caso do ambiente institucional, esta autoridade é compartilhada por vários atores, e escalonada entre os vários níveis hierárquicos existentes no seu interior. Neste contexto, aqueles que estão mais abaixo nesta cadeia, e que têm menor autonomia, serão também os que possuem menos.

1. A autoridade compartilhada

Primeiramente, vale recuperar a maneira como os dois abrigos pesquisados se caracterizam como instituição de abrigamento. Ambas as Instituições foram criadas a partir da iniciativa privada, e, apesar de subordinadas à legislação referente à criação e manutenção de entidades dessa natureza (LOAS), ao Estatuto da Criança e do Adolescente e às Varas e Juízes da Infância e Adolescência brasileiras, são geridas por entes privados, o que lhe assegura algumas características próprias.

Note-se que, embora exista um regulamento que prescreve as diretrizes mínimas para a criação de uma Instituição de Abrigamento, não se trata de um modelo propriamente rígido.

A Fundação foi criada a partir de uma organização não-governamental fundada por uma empresa multinacional européia, e é destinada ao abrigamento crianças e adolescentes afastados da família biológica. Além dessa que é sua face principal, a instituição também se vincula à comunidade na qual está sediada, funcionando como centro cultural que oferece alguns cursos gratuitos, como canto coral ou música. Sua organização permite identificar cinco níveis de hierarquia: a Gestora, que responde diretamente à Empresa Mantenedora; o Administrador, que trata da organização interna do abrigo; as Assistentes Sociais, a Psicóloga, que desempenham atividades mais específicas de apoio e orientação aos monitores (pais sociais) e crianças; os professores, que são detentores de conhecimentos em áreas específicas; e por fim os monitores, cuja esfera de autoridade se restringe quase que exclusivamente ao interior de suas casas e às crianças que ali residem.

A Casa-Lar, por sua vez, também foi criada a partir da iniciativa de uma entidade hospitalar e de defesa humanitária mundial e tem por destinação estatutária exclusiva o abrigamento de crianças e adolescentes destituídos ou afastados da família biológica. Sua hierarquia é desdobrada e não localizada, como no caso da Fundação: A gestão da instituição se dá através de uma funcionária do Hospital que administra a Instituição e coordena o grupo de voluntariado que ajudou na implantação e presta alguns serviços ao Abrigo. O casal de pais sociais é funcionário do Hospital e responde à ele acerca de questões referentes aos abrigados, mas, no interior da casa, são eles que exercem a autoridade máxima. Há uma mãe-social que cobre as folgas do casal, e uma

terceira funcionária que cuida da limpeza. As duas também exercem autoridade para com as crianças, mas em um nível ligeiramente inferior ao casal de pais-sociais ‘efetivos’.

Nas duas Instituições, às crianças está destinado o papel de serem o centro de um conjunto relacional que se propõe a zelar por elas enquanto se encontram abrigadas. Nesse contexto, como em qualquer outra conformação familiar, resta-lhes o papel de ‘obedecer aos adultos’, mas, neste caso, nota-se que há uma superabundância de adultos a quem obedecer, e diferentes graus de obediência.

Mais do que isso, temos também uma armação em que adultos respondem e obedecem a outros adultos, gerando não só a fragmentação dos papéis de cuidadores, mas também a divisão concêntrica da autoridade e da obediência. Assim, há uma hierarquia de adultos que exercem autoridade uns sobre os outros, os quais devem ser todos obedecidos e respeitados pelos abrigados.

Na Fundação, há um núcleo de autoridade centralizado no papel da Gestora e do Administrador geral da Instituição. Deles advêm as ordens da Empresa mantenedora, e em geral são eles que dão as respostas definitivas sobre as questões institucionais resolvidas internamente. Em um segundo nível desta hierarquia, está Fabiana, a psicóloga, que tem a ‘voz da autoridade’ de sua profissão e, nos assuntos que se reportam aos seus conhecimentos técnicos, isso lhe concede certa flutuação no seu papel de autoridade: embora hierarquicamente inferior à gestora, pela sua função, pode dar ‘a palavra final’ em determinadas situações que envolvam os abrigados⁵⁵.

Abaixo desta, estariam as Assistentes Sociais, e a seguir as professoras. No nível mais distante do núcleo de autoridade, ficam os monitores (pais-sociais). Assim, se dá porque, enquanto as demais figuras exercem uma autoridade ‘global’ na Instituição, que também se estende aos funcionários em nível hierárquico inferior, os monitores têm sua autoridade limitada ao interior das casas. Mas há situações onde estes limites hierárquicos são contestados e relativizados, como se depreende do relato a seguir:

“-Na verdade, aqui a gente não manda em nada. Nem para abrir a porta nos dias de calor.”

⁵⁵ Isso, aliás, se deu no âmbito de minha pesquisa, pois foi somente após conversar com ela que recebi a autorização para começar o campo.

Numa das primeiras vezes que fui convidada a tomar café nas casas das crianças, Nalva, uma das monitoras, apontou dessa maneira a desigualdade de autoridade que sentia em relação ao Corpo Administrativo da Fundação. Como já comentado, as casas-lar ali possuem uma larga porta de correr que dá para o gramado amplo e sempre cuidado. A monitora referia-se a essa porta, que, independente do calor, deveria ser mantida fechada porque o gramado, no verão, se encontra cheio de insetos que invadiriam a casa, e picariam as crianças.

- *Ah, pelo amor de Deus, um repelente não é tão caro assim!* – o comentário partiu de uma das professoras do projeto de reforço escolar que nesse dia tomava café na casa de Nalva. – *Por isso que eu acho uma hipocrisia eles fazerem uma reunião feito aquela da semana passada, e pedirem para a gente falar e apresentar propostas. O que adianta a gente falar com um povo que não te escuta, que acha que você não tem nada a acrescentar?*

- *Não, para eles é assim: Faça o que você é pago para fazer e pronto, e deixe que eles mandem.* – comentou a outra professora.

- *Pois é, mas eu sei do que eu estou falando, eu não sou maluca! E não venham dizer que somos parceiros na construção de alguma coisa aqui, porque isso é hipocrisia!*

As últimas queixas se referiam a uma reunião administrativa ocorrida dias antes, na qual foram incitadas a falar. Uma das professoras se mostrava ressentida por ter apresentado uma pequena explanação com mudanças que julgava relevantes para a melhora das atividades desempenhadas, e pelo fato de sua fala ter sido ignorada.

Desse diálogo, destaco o comentário de Nalva, que ocupa o papel de mãe-social, pois enquanto as professoras abordam reclamações que podem encontrar eco em arranjos trabalhistas cotidianos, a reclamação da mãe-social alcança um nível mais complexo: a falta de poder de mando em um ambiente que é o seu local de trabalho, mas é também a sua casa.

Para trabalhar nessa função, pais e mães sociais mudam-se de suas casas, em alguns casos juntamente com seus filhos, para desempenhar em tempo integral a função de cuidadores das crianças confiadas abrigadas. Ocupam as casas da Instituição, que são previamente mobiliadas e equipadas pela entidade empregadora. Nesse ambiente, receberão as crianças que lhe são designadas, de acordo com as disposições da Vara da Infância e Juventude e dos critérios de recepção do Estatuto de Criação de cada abrigo.

Como já dito, no interior das casas, os pais-sociais exercem sua autoridade. Na Fundação, por exemplo, era possível perceber diferenças no trato com as crianças de uma casa para outra. Um bom exemplo disso foi a comemoração com que me deparei quando algumas dos internos, após completar 12 anos, tinham se mudado da casa de

Doralice, apontada como a mais rígida dentre as monitoras, para as casas dos adolescentes:

Numa tarde de sexta-feira, quando cheguei para dar aula, Jéssica entrou na sala de aula usando rímel, e sombra nos olhos. Os meninos que já estavam aguardando o começo das aulas começaram a lançar comentários jocosos, dizendo que ela parecia estar pronta para uma festa. Jéssica respondeu aos comentários rindo muito:

- Nada, essa maquiagem é para o dia! Viu, profe? Agora eu posso ganhar aquele kit de maquiagem da gincana! – ela se dirigia a mim, pois no ano anterior, eu havia organizado uma pequena competição, onde um dos prêmios era um kit de maquiagem. Jéssica, que havia sorteado esse prêmio pediu para trocar, já que a monitora da sua casa não permitia o uso de maquiagem.

Quando lhe parabeneizei pela ‘evolução’, ela então esclareceu que tinha completado 12 anos nas férias e, por isso, tinha passado para a casa das adolescentes. O mesmo acontecera com Maurílio, que, como Jéssica, morava na casa de Doralice. Ele também se mostrava entusiasmado com a liberdade experimentada:

- Até que enfim! Cara, eu não acreditei: ontem eu estava andando de skate na varanda! Daí a monitora me chamou, e eu já pensando ‘droga, lá vem!’... mas, que nada! Era só para saber se eu tinha terminado a lição de casa. Inacreditável!!!!

- Na casa da Doralice não podia andar de skate? – perguntei.

- Nossa, da onde, profe? Nunca! Nem na varanda e nem em lugar nenhum. A gente saía para brincar, já escutava lá de dentro: MAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAURIIIIIIIIILIO, larga de corpo mole, vem aqui agooooooOOOOOra! - Meniiiiiiiiiiiiino, vem cá! Meniiiiiiiiiiiiino, faz isso... Vixi, era um inferno!

- Não, ‘véio’, e quando tinha festa? Só a gente que não podia levantar!

De fato, participei de algumas festas ocorridas na Fundação, e havia sempre certo ar de ressentimento nas crianças da casa de Dolarice, porque eram os únicos que não podiam fazer fila e se levantar para servir-se pessoalmente daquilo que queriam comer: deviam aguardar na mesa até que a monitora servisse seus pratos.

- Credo, a gente parecia uns manés... os manés da Fundação são os que moram na casa da Doralice...

Em função dessas diferenças na forma de tratar as crianças de uma casa para a outra, acontecem às vezes na Fundação, mudanças internas entre residências, quando a situação entre a monitora e o abrigado torna-se difícil de ser administrada. Essa decisão é geralmente debatida entre a Psicóloga, as Assistentes Sociais e a Gestora, a partir da verificação desses casos conflituosos.

Pude notar que, em geral, as situações de conflito são reportadas à Psicóloga pelas próprias mães sociais⁵⁶, ou pelas crianças nas sessões de terapia semanal que todos os internos devem freqüentar. Em sendo percebido que se trata de mais do que uma divergência corriqueira, procura-se remanejar o interno para outra casa. Foi o caso dos irmãos Ricardo e Lucas, também saídos da casa de Doralice, e que foram transferidos para a casa dos adolescentes:

- Não adianta, Mariluce. A situação ali está mesmo insustentável. Então, como não tem vaga nas outras casas, vamos subir ele para a casa dos adolescentes (sic), daí ele vai morar com o irmão, que é o sonho dele. Vai ser melhor para todo mundo, e os dois irmãos são muito unidos. Então um protege o outro.

Fabiana, a psicóloga, comentava com a gestora a decisão tomada para sanar o quadro de constante conflito que havia entre a monitora e Lucas, que foi morar com o irmão na casa dos adolescentes, mesmo não tendo ainda a idade mínima para ser encaminhado para lá.

Nota-se, assim, que independente do tipo de disciplina empregado pelos monitores no interior das casas, o poder nunca será exercido de forma integral e independente, já que existe sempre uma instância superior, que é para quem se recorre para solucionar demandas que extrapolam os limites do que pode ser resolvido no interior das casas, como também é uma instância fiscalizadora que procura gerir e fiscalizar de perto o desenrolar do cotidiano das casas:

“Minha filha, aqui se a gente peidar um pouco mais alto, eles já vêm bater aqui na porta, não tenha dúvida!”

Assim me foi colocada a questão por uma das monitoras da Fundação, referindo-se ao problema dessa presença constante da Administração, e de sua intervenção constante em assuntos que ela entendia que deveriam ser resolvidos dentro das casas, para que elas viessem de fato a funcionar em padrões considerados ‘normais’. Sua declaração faz eco com o que foi comentado por uma garota abrigada:

⁵⁶ Faço notar que o canal de conversas com as monitoras é ligeiramente mais amplo, posto que, além de conversar em contexto de ‘terapia’, elas também podem ‘chamar de lado’ a Psicóloga para conversar. Esse ‘chamar de lado’ é um recurso que não é aceito para as crianças, que tem de aguardar os compromissos agendados para conversar com Fabiana. (Uma criança que ‘chama de lado’ alguém da administração para conversar em particular, pode ser entendida como alguém que está fazendo ‘intrigas ou mexericos’.)

“Por isso que eu não obedeco... Não é como a mãe da gente, profe! Quando a gente faz uma coisa errada na casa da gente, a mãe bate, a mãe põe de castigo, a mãe põe moral na gente. Aqui não é assim. Não podem mandar de verdade na gente. Quando a gente apronta, ela vai correndo contar para a Fabiana. Parece criancinha... Parece sim, porque elas também têm de obedecer, quase igual à gente. Não podem fazer o que querem! E daí, se a gente aprontar muito, mas muito mesmo, mudam a gente de casa para outra monitora, e se continua aprontando, vai para outra Instituição. Então, não é como uma casa de verdade. Pra mim, não chega a ser nem parecido.”

Na opinião desta abrigada, a fragmentação da autoridade em vários papéis acabava por enfraquecer o papel da monitora que deveria ocupar o lugar da mãe, mas não tem condições de fazê-lo, já que não é capaz de ‘mandar de verdade’.

O papel de mãe-social tem a singularidade de unir o vínculo empregatício com o que é entendido como uma ‘vocação’ cuidar dos filhos de outras pessoas. Mas, quando reclamam da sua dificuldade de exercer a autoridade, essas mulheres tratam de certa incomplitude de seu papel de mãe, que é partilhado com várias outras mulheres tanto no cuidar, quando no ‘educar’ esses filhos colocados aos seus cuidados.

Neste sentido, o papel da cuidadora se coloca como duplamente virtual: de um lado, sua autoridade é sempre questionada, por não ser a ‘mãe de verdade’ desse filho que é colocado aos seus cuidados; de outro, não lhe é autorizado ocupar a posição de mãe em toda a sua extensão, pois tanto o cuidar, quanto o educar não são atribuições exclusivamente suas.

Ecos dessa fragmentação de autoridade são visíveis também nos conflitos que eventualmente ocorram entre crianças de duas casas diferentes: tais questões são levadas a alguém da equipe da Direção para que este converse com as crianças em conflito, às vezes, sendo chamadas também as monitoras da casa para tomar conhecimento do assunto e relatar se a questão foi de fato resolvida ou não.

Percebe-se, assim, que o controle existente por parte da Administração, sempre presente e atenta ao que ocorre no interior das casas, é também reconhecido e alimentado pelo ato de ‘levar à direção’ determinadas questões, para que este poder externo delibere a esse respeito. Neste movimento de retroalimentação da autoridade central, pode-se dizer da existência de uma disciplina (FOUCAULT, 1977) que permanentemente tende a reafirmar a ordem de coisas estabelecida. Ali, conflitos individuais tendem a ser publicizados e resolvidos no âmbito administrativo.

De fato, parece-me que apenas ao anoitecer e nos finais de semana que os monitores podem exercer um nível maior de autoridade. Nesses momentos, a Instituição se esvazia de seu corpo administrativo, permanecendo nas suas dependências apenas os abrigados e seus cuidadores diretos, os pais e mães sociais.

A dinâmica das festas⁵⁷ transcorre dentro desse caráter mais esvaziado de autoridade: se algum membro da administração se faz presente, ele é notado como convidado, e não necessariamente a partir do cargo que exerce. Assim, nessas ocasiões, as relações entre os cuidadores, os monitores e os abrigados são visivelmente mais frouxas. Nesses momentos, os papéis sociais deixam de ser excessivamente regulados pelas convenções-padrão às quais estão cotidianamente submetidas.

No caso da Casa-Lar, como já comentado anteriormente, a figura de autoridade central acaba sendo o casal de pais-sociais Sandra e Juan. Embora a casa pertença ao Hospital, e eles sejam seus funcionários, os outros indivíduos que trabalham nesta instituição acabam ocupando papéis hierárquicos inferiores, seja em seus papéis profissionais (uma mãe-social que apenas cobre as folgas da efetiva, uma outra funcionária que limpa a casa e prepara a comida), seja na visão das crianças abrigadas, que chamam apenas Sandra de ‘mãe’ e as demais de ‘tia’.

Nesse contexto, portanto, Sandra e Juan assumem papéis de pais que podem ‘mandar de verdade’, inclusive nas demais funcionárias, as quais representam figuras auxiliares, que podem também ajudar no trato com as crianças, e até exercem algum poder de mando, como de babás e empregadas domésticas, mas que estarão sempre subordinados aos pais-sociais. Na verdade, ao menos no que se refere ao interior da Casa-lar, a autoridade máxima é o casal; a eles, crianças e demais funcionários são subordinados. De qualquer forma, a hierarquia à qual Sandra e Juan estão submetidos está apagada, mas não ausente.

Nota-se, porém, que o teor das reclamações de Sandra é um pouco diferente daquelas que ouvi na Fundação:

⁵⁷ Mais adiante, pretendo discorrer com mais vagar sobre as festividades, mas desde já faço uma pequena distinção: quando abordo esse comportamento mais leve entre o corpo administrativo, os monitores e os abrigados, refiro-me às festas de aniversário, ou festas dadas para as crianças, não as ‘comemorações oficiais’ nas quais as crianças se apresentam para uma platéia, onde a hierarquia se mantém rígidas como de costume.

- Eles dizem que nós da casa-lar somos prioridade, que as crianças estão em primeiro lugar. Mas a verdade é que nós somos a prioridade depois que eles já resolveram todas as outras coisas.

O desabafo de Sandra referia-se à insatisfação que lhe causava o fato de Juan estar acumulando funções há alguns meses. Desde que a cozinha do hospital entrara em reformas, ele precisava ir buscar e levar comida para os pacientes do hospital três vezes ao dia. Em função disso, o marido não estava mais em casa nos finais de semana como de costume, nem participava dos passeios realizados com as crianças. Neste dia, a irritação de Sandra devia-se, justamente, ao fato de que ele trouxera as crianças para passar o dia em minha casa, mas não tinha podido ficar:

– Quando ele entrou, era para ser o pai das crianças, e o motorista delas, agora, ele nunca está com elas. E é tudo assim. Quando foi para matricular elas, puseram todo mundo de tarde. Porque era melhor para elas? Não, porque de manhã ele tem de trabalhar no hospital. É tudo assim! Daí a gente fala qualquer coisa, eles vem falando ‘não se preocupe, a gente vai ver...’ Mas continua tudo a mesma coisinha.

Aqui, porém, parece-me que a reclamação da mãe-social agrega muito mais questões de ordem trabalhista, posto que elas poderiam vir a ser suscitadas se Juan fosse funcionário de uma outra empresa que repentinamente mudasse sua rotina empregatícia.

Elenice, como já comentado, é a funcionária do Hospital responsável pela Casa-Lar, portanto, chefe de Sandra e Juan, mas, ela não trabalha dentro da Instituição, nem tem horário programado para comparecer ao local, o que propicia certa informalidade na forma como é percebida dentro desse universo. Pude notar que os assuntos administrativos são tratados com Sandra e Juan sem a presença das crianças, de modo que a relação empregatícia fica bastante afastada da convivência com estas.

O único caso que claramente extrapolou esse arranjo foi da mãe-social folguista Marta, que pediu para ser transferida da casa-lar em função das divergências que tinha com Sandra no trato com as crianças. Segundo Marta, Sandra tratava as crianças de modo diferenciado, dando privilégios a uns mais que aos outros⁵⁸. Essa

⁵⁸ Conforme já apontado por SNIZECK (2008), as cuidadoras das crianças costumam acusar umas às outras de terem preferência por determinada criança, colocando as demais de lado. Enquanto acusam as outras desse tratamento desigual, negam que elas próprias possuam tais preferências, como na fala de Marta: “Nossa, está na cara, todo mundo vê que ela faz tudo pelas ‘irmãs’ e o resto, nem olha na cara. Eu não. Eu só protejo a Jeniffer porque ela é posta de lado sempre, coitadinha!”. ‘As irmãs’ aqui

situação acabou gerando um ambiente de acusações mútuas entre as duas cuidadoras, e a separação das crianças em facções que também brigavam entre si acerca da necessidade de Marta sair ou não da Casa-lar.

Marta questionava abertamente o papel de Sandra como mãe-social, e esta, por sua vez, acusava Marta de inveja, por não ser a ‘chefe da casa’. Marta costumava dizer que Sandra não tinha condições de ocupar o papel de mãe das crianças, e só o era por ser casada com Juan, que já era funcionário do hospital. Para Sandra, Marta tinha ‘dor-de-cotovelo’, por ser funcionária antiga, e mesmo assim, ocupar uma posição inferior a ela dentro da casa. Às vezes, a situação ganhava certos ares de comicidade, quando essa divergência as fazia, por exemplo, fazer as crianças menores trocarem de roupas sucessivas vezes por uma não concordar com o que a outra havia escolhido para vestirem. Por fim, Marta teve acatado seu pedido de transferência, e a hierarquia trabalhista restabeleceu-se com a contratação de Ana para ser a nova mãe-social auxiliar.

O que se pode perceber dentro das Instituições é que as tensões que não se originam a partir da hierarquia administrativa do Abrigo, mas do Poder Judiciário a que estão submetidos, como os casos já citados, de crianças que são encaminhadas à visitação monitorada, ou retornam para os pais biológicos são as que, de fato, são consideradas efetivamente arbitrárias, porque são decisões que não se tomam a partir das relações havidas no interior das casas.

Quanto aos abrigados, nos dois espaços, é tido como natural que obedeçam aos adultos, pensamento que corresponde ao entendimento ‘ocidental’, de que as crianças são indivíduos em formação e, por isso, devem ser guiadas e orientadas pelas percepções mais coerentes dos adultos, aptos a ensinar-lhes e proteger-los.

Seja como for, na Instituição, como no contexto social geral da qual é derivada, as crianças ‘não têm querer’, e estão em um limite inferior, onde pouco se pode falar em ‘hierarquia’. Haverá apenas possibilidade disto acontecer quando se toma os irmãos mais velhos dentro dos grupos de irmãos, com relação aos mais novos, no entanto, mesmo aqui, suas ‘ordens’ são genericamente reafirmações dos ditos dos adultos.

referidas são as meninas Laís, Kênia, Raquel e Tuca, a quem Marta acusava Sônia de proteger e privilegiar em detrimento dos demais abrigados.

II – “Nada aqui é de vocês!” / “Tia, me dá esse também?” – a questão da posse para os internos

Para abordar a questão da posse entre os abrigados, passo a relatar a situação que primeiramente me fez pensar acerca desse assunto:

Em uma segunda-feira do mês de agosto de 2009 pela manhã, estava na Casa-Lar sentada com as crianças para ajudar-lhes com os deveres de casa. Na mesa, estavam sentados Jeniffer, seu irmão Lucas, Kênia e a irmã Laís, e também Fabrício. Este último precisava pintar um desenho, mas me disse que estava sem lápis, e que estava esperando porque o ‘pai-Juan’ iria trazer uma caixa nova quando chegasse da rua. Habitualmente, ele chega em casa por volta de 11:30, depois de ter trabalhado no período da manhã no hospital. Como os lápis chegariam somente perto da hora do almoço, quando eles já estão quase de saída para a escola, disse-lhe que fosse fazendo os outros exercícios para não se atrasar, mas ele estava bastante distraído tentando fazer funcionar um celular antigo que tinha nas mãos.

Instantes depois, Marta veio da cozinha para falar com Fabrício. Juan havia telefonado do hospital, e mencionara o pedido da compra de lápis:

- Fabrício, que conversa é essa que você não tem lápis de cor? Aonde é que estão os seus lápis de cor? – como o garoto demorasse a falar, ela insistiu – responde que eu estou perguntando!

- Acabou, tia.

- Como que acabou se não tem nem dois meses que a gente comprou uma caixa nova de doze cores para cada um de vocês? Fala a verdade! O que você fez desses lápis?

- Tia, ele trocou os lápis por esse celular ai!

- Mentira!

- É verdade, e tu é um burro, porque o celular nem funciona!!! – Fabrício acabava de ser denunciado por Laís, que dentro da casa possui uma posição um tanto dúbia: bastante considerada pelos adultos por sua postura responsável e estudiosa, ela é frequentemente hostilizada pelas crianças, por ser a considerada ‘dedo-duro’ (delatora) que sempre conta o que os outros fazem às escondidas.

- Espera só um pouco aí, seu Fabrício! – Marta dirigiu-se novamente para a cozinha, para telefonar para Juan. Enquanto, isso, ele repetia baixinho para Laís “*Se eu apanhar, você me paga!*”, que fazia pouco caso das ameaças do garoto: “*Se você me bater, eu conto e você apanha de novo!*”. Após alguns minutos, Marta retornou à sala junto com Sandra, que tomou a palavra.

- Meu filho, que besteira é essa? Tu trocou teus lápis de cor por um celular? (sic) – desta vez, o menino confirmou com a cabeça. Sandra pegou o celular das mãos dele e olhou. Tratava-se realmente de um aparelho velho, com

a pintura descascada e aparentando não funcionar. – E você pelo menos sabe se funciona?

- Tem um código que eu não sei como tirar...

- Pois é, você nem sabe mexer. Celular é muito bom sim, mas quando a gente sabe mexer, e quando a gente pode pagar a conta, porque eu não vou dar dinheiro para vocês colocarem crédito em celular. E outra, para quê você quer um celular, se não tem nem para quem ligar? Por outro lado, os lápis você precisa agora para a escola, e não tem. Aonde já se viu essa história de trocar material do colégio, meu filho? Você não precisa de celular, precisa de material escolar e agora não tem mais o material que a gente comprou para você.

Nesse momento, Marta retomou a palavra, exasperada:

- E nem vai ter! Ninguém mandou trocar! Não tem, a gente não vai comprar outros não. – ela passou a gritar. – E isso vale para todo mundo aqui: não tem esse negócio de trocar os materiais da escola. *Essas coisas não são de vocês.* O hospital compra para vocês, mas nada disso é de vocês, é nosso. É para usar o ano inteiro, e a gente só vai comprar outro quando o que vocês têm já tiver acabado. Não é, Sandra?

- É isso mesmo. E podem tratar de destruir tudo o que trocaram. Não interessa se foi aqui dentro, ou na escola, não interessa se já perderam, vão ter de destruir tudo, porque esse material não é de vocês para fazer o que bem querem. Não quero mais ficar sabendo de troca nenhuma. *A gente sabe o que vocês precisam; vocês não.* Você, Fabrício, foi enganado por um esperto que ficou com todo teu material escolar em troca de um celular que provavelmente nem funcione. Isso se não for roubado! Então, eu não quero mais nem ouvir falar nessa conversa de trocas aqui dentro. Querem alguma coisa, me falem, que eu vejo se pode, se estão mesmo precisando, mas troca, nem pensar! Principalmente material escolar, que não é nem nunca foi de vocês! *Não pensem que é vocês só porque tem o nome de vocês, e que por isso vão pegar e fazer o que bem quiserem não.* E você, Fabrício, vai ficar sem fazer a lição da escola.

- Mas vale nota, mãe!

- Pensasse nisso antes de trocar.

Tão logo as duas saíram para a cozinha, as crianças se entreolharam nervosas e começaram a apurar quem havia trocado o quê e com quem, para devolver o quanto antes. Logo ficou claro que todos haviam realizado alguma troca, que precisava ser desfeita com urgência. Eles abandonaram as lições por um tempo para subir a seus quartos e verificar onde estavam alguns dos itens trocados, e gastaram certo tempo discutindo se o que estava sendo devolvido era realmente o que havia sido dado.

- Esses não são os lápis que eu te dei, Kelly! E eu vou contar para a mãe que você perdeu.

- Burra! Você não pode contar para a mãe, senão ela vai brigar com você também!

Fabrício acabou pintando o desenho com alguns lápis emprestados rapidamente de seus irmãos mais novos e, no final daquela manhã, todos

havam retomado algumas coisas trocadas, e tinham também notado que era impossível reaver todas, sobretudo porque haviam realizado trocas com outras crianças da escola, que talvez não estivessem mais de posse das mesmas. Sobretudo, estavam assustados com a possibilidade de que a mãe-social passasse mesmo em revista as suas coisas.

A declaração das duas mulheres nesta ocasião, de fato, guarda certo exagero por ter sido proferida em um momento em que o comportamento de uma das crianças irritou-as profundamente. Porém, suas falas serviram para pensar o que, de fato, poderia ser entendido como uma posse das crianças, pois se antes não era assim, a verdade é que a partir daquela ocasião realmente os materiais escolares passaram a ser encarados como ‘posse do hospital, emprestada para uso das crianças’.

E, a despeito de se tratar de um discurso extremado, essa mesma ausência de posses se manifesta como um quadro geral da realidade dos ambientes institucionais, posto que também o espaço no qual elas convivem não lhes pertence, tampouco aos cuidadores: A casa em que vivem, e todos os utensílios domésticos, bem como o mobiliário pertencem à Instituição.

Conforme aponta NIETZSCHE (1874), o homem está sempre preso a uma memória, “pelo fato de não poder aprender a esquecer e estar continuamente ligado ao passado” (p. 6). Exceto em uma situação excepcional de ausência – frequentemente de ordem patológica -, todo indivíduo possui uma memória, e é através dela que se constrói o sentimento de pertencimento a um grupo, ou a lugar.

Dos relatos dos abrigados é possível notar que a perda de alguns itens pessoais marca, exatamente, a entrada no Abrigo. Roupas, brinquedos, livros e outros são deixados para trás, em função do próprio contexto do abrigamento, frequentemente marcado por uma retirada abrupta e, não raro, traumática do lar de origem. Nesse processo, quase tudo o que o interno tinha antes é deixado para trás.

Nesse movimento, há uma ruptura crucial na convivência com o grupo familiar, mas também com a própria memória e sentimento de pertencimento, através da quebra de contato com esses ‘reforços de memória’ que se manifesta através de objetos concretos – a casa, o quarto, os brinquedos preferidos – uma vez que os mesmos são deixados para trás.

DONZELOT (1986) postula que a situação do órfão é equivalente à de um apátrida, e é fato que o Abrigo é ainda um local onde são enviados crianças e adolescentes que, tirados da família, são também expropriados de suas histórias pregressas, que apenas se preservam em pequenos retalhos de memórias, as quais são, com muito custo, preservadas, a fim de que suas identidades não se tornem de todo fragmentadas.

Este movimento de destituição e desintegração das posses é denominado por GOFMANN como integrante do processo que ele chama de ‘mortificação do eu’ (1987) aonde o indivíduo de forma rápida ou lenta viria a perder a concepção que tinha de si mesmo antes de ser institucionalizado, através da inserção em uma rotina dada à qual ele não pode interferir e, mesmo tomando parte nela, não lhe possível estabelecer um nível de integração que lhe devolva a individualidade. Pelo contrário, a troca se faz desigual: por esta teoria, a Instituição não é capaz de restabelecer o ‘eu’ que se desfez, uma vez que só pode oferecer coletividade, não individualização. Adentrando na Instituição nessas condições, nota-se que haverá uma escassez de itens pessoais mínimos, o que impede a sensação de pertencimento à Instituição.

Na Fundação, onde encontrei indivíduos com tempo de abrigo prolongado, pude notar algumas estratégias de se lidar com essa carência exacerbada de posses. Uma delas era o colecionismo de pequenos itens, quaisquer coisas que lhes pudessem ser fornecidas. Um desses casos era Luis, que foi adotado em outubro de 2008⁵⁹. Com 10 anos, ele freqüentava minhas aulas de inglês no segundo período, das turmas de 3ª e 4ª séries. Abrigado desde os seis anos, era mais um residente da casa de Doralice. Desde as primeiras aulas que acompanhou comigo, tinha por costume me pedir materiais excedentes que eu levava para as aulas. Textos ou desenhos xerocados a mais, exercícios parcialmente preenchidos, papéis de rascunho.

Fosse o que fosse, ele sempre pedia “*Tia, você pode me dar esse desenho?*”, “*Tia, me dá esse também?*”. Até completar os pedidos com um “*Tia, me dá logo todos?*” Quando isso se repetiu pela terceira vez, acabei perguntando-lhe porque ele pedia, por exemplo, cinco desenhos iguais.

⁵⁹ Tratarei desse caso de adoção no Capítulo 5.

- Para guardar, tia! Eu gosto de guardar. Escondo debaixo do colchão, daí, depois a tia encontra, ralha comigo, e joga tudo fora, e eu começo a guardar tudo de novo.

Luiz foi adotado em outubro de 2008, deixando para trás a sua ‘coleção’ de guardados. Agora, aparentemente, esses itens que ele reunia com tanto afincio já não eram mais tão necessários em sua nova realidade, onde ele poderia, finalmente, constituir um conjunto de memórias duradouras que não precisaria esconder, nem lhe seriam tiradas e jogadas fora. Aliás, vale notar que ele tinha necessidade de guardar, mas não necessariamente se apegava às coisas que colecionava: Quando a tia as encontrava e jogava fora, ele se dispunha a iniciar um novo conjunto, revelando mais impulso por junta-las do que sentimento por tais coisas.

Mas não se tratava de um caso isolado entre os moradores da Fundação. As crianças sempre pediam qualquer coisa que eu pudesse fornecer-lhes como algo para ser delas. Desenhos, Cds com músicas por mim gravadas de acordo com seus pedidos prévios, e fotos. Algo que se descortinava nessa necessidade de colecionar, era a necessidade de possuir coisas delas, feitas para elas, trazidas para o interior do abrigo ‘pensando nelas’. Coisas que as individualizassem em oposição ao coletivo.

O recurso de esconder as coisas era também uma constante, como fazia Luis com seus papéis, para que os demais moradores da casa não os acessassem. Não raro, aconteciam brigas quando alguém inadvertidamente mexia nesses pertences secretos. Alguns também manifestaram a preferência por itens menores, tanto por serem mais fáceis de ser ocultados, como por despertarem menos a cobiça dos outros:

- Eu pedi ao Papai Noel um carrinho bem pequeno. Grande eu não quero não, porque senão ‘os maiores’ (meninos mais velhos) me batem e me tomam. (Juliano, 09 anos).

As fotos eram, sem dúvida, os artigos preferidos. Costumeiramente, eu levava a câmera para lá e, tão logo a tirava da bolsa, os meninos tomavam posse da mesma, fazendo filas para tirar algumas fotos, e só me devolvendo quando a pilha chegava ao fim. O frisson pela câmera era equivalente ao que ocorria quando eu levava as fotos reveladas na semana seguinte, e, não raro, aconteciam disputas quando à posse de algumas das fotos nas quais mais de um deles era retratado.

Letícia Mendes me contou que estava montando um álbum com as fotos que ela tirava com a minha câmera. Por isso, quis tirar tanto fotos de si mesma e das amigas, como da Fundação, para mostrar o lugar onde morava. E se mostrava feliz porque, desde que eu apareci com meu equipamento, seu álbum quase vazio aumentou consideravelmente de tamanho:

- Eu tinha umas poucas... aquelas do panfleto⁶⁰ daqui, e mais algumas, só. Mas também, a gente não tira muita foto, mesmo. Quando tem evento, apresentação, ou numa situação assim especial. Mas muitas não ficam com a gente... Porque a maior parte das fotos que a gente tira vão para o álbum de adoção; não ficam com a gente.

Os ‘álbuns de adoção’ são coletâneas das fotos de cada uma das crianças disponíveis para a colocação em família substituta, que são enviadas para as Agências de Adoção de outros países, já que o perfil dos abrigados ali não se encaixa nos padrões de adoção nacional. Algumas das fotos que as crianças tiraram em minha câmera também foram pedidas por Mariana, para incluir em tais álbuns, que ela monta pessoalmente.

Vale notar, ainda, que o ambiente da Instituição é público e coletivizado por natureza: Não existem quartos reservados, exceto para os adultos. Há poucos espaços para se estar sozinho, menos ainda, locais para guardar itens pessoais. Mas, numa realidade em que a própria vida desses indivíduos é coletiva, seria difícil esperar que fosse de outro modo com suas posses.

III – Festas com as crianças/Festas para as crianças.

O título desse tópico procura pensar uma diferença sutil, mas muito clara entre os tipos de festividades que testemunhei, e nas quais os abrigados participam de um modo bastante distinto. Aqui também procuro ainda perseguir o tópico central deste capítulo acerca do conceito de posse na Instituição, e tentarei ressaltar como esses tipos de festa estão ainda jogando com essas noções de privado e coletivo, agregando-se também num conjunto diferenciado, referente à interação, diversão e prazer sentido pelo comparecimento a essas festividades.

⁶⁰ Ela se refere ao folder de apresentação da Instituição, na qual foi retratada aos seis anos em algumas situações cotidianas.

Passarei a relatar três eventos selecionados para esta análise, mas, em alguns momentos, me reportarei a outros para estabelecer alguns comparativos.

1. O Bazar dos Cravos e a premiação dos melhores.

O Bazar dos Cravos é uma festividade realizada uma vez por ano pela Fundação, geralmente nos últimos dias do mês de novembro. O bazar é, na verdade, um mecanismo de premiação dos mais bem-sucedidos nas atividades propostas pela instituição. Dias antes, professores, monitores, assistentes sociais e a psicóloga redigem avaliações individuais de cada uma das crianças e adolescentes residentes (incluindo filhos de monitores).

A partir dessas avaliações, chega-se às médias numéricas que variam entre 20 e 00. A média alcançada equivale ao número de “Cravos” que cada um receberá para gastar no Bazar. ‘Cravo’ é uma moeda fictícia criada pela Instituição a ser utilizada para comprar coisas no bazar.

Os itens a serem vendidos para as crianças são em sua maioria novos, previamente adquiridos pelas Assistentes Sociais, mas também são incluídas coisas doadas pelos funcionários, ou terceiros. O bazar é dividido em duas salas de aula do Projeto de Reforço Escolar. Em uma delas, serão colocados os brinquedos, artigos de higiene pessoal, e acessórios como perfumes, bijuterias, bonés e bolsas. Na outra, ficarão as roupas e calçados. Antes de abrir o bazar, prepara-se também uma tabela de preços de cada item.

As crianças e adolescentes que receberam a maior quantidade de Cravos entram primeiro no bazar, portanto, terão mais opções de compra que os demais. Independente da quantidade de dinheiro que recebem, um sol tem de ser obrigatoriamente gasto na sala das roupas e calçados. Nessa sala, não existe preço determinado e, com uma nota de Sol, é possível comprar um sapato, uma meia, uma cueca ou calcinha e mais uma peça de vestuário, que pode ser blusa, calça, saia ou camiseta.

As notas são informadas às crianças durante o período da manhã, e elas gastam boa parte das horas que antecedem a abertura do bazar conversando a respeito

da nota que cada um recebeu. Como o dinheiro é atribuído a partir de seu comportamento, é natural que alguns se sintam injustiçados, enquanto outros se orgulhem da quantidade de notas recebidas.

- E aí, que nota você tirou?

- Tirei 15 e você?

- 13...

- Ah, mané!!!!

- Ué, e daí? Você só tirou dois mais que eu...

- Ah, é porque a tia disse que eu não faço as tarefas direito... Pior é teu irmão que tirou 16! O bicho não faz nada... é só porque é puxa saco...

À medida que a abertura do Bazar se aproxima, todos ficam sabendo quanto cada um tirou, e tentam imaginar o que pode existir dentro da sala para ser comprado. Alguns comentam que viram algumas coisas entrar, e procuram especular se o seu dinheiro será suficiente ou não.

Acompanhei o Bazar ocorrido em 2009. Nesta ocasião, pela manhã, três internos já haviam feito suas compras, posto que neste dia tinham compromissos à tarde na escola. Os três receberam a pontuação máxima de 20: Letícia Mendes, Mariana, e Ricardo. Segundo comentado por alguns, os três estão entre os poucos que atingem as pontuações máximas todos os anos. Os demais comprariam de tarde e, por volta das 14 horas, formavam uma longa fila de ansiosos.

A primeira da fila era Celina, de 12 anos, chegada à instituição há cerca de dois meses. Havia ganhado 18 Cravos. Assim que entrou, lhe foram entregues as notas e explicada a regra de que teria de reservar um Cravo para as roupas, restando, portanto, 17 notas para gastar com o que quisesse. Em tese, cada um dos compradores teria uma média de 20 minutos para comprar livremente, antes que entrasse o próximo, mas no caso de Celina, já haviam entrado pelo menos mais três compradores antes que ela decidisse pelo que levar. Procurando os itens mais em conta, conseguiu comprar duas presilhas, uma bandana, um esmalte azul bebê, lápis de olho e uma bolsa pequena. Na sala das roupas, a sua escolha foi mais rápida, dada à inexistência de peças do seu tamanho e gosto.

A seguir, veio Tatiane de seis anos, que ganhou 17 notas. Como era muito novinha, a psicóloga Fabiana ajudou a pequena a fazer suas compras. Depois entraram

duas meninas que haviam ganhado 16 notas, Diane e Karina. Lentamente, a fila prosseguia ao longo da tarde. Sempre demorando mais na sala dos itens pessoais, e sendo mais rápidas as escolhas na sala destinada às roupas. Quando as crianças não conseguiam encontrar nenhuma roupa, a monitora da casa onde residiam era chamada para que fizesse a escolha pela mesma.

FOUCAULT (1977) aponta que premiações, tanto quanto punições, são mecanismos de manutenção de ordem e disciplina, uma vez que quando se premia aqueles que se saem melhor em determinados contextos, também se pune aqueles que não atingiram ao que deles se esperava. Portanto, a não premiação é uma forma de punição.

Na dinâmica do Bazar dos Cravos, isto se coloca ainda mais efetivo, na medida em que os melhores classificados são duplamente privilegiados: ganham mais moedas e ocupam os primeiros lugares nas filas, portanto, terão maior variedade de escolha e mais recursos para comprar. Por outro lado, os que são classificados mais abaixo vão tendo cada vez menos itens a adquirir com uma quantidade menor de recursos. Além disso, os que são qualificados com um menor número de pontos são ainda adicionalmente ‘punidos’ pelas repreensões de membros da administração e pelos comentários jocosos dos que ficarão à sua frente na fila.

Portanto, este recurso de premiação incentiva os indivíduos a se manter em um processo de constante aperfeiçoamento pessoal, tanto para obter classificações e prêmios melhores, como para, no próximo bazar, ter condição de passar à frente destes.

Note-se que as filas, os prêmios dadas aos ‘melhores’, enfim, todo o conjunto todo de ações que se desenrolam ao longo do Bazar dos Cravos é uma homenagem à uma regularidade de formas almejada pela instituição que procura funcionar como uma engrenagem. A pretensão desta constante de regularidade é uma meta sempre perseguida, sendo uma de suas estratégias incentivar ao aperfeiçoamento constante através dessa dinâmica de premiações.

2. Apresentação de flautas: a festa ‘com’

Numa sexta-feira de dezembro, fui comunicada de que a minha aula precisaria terminar mais cedo, porque os meninos iriam se apresentar ao final da tarde na sala de música. Alguns dos meus alunos não compareceriam à aula por estarem ensaiando e, é claro, eu estava convidada a assisti-los.

A apresentação se daria após o intervalo do lanche, portanto, por volta de 15:30. A essa hora, era possível ouvir os gritos da professora de música, para que todos se encaminhassem à sala de música para escutar a apresentação.

Como algumas das monitoras demorassem, ela disparou:

- Não, é desse jeito. Vivem falando que a gente não faz nada. Quando a gente faz, ninguém vem prestigiar, é um absurdo! Anda, gente!!

Com um atraso de cerca de 10 minutos e muitos chamados, ela conseguiu reunir a platéia, composta de monitores, o pessoal da administração e o restante dos abrigados. Antes da apresentação começar, alguns se divertiam em provocar o grupo que estava de pé, aguardando a ordem de começar.

Mabel pediu silêncio, dizendo a apresentação de flautas estava sendo ensaiada e era uma prévia do que seria apresentado na semana seguinte na 'Festa dos Padrinhos', à qual não tive acesso por ser um evento restrito. Comentou também sobre os tipos de números que seriam apresentados. O primeiro, de percussão, depois um do grupo de flautas.

A percussão era uma apresentação feita no chão com um instrumento feito por ela e que, ela frisou, não seria dado às crianças porque dava muito trabalho para fazer. Tratavam-se de latas vazias de refrigerante, revestidas com e.v.a.⁶¹ colorido, e que eram tocadas batendo-se com elas alternadamente nas palmas das mãos e no chão de tacos. O número exigia coordenação e grande concentração das crianças, que foram bastante aplaudidas no final.

O segundo número era o das flautas. Mabel explicou que era muito difícil aprender a usar instrumentos de sopro, sobretudo as flautas grandes, e que por isso todos deveriam aplaudir o esforço dos músicos. A ênfase em aplaudir o esforço logo se esclareceu: ainda havia algumas falhas no desenvolvimento da melodia, mas, de fato, era possível notar que estavam se esforçando.

As palmas foram um pouco menos entusiasmadas que as dadas ao número anterior e, ao final, os garotos que se apresentaram deixaram os instrumentos e saíram correndo como de costume para lanchar, conversar, e, principalmente, ouvir as músicas de sua preferência.

Antes de saírem, porém, foram comunicados por Mariluce que havia sido decidido que a apresentação de percussão abriria a apresentação do Coral da Fundação na Associação Comunitária da Cidade no final do ano.

O quadro de apresentações oficiais das crianças da Fundação é recebido por elas de maneira um tanto uniforme. Há certo entusiasmo dos pequenos por saírem da sua rotina, enquanto os maiores genericamente encaram a situação com certo enfado. Nos grupos de música, são eles os que têm a técnica mais apurada por estarem estudando os instrumentos há mais tempo que os mais jovens, mas, em sua percepção,

⁶¹ E.V.A. sigla de 'Etil vinil acetato', uma espécie de borracha utilizada em artesanato.

trata-se de um compromisso pouco estimulante, seja por não gostarem do tipo de música que tocarão, ou pelo simples fato de ser uma tarefa obrigatória.

No final do ano, esses compromissos tornam-se mais frequentes. São apresentações em casas de idosos, teatros ou shoppings, na festa de fim de ano da Empresa mantenedora, dentre outros.

É o momento de tornar conhecido e consagrado o projeto da Instituição: o de propiciar às crianças e adolescentes abrigados a educação musical, que é ali extremamente valorizada. É também o momento de mostrar como as crianças ali têm senso de ordem e educação, quando o Abrigo sagra o êxito que tem alcançado na missão que se propôs.

As crianças e adolescentes integrantes dos quartetos de flauta, cordas e do coral são os astros principais dessas apresentações, embora, nesse momento, haja o lugar de destaque para Mabel, a professora de música, e também para todo o corpo administrativo da Instituição, cujo trabalho se consagra através desse bom desempenho das crianças. Perceptivelmente, estamos diante outra vez dessa celebração à regularidade e à constância de formas. Isto reporta à necessidade da Instituição em formar os corpos de seus internos, gerar-lhes disciplina e fazer deles instrumentos de sua ideologia.

No caso da Fundação, sua visão é a educação de excelência, que tem na música o seu carro chefe. E, entenda-se: a música clássica, tocada em orquestra, por um grupo harmônico, seguindo uma partitura. Assim é essa Instituição tanto em suas premiações, como nas festas em que apresenta o seu ‘bom trabalho’: melódica e regular como uma sinfonia.

3. Gostosuras ou travessuras: a festa ‘para’

No dia 31 de outubro de 2008, com bastante insistência, os adolescentes conseguiram autorização para, com minha ajuda, preparar uma festa de Halloween. Para realizar a festa, utilizou-se a churrasqueira da Instituição.

Desde o começo da tarde, as crianças estavam empenhadas em ajudar na decoração. Enchendo e pendurando balões, tecidos pretos, aranhas e suas teias,

morcegos e abóboras que eles mesmos haviam desenhado e colorido, etc. Terminada a decoração, todos correram para as casas para improvisar as fantasias para a festa, que também serviria para comemorar os aniversariantes do trimestre: João, que estava fazendo nove anos, e a monitora Nalva, cuja idade comemorada ela não quis declarar.

Os comes e bebes foram providenciados pelas monitoras das casas e, ao meu cargo, ficou a contratação de um DJ para animar a festa. Como tratara comigo, ele sabia que a preferência dos meninos era por Hip Hop e Dance, portanto, o repertório principal foi justamente esse. Esse mesmo DJ, dias mais tarde também foi convidado a tocar na festa de 15 anos de Diane, filha da monitora Leiva, que também realizou a festa na mesma churrasqueira.

O que se nota desses dois eventos é que, primeiramente, havia um claro empenho das crianças e adolescentes em ajudar na preparação da festa. E, como era de fato um evento ‘deles’, não havia o caráter obrigatório no divertimento, pelo contrário, era um evento feito por eles, que tinha como único objetivo a celebração em si mesma.

Nessa festa, pude claramente notar a quebra do ambiente hierárquico entre administração, monitoras e abrigados. No correr do evento, o ‘pessoal da direção’ foi convidado a dançar em meio a uma roda, em que eram vaiados os que dançassem mal, e aplaudidos os bons dançarinos. Era este o seu esquema particular de classificar os ‘melhores e piores’, em um território no qual eles não apenas eram esses melhores, como também eram os julgadores do desempenho de indivíduos que nas relações cotidianas são os avaliadores. Os meninos se esmeraram em seus passos de *brake*, enquanto as meninas faziam evoluções mais sensuais. A festa terminou com lamentos e protestos de que era ainda cedo demais, e exclamações para que se repetisse em breve.

Reportando-se à festa de 15 anos de Diane, que, sendo uma festa ‘para’, teve um pequeno momento de formalidade, no qual Letícia Mendes, Mariana e Ellen foram convidadas a tocar “Parabéns a você” no violino. Apesar da insistência de Mabel, era difícil ali fazer com que houvesse a formalidade necessária, e a professora de música teve de pedir, e depois ordenar a Letícia que tirasse o boné e os óculos escuros que ela insistia em usar durante a apresentação. Além disso, as meninas ficaram irritadas, porque tiveram de executar duas vezes o número, porque a Mabel não havia conseguido filmar da primeira vez.

Cumprida a formalidade, as meninas depositaram rapidamente os instrumentos nas mesas e retornaram à pista de dança. Aquele não era o momento de uma apresentação rígida. Neste tipo de ‘festa para’, os verdadeiros ‘donos’ da festa, os abrigados, não deixavam lugar livre para a manutenção da hierarquia rígida que é a ordem constante. Na pista de dança, mandavam aqueles que sabiam dançar melhor, e não os que ocupavam posições administrativas mais altas. Menos ainda teriam direito a manifestar-se os que sequer se arriscaram a dançar.

Papéis invertidos, as “festas para” se conduziam com o sabor das ‘travessuras’ intentadas pelos meninos na celebração do Dia das Bruxas, caso não recebessem os doces prometidos. De fato, e de forma interessante, nesta ocasião, eles declararam tacitamente preferirem que as guloseimas não fossem dadas, para que eles tivessem então legitimidade para as travessuras, as quais foram devidamente declaradas no correr da festa: “*Eu vou passar batom nas janelas!*” “*Eu vou desenrolar todo o papel higiênico do banheiro, e depois vou molhar tudo!*” “*Eu vou jogar barro nas roupas do varal!!*” E assim por diante, muitas travessuras foram enunciadas, mas nenhuma chegou a ser realizada, já que havia uma quota bastante ampla de doces para todos.

De toda forma, percebe-se que este enunciar de travessuras também fez parte do seu esquema de inversão de papéis, em um contexto único, o espaço da festa, onde poderiam não apenas exigir coisas, como também *punir* caso não fossem atendidos.

4. Aniversários na Casa-lar: comedimento e religião.

De forma diferente, as festas dos aniversários das crianças realizadas na Casa-lar são comemorações mais contidas. O momento de decoração e preparação é também um trabalho coletivo em que todos se envolvem. As crianças ajudam enchendo e amarrando as bexigas, colocando as toalhas no lugar, recebendo os convidados e mostrando onde os presentes devem ser colocados. É o aniversariante quem escolhe que recheio terá o bolo, e pode também opinar na decoração – neste ponto, a palavra final depende da concordância de Elenice, que ‘paga a conta’.

Apesar de não ser um Abrigo de orientação religiosa, o fato do casal Sandra e Juan pertencerem a uma igreja Evangélica faz com que os costumes da casa atentem para os ditames dessa denominação. Deste modo, os aniversários da Casa-lar são festas onde se fazem presentes o pastor da Igreja de Sandra e algumas famílias da congregação.

O cortar do bolo e o parabéns é precedido por uma oração e um pequeno discurso por parte de Sandra, referente ao pedido para que Deus conceda sabedoria para a criança naquele ano, e sobre a necessidade de ‘entregar o coração para Jesus’. No ritual de cortar o bolo, há a tradicional brincadeira referente à quem receberá o primeiro pedaço, que deve ser dado à pessoa de quem mais se gosta. Em todos os aniversários, Sandra é a agraciada.

As crianças da Casa-lar não fazem parte de apresentações oficiais; pode-se dizer que suas festas são, ao mesmo tempo *com* e *para* elas. São celebrações das passagens dos aniversários das crianças, não obstante, haverá tanto o momento de descontração, como o momento de consagração pelo trabalho até o momento desenvolvido. No caso, esse ‘trabalho’ representa o fato das crianças estarem felizes e bem nutridas.

Há também ali o componente da performance religiosa (GEERTZ, 1989), presente na oração em voz alta, e no discurso exortativo de Sandra, acerca da necessidade do aniversariante ter fé em Deus. Trata-se, nesse momento de um exercício de verbalização da fé aos presentes, os quais não são todos praticantes dessa mesma religião e, por essa razão, a performatização tende a se apresentar como uma *profissão de fé*: “Enquanto para os ‘visitantes’, pela natureza do caso, as realizações religiosas só podem ser apresentações de uma perspectiva religiosa particular, podendo ser apreciadas esteticamente ou dissecadas cientificamente, para os participantes elas são, além disso, interpretações, materializações da religião – não apenas modelos daquilo que acreditam, mas também modelos para crença nela. É nesses dramas plásticos que os homens atingem sua fé, na medida em que a retratam.” (GEERTZ, 1989, p.130).

Esse componente religioso, no caso da Casa-lar, está completamente ligado à crença religiosa da mãe-social e, para ela, é também uma manifestação de ‘estar cumprindo o seu dever’ o fato de que as crianças a seus cuidados agora professam a mesma fé que ela; estão ‘firmes nos Caminhos do Senhor’ seria a mais eloquente

manifestação de seu bom trabalho, já que, dentro de sua crença, é preciso não apenas cuidar do corpo, mas também preocupar-se com a alma imortal dos abrigados.

O que se observa de peculiar no caso da Casa-lar em oposição à Fundação, é que a festa, assim como o seu cotidiano, procura ser esvaziado das referências Institucionais. Assim, a presença da Dra. Elenice é tratada como a de uma médica querida do Hospital, por quem as crianças têm muito carinho, uma a ‘amiga da família’, ou uma madrinha querida. Ela não se coloca ali como superior hierárquica, e Sandra permanece como figura de autoridade central; a mãe para quem todas as crianças darão o primeiro pedaço de bolo.

CAPÍTULO IV – PARENTESCO E AFETIVIDADE.

Prólogo

Numa manhã de quinta-feira, uma das mais frias do inverno de 2009, eu cheguei bem cedo a Casa-lar, para iniciar minhas atividades diárias. Desde o lado de fora da casa, era possível escutar uma sucessão de gritos de criança. Altos, porém incompreensíveis, apenas me permitiram perceber que era um dos pequeninos que gritava. Entrei pela porta dos fundos, a da cozinha, cumprimentando ‘tia’ Marta, a mãe-social folguista, e Laís, uma das crianças abrigadas, que neste dia ajudava com os afazeres da cozinha. Passando para a sala de refeições, que é também o local onde estudamos, encontrei com outras duas das moradoras da casa: Raquel, que naquele momento fazia nebulização por estar com uma forte gripe, e sua irmã Tuquinha, a autora dos gritos eu escutara desde fora. Só dentro da casa foi possível compreender que ela gritava repetidamente a palavra ‘mãe!’.

Tuca faz parte de um grupo de quatro irmãs, afastadas da família biológica em função de abuso sexual por parte do padrasto e drogadição da mãe. Tem três anos; as três outras irmãs são Raquel, de seis, Kênia, de oito, e Laís, de 10 anos.

Voltei à cozinha para saber o que acontecia, e Laís disse não ter certeza, mas achava que era porque ela não queria comer. Como os gritos não paravam, Sandra, a mãe-social havia descido as escadas, e tentava tomar Tuca nos braços, procurando acalmá-la com palavras ternas. Mas a pequena recusava o consolo, empurrando-a com as mãos e os pés, e prosseguindo com os gritos intermitentes. Sandra dizia: “*Mas o que você tem, fofinha? A mãe está aqui!*”, e a criança elevava ainda mais a voz em seus chamados. Laís, a irmã mais velha que olhava da porta, sussurrou: “*Não adianta...ela quer a mãe!*”. A ênfase dada na frase indicava que a mãe por quem a pequena gritava era a biológica. Para aquela demanda, Sandra não servia.

A mãe-social, após mais algumas tentativas frustradas, desistiu e retornou aos seus afazeres no andar superior. Depois que ela deixou a sala, e cansada de ver a irmãzinha chorar, Laís tirou-a da cadeira e abraçou-a fortemente, até que seus gritos parassem. Feito isso, colocou-a outra vez sentada, e fez com que a pequena tomasse o resto do mingau de aveia que estava no prato à sua frente.

Pelo que me foi contado pela Assistente Social, em função dos constantes episódios de drogadição da genitora, Laís passou a assumir um papel de responsabilidade sobre as irmãs mais novas, que de certo modo visava substituir essa mãe ausente. Esse papel na realidade em que viviam correspondia em preparar a comida, levar e buscar na escola, e notadamente, tentar protegê-las dos abusos do padrasto. Por ter de assumir este papel tão jovem (ela chegou no abrigo com 10 anos, e já fazia isso há alguns anos), Laís é uma menina bastante madura para sua idade; às vezes séria, e que mesmo agora, no ambiente da instituição, mantém a postura de cuidadora das irmãs, estendendo sua rede de cuidados às demais crianças da casa.

Passada a crise, Laís veio me explicar que ia ajudar na cozinha, embora tivesse lição por fazer, pois estava de atestado médico e não iria à escola naquela semana, em função de ter contraído conjuntivite. Nesse ínterim, Jeniffer desceu informando que tinha lições de matemática e de ciências. Kênia também veio com os cadernos,

e me sentei com elas para fazer as lições. Raquel, cuja inalação acabara, pediu para eu ver se ela tinha febre, e depois subiu correndo para contar à mãe-Sandra que estava sarando.

Depois de comer o mingau e levar o prato à cozinha, Tuca pediu para que eu colocasse um filme na TV. Como eu respondi que precisava ver se a tia Sandra deixaria, ela subiu alegremente as escadas, segurando em uma das mãos o DVD escolhido, e gritando: “*Mãe! Eu quero ver um filme!*” Alguns minutos depois, ela desceu, avisando que “*A mãe deixou!*”, e então fomos colocar ‘Os Vegetais’ na sala de TV. Logo os pequeninhos e os que não tinham lições nem afazeres na casa sentaram-se nos pufes para assistir, e eu retornei para a mesa de estudos, para ajudar quem tinha dever de casa. A rotina da casa reassumia o seu lugar... No entanto, restou o incômodo da cena presenciada pouco antes.

Este momento foi, na minha percepção, um dos mais fortes de meu campo até então, pois o choro inconsolável de Tuca me causou um enorme desconforto, talvez exatamente pela circunstância de eu própria ser mãe. Nesse dia, lembro-me de ter pensado em quantas vezes consolara meu filho quando ele se mostrava choroso e com medo de entrar na sala de aula, dizendo-lhe que não precisava ter medo, porque “*A mãe sempre volta!*” Essas palavras, sempre repetidas para ele, eram um modo simples de fazê-lo tranquilizar-se, mediante a certeza de eu sempre estaria presente e nunca o deixaria.

A falta desta certeza constante era o que incomodava nos gritos que não podiam ser atendidos. Esta circunstância, no entanto, não se dava em função do abrigo, posto que, conforme a história de vida das crianças revela, a mãe de Tuca deixou de ouvir seu chamado muito antes do afastamento do lar biológico. E, se ela não podia atender agora os gritos da filha, isso se devia à sua ausência no cuidado cotidiano com as crianças, que desencadeou a situação de risco, e que culminou com a recente destituição do poder familiar.

A fria manhã de inverno curitibano aqui rememorada, de certa forma se coloca com a performatização da complicada teia de relações que podem ser verificáveis numa situação de abrigo, onde o termo ‘mãe’ pode ser plural, e cuja diferença de gradação nem sempre é perceptível em um primeiro olhar. Do mesmo modo, a Instituição parece ser um acelerador de relações, como se verá, com seu caudal capaz tanto de gerar afetos profundos quanto drásticas rusgas.

Tentando depreender esse imbricado labirinto, tomei por ponto de partida as percepções dos próprios abrigados acerca do que seja parentesco e, neste contexto, logo

ficou evidente o quanto adentrava no perigoso terreno de um tabu conceitual, já que este assunto está ligado às histórias pregressas dos internos, das quais genericamente deriva seu estado de abrigo. Porém, como se verá, logo ficou claro que se tratava muito mais de um ‘problema dos adultos’ do que necessariamente das crianças e adolescentes com quem conversei.

I. O parentesco biológico e o tabu para a abordagem do tema.

Nas instituições, a princípio, parecia que tratar do parentesco biológico era violar um tabu. Aliás, uma das recomendações mais constantes sempre que algo a respeito das crianças me era revelado era *‘Mas, por favor, não comente isso com ele’* ou *‘Só não fale isso perto das crianças...’*. Do mesmo modo, tudo que eu soube acerca das trajetórias das crianças foi falado em reservado e longe da presença delas. Eram conversas travadas à parte, na Administração, na sala da psicóloga, ou, no mínimo, em um ambiente diverso daquele que se encontravam os abrigados.

Apesar disso, é óbvio que as crianças e adolescentes abrigados, exceto os que são muito novinhos para compreender, têm conhecimento de suas histórias pregressas, de modo que não sei se esse tabu de fato existe, ou se ele se constrói no medo e na suscetibilidade dos adultos em falar a respeito na frente das crianças sobre suas histórias de vida, as quais, obviamente, eles conhecem – a segunda opção me parece mais provável.

São comuns, nas falas das crianças, inserções acerca de sua família de origem, de hábitos e coisas que possuíam em uma época anterior ao abrigo. Vale destacar: tratam-se, em geral, de comentários sobre o passado, alguns deles, carregados de saudade. É o caso de Maurílio, que está na Fundação há quatro anos, e cujo retorno para a família biológica está sendo negociado em segredo. Ele fala da mãe às vezes, sobre gostos que ela tinha, como de tomar suco de tomate, e sobre o modo com ela pintava desenhos para ele. São comentários sempre colocados no passado. *“Eu vou colorir esse desenho de um jeito muito lindo, como a minha mãe fazia! Você vai ver como vai ficar legal... era um jeito de pintar com giz muito lindo, que ela sempre usava...”*

Jeniffer e Lucas, moradores da Casa-lar, e respectivamente com 10 e 11 anos, também falam de seus pais com frases no passado. Ela, mais do que o irmão, já

que foi abrigada mais tarde. Além de falar de sua mãe, às vezes fala de uma tia, com a qual morou no intervalo entre internações: *“Minha tia estava me ensinando a fazer crochê, mas daí eu fui para o abrigo”*. *“Minha mãe tinha uma cesta de retalhos enorme; de vez em quando eu pegava os retalhos para fazer roupas para minhas bonecas”*.

Percebe-se desses comentários esparsos que as crianças fazem sobre suas memórias um certo rememorar de perdas, não só de suas ‘posses’, como dessas relações cotidianas que formam a tecitura de relações familiares deixadas para trás. Esse passado é, usualmente, recordado com um sabor nostálgico, que enxerga o lar de origem como melhor do que o abrigo em certos aspectos.

Exemplo disso é a conversa que tive com Daniel, de 10 anos, abrigado há três na Fundação, e que também em geral fala da mãe usando os verbos no pretérito. Ele conversou um dia comigo sobre ela, contando que, quando estava aos cuidados da genitora, eles freqüentavam uma igreja evangélica, e lá ele gostava das histórias da Bíblia, embora ele não se lembre muito do teor delas. Mas disse que preferia o culto dos crentes em relação à Igreja Católica, que ele agora tem de freqüentar porque a monitora de sua casa professa o catolicismo. *“Não gosto, porque agora eu tenho de fazer catequese. E é sábado de manhã. Sábado é ruim, porque eu não gosto de levantar cedo... quando eu era criança eu ia com a minha mãe em outra... sabe uma igreja que tem um arco-íris na placa?”* (Perguntei se ele se referia à “Deus é Amor?”) *“É! Essa! A gente ia. Lá em Almirante Tamandaré. Era só no domingo. Bem legal, eles contavam historinhas. Contaram essa que você falou, sobre o meu nome⁶², mas só que eu nem lembro mais. Eu queria ir nessa. Porque a catequese são uns três anos, e eles não aceitam o tempo que eu fui na igreja dos crentes... Queria ir nessa, mas a tia da minha casa não é crente.”*

A única vez em que ouvi Daniel falar da sua mãe no presente, foi numa briga, ocorrida em uma das aulas de inglês. Ele discutiu com outro garoto por causa de lápis de cor, e o desentendimento acabou caindo nos xingamentos típicos. Daniel ficou muito sentido, e respondeu com lágrimas nos olhos: *“A minha mãe não é isso. Eu juro por Deus que a minha mãe não é isso que você disse!”* Nesse momento, Wal, a professora deles entrevistou, querendo saber o que o colega havia dito, mas o garoto ofendido se recusou a repetir a injúria.

⁶² Nesse dia, um pouco antes, ele havia me perguntado se era verdade que o nome dele estava na Bíblia, e ficou muito feliz de saber que o nome pertencia “a um cara muito importante”.

Diferentemente, Letícia, a irmã mais velha do grupo de irmãos Daniel, Jonas⁶³ de oito anos, e Miguel, de quatro, sempre falava da mãe no presente. A menina de 12 anos que fugiu logo nos primeiros dias da minha visita à Fundação tinha um comportamento classificado como ‘rebelde’, e, pelo que pude testemunhar, costumava questionar a autoridade da monitora da casa em que residia, repetindo “*Não manda em mim, não é minha mãe!*” Convivi com ela bem pouco, já que duas semanas depois de iniciado meu campo, deu-se a sua fuga. Mas, nesse curto espaço de convivência pude notar que a frase era repetida constantemente.

Para Letícia, a mãe era um fato presente, e, segundo me foi contado, foi para encontrá-la que a fuga se deu. Foi dela também que ouvi um dos mais contundentes desabaços sobre a instituição: “*Fundação? Fundação é o c... isso aqui é prisão!*”. Por seus ditos e atitudes, percebe-se que a menina se negava à constituição de novas relações, que, para ela, estavam ligadas a aceitar a autoridade da monitora que substituiria a sua mãe durante a sua estada na Instituição. Para ela, ‘mandar’ e ‘obedecer’ efetuavam o desterro de sua mãe em face de outra mulher. Assim, subordinar-se à mãe-social significava substituir sua genitora em um papel que para ela era insubstituível.

Semelhantemente, Lucas, de 11 anos, morador da Casa-lar, ao contrário do restante dos abrigados⁶⁴ ali, relutou por um bom tempo em utilizar os termos de referência ‘pai’ e ‘mãe’ para o casal de pais sociais, desse modo também manifestando a sua resistência a estabelecer com eles uma relação mais aproximada.

De qualquer maneira, nem Letícia, nem seus irmãos, ou quaisquer outros abrigados nas duas instituições pesquisadas, costumavam se referir ao motivo específico de seu abrigo, embora fosse o conhecessem. E isso revelava a tônica do modo como os internos tratavam de questões relacionadas ao seu parentesco originário: falavam sobre ele, mas não acerca dos motivos do afastamento.

⁶³ Jonas tem um comportamento singular: nunca mencionou a mãe em conversas comigo; suas histórias giram em torno de viagens e lugares que ele diz já ter visitado ou residido. Segundo ele conta, já morou em Brasília, no Chile, no México, já foi a Yucatán, já foi para o Alasca, é neto de uma avó Guarani, etc. O garoto, de forma curiosa, constrói e reescreve sempre uma nova história a partir do que é dito por outras pessoas. Com boa memória e rápido raciocínio, assimila as particularidades destas histórias, reunindo uma colcha de retalhos da onde extrai uma trajetória de vida diferente para cada pessoa com a qual conversa.

⁶⁴ Essa questão será tratada com mais vagar no tópico seguinte, quando discorrerei especificamente acerca do idioma do parentesco utilizado no interior das instituições pesquisadas.

Considerando promover um abrigamento de longa duração, na Fundação também notei que, no caso de indivíduos que estão há muitos anos abrigados, como Letícia Mendes, Mariana, Renato e outros, jamais ouvi qualquer menção às relações de parentesco de fora do abrigo. Suas relações se limitam ao ambiente institucional, com seus ‘tios’, professoras e monitores. Especificamente para este grupo, o assunto passa a ser tabu por parte dos funcionários em geral, que procuram não falar sobre ‘pai’ e ‘mãe’ na sua frente.

Vale como exemplo o desconforto que se deu em relação a um fato ocorrido numa festa de 15 anos que houve na Fundação: alguns recriminaram o fato da monitora Geisa, que contratou um carro de som para a ocasião, ter “falado demais” sobre o amor de mãe que ela sente pela filha aniversariante. *“Mas meu Deus do céu... não vai parar de falar em mãe, em ‘como eu amo a minha filha’, gente? Esqueceu-se de onde está?”* (Bel, professora de música.) A preocupação da professora de música tinha um endereço direto: falou olhando para Mariana, abrigada há oito anos, e que faria 15 anos em 2009. Com uma irmã residindo na Casa de Passagem, e uma avó que não tem condições financeiras nem para se deslocar para visitá-las, quanto mais para requerer a guarda delas, certamente a garota destina-se a ser um dos muitos internos cuja saída apenas se dará em função dos prazos legais.

Importa observar, porém, que tomar o parentesco sob uma perspectiva que trata exclusivamente das relações progressas é, de certa maneira, deixar de considerar o universo intramuros como um ambiente produtor de novos laços. Igualmente, é desconsiderar a hipótese de que o lapso temporal passado no Abrigo pode implicar em apagamento das dos afetos anteriores, ou da substituição destes por novos. Por uma razão pouco explicada, costuma-se negar de forma determinante a validade de ligações estabelecidas exclusivamente sob o sustentáculo do afeto. É sob o jugo deste olhar que são vislumbrados os vínculos estabelecidos no interior da Instituição, assunto do próximo tópico. No entanto, o fato de padecerem de reconhecimento, não faz estes laços mais fracos do que quaisquer outros.

II. Mães e mães-sociais: o idioma do parentesco na Instituição⁶⁵.

Para melhor entender as relações no contexto do abrigo, convém desfraldar o mapa e as particularidades de seu idioma de parentesco, as quais revelaram a construção de territórios de parentalidade e redes de solidariedade que se formam de maneira independente dos laços biológicos ou, em alguns casos, em conjunto com estes.

Note-se que, fundado na premissa psicológica de que o parentesco é um elemento basilar para a constituição identitária dos indivíduos foi que se idealizou o modelo de instituição que se apresenta como *assemelhada a uma família*. Apesar disso, esta mesma percepção psicologizante tende a ver o Abrigo como lugar inapto para esse desenvolvimento relacional⁶⁶, ou, em interpretações mais radicais, a Instituição é considerada responsável por danos irremediáveis à integridade dos sujeitos que produz. Neste axioma também se funda o pressuposto que dá sustentação à norma legal que situa a permanência na família extensa como regra a ser observada acima de quaisquer alternativas – inclusive a adoção.

Com que então, tem-se clarificado que o Abrigo não é um destino almejado, ou idealizado e, no intuito de garantir uma estrutura de cuidados adequada, crianças e adolescentes são inseridos numa estrutura que guarda semelhanças com um ambiente familiar, ao mesmo tempo em que reúne também componentes que revelam sua face institucional e singularizam a experiência de abrigo como um tipo de ajuntamento único, com significados e significantes que lhe são totalmente próprios.

No caso específico do presente empreendimento etnográfico, o ambiente da pesquisa tem revelado um cotidiano rico de onde derivam relações e um novo idioma de parentesco fundado nas trocas afetivas. Além disso, se verifica que estas novas articulações parentais tendem a se fixar, e persistir como redes de referência, mesmo após a saída do abrigo ou o retorno à família biológica. Tal plasticidade, conforme aponta YNGVENSSON (2007, p. 135): “incorpora as dicotomias familiares que fazem parte do parentesco euroamericano idiomático e, ao mesmo tempo, as retrabalha em

⁶⁵ Parte das reflexões apresentadas neste tópico foram apresentadas no texto PRESTES, Andréia Baia. **Sociais, mas ainda mães** – relações e afetividade no cotidiano de instituições de abrigo. REA/ABANNE, 2009.

⁶⁶ Vale notar que GOFFMAN, em 1961, já defendia a clara percepção de que, pelo simples fato de abrigar pessoas em seu interior, as instituições totais são, obviamente, territórios propícios ao estabelecimento de relações. Mais do que isso, parece-me que é exatamente a concepção que hierarquiza e atribui um caráter inferior às relações do abrigo a principal fonte do estabelecimento de um estigma referente à vivência institucionalizada.

maneiras que têm o potencial de criar novas formas de consciência e de transformar as práticas cotidianas de conexão”. Esses laços inscrevem nossas possibilidades parentais, feitas não de sangue ou transmissão de nome, mas alicerçadas no componente afetivo gerado pela convivência do abrigo.

Nesse contexto, as crianças ganham novos irmãos, novas mães, tias e madrinhas, num alargamento de uma rede parental que se projeta para o futuro e pode conviver mesmo com a constituição de uma nova família através da adoção. Ilustra bem esta percepção o depoimento dado por um pai adotivo no Encontro Nacional de Adoção de 2008:

“É importante perceber que as crianças abrigadas também formam vínculos no abrigo, e a adoção não pode ser responsável pela quebra desses vínculos. Meus filhos criaram uma amizade muito forte dentro do abrigo com uma menina afastada da família e a consideravam como uma irmãzinha. Quando os adotamos, vi que sentiam falta dela, por isso, os levamos de volta para a visitar. Como no começo eles tinham medo de que os estivéssemos levando de volta para devolver, esperamos alguns meses para organizar a visita. Hoje nós os levamos periodicamente, e percebemos que essas visitas só fazem bem a eles. A amiguinha deles foi reintegrada à família biológica, e é mais uma ligação que se estabeleceu”.

Nos campos pesquisados, encontrei uma diferença crucial no que toca aos termos de referência, derivada principalmente do nome dado à função empregatícia desempenhada pelos cuidadores mais próximos das crianças.

Na Fundação, esses cuidadores são chamados de ‘monitores’ e não de ‘pais-sociais’. Assim, aqueles que dirigem cada uma das cinco casas-lar daquela Instituição são chamados de ‘monitora Geisa’, ‘monitora Nalva’, e assim por diante pelas crianças mais jovens e pelo corpo administrativo da Instituição, ou pelo nome próprio, quando referendadas pelos adolescentes. Os demais adultos, professores, assistentes sociais e outros, são chamados genericamente de ‘tio’ e ‘tia’, ou pelo nome próprio.

Vale rememorar o anteriormente dito: essa Instituição assume de forma mais evidente a impossibilidade de vislumbrar a medida de abrigo como provisória, e, assim o termo ‘mãe’, com uma única exceção⁶⁷, não é utilizado para referendar as monitoras da Fundação. Quanto as crianças falam ‘a minha mãe’, estão se referindo à genitora, reportando-se sempre ao seu parentesco de origem.

⁶⁷ A exceção é o já citado caso de Geisa, que tanto chama as crianças de sua casa de ‘filhos’, como se deixa chamar de ‘mãe’ por aqueles que assim o desejam.

Portanto, ‘mãe’ para os moradores da Fundação é a referência para a mãe biológica, e, obviamente, no caso de uma adoção, para a mãe adotiva. Mas, como a permanência ali é uma constante, ocorre uma situação em que a posição de mãe não chega a ser ocupada nem pela cuidadora temporária, nem por esta mãe substituta que acaba não existindo na maior parte dos casos.

Nesse movimento, a mãe permanece ‘uma só’, a mesma que eles invocam em suas memórias, e que irá ou não ser reencontrada por ocasião da saída.

Na Casa-lar, o casal de cuidadores principais usam a designação de ‘pais-sociais’, e é assim que fazem questão de serem chamados pelos abrigados. Assim, para os internos dali, há a necessidade de classificar e ordenar no cotidiano relacional a posição a ser ocupada por esses dois novos elementos agregados ao parentesco, seja ele ou não provisório. É nesse contexto que se encontra na fala corriqueira dos internos certos termos de referência que se repetem, independente da idade da criança, e outros que recebem certo gradiente distintivo, a partir no modo de referendar das crianças mais velhas.

A única que é chamada de mãe na casa é Sandra, a mãe-social que trabalha em tempo integral. Tuca, de dois anos, e os gêmeos Kelly e Julinho, a chamam apenas de ‘mãe’. Os maiores, Raquel, Kênia, Laís, Jeniffer, Lucas e Fabiano, usam mãe como um prefixo antes de seu nome, chamando-a de ‘mãe-Sandra’. O mesmo vale para Juan, seu companheiro: genericamente, ele é o ‘pai-Juan’ dos mais velhos, e apenas ‘pai’ para os pequenos. Marta, a mãe-social folguista, que só dorme lá nas folgas de Sandra e Juan, é apenas ‘tia’ Marta, assim como Jaqueline, eu, e os demais voluntários que freqüentam a casa somos tratados por ‘tia’ e ‘tio’. Assim, há um duplo movimento de mudança nos termos de referência: por um lado a referência materna e paterna se encolhe, enquanto que a categoria ‘tio’ e ‘tia’ se alarga consideravelmente, já que passa a englobar indistintamente todos os outros cuidadores e adultos que interagem com as crianças.

O processo de indicar o nome da mulher após o termo de referência ‘mãe’ serve para diferenciá-la da mãe biológica. Quando as crianças tratam de suas genitoras, costumam dizer apenas ‘mãe’, ‘a mãe’ ou ‘a minha mãe’, como no caso da cena que introduz este capítulo, onde Laís comenta acerca dos gritos de sua irmãzinha e das tentativas infrutíferas de Sandra em acalmá-la: “*Não adianta... Ela quer a mãe!*”

Naquele momento, Laís falava da mãe biológica. A situação que fazia Tuca chamar pela mãe, e exclusivamente pela biológica, ficou sem explicação. O fato, porém, é que naquele momento não servia Sandra, embora a garota tenha uma relação muito estreita com a mãe-social. Precisava ser a mãe biológica, cuja designação não requer maiores explicações, como num interessante conto de Hellê Velloso Fernandes (1970), onde, perguntada pelo agente de pesquisa demográfica se sabia o nome de sua mãe, a resposta de uma garotinha de três anos foi: “*Claro que eu sei! É mãe, ué!*” Vez ou outra, para fortalecer a idéia de que se referem à genitora, às vezes eles usam o termo ‘mãe mesmo’: “*A minha mãe, a minha mãe mesmo, pintava panos de prato. Ela estava me ensinando a pintar.*” (Jeniffer)

Apenas Lucas revelou, no início, um comportamento mais distanciado, chamando o pai-social de ‘tio-Juan’, e negando uma proximidade que fosse além desta relação. Juan, a propósito do garoto, disse certa vez: “*Ah, esse não foi fácil de domar!*”, procurando assim resumir o turbulento início de adaptação até que o garoto passasse a aceitar a autoridade dos pais sociais.

Apesar de ser já considerado ‘adaptado’, algumas vezes, quando é contrariado, Lucas ainda trata Sandra por ‘tia’, fato pelo qual é repreendido: “*Eu já disse que aqui eu sou a mãe de vocês, está entendido, seu Lucas?!*” Na medida em que transcorre o tempo, porém, o garoto tem se incorporado a esta nova realidade da mãe-social que lhe exige o uso do termo de referência ‘mãe’.

O tempo, aliás, parece ser determinante para essa internalização da realidade institucional, sobretudo no caso daqueles que chegam com mais idade ao Abrigo. Claramente, é a idade, que reflete a quantidade de memória e a profundidade dos laços anteriores de cada indivíduo que tornará mais fácil ou mais difícil a sua adaptação à nova realidade. Lucas precisou de mais tempo do que para os menorzinhos para ter certeza de que estava em um local onde permaneceria com certo grau de estabilidade. Hoje, para ele, Sônia e Juan também são a ‘mãe-Sônia’ e o ‘pai-Juan’.

Nota-se que a Casa-lar, com sua estrutura enxuta, permite certa fixidez nos termos de referência que serão empregados. Mas no caso de uma Instituição maior como a Fundação, em que há um número mais elevado de cuidadores, certos papéis são mais fluídos. Hugo, que foi administrador por 10 anos, por exemplo, era uma figura paterna para todos os abrigados, de modo que, embora o chamassem de ‘tio’, era a ele

que se dirigiam para pedir conselhos e conversar sobre questões do dia-a-dia. Sendo tratado com uma deferência especial, era perceptível que esse administrador centralizava o papel de pai dentro daquele abrigo.

Quase nenhuma monitora da Fundação tem um companheiro. Dentre as poucas que são casadas, os maridos tornam-se elementos distantes, pois trabalham fora o dia todo, e não chegam a se envolver diretamente com o cuidado das crianças, já que é a esposa que desempenha a função remunerada de cuidadora. E assim, o ‘tio’ Hugo, com sua presença constante, era de certa maneira bem mais próximo tanto dessas cuidadoras quanto das crianças e adolescentes abrigados. No caso das cuidadoras, era ele quem geria as questões de orçamento das casas, organizava e distribuía víveres, fazia pagamentos e resolvia as questões ligadas ao funcionamento geral da comunidade. Assim, sua posição para as monitoras mesclava caracteres de patrão e de mantenedor.

Outro aspecto classificatório que merece destaque é a distinção entre o local de origem e a Instituição. “Casa” é o local de origem, e é comum que, falando deste lugar, se utilizem de termos tais como ‘minha casa’ e ‘casa mesmo’. A instituição na qual estão abrigados será chamada pelo seu nome: “aqui, na casa-lar”, ou “aqui na Fundação”, mas nunca ouvi de nenhum deles a utilização de ‘minha casa’ associada ao abrigo. “*Não, aqui eu não tenho brinquedo bom não. Lá em casa, na minha casa mesmo, eu tinha. Minha mãe dava. Mas aqui não... os grandes quebram. E eu também quebro, daí não tem*”. (Kelly, 03 anos, moradora da Casa-lar).

No entanto, é mais genérico que quando falem dos seus lares e famílias originários, as crianças apenas usem frases que não designam um nome: “*Minha mãe fazia cola de trigo para mim*” “*Eu pegava as tesouras e os retalhos da minha mãe, lá em casa, para fazer roupinhas para as bonecas. Ela tinha uma cesta enorme, cheia de retalhos bonitos.*” (frases de Jeniffer, de 10 anos.) “*Você tem cócegas debaixo do braço, tia? O meu pai... quer dizer, o meu padrasto tinha! E a minha mãe também tinha... eu não, eu só tenho cócegas na barriga.*” (Laís, de 10 anos.)

No que diz respeito às relações de germanidade, as crianças costumam tratar como irmãos apenas os seus consangüíneos, embora às vezes usem a frase que aprenderam nas aulas de ensino religioso da escola: “*somos todos irmãos em Jesus*”. No entanto, fica claro que se trata apenas de uma racionalização, com pouca conexão com a sua percepção de realidade.

III. Germanidade: o laço que se procura preservar.

Pela legislação atual, os grupos de irmãos não devem ser separados. Essa medida deve ser observada tanto no que se refere ao abrigo, quanto na possibilidade de ingresso em família substituta. No caso de grupos extensos, (quatro ou mais indivíduos), às vezes se dividem os irmãos em grupos menores, mas, neste caso, se dá preferência pela adoção em uma mesma cidade ou região, havendo um compromisso dos pais adotivos em manter um mínimo de contato.

Esse esforço em manter os vínculos entre irmãos, de fato, se justifica quando se considera que os abrigados já foram drasticamente desvinculados do restante de sua família originária e também da quase totalidade de seus bens. Assim, sendo, a manutenção desses laços se coloca como uma tentativa de garantir uma unidade mínima de referência.

E, de fato, na fala diária dos abrigados, constantemente é possível nos depararmos com situações onde são realçados os laços de germanidade. Na Casa-lar, Jeniffer usa a designação ‘o meu irmão’ apenas para Lucas. Assim como Laís, Kênia, Raquel e Tuca apenas consideram umas às outras como irmãs. O mesmo vale para Kelly, Julinho e Fabiano, e para Jeniffer e Lucas.

Na Fundação, é comum encontrar irmãos que moram em casas separadas, pois, como já dito, a regra primeira da Instituição é a possibilidade logística de acomodá-los. De todo modo, mesmo não morando nas mesmas casas, só são referendados como irmãos aqueles que são consangüíneos, e não os co-residentes.

Os irmãos de Letícia, Daniel, Jonas e Miguel formam um grupo de irmãos típico da Fundação: cada um deles mora em uma das casas-lar. Eles se vêem e tem contato durante o dia, mas à noite, dorme cada um em uma casa. *“Quando não há vínculo, não vemos problema em separar. Alguns são irmãos, se conhecem, mas não tem vínculo algum. Então, separamos, até para poder controlar melhor”*. (Fabiana, psicóloga desta Instituição). É possível notar que existe também uma tentativa de adequar a personalidade das crianças com as monitoras. Mas a separação não se dá apenas nas casas. Há também separação de grupos de irmãos entre abrigos. Este fato me incomodou bastante no começo, pois ele contradiz o que as regras jurídicas prevêm,

mas, me parece que, na prática, a regra jurídica nem sempre irá caminhar conjuntamente com a realidade.

Independente desses arranjos é possível perceber a força das fratrias, que são invocadas em ocasiões de crise, como quando um dos irmãos é ameaçado de apanhar por algum outro interno, quando precisa de ajuda para cumprir alguma tarefa específica, entre outras possibilidades em que se nota a necessidade de uma conjugação de esforços para a superação de determinado desafio.

De todo, parece bastante peculiar que no discurso cotidiano dos abrigados seja mais fácil chamar outra mulher de ‘mãe’, do que aceitar chamar de ‘irmão’ uma outra criança que não seja consangüínea sua, exceto quando racionalizam a irmandade em termos religiosos. Nesse sentido, aparentemente o laço de germanidade guarda maior peso do que a filiação para as relações havidas no interior do abrigo, sobretudo por ser este o laço que acompanha a criança durante o abrigamento, enquanto que os demais vínculos são em geral rompidos.

Ocorre que é este o laço mantido, e até mesmo reforçado pela circunstância do afastamento do lar: a suspensão ou destituição do poder familiar é uma medida que retira *filhos de seus pais*, mas que procura manter, ao máximo, a união dos irmãos. Sendo enviados à Instituição, é natural que aquele grupo que já se conhecia antes da entrada em um novo ambiente fique ainda mais próximo. E, embora aos poucos o grupo vá se misturando aos demais moradores, persiste a força dessa memória prévia comum e particular a eles.

No caso dos egressos de Instituições já adultos pude encontrar uma racionalização diferenciada. Em seu discurso, os laços biológicos são mais frágeis, em relação aos novos laços estabelecidos no interior do abrigo:

“Minha mãe eu vi uma vez enquanto ainda estava abrigado. Ela foi lá para pedir uma certidão minha, para comprovar que tinha eu de filho (a Cohab dá preferência para quem tem mais filhos na doação de casa), e, depois que eu sai, vi mais uma vez. Conheci também minha irmã, mas é estranho. A gente nunca conviveu. É bem diferente dos amigos e irmãos que fiz na Instituição” (Wilson dos Santos, 27 anos).

“Um dos meus amigos, o Axé, quando saiu do abrigo foi procurar a mãe, mas é aquela coisa, como é que vai reatar uma relação mãe/filho depois de anos sem conviver? A mulher já tem outros filhos, já tem um outro marido que não é o pai. A relação não se sustenta. Ele é muito mais ligado a mim e os outros garotos que cresceram junto conosco do que com a mãe. (...) Minha família é a minha mãe que

me adotou, o Axé, o Isaar, meus amigos do abrigo.” (José Ribeiro da Rocha, 36 anos)

Por outro lado, quando perguntei a José Rocha sobre os grupos de irmãos com os quais ele conviveu dentro da Instituição, ele também apontou a presença de vínculos mais evidenciados entre estes.

“Ah, sim... eles se protegiam. O Axé, por exemplo. Ele foi abrigado com o irmão. Assim, comigo ele teve desde o começo uma amizade fortíssima, mas irmão é irmão. E, mesmo que os dois tivessem brigado minutos antes até quase partirem para os socos, se alguém mexesse com um ou outro, a briga era esquecida na hora e’ ai do fulaninho!’ [risos] E era assim com os outros também: quem tinha um irmão tinha, sem dúvida, uma vida mais tranqüila, porque tinha alguém com quem contar na hora do aperto”.

Uma situação bastante peculiar que aconteceu durante minha pesquisa na Fundação, foi a fuga coordenada de um grupo de irmãos. Na Fundação encontravam-se abrigadas as irmãs Luciana, Elisa e Bruna, e, na Casa de Passagem de outro município ficavam outros quatro irmãos. Em um sábado de tempestade, no qual a Instituição ficou incomunicável, as três irmãs fugiram. Com o telefone mudo, foi preciso que alguém andasse até um telefone público algo distante do local para noticiar a fuga à Administração. A surpresa, no entanto, aconteceria na segunda-feira, quando ficaram sabendo que os outros irmãos da Casa de Passagem também haviam fugido no mesmo dia. O caso chamou a atenção, porque, teoricamente, as sete crianças não tinham contato umas com as outras.

No dizer de Fabiana a psicóloga da Fundação *“Olha, é uma família do barulho... muito interessante para estudar. Porque você vê em todos comportamentos iguais, coordenados. E essa fuga é espetacular, porque eles combinaram. A gente não sabe como, mas combinaram.”* Mariluce, a gestora da instituição, também comentou o caso revelando-se surpresa: *“A gente pode dizer o quê? O povo fala né, que o sangue puxa... será que não puxa? É nessas horas que a gente acaba acreditando...”*

Conforme aponta CARDARELLO (2007), mesmo em caso de separação dos grupos, as crianças institucionalizadas se percebem como integrantes de uma mesma fratria. Do mesmo modo, os egressos de instituição adultos habitualmente reportam mais interesse em buscar primeiramente por seus irmãos do que por seus pais.

“Eu lembro que tinha três irmãos. Um mais velho, e dois mais novos. Queria encontrar os três. Saber deles, até mesmo para não acontecer de eu me casar por engano com um irmão. Já pensou? Meu pai, assim, eu até quero encontrar. Mas só por encontrar, para saber o que ele fez depois. Nem quero saber por que

ele entregou a gente. Quero mesmo é saber onde estão meus irmãos”. (depoimento de Monique, 14 anos, adotada).

Essa força do laço de parentesco fraterno se revelava, portanto, como uma constante nos dois campos em que pesquisei. E essa percepção é bastante curiosa, uma vez que estamos diante de uma circunstância onde a maternidade pode ser substituída, mas o grupo fraterno é mantido, contrariando teorias consolidadas de que o laço entre mães e filhos seria o mais forte e fundamental dentre os vínculos parentais. (FOX, 1986). Na contramão deste pressuposto, os irmãos mantêm uma intenção de permanecer unidos, mesmo quando esse vínculo não é preservado pela práxis do abrigo.

IV. Mães e mães-sociais: o entremeio de profissão e afeto.

Uma instituição de abrigo, como já dito, é pensada como um lugar de provisoriedade. Um ambiente transitório no qual uma criança ou adolescente residirá quando alvo da medida de afastamento da família de origem até retornar a ela ou ser encaminhado para adoção, conforme se depreende do ordenamento legal:

Lei 12.010/2009: “Art. 19:

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

A chamada nova Lei de Adoção, citada acima, contém dispositivos que vão além das regras contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual, no entanto, já determinava que a medida de abrigo era “provisória e excepcional”. O novo ordenamento procura reforçar esse caráter de provisoriedade inserindo em seu bojo prazos para a definição da situação do abrigado, através dos laudos de avaliação semestrais, e de uma decisão do juiz que, ao menos, deverá definir sua situação em dois

anos⁶⁸. Do mesmo modo, a ênfase que esta legislação concede à manutenção na família de origem é também uma demonstração deste entendimento de que o encaminhamento para um abrigo jamais é visto como um destino ideal para a permanência de uma criança ou adolescente.

O afastamento de uma criança de sua família de origem se faz, genericamente, por duas formas: pela entrega espontânea do filho à Vara da Infância e Adolescência com a devida renúncia do poder familiar, ou pela determinação judicial do afastamento do grupo, a qual se dá em função de uma situação de crise, tal como violência física ou sexual, pobreza extrema, dentre outras situações que se configurem em um pressuposto risco à vida ou integridade física e emocional do indivíduo.

Vale reiterar que, pela legislação vigente, é dada prioridade à manutenção da criança em sua parentela de origem. Desse modo, quando se toma a iniciativa de entregar uma criança para adoção, a qual deve ser feita através dos órgãos judiciais competentes para tanto, tal ato será precedido de todos os esclarecimentos acerca das implicações desta renúncia⁶⁹, de modo a evitar circunstâncias como as reportados por FONSECA (2006), comuns na vigência das FEBEMs, em que as crianças eram deixadas ‘por um tempo’ na instituição pelos pais, mas sem que isso fosse por eles entendido como sinalização de renúncia do poder familiar.

Em se tratando do afastamento por determinação judicial, a medida de abrigamento, proferida com base no pressuposto do “melhor interesse da criança”, refere-se ao deslocamento desse indivíduo para um lugar de guarda e cuidado, mediante a existência de uma situação de *crise*. O acompanhamento do caso para a decisão do retorno à família de origem é justamente uma medida para verificar se esta situação, geradora do risco foi ou não superada.

Por este raciocínio, temos que as características mais específicas do que se entende por uma instituição de abrigamento serão: o pressuposto de que se tratará de um lugar de provisoriedade, e que sua missão é o cuidado de crianças e adolescentes oriundos de uma situação-limite geradora do afastamento.

⁶⁸ Vale notar, entretanto, que, dado que a nova Lei de Adoção é ainda muito recente, demorará certo tempo até que se perceba se as suas disposições chegarão de fato a interferir na realidade das crianças e adolescentes abrigados.

⁶⁹ A legislação também admite o direito de desistência da mãe biológica relativa à sua decisão de entregar a criança em adoção, que pode ser exercida em qualquer tempo, até o momento em que o novo parentesco se constitua pela via adotiva.

Assim, dentro da estrutura institucional se está diante de um grupo de indivíduos que, num primeiro momento, não se reuniu em função de afinidade ou desejo de convivência comum, mas que, por força de uma decisão exterior à sua própria vontade (entrega para a adoção, morte ou afastamento da família de origem). Se, posteriormente, eles virão a construir laços de afeto, o início de suas relações é dado de modo arbitrário, assim como genericamente também será a ruptura dessa relação, com a saída em função da maioridade, a transferência de residência, retorno à família biológica, adoção ou fuga.

É desde essa situação limite, do rompimento abrupto de vínculos, que advêm os indivíduos que comporão um novo arranjo relacional, que deve lidar com esse conjunto que oscila sempre entre o que ficou para trás, a permanência institucional e a eventualidade de uma saída. E é neste ambiente algo instável de convivência, sobretudo considerando o começo do abrigamento, que todo um novo conjunto de relações se estabelece.

Para ilustrar, citarei aqui uma conversa que tive com Sônia, mãe-social da Casa-Lar, numa visita que fizeram à minha casa no Dia das Crianças em 2009. Enquanto fazíamos o almoço, ela, baixando o tom de voz, me fez uma pergunta:

- Andréia, você sabe se o irmão do Caco ainda quer ficar com as irmãs?

Ela se referia às irmãs Tuca, Raquel, Kênia e Laís. Caco integra o grupo de voluntariado que atende a Casa-Lar, e o seu irmão recentemente conheceu as quatro meninas em um dos passeios que o grupo promoveu. Encantaram-se pela mais novinha, mas mostraram interesse pela adoção mesmo depois de saber que se tratava de um grupo grande. Chegaram a falar comigo sobre o procedimento para dar entrada na Vara de Infância, mas, à época, as meninas ainda não haviam sido destituídas, e estavam fazendo visitas supervisionadas à mãe no Juizado, de modo que seu destino ainda não estava definido⁷⁰. Minha resposta a ela foi ponderando essas questões.

- Olha, Sandra, que eu saiba eles querem ficar com elas sim. Até chegaram a falar com a assistente social para se habilitar como adotantes, mas foi dito para eles que as meninas estavam ainda com possibilidade de voltar para a mãe.

- Não, mas elas foram destituídas. Mas também, como é que iam voltar para aquela mãe? Foram umas duas vezes ver a mulher na Justiça, e ela drogada, fedendo a cachaça... Como é que vai devolver as meninas para a mãe desse jeito?

- Com certeza. Mas então, eles tinham interesse sim, e até é raro, né? Porque quatro de uma vez...

⁷⁰ Uma das críticas mais severas realizadas aos procedimentos ligados ao abrigamento de crianças e adolescentes refere-se ao fato de que a premissa do “maior interesse da criança” na verdade, é interpretada dando privilégio para a família de origem, sendo gasto um tempo considerável na tentativa de um retorno, o que pode implicar em prejuízo posterior à possibilidade desses indivíduos serem adotados em função de seu “envelhecimento”.

- Mas, quer saber? Por mim não saía ninguém! Nem para voltar, nem para ser adotado. Deus me livre de dizer que o irmão do Caco não é boa pessoa, mas comigo eu tenho certeza de que estão bem. A gente se apega! É que nem o Moisés... A mãe quer por que quer ele de volta, quer que eu dê o endereço da casa... Vê se pode! Diz que quer ir lá em casa, para ver se ele é bem cuidado!

- Sério?

- É, menina! Absurdo... É muito cínica de dizer uma coisa dessas, lá em casa é que ele conheceu amor e carinho, porque antes era só maus tratos e passar necessidade (sic). Isso sim, o bichinho tinha com ela! Olha, e o coitadinho chorava, mas chorava tanto quando ia lá ver ela as primeiras vezes. Na primeira, as assistentes entraram todas lá para saber o que estava acontecendo, de tanto que ele chorava e gritava. Só lá pela terceira, quarta vez, que ele aceitou ir no colo dela. Tadinho do bichinho... a psicóloga tem até me aconselhado, que quando eu for levar para ele ver a mãe, que vá dizendo que eu o amo, que ele não vai ser abandonado, que ele vai para casa depois e que é só uma visita. Porque, mesmo novinho, ele entende o que está acontecendo.

Seria possível interpretar a manifestação de Sandra sobre a sua preferência por ter as crianças junto de si apenas como um reconhecimento da função que lhe é dada como mãe-social. Trata-se da construção de uma profissão fundada no espaço entre famílias doadoras de crianças e as esperadas famílias receptoras. Neste espaço, a mãe-social que representa esse papel de mãe-substituta, como uma espécie de madrastra, também desempenha um papel de funcionária, ou mesmo de uma representante da intervenção do Estado ao seio da família.

No entanto, é visível que a afetividade e os laços que se podem constituir entre as mães-sociais e seus “filhos provisórios” estão para além desta armação arbitrária da medida legal de afastamento, o que nos demonstra que a afetividade comporta um eixo de relações muito mais extenso e maleável do que o parentesco.

Isso se coloca evidente em um discurso no qual a mãe-social situa a sua maternagem em um patamar superior ao da família de origem, e até mesmo da família adotiva. Esta afirmação está atravessada de um discurso que reúne tanto afetividade quanto a moralidade da mãe-social, pelo fato de que, embora seja paga para exercer sua função, desempenha um papel que outra não foi capaz de cumprir. Ser mãe e amar seus filhos é genericamente naturalizado como algo intrínseco à própria natureza feminina e por isso, o grau elevado de reprovação quando uma mãe não consegue desempenhar este papel. “Desse modo, a linguagem moral que atravessa os processos – mostrar-se boa mãe, bom guardião – constrói a ‘liga’ que permite, ao mesmo tempo em que distribua autoridades – manter o pátrio-poder, perdê-lo, acordar formas

compartilhadas de criar os filhos – e que se qualifiquem ações, objetivo último de qualquer tipo de julgamento” (VIANNA, 2001, p. 26).

Assim, embora sendo uma função remunerada, conforme apontam FONSECA e BÁLSAMO (2009), ocupar o papel de mãe substituta é considerado um ofício de muita dignidade, exatamente por ser dirigido a crianças e adolescentes que não são seus filhos biológicos. “O fato de que o vínculo com as crianças seja mediado por dinheiro e estabelecido em função das necessidades da FPE⁷¹ não é ignorado, mas não parece representar um fator que invalide a construção de laços de afeto, ou diminua o caráter de família dos lares substitutos” (p. 165). O que se tem, portanto, é uma relação em que a afetividade é considerada gratuita, em oposição àquela entendida por obrigatória em sua naturalidade – o vínculo que *deveria* existir entre uma mãe e seu filho.

O que se coloca, em realidade, é que a função empregatícia está lá, mas, de certa forma, a mãe-social não interpreta o carinho e a afetividade que dá às crianças como apenas o exercício de suas funções. Nesse sentido, são sempre evocadas as relações de afeto, o bem cuidar, o fato das crianças estarem mais bem nutridas ali; enquanto isso, a remuneração é mencionada como um fator inferior, o menos importante de todo o contexto:

Eu – Você também tem um salário próprio como mãe-social, ou só o Juan é funcionário do hospital, Sandra?

(mãe-social) - Sim. Ele, na verdade, é motorista deles, né? Ele tem então o salário dele de motorista. Eu sou professora licenciada do Estado. Assim, se eu continuasse dando aula, até ganharia mais, porque no Estado tem o salário e ainda tem os benefícios, né? Mas daí aconteceu de aparecer isso de ser mãe da casa-lar, e é outra história, né? Eu tenho casa lá na minha cidade, que eu deixei meu filho morando. Mas estou ali, e é uma missão. Eu já tenho meus filhos criados, casados e tudo, mas esses, foi Deus que mandou para mim, esses filhos pequenos para eu criar...

Lançando o olhar sobre essa hierarquização dos cuidados, quando pensadas a partir do lar de onde os filhos são retirados, é fácil entender a interpretação de se tratar de um *lugar pior*, já que, conforme dito, a retirada implica uma situação limite, na qual se entende que a permanência da criança ou adolescente implicaria em risco à sua vida ou integridade. Do mesmo modo, quando uma mãe entrega um filho para adoção, essa entrega está imbuída de um caráter de inaptidão para desempenhar uma função que, conforme já comentado, é tida como natural e incontestável.

⁷¹ Fundação de Proteção Especial.

A outra ponta desta premissa, a do lar adotivo, requer uma análise mais hipotética. CASELATO (1998) aponta que, majoritariamente os motivos que levam pessoas a optar pela maternidade adotiva são, em primeiro lugar, a infertilidade e a perda de um filho. Nesse sentido, me parece que estamos outra vez diante de uma interpretação de inaptidão: ou para gerar filhos, ou para criá-los. Essa percepção é notada mesmo no discurso dos adotantes que, embora tenham louvores à opção de adotar um filho, ainda colocam a questão da infertilidade como ponto elementar desta escolha:

“Assim, podem falar o que quiser. Podem até dizer que é normal. Mas não é normal. O normal é você ter filhos com a pessoa que você ama. Tá lá na Bíblia, não tá? Diz lá que o homem será uma só carne com uma mulher, e que irão se multiplicar. Então, o normal é ter filho. E a gente se sente anormal quando não consegue ter filho. E não tem essa desculpa de ‘estamos construindo nossa carreira’ ou ‘eu quero estudar primeiro’... isso cola por um tempo, mas não a vida toda! Eu me sentia horrível. Era como se só eu, no mundo inteiro não tivesse um filho para contar para as amigas.” (depoimento de uma proponente a adoção, dado no âmbito do curso preparatório de Curitiba, setembro de 2007).

Faço notar que, na minha própria trajetória como adotante, uma das perguntas mais recorrentes é, justamente, qual o motivo que me levaria a querer adotar, já que tenho um filho biológico. Essa singularidade esteve colocada o tempo todo ao longo do processo de adoção, de tal modo que é difícil não considerar que a adoção ainda é vista como uma forma de filiação de segunda classe, que só tem lugar como hipótese palpável na inexistência de outras possibilidades.

Vale destacar a análise de Josiane MASSARD (1988): “A abundante literatura etnográfica concernente à ‘transferência de crianças’ é dominada por várias correntes; a mais impressionante é provavelmente aquela que se apóia sobre a distinção entre, de um lado os ‘verdadeiros’ pais, os pais ‘naturais’, a parentela ‘autêntica’, e, de outro lado, os ‘quase’ pais, os pais ‘de acordo com a lei’, o parentesco ‘fictício’ ou ‘artificial’. Os primeiros termos denotam os escritos dos observadores ocidentais que ‘definem’ o parentesco pelas relações biológicas, os segundos referem-se aos laços juridicamente ou apenas socialmente estabelecidos e sancionados, notadamente, a adoção. Notamos ainda que os autores reportam raramente na língua vernacular a distinção verdadeiro/fictício em seu quadro de referência. Assim, nos resta a dúvida: a oposição é formulada pelos informantes das sociedades estudadas, ou inferida, ou mesmo introduzida pelos observadores? A questão recolocada em debate permanece sempre pendente: há uma

definição universal de parentesco, e que parte dele está de acordo com as linhas biológicas?” (p. 41)

O fato de Sandra apontar seu trabalho como sendo bem-feito, e sua maternagem como superior a uma eventual família que se apresente como adotante das crianças colocadas sob sua guarda aponta para a densidade das relações que se estabelecem no interior da instituição de abrigamento, as quais revelam uma estrutura muito mais sólida do que uma interpretação sob o foco da transitoriedade pode supor.

Conforme bem comenta Florence WEBER (2006), tentar entender a complexidade dos programas assistenciais voltados para tratar dos ‘problemas’ ligados à família e à infância requer “analisar o parentesco como conjunto de obrigações morais e legais – inclusive a obrigação de tomar e cuidar, mas também como conjunto de direitos econômicos e políticos para a transmissão simbólica e material” (p. 479). É certo que, dadas as preferências dos candidatos por adoção, as crianças mais jovens tenderão a circular de forma bastante rápida entre o parentesco de origem e o adotivo (SNICZEK, 2008), mas, isto não implica que mesmo nessa passagem célere, não sejam gerados vínculos afetivos. De fato, é possível pensar que a Instituição se coloque como uma espécie de acelerador das relações pelas suas especificidades, pois, independente do tempo que residam ali, seus internos são de certo modo vistos como ‘estrangeiros’ em um lugar ao qual não pertencem. Assim, os afetos gerados serão interpretados sob a eminência de virem a ser desfeitos a qualquer momento, já que não se ancoram em nenhuma legitimidade que não o próprio sentimento.

Importa aqui fazer uma observação sobre a peculiaridade destes vínculos: quando se trata do parentesco adotivo, costuma-se usar designações como “*família do coração*” ou “*filhos que não possuem o meu DNA físico, mas possuem o DNA da minha alma*”, mas, quando se coloca em questão a interpretação das relações afetivas vivenciadas ao seio de uma instituição de abrigamento, tais sejam entendidas como um mero “arremedo de família”, um *placebo* para minorar uma doença que não pode ser adequadamente curada. Conforme aponta um trecho de uma sentença judicial citada por FONSECA e BÁLSAMO (2009):

“O ser humano não foi criado para viver em instituições ou em arremedos de família, mas em grupos que possam ser tidos como tal, independentemente das alterações conceituais que tenham ocorrido ou que ainda possam ocorrer, em função de um momento histórico, bastando que a unir este grupo existam

laços afetivos, nascidos de vínculos de amor, que o qualificam como família.”
(Juizado da Infância e da Juventude. Expediente n. 01091693554, 06/09/1992)

O que se percebe como entendimento majoritário sobre os vínculos derivados do abrigo é a descaracterização dessas relações em função da remuneração dada aos indivíduos que desempenham o papel de pais sociais. Vale lembrar, nesse sentido, a interpretação de DURKHEIM (1973), para quem o lucro que advém da realização de uma ação tida como moralmente correta, neste caso, cuidar de uma criança que não é sua, não deve ser interpretado dentro dos limites estanques de uma perspectiva utilitarista, onde o valor moral perderia seu caráter de positivo em função da paga que dela se recebe. Nesta perspectiva, o cuidar de um ‘filho alheio’ está para além do ‘não fazer mais do que sua obrigação’, já que a obrigação é tida como pertencente à mãe biológica que, inapta para esta tarefa, necessita que outra desempenhe a sua função.

O que se nota, de fato, é que a suposição de que uma mãe cuida *naturalmente* de seus filhos (WEBER, idem) conduz a um salto de raciocínio que faz interpretar o lugar da mãe-social em uma esfera dúbia: exerce o cuidado que outra negou, e, por isso, sua função é considerada louvável, mas nem tanto, uma vez que está recebendo uma remuneração por isso, de tal modo que, nessa esfera, é interpretada como apenas um emprego. FONSECA (idem), no entanto, relata o fato de ter se deparado com situações em que o cuidado de crianças sem vínculos parentais era uma prática comum e antiga de muitas das mulheres que posteriormente se empregavam no Programa de Lares Substitutos em Porto Alegre, de modo que a questão pecuniária não se colocava para elas como determinante para o desempenho desta função.

De fato, em geral o papel de ser mãe-social é colocado muitas vezes como uma missão, ou um dom (talento) para cuidar de crianças:

- Então, eu estou aqui porque gosto de crianças, e elas gostam de mim também! Antes eu trabalhava em outro setor do hospital, mas quando me falaram da Casa-lar, eu quis vir para cá, porque é uma coisa maravilhosa cuidar de crianças. Ainda mais dessas crianças, que sofreram já tanto nessa vida. (Marta, mãe-social adjunta da Casa-lar)

É notável que, embora as definições legais e gerais do que seja laço parental apontem para um conjunto formado por consangüinidade e afinidade, fica clara, ao menos no que se refere às noções de parentalidade ocidentais, a existência de um

terceiro elemento subsumido, cuja importância é equivalente aos demais: o jurídico. E aqui não introduzo o elemento jurídico apenas no que toca ao reconhecimento legal de um determinado laço afetivo como ‘família’, mas, principalmente os elementos jurídicos que se acham presentes em relações de tal modo naturalizadas que deixam de ser percebidas, como, por exemplo, a transmissão de nomes e bens.

Porque dentro do contexto do abrigo, as relações entre pais sociais e seus filhos não são transmissoras de nomes e bens, se entende que não são relações parentais, e isso, muito mais do que pela premissa da provisoriedade: A O ordenamento jurídico pressupõe o possível reconhecimento de uma união estável entre um casal que não tenha convivido por mais do que três meses, de tal sorte que não é este o signo que determina o não reconhecimento do Abrigo como conjunto parental.

Em tempo, importa notar que tudo aquilo que se coloca como um ‘grupo reconhecido como família’, tal como a ‘família nuclear’, as ‘parcerias homoafetivas’, ‘os grupos monoparentais’, dentre outros, são ajuntamentos de indivíduos que são elevados à condição de *família* através de um reconhecimento jurídico-estatal. E esta ligação entre Estado e família está absolutamente entrelaçada no cotidiano dos indivíduos, de modo que deixa de ser percebido.

Porém, em uma situação institucional, na qual o Estado deixa de ser uma figura implícita de relações e atos cotidianos, para ser um elemento explícito e a todo tempo evocado, parece que se dá uma situação de quebra desse conjunto e ficam, de um lado, as relações afetivas impossíveis de inexistir em função da convivência e do cuidado diário entre os pais sociais e as crianças colocadas a seus cuidados, e de outro, o arbitrário de uma situação que pode mudar a qualquer instante em decorrência do transitar dos abrigados. E que, além disso, está ainda cotidianamente ameaçada pela eventual quebra de um vínculo empregatício dos cuidadores.

V – Como uma família: os novos e os velhos laços.

“Pensa assim, o que é mais forte: o pai que sabia que a tua mãe estava grávida, e mesmo assim não foi atrás nem para saber se você nasceu vivo ou morto? A mãe que te deixou na instituição um dia e nunca mais foi ver? Ou o guri que cresceu com você, que apanhou de vara da tia sem contar que foi você que comeu sozinho a sobremesa que estava na geladeira e era de todo mundo? É claro que, para mim, irmãos são esses meninos que

cresceram comigo, e não uma família que eu nem sei onde está!” (José Ribeiro Rocha)

Uma das indagações que persegui durante o curso do campo referia-se à possibilidade de vislumbrar um parentesco ao interior de uma Instituição de abrigo, sobretudo quando diante das relações verificadas ao curso do trabalho de campo. Havia, apontando contrariamente, a aceção teórica de que o parentesco pressupõe a transmissão de nome e bens a uma descendência. Por maior que seja a afetividade construída no interior do Abrigo, nada se transmite, inclusive porque aqueles que desempenham a função de cuidadores, a princípio, não podem adotar⁷².

Mas, vale perceber, quando tratamos do parentesco ocidental, que a interpretação do que pode ou não ser reconhecido como ‘família’ depende em grande parte da chancela jurídica⁷³. Dado que o Abrigo não tem legitimidade legal de ser chamado de família, as relações havidas em seu interior, fortes ou fracas que sejam, permanecem apenas no plano dos sentimentos.

Porém, antecedendo à discussão de classificar um Abrigo como uma família, está a própria concepção de que a família seria uma forma de ajuntamento humano universal, questão sobre a qual a Antropologia se debruçou durante anos, em busca de modelos e exemplos de situações capazes de elucidar esta dúvida. Uma perspectiva que se coloca é que, andando a braços dados com a análise do parentesco estava a busca de uma unidade que pudesse ser identificada como a mais elementar dentre as armações parentais, a qual poderia ser encontrada universalmente.

Desse modo, temos uma quantidade considerável de diferentes configurações do que seria o ‘átomo do parentesco’: no modelo proposto por Radcliff-Brown, tem-se o conjunto ‘mãe+pai+filhos’, ao passo que Lévi-Strauss, como é sabido, acrescenta a essa estrutura o ‘irmão da mãe’, figura que em sua teoria terá mais importância estrutural do que o pai. Robin Fox, por sua vez, apresenta uma estrutura mais enxuta, onde figuram apenas a mãe e seus filhos como ‘átomo fundamental’.

⁷² Pela atual legislação de adoção, só podem ser adotantes aqueles que passam pelo processo de habilitação, ressalvado o caso de parentes consanguíneos dos adotandos. O mesmo ordenamento, determina que aqueles que exercem a função de curatela não podem adotar o curatelado durante o tempo em que estiverem obrigados neste papel. Por esses dois fatores, os funcionários de Abrigo não podem se candidatar à adoção.

⁷³ Vide o caso das duas mães gaúchas que ganharam na Justiça o direito de registrar em cartório os filhos gêmeos. Para conseguirem o que desejavam, foi preciso que a família que as duas já formavam e consideravam como ‘verdadeira’ fosse declarada como tal por uma decisão judicial.

Sobre o assunto, comenta Lévi-Strauss: “Deste modo, depois de haver sustentado durante cinquenta anos que a família, tal e como a conhecemos nas sociedades modernas, era a consequência recente de uma evolução lenta e prolongada, os antropólogos atuais se inclinam à convicção contrária, ou seja, até a idéia de que a família, constituída por uma união mais ou menos duradoura e socialmente aprovada de um homem, uma mulher e os filhos (as) de ambos, é um fenômeno universal que se acha presente em todos e em cada um dos tipos de sociedade. Sem embargo, essas posições pecam ambas pelo simplismo. (...)a conclusão importante que se convém reter é que, da família nuclear não se pode dizer nem que seja o átomo do grupo social, nem tampouco que resulte deste último. O que sucede é que o grupo social só pode estabelecer-se em parte em contradição e em parte de acordo com a família.” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 09,10 e 48). O que se percebe é que a plasticidade das relações humanas está para além da capacidade dos estudiosos de apreender suas armações parentais, de tal modo que, não obstante essa quantidade de exemplos colados aos levantamentos de dados haverão sempre novas configurações se apresentando à lupa do pesquisador.

Vale também destacar a posição de SPIRO (1973), que, tomando o caso das comunidades rurais israelitas, os *kibbutzim*, desconstrói o posicionamento de Murdock acerca da universalidade da família nuclear, caracterizada pela residência comum e o desempenho de quatro funções específicas: sexual, reprodutiva, econômica e educativa. Nesse sentido, o autor acaba por entender que, embora não se possa dizer da família nuclear que ela sempre seguirá os mesmos padrões apontados por Murdock, é certo que, mesmo em um contexto tão singular como um kibbutz é possível identificar um grupo estável de indivíduos com relações mais particulares em relação ao restante da comunidade. Tal unidade, respeitadas suas características, seria o que se pode interpretar por família, mas, de toda forma, não utilizando um método que exclua a possibilidade de assim classificar determinado conjunto pelo simples fato de não se adequar ao modelo tido como universal.

É fato que a Antropologia tem propiciado uma visão mais ampla do que seja o parentesco, não mais preso a amarras tais como o pressuposto da heterossexualidade (BUTLER, 2003). Desse modo, é incontestável que o modelo designado como “família nuclear” (conjunto formado por pai, mãe e filhos) não deixa de ser apenas mais um, dentre várias outras possibilidades (CASTEN, 2000). Ou, no dizer de FONSECA e

BÁLSAMO: “Do ponto de vista antropológico, não se fala em uma concepção de família, nem de um tipo de família *universalmente* mais apropriado para o desenvolvimento de uma criança” (Idem, p. 167).

Mas, se esse tipo de família mais apropriado não existe desde uma perspectiva antropológica, o mesmo não se pode dizer das concepções que subsidiam a definição do que seja família no discurso legal em nossa sociedade, e, por consequência, aquilo que é denominado “situação de risco familiar”. Vale notar, inclusive, que é a passos lentos, e não sem oposição, que as concepções jurídicas vêm caminhando no sentido de vir a prover o reconhecimento de novos ajuntamentos familiares, que nem por isso são historicamente recentes.

Neste sentido, é bastante relevante citar a crítica feita por DANDURAND (1981): “Na verdade, a família do estrutural-funcionalismo e dos interacionistas – relações existentes entre os sexos como “complementares”, oculta a *contradição entre os sexos* no interior da unidade familiar. Além disso, as referências concretas dos seus estudos, são famílias de “classe média” dos países ocidentais, o que encoraja-os a generalizar a partir de uma família de classe – tomando apenas por variações culturais, quando não *patológicas*, as famílias que não estejam em conformidade com o modelo teórico que têm traçado: *as contradições entre as famílias de classe* são assim *ocultadas* e a articulação das famílias especificamente na produção social do capitalismo não é clarificada” (p. 100).

Esta mesma crítica é também tratada por FONSECA (2005 e 2006), quando problematiza a definição de família nuclear como um modelo unívoco e presente em todas as classes brasileiras, quando, em sua análise, encontrou uma conformação bastante distinta entre as camadas de baixa renda de Porto Alegre.

A família encontrada na pesquisa de Cláudia Fonseca não é nuclear, e foge a este ‘padrão’ tido como uniforme na sociedade ocidental. Pelo contrário, trata-se de um conjunto bem mais plástico e inclusivo, que tanto pode assumir a face do parentesco monoparental, como também pode agregar um conjunto amplo de indivíduos, nem sempre ligados por laços de consangüinidade.

Estar-se-ia, portanto, diante de uma tentativa uniformidade, que procura descaracterizar a validade de tudo aquilo que não é ‘de acordo com o modelo’, mas que, na prática, não condiz com a realidade. E reside aí o ponto crucial na problemática das

medidas de afastamento e destituição do poder familiar: conforme já dito, a maior parte das crianças hoje abrigadas é originária das camadas de mais baixa renda da sociedade. Nesse sentido, convém problematizar se, o que se tem por *risco social* não pode estar ligado ao não-encaixe de certos arranjos familiares no *modelo padrão*.

Conforme comenta RIBEIRO: “Parece-me que isto assume claramente uma dimensão política quando se trata de crianças designadas em *situações de risco* e cujas condições de vida em seus grupos de pertencimento são socialmente apontadas como passíveis de comprometer o seu desenvolvimento e suas inserções sociais futuras. (...) Diante disto, no que se refere às crianças designadas *em risco*, cabe à nova antropologia da criança interrogar o que se passa quando as identidades familiares são estigmatizadas, quando as coletividades de pertencimento das crianças são associadas a um *problema social*” (2007, pp. 07 e 08).

Apesar do paradigma de que a pobreza não se constitui em motivo para a perda da guarda dos filhos (art. 23 do ECA), as estatísticas relevam que este ainda é um dos principais motivos mencionados nos processos de destituição do poder familiar: FÁVERO (2001), em pesquisa realizada sobre a questão na Cidade de São Paulo, auferiu que 47,3% das destituições foram originados por carência socioeconômica das mães e/ou pais. A propósito disto, a autora comenta: “A condição de classe social condicionou a impossibilidade da convivência familiar em muitas das situações, ainda que possa ter se ocultado ou se revelado de forma particularizada, despolitizada, por vezes traduzida na incapacidade individual de cuidar dos filhos” (Idem, 2005, p. 03). No caso particular da Fundação, tais números ficam muito evidentes, posto que a grande maioria dos abrigados ali é composta por crianças e adolescentes afastados de seus lares em função de pobreza. Havendo casos como o de Mariana, que, apesar do interesse da avó em retomar sua guarda, a falta de recursos se coloca como impedimento para que isso ocorra.

Mariana, uma adolescente de 15 anos recém completos, é considerada fora de quaisquer possibilidades de vir a ser adotada. No momento, se encontra abrigada longe de sua irmã, que reside na Casa de Passagem do Município vizinho. Assim, suas relações se dão no interior da Instituição, que é a sua ‘unidade de referência’, embora aquele ambiente não seja jamais reconhecido como sua família.

A situação limite que gera o afastamento do lar originário e propicia o abrigo abre espaço para um novo conjunto de relações. Nesse novo ambiente, que é eminentemente um lugar de espera - espera-se pela saída, espera-se pela definição da situação do abrigado; espera-se 'voltar para casa', ou ter uma nova família, - memórias do externo são invocadas, ao passo que novas memórias serão construídas.

No seu interior desenrola-se um conjunto de complexas relações, onde em dados momentos o parentesco originário se sobrepõe aos novos alinhamentos estabelecidos no Abrigo para, em outras situações, perder a sua importância e quase desaparecer. Ocorre que, como já apontado, trata-se visivelmente de um ambiente de urgências: ali, é preciso curar feridas, literais e emocionais. Confianças não podem tardar a serem conquistadas e, não obstante, é também neste ambiente de urgência que muitos desafetos se tornam tão extremos. E, evidentemente, esses desafetos derivam não apenas de incompatibilidades, mas também da resistência e relutância em assimilar essa nova ordem de coisas imposta por uma força externa representada pela intervenção estatal no interior da família.

Os exemplos de Lucas e Letícia ressaltam bem a problemática do confronto entre os laços afetivos anteriores e a imposição da nova dinâmica do abrigo. Como já dito, a idade com que cada abrigado adentra na Instituição é decisiva no que se refere à forma como essa experiência será vivenciada. No caso de uma criança pequena, o período de estranhamento pode ser bastante reduzido, mas o mesmo dificilmente se dará com uma de mais idade ou um adolescente.

Letícia, negando a autoridade da sua cuidadora, procurava de todas as formas se opor a qualquer possibilidade de permitir que ela tomasse o lugar de sua mãe, para ela tão presente. No caso de Lucas, até o momento apontado como o morador mais 'problemático' na Casa-lar, a sua resistência passava por outra via: Vindo de um longo histórico de internações, e sendo portador de um defeito físico congênito (ele nasceu sem as duas orelhas), o garoto acostumara-se a ser alvo da violência de crianças maiores nas instituições por onde passou. Nesta Casa-lar, se viu pela primeira vez na posição de maior e mais velho que os demais, e isso fez com que ele logo procurasse se impor através de surras aplicadas nos menores⁷⁴. Passados um ano de abrigo, o garoto

⁷⁴ Alguns estudos psicológicos da violência infanto-juvenil sustentam a existência de padrões de domínio e poder como promotores da conflitualidade nas interações violentas entre escolares. Operariam, em certa medida, os mesmos mecanismos da violência intra-familiar: um agressor submetendo os demais em

agora se encontra mais conformado à nova realidade. Parafraseando o pai-social, Lucas está ‘domado’.

O que parece ligar tanto aqueles que resistem quanto os que logo criam laços é a forma como estão atrelados às memórias do passado, seja a memória de uma mãe, ou a lembrança da violência sofrida em uma outra instituição anterior. Quanto mais fortemente estão vinculados a essas recordações, maior resistência haverá no fundir-se em um novo arranjo de relações duradouras.

É exatamente porque as emoções ali se encontram num acelerador. O Abrigo não é uma *communitas* (Turner, 1969) voluntária, à qual os seus membros se ligarão espontaneamente. O arranjo é arbitrário, por isso desagradado, revolta; é sempre inadequado, impróprio, embora seja sempre dado como o remédio imediato para uma solução de risco.

A ‘anomalia classificatória’ que reúne os abrigados é derivada de um sistema alheio à sua vontade. É uma medida de proteção contra algo que os ameaça, mas, quando a ameaça são ‘nossos pais’, nem sempre é possível tomar isso como um dado evidente. Além disso, dada a diferença de idade entre o julgador que considera o lar inapto e as crianças e adolescente que são afastados, é pouco provável que haja concordância com esse julgamento em todos os casos. Pelo contrário, a mãe biológica que deixaram para trás, pode ser vista com a nostalgia da perfeição, e não como alguém alvo de críticas. Como diz VIORST (1986, p. 10): “Não importa o tipo de mãe que a criança perdeu, ou quão perigoso é estar em sua presença. Não importa se ela machuca ou abraça. Separação da mãe é pior do que estar em seus braços quando as bombas explodem. Separação da mãe, às vezes, é pior do que estar com ela, quando ela mesma é a própria bomba”.

função do medo e exercício de pressão constante, no intuito de minar a capacidade reativa das vítimas. Nesse conjunto de influências que se sucedem LLOYD (1999), tratando da reação à violência doméstica por parte das crianças, refere encontrar padrões de comunicação invariáveis que se constroem em um circuito rígido de afetividade negativa, onde a presença de medo e resistência por parte da vítima potencial corresponderá às respostas belicosas do agressor. Nesta forma de interação, a criança interpreta a violência que testemunha como uma forma de alcançar objetivos pessoais, transformando-a numa estratégia de sobrevivência face ao perigo e desencadeando comportamentos cada vez mais agressivos, como tentativa de manutenção de um sentimento mínimo de segurança. Nesse circuito de trocas violentas, mudando de ambiente, é possível que a criança procure reproduzir o modelo, tornando-se agressor por medo de ser novamente agredido. Assim se refere José Rocha, 37 anos, egresso da Febem, acerca do jogo entre agredir e ser agredido, que fazia parte de sua rotina de abrigado: “*Eu fui agredido, mas agredi também. Era um lugar onde, se você mostrasse fraqueza, você ‘tava morto’, não tinha lugar para ser fraco ali. Então, a gente precisava se impor. Se bancasse o fraco, ia ser o quê? Então, o negócio era enfrentar, era meter medo!*”.

Há que se dar o nuance necessário à emotividade da citação supracitada, já que não se pode dizer que todos os filhos afastados de sua mãe biológica sentem essa necessidade absoluta de retornar para junto de sua genitora. O caso de Letícia ressalta isso: abrigada junto de seus irmãos, apenas ela demonstrava o desejo voltar para a mãe. Pelo contrário, a resistência em aceitar a institucionalização, manifesta principalmente nos primeiros tempos de abrigamento, pode ser mais abrangente e referir-se a um desejo de não enquadrar-se nesta nova realidade imposta de forma arbitrária.

Reconhecer a semelhança, e identificar-se com os demais anômalos, implica exatamente na aceitação dessa imperfeição do lar de origem, o desacerto das boas lembranças, em relação a essa realidade que o abrigamento impõe. E essa proposta não é facilmente aceitável.

VI. A percepção do parentesco exterior por parte dos abrigados.

Durante meu trabalho de campo, procurei também verificar qual a percepção deles em relação a um modelo de parentesco, e pude notar que a sua referência é bastante ortodoxa: família, em sua concepção, é um conjunto formado por pai, mãe e filhos. Esta situação se colocou para mim de certo modo como um paradoxo, em que pese o fato de serem egressos de situações limite. Paradoxal ou não, nos dois abrigos onde tenho pesquisado, percebi uma recorrência acerca dessa necessidade de relações ‘normais’. Vale contar uma situação cômica a esse respeito:

Em 30 de outubro de 2008, véspera de Halloween, eu levei um contador na Fundação para contar histórias de terror para os abrigados, como parte das festividades do dia das bruxas que fui autorizada a realizar na Instituição. Como não tinha com quem deixar meu filho na ocasião, levei-o comigo, então, chegamos eu, meu filho e o contador de histórias. Como se tratava de ‘contar histórias para fazê-los dormir’, o contador ia passando de casa em casa, sendo a minha função avisar a monitora e ver se estavam todos prontos para deixá-lo entrar. Logo na primeira casa, depois da contação, Daniel me perguntou se o “monstro do pântano” era o meu marido. (O contador estava caracterizado como uma espécie de zumbi). A pergunta se repetiu em três das cinco casas visitadas, de modo que, imaginei, o fato de eu estar no local com meu filho os fazia imaginar que o homem que me acompanhava só podia ser mesmo meu marido. A parte curiosa foi que, no dia seguinte, eu levei um mágico ao local para se apresentar

durante a festa. Pois bem, ao final da apresentação, Juliano, de 10 anos, perguntou-me: “*Professora, esse aí também é seu marido?*” Antes que eu tivesse tempo de responder, o garoto recebeu uma dura repreensão de Jonas, que ouvira a pergunta: “*Ô, seu burro, ela não pode ter mais de um marido, senão ela é galinha!*” Era muito natural que eu, tendo um filho, fosse casada. Mas, obviamente, com apenas um homem.

Do mesmo modo, quando as crianças da Casa-lar estiveram em minha casa no último dia das crianças, após abrirem os presentes, resolveram fazer uma brincadeira conjunta entre os meninos e meninas, no qual as Barbies interagiam com os Max Stell. Em pouco tempo elaboraram um conjunto onde não haviam amigos ou vizinhos: havia um Max Stell que era pai dos demais, casado com uma das Barbies, havia um irmão, casado com outra Barbie, a filha, o filho que ia apresentar a namorada para a família, e por isso precisavam preparar um jantar. Assim, em sua brincadeira, todos eram parentes efetivos ou potenciais. Esta armação parece dizer algo singular, na medida em que insistiam nas relações de permanência, e não nas eventuais.

A insistência em visualizar relações ‘normais’ nas pessoas que freqüentam a instituição são recorrentes: nas duas instituições, o raciocínio apresentado pelas crianças era o mesmo: se eu tenho um filho, eu tenho de ser casada, e fui logo indagada a esse respeito tão logo souberam que eu já sou mãe.

Marta, a cuidadora substituta da Casa-lar serve também como um bom exemplo: mesmo tendo se apegado ao pequeno Moisés, ela precisa se casar primeiro para poder cogitar adota-lo. É este o sinal da normalidade, o sinal de que tudo está em seu devido lugar. Segundo me explicou Fabiana, psicóloga da Fundação, seria uma sondagem, para auferir se haveria a possibilidade de uma eventual adoção: “*Eles sondam a gente. Mesmo sabendo que você está aqui para dar aula, eles sondam, principalmente os pequenos. Acho que é uma expectativa de que uma de nós possa adotá-los em algum momento*”.

Parece-me, porém, que a questão vai além da sondagem para adoção: acredito também numa tentativa de encontrar uma ‘normalidade mínima’, que lhes remete a um modelo ideal que não lhes é acessível neste momento. Notei isso a partir das redações e desenhos por eles feitos nos deveres da escola, onde cenas como ‘uma família feliz’ são retratos de crianças que formam o mesmo número de crianças do grupo consanguíneo,

juntamente com uma mãe e um pai, mesmo quando, na sua *vida real*, a família da criança não seja composta pelos dois genitores.

O que me parece é que as crianças tendem a remeter, em suas idealizações, a uma família ideal que talvez não corresponda à família biológica deixada, mas a uma abstração do que gostariam que ela fosse, o que não significa dizer que muitos deles não almejem voltar ao seio do seu parentesco originário, mesmo que ele careça de perfeição.

VII – A Instituição como unidade de referência.

Convém retomar ainda o tema do parentesco, e a indagação acerca de ser ou não possível identificar a Instituição como um ajuntamento familiar.

Olhando para essa questão neste momento, percebo que, de certa maneira, colocá-la também sinaliza a insistência, também presente na pesquisadora, da busca por modelos sociais, por uma ‘unidade mínima’ e elementar que possa ser chamada de família. O que parece evidente, neste momento, é que a Instituição reúne elementos característicos que efetivamente sinalizam para a constituição de um parentesco por afinidade, mas, por outro lado, outros detalhes de sua estrutura o afastam na mesma medida de ser assim visualizado.

Seja como for, está claro que, para boa parte das crianças e adolescentes que tendem a crescer dentro de uma Instituição, será ela, e não necessariamente a sua família de origem a sua unidade afetiva de referência futura.

Conforme apontam FONSECA e SCHUCH (2009), mesmo em algumas estruturas não voltadas para uma organização à semelhança do modelo familiar legalmente prescrito, é possível perceber que “essas próprias unidades estabeleçam formas de pertencimento e inserção social que podem funcionar no sentido de provocar uma continuidade dos laços entre as crianças e adolescentes atendidos, instituições e famílias de origem”, criando aquilo que as autoras denominam como ‘modelos de continuidade’, onde a internação não implica a quebra total de vínculos com a família de origem, nem a impossibilidade de estabelecimento de novos laços, mesmo no caso da institucionalização.

O Abrigo representa, assim, um outro território de relações vivenciado numa estrutura criada para espelhar uma unidade familiar e, portanto, cercada de semelhanças com ela, mas também dotada de características próprias.

Como aponta CADORET (1989), acerca dos lares de acolhimento na França, o indivíduo colocado em uma família substituta não perde seus parentes de origem, nem passa a pertencer à família que a está acolhendo – já que o acolhimento não é assemelhado à adoção – apesar disso, os laços afetivos são construídos ao longo do tempo de acolhimento. Mas, como diz a autora, a família é uma construção social, e a ausência de consangüinidade não deveria ser entendida como impedimento para o reconhecimento do familiar em dada estrutura, caso contrário, se estaria também contestando no mesmo sentido a legitimidade do parentesco adotivo, ou hierarquizando-o num patamar de inferioridade, dada a ausência do laço sanguíneo.

De todo e qualquer modo, chame-se ou não o Abrigo de família, é inegável a potência dos sentimentos ali vivenciados. É impossível desconsiderar sua existência, ou negar o seu valor e sua total legitimidade, assim como suas ‘conseqüências’, tema que abordarei no capítulo seguinte.

CAPÍTULO V – Lá fora e de volta outra vez: Tempo, formas de partida, e situações de retorno à Instituição.

1. AS PARTIDAS

"... porque deveria sair dali (?), já que sua existência, boa ou má que tenha sido, ele a passou ali dentro (...)."

Massimo Vaggi

As partidas da Instituição assumem três formas básicas: reintegração à família de origem, ingresso em família substituta pela via da adoção, ou a chegada à idade limite para a permanência – genericamente, a maioridade civil. Mas, em minha experiência de campo, auferi que também as fugas se constituem numa forma de partir que, mesmo não sendo visualizada como uma maneira ‘regular’ de sair do abrigo, também merecem ser analisadas, dada a sua frequência e a tensão que delas deriva.

No presente capítulo, analisarei o contexto em que se dão essas partidas através de exemplos etnográficos por mim testemunhados nas duas Instituições. Servem de acréscimo, ainda, as entrevistas, depoimentos e os relatos autorais de alguns indivíduos narrando sua experiência pessoal como ex-abrigados.

Note-se, porém, que, em meu campo, não tive contato com nenhum caso de reintegração à família de origem, de modo que essa perspectiva não será aqui reportada da mesma forma, servindo apenas de contraponto à adoção, que vem a representar, em geral, exatamente um extremo oposto de duas forças que tencionam as fímbrias da situação ‘indefinida’ dos abrigados, em sentidos contrários: A adoção só é possível quando anuladas todas as possibilidades de retorno ao parentesco de origem; a reintegração à família originária só deve ocorrer quando este for comprovadamente o melhor destino para o abrigado.

1.1. Adoções: o destino ideal.

Conforme apontado por CARDARELLO (2009), a premissa de que não existe melhor lugar do que a família esconde um detalhe subentendido: após a medida de abrigamento, a família almejada é a adotiva, com boas condições econômicas. A família

biológica, neste contexto, é tida como um empecilho para o alcance desse ‘lugar melhor’:

“Nossa, estava tudo certinho. O casal interessado, a criança feliz, tudo redondinho! Daí, do nada, surgiu um tio, ninguém sabe de onde e pronto: lá vai a menina para a casa do tio, e suspende a destituição e é aquela decepção”. (Assistente Social de Vara da Infância, comentando um caso onde uma criança, que quando estava já sendo visitada por um casal interessado em adoção, teve um parente consanguíneo identificado no curso do processo e, dada a preferência legal para a permanência na família, a destituição foi cancelada).

Mas, sendo ideais e almejadas, as adoções não são de modo algum frequentes nos ambientes pesquisados. Em função de uma variedade de fatores, tais como idade, pertencimento étnico, configuração em grupo “extenso” de irmãos, dentre outros, acaba por ocorrer apenas para uma parcela reduzida dos indivíduos abrigados. A raridade com que ocorrem torna o seu acontecimento um momento especial e crucial do abrigo. E, o que se percebe dessas histórias, vislumbradas através ‘do lado de dentro’ de uma instituição é que as adoções não se dão apenas entre os candidatos a pais e as crianças escolhidas. Trata-se de um processo que envolve emocionalmente também os demais abrigados e funcionários da instituição.

Para bem delinear essa questão, passo aqui relatar três situações, duas adoções, e uma terceira que foi noticiada, mas não chegou a se concretizar. Os três casos⁷⁵, ocorridos na Fundação no correr de 2008, poderão bem ilustrar as percepções, discursos e emoções suscitadas pela ocorrência da ‘situação ideal’ dentro do universo real.

A adoção de Luis - “Quem quer ser adotado? EU não quero!”

A primeira notícia de que uma adoção estava em curso dentro do abrigo foi no começo de outubro, na aula de inglês da primeira turma do dia, a dos adolescentes. Eu estava em meio a uma explicação sobre diferenças entre verbo ‘To be’ e ‘To do’, quando Maurílio de repente bateu na mesa, e falou irritado: *“Quem quer ser adotado? EU que não quero!”* Todos se voltaram para ele, e alguns exclamaram: *“Ei, da onde*

⁷⁵ As três histórias aqui apontadas já figuraram em texto de minha autoria: **Os que vão e os que ficam:** percepções e dinâmicas da adoção e da não-adoção sob a ótica de internos e funcionários de uma instituição de abrigo. RAM, 2009.

você tirou isso?!”, “Ô, ninguém está falando nada disso!”, Maurílio, ainda irritado, respondeu. *“Eu sei, mas eu não queria. Vocês queriam?”* Houve um momento de constrangimento, que foi quebrado por Letícia, que me perguntou algo sobre a lição. A fala inesperada do garoto me tomou de assalto e, no momento, não consegui articular qualquer possibilidade de ampliar aquela conversa. A lição foi retomada.

Maurílio fez 12 anos em 2008. Ele está numa idade bastante crítica dentro do universo do abrigo. Chegar à adolescência dentro do abrigo significa que, provavelmente, o indivíduo atingirá a maioridade na instituição. Trata-se de uma convenção não escrita, mas percebida por aqueles que têm conhecimento da realidade da institucionalização no Brasil: a entrada na adolescência representa um limiar para a condição de inadotável.

Conforme já comentando, no Brasil, a faixa etária da adoção é bastante reduzida: uma criança de três anos já é considerada ‘velha’ para fins de adoção. A precocidade da idade limite afunila de forma drástica as possibilidades da maioria dos indivíduos atualmente abrigados, cuja idade média gira em torno de sete anos⁷⁶. No caso das adoções internacionais, existe uma maior flexibilidade com relação a idade, porém, de qualquer modo estas adoções dificilmente se estendem para além dos doze anos de idade.

Residente do abrigo há cinco anos, Maurílio foi afastado da família por pobreza. Ele possui outros dois irmãos na Casa de Passagem do Município vizinho, os quais, como ele, também não foram destituídos. Ao tempo de minha pesquisa, fui informada que cogitava-se o seu retorno à família de origem. Ele faz parte de uma outra estatística majoritária dentro das instituições de abrigo: 90% noventa por cento das crianças e adolescentes institucionalizados hoje no Brasil não são órfãos, possuem pai ou mãe vivos, e mantêm-se a eles vinculados pela ausência de uma medida de destituição do poder familiar definitiva. Apesar disso, são mantidos afastados deste grupo de parentesco por anos.

Maurílio permaneceu um pouco emburrado até o final da aula, e foi neste dia que ele me pediu pela primeira vez⁷⁷ para assistir as aulas de inglês das outras turmas. Como se comprometeu a ficar quieto e não perturbar o curso das outras aulas,

⁷⁶ Dados do IPEA, 2006.

⁷⁷ Maurílio passou a ser uma figura freqüente nas aulas das outras turmas. Todas as sextas, ele assistia às três aulas de inglês, até que foi impedido disso por determinação do pessoal da Administração.

eu aceitei. *“Eu não sei por que o pessoal quer ir embora logo. Eu por mim ficava aqui para sempre, profe! Se você quiser trazer seu colchão para dormir aqui, traga que eu também fico aqui!”* Era evidente, naquele momento, que ele não queria ficar ‘com o resto da tarde livre’, como acontecia com os demais adolescentes, que às sextas-feiras tinham como único compromisso as minhas aulas. Mas restava por entender o motivo de seu comentário intempestivo durante a aula.

Quando saí da sala para tirar cópias na sala das assistentes sociais, encontrei com Luis, o melhor amigo de Maurílio, e então o mistério se esclareceu:

“Tia, aconteceu uma coisa muito, muito boa: Eu vou ser adotado!”

Eu o abracei e parabeneizei, e ele prosseguiu contando: *“E olha só que legal: eu faço aniversário em outubro, e ganhei uma família em outubro! O melhor presente que eu poderia ganhar!!”* Luis estava prestes a completar 10 anos, e se mostrava encantado pela idéia de ganhar de presente a família por quem tanto pedira, conforme narrado por Geisa, uma das monitoras: *“Nossa, era a coisa mais bonita do mundo: todo domingo, ele na missa, rezando de joelhos, pedindo uma família. E sem nunca perder a esperança de que um dia ela ia chegar! Pois chegou!”*

De volta à sala, já com a turma seguinte, a adoção de Luis foi também comentada por Jéssica: *“Ah, eu não queria que ele fosse adotado não. Eu fiquei com inveja, porque eu queria ser adotada também. Todo mundo fala que ele é meu irmão, por causa dos olhos parecidos; então eu tenho de ser adotada com ele, poxa!”*

Luis tem outros irmãos que se encontram abrigados na Casa de Passagem do outro município. Jéssica, por sua vez, tem 12 anos e dois outros irmãos residentes na Fundação, Júlio César, 11 anos, e Juliano, 9 anos. Eles são irmãos apenas pelo lado paterno, e corre na Justiça uma longa disputa judicial para ver se voltarão ou não para o pai. Fabiana, a psicóloga comentou que os irmãos não possuem acordo quanto ao desejo desse retorno, o que se coloca como um complicador adicional para sua situação.

Chegada a hora do intervalo, Jéssica me convidou para o café na casa dela, onde moravam também o Maurílio e Luis. A monitora da casa é Doralice, considerada a mais rígida dentre as monitoras da Fundação. Como eu tinha interesse em saber a opinião dela a respeito da adoção de Luis, comentei com ela a respeito. A sua resposta foi bastante econômica, em termos de emoção: *“É né? Vai para a adaptação. Porque*

daí fica uns meses, e depois pode voltar... aí já viu, né? E você viu a Sandrinha⁷⁸, da casa da Dora? Ela foi essa semana. Mas essa não queria ir de jeito nenhum. Chorou um monte! Daí, os pais compraram um monte de presente, então ela foi. Eles nem são interesseiros, né?”

A devolução, presente na fala da monitora Doralice é um fantasma a assombrar constantemente as adoções, notadamente quando envolvendo crianças maiores. Segundo o psiquiatra IÇAMI TIBA (1998), a devolução funciona como uma bomba para a auto-estima da criança e é melhor que ela nunca seja adotada a ser adotada e devolvida. O temor constante de que essa situação ocorra faz com que se façam repetitivas recomendações nos cursos para candidatos a adotantes, para que pesem e pensem bem antes de levar a criança para casa: *“Gente, pelo amor de Deus, por tudo o que é mais sagrado: não devolvam. Vão no abrigo! Vão uma, duas, três, cinqüenta vezes; namorem⁷⁹ a criança, conheçam, avaliem se combina e, se acharem que não dá certo, sejam sinceros e não levem. Mas, se levar, não devolvam, porque é um segundo abandono”*. (Hália Pauliv, curso para proponentes a adoção – setembro de 2007).

Situações de devolução são extremamente problemáticas, pois ocorrem numa idade já tardia. Duas são, basicamente, as situações de devolução: uma é a falta de adaptação⁸⁰ da criança recém-adotada e outra, conforme apontado por ROCHA (2001), podem também se apresentar na inusitada situação de uma criança adotada – às vezes pela via ilegal da ‘adoção à brasileira - ainda bebê e que é entregue à Justiça adolescente. “É justamente quando a criança mostra sua individualidade que vem à tona a rejeição pelo "diferente", pelo "outro". O que no filho biológico é visto e aceite como afirmação de uma personalidade própria, no "filho emprestado" ou "de criação" passa a ser visto como mostra de más tendências ou traços psicológicos ruins oriundos da

⁷⁸ Não acompanhei a adoção de Sandrinha. Tratava-se de uma criança de 04 anos, portanto, não integrada ao programa de reforço escolar do qual eu fazia parte.

⁷⁹ Embora possam ser considerados como termos impróprios numa relação de aproximação entre pais e filhos potenciais, palavras como ‘namorar’ e ‘conquistar’ são freqüentemente utilizados nas falas referentes ao processo de visitação e do período de adaptação que o sucede. Este processo de ‘conquista’ é o que se articula também na ação de dar presentes, e procurar estabelecer uma primeira relação de simpatia com a criança. Aquilo que a mãe social Doralice classifica como ‘ser interesseiro’ marca também esta tentativa de cativar aquele que se quer transformar em filho. As relações na adoção são construídas pouco a pouco, através dessa aproximação lenta, que procura respeitar o tempo da criança, no mesmo passo em que tenta despertar-lhe o desejo de ser perfilhada.

⁸⁰ Numa decisão inédita, a juíza Édila Moreira Manosso, de Uberlândia, condenou um casal ao pagamento de uma indenização no valor de 100 salários mínimos, e o pagamento de uma pensão a uma criança que devolveram ao abrigo após ter sido adotada.

família biológica”. Seja qual for o motivo da devolução, a perspectiva de uma nova adoção beira o improvável.

No final do mês, Luis, que felizmente não retornou, convidou alguns dos amigos da Fundação para a primeira festa de aniversário após a sua saída do abrigo. Foi a última ocasião de contato com os abrigados de que tive notícia.

SNIZECK (2008) comenta que o sucesso da adoção pressupõe o ‘apagamento’ do tempo do abrigamento. Faz-se necessário cortar esses laços e memórias, para que estas lembranças não se interponham à nova família que está em construção. No entanto, é fato que existem laços que se fazem dentro desta realidade do abrigamento, e que eles não são necessariamente apagados da memória de um indivíduo, ainda mais em se tratando de adoções tardias.

A tônica, de todo modo, tende a ser a do apagamento ou de, no mínimo, diluição do contato do indivíduo adotado com o abrigo e com os indivíduos que com ele residiam ali. A festa de Luis, nesse sentido, pode ser entendida como uma despedida, a qual teve a participação de seus grandes amigos do passado, convidando-os para conhecer e testemunhar a sua felicidade, agora que finalmente ganhara a nova família que tanto pediu. Ali, onde foram apaziguados os receios daqueles que temiam a sua devolução, deu-se a ruptura física definitiva com o passado de abrigamento.

Adoção de Willian - “Ele foi, né? E a gente fica feliz por ele.”

No mês de novembro de 2008, em outra aula, soube de uma segunda adoção prestes a acontecer. Desta vez foi na sala dos menores (07 e 08 anos), e foi a professora Roberta quem comentou: *“É tia, Andréia, as suas aulas vão ser muito úteis para o Willian, agora que ele vai para o Canadá!”* O próprio Willian não se mostrou tão empolgado quanto Luis a respeito de sua adoção. Na verdade, quando a professora comentou a respeito, ele permaneceu cabisbaixo, copiando a lição que eu passava no quadro.

Não se pode dizer que ele estivesse infeliz. Mas talvez, houvesse um medo do desconhecido, e de um desconhecido que não se referia apenas ao novo lar, mas a todo um país, com língua e costumes diferentes do seu, e isso era para ele mais forte do que a felicidade que pudesse estar sentindo. *“Na verdade, não são raros os casos dos que não querem sair. Muitos choram na hora de ir embora. Têm medo; é o mundo que*

eles conheceram, estabeleceram vínculos, relações, e daí largar tudo isso os deixa inseguros..” (Fabiana, psicóloga do abrigo).

Em menos de duas semanas, Willian partiu. Sua saída foi numa quinta-feira, e, quando cheguei lá na sexta, Juliano, o irmão mais novo de Jeniffer, veio me abraçar e contou: *Ixi, tia, o Willian foi ontem. Ele chorou um montão!! Pena que você não estava aqui, para dar tchau para ele...*” Também nessa sexta feira, Mabel, a professora de música da instituição, apresentou um número de percussão com algumas das crianças, e também comentou sobre o garoto que havia partido na tarde anterior: *“De todos os que treinaram esse número, o Willian foi o que teve o melhor desenvolvimento. Mas agora ele não está aqui conosco. Ele foi, né? Seguiu para uma... nova vida! E a gente fica feliz por ele!”*

Mabel, tendo de falar publicamente a respeito de Willian, foi comedida, claramente por entender que estava diante de uma platéia de ‘não-escolhidos’; crianças e adolescentes que permaneceriam ali por tempo indeterminado. A partir desta segunda adoção, pude constatar que a situação se constitui como um alívio por aquele que partiu, mas também como um grande pesar, posto que a partida de um rememora uma maioria que permanece. Neste contexto, fica claro que a expressão pública da emoção deve ser contida, para não ferir aos que ficam.

Dada a faixa etária dos abrigados, a maioria das adoções ocorridas ali é internacional⁸¹. Genericamente, convencionou-se que os estrangeiros que se candidatam à adoção são mais abertos à receber crianças mais velhas, portadoras de necessidades especiais, e grupos de irmãos. *“É preciso entender que não somos vilões e os estrangeiros os mocinhos da adoção. Não é que eles também não idealizem os filhos, o que acontece é que as crianças que são apresentadas como disponíveis para eles são todas aquelas que também são apresentadas para os casais brasileiros, e que sobram. A diferença maior é que, quando eles vêm as opções, eles aceitam, e nós dizemos não, e continuamos a esperar pelos bebês perfeitos”*. (Osiris Silva, co-presidente do Grupo de Apoio à Adoção de Curitiba, em palestra para candidatos a pais por adoção – setembro, 2007).

⁸¹ Pela Lei de adoção, uma criança ou adolescente só pode ser encaminhado à adoção após esgotadas todas as possibilidades de adoção no Brasil. Dada idade ser um dos critérios determinantes do acolhimento numa nova família no país, estima-se que, para crianças com mais de oito anos de idade, a adoção internacional passa a ser a opção mais provável.

A Convenção de Haia sobre Adoção Internacional (1993), assim como a adoção doméstica em muitos países Euroamericanos, é baseada no princípio exclusivista, descrito por DUNCAN (1993) como “princípio da ruptura limpa” do parentesco adotivo, que envolvem “a integração total da criança na família adotiva e o corte de laços com a família biológica” (DUNCAN, 1993, P. 51). O apagamento do parentesco biogenético e a construção de uma família adotiva no seu lugar produzem o que MODELL (1994) chama de *famílias as-if* ou “como se”, equivalentes à família biológica. Nos Estados Unidos e no Canadá, a família adotiva goza do *status* “*como se*”, graças à política de sigilo envolvendo práticas tais como o sigilo de registros hospitalares do parto e da certidão original de nascimento e a emissão de novas certidões como se a mãe adotiva fosse a mãe biológica. O acesso aos registros pessoais é permitido após os dezoito anos, da mesma forma como ocorre nos processos adotivos no Brasil.

No entanto, essas preocupações com a emissão de novos registros, que se faz presente na adoção de bebês, para conceder a uma ‘nova vida’ ou nova história aos recém-nascidos, não resolve a complexidade de uma situação de uma criança que é adotada aos sete anos ou mais, e que, indo para outro país, terá de qualquer modo apagados esses laços anteriores pela distância geográfica. Além disso, será dado a ele, de fato, uma ‘nova vida’, como disse Mabel, em um novo país, com outro idioma, outros costumes, uma nova vizinhança, e principalmente, um novo grupo de parentesco.

Deve-se notar neste contexto, inclusive, que genericamente esse processo de transferência de crianças para outros contextos culturais coincide com a questão da desigualdade social e política (FONSECA, 2001, P. 14). As crianças destituídas e colocadas para adoção pertencem majoritariamente às classes mais baixas da população, enquanto que os adotantes estão situados entre as camadas médias e altas. Porém, mais do que isso, também os responsáveis pela decisão acerca da destituição e realocação dos filhos são, geralmente, um grupo de pessoas que não pertence à mesma classe ou comunidade de origem dessas crianças. E isso, conforme comenta MODELL (*idem*), faz com que mesmo as circunstâncias geradoras do afastamento da família biológica sejam de certo modo arbitrárias, porquanto partem do exterior e, por essa razão, nem sempre atenderão para as especificidades do contexto particular desses conjuntos parentais.

Ao contrário de Luis, que também foi adotado por um casal de estrangeiros, mas residentes no Brasil, Willian logo partiu para o Canadá, e não houve mais contato

entre ele e os abrigados. A única memória que dele se tem é uma foto na mesa da assistente social Angélica, em que ele aparece sorrindo abraçado à sua nova família.

A ‘não-adoção’ de Talita, e o silêncio

Foi no último dia de aula de 2008 que Talita, de 11 anos, contou que também seria adotada, e me pediu um CD de presente, para comemorar a sua adoção: *“Porque eu vou ser adotada, daí você me dá de presente da minha saída! Porque lembra que logo que eu cheguei no abrigo você me deu um CD, profe? Então, aquele foi presente da minha entrada. Esse agora vai ser da minha saída!”*

Na semana seguinte, levei o CD com as músicas que ela havia escolhido, e nessa ocasião ela me contou que ia embora no dia 23 de dezembro: *“Um presente de Natal bem legal, né professora? Uma família!!”* No entanto, passados seis meses do seu anunciado presente de Natal, Talita continuava residindo na Fundação, de modo que está mais do que claro que essa adoção não ocorreu.

No dia 23 de dezembro, estive na Fundação levando novamente um contador de histórias para as crianças. Talita estava um tanto arredia e triste, e eu imaginei que ela estava tensa, pois esse era justamente o dia estipulado para a sua partida, mas hoje acredito que ela já soubesse que não iria. Nada foi comentado a esse respeito desde então, por nenhum dos membros do grupo administrativos, pelos pais sociais, ou por quaisquer dos internos. O que nos parece, aqui, é que há uma necessidade de calar esta saída que não se concretizou. Mas, foi justamente nesse calar, claramente intencional, que se evidenciou a importância do acontecimento, dessa quase-partida que se cancelou.

Neste sentido, convém rememorar o estudo de JAMESON acerca do quadro O Grito, de Munch, onde a representação silenciosa de um grito que não pode ser expresso através das tintas da pintura se revela mais atroz e desesperante em seu silêncio, o qual eloqüentemente fala de solidão, ausência ou privação da voz, e, ao mesmo tempo, é capaz de emitir um brado, em suas linhas distorcidas e agoniadas: *“Tais curvas se inscrevem na superfície do quadro, na forma dos grandes círculos concêntricos nos quais a vibração sonora torna-se, em última análise, visível, como na superfície de um lençol de água, em retrocesso infinito, que se abre a partir do sofredor*

para se tornar a própria geografia de um universo no qual agora fala e vibra, no pôr-do-sol de uma paisagem”. (JAMESON, 1997. p. 42). De fato, não é impossível observar o quadro de Munch e escutar esse brado silencioso, como era possível ouvir o clamor de tristeza por trás do silêncio eloqüente da Fundação acerca do cancelamento da adoção de Talita.

No livro *Vozes e Silêncios de Meninos de Rua*, Rosa Helena Blanco Machado (2003) discorre também sobre o jogo de claro e escuro entre aquilo que era dito e o que era calado por seus interlocutores, em seu trabalho de campo junto a crianças e adolescentes em situação de rua em Salvador. Em sua análise, a autora pressupõe que tanto o silêncio quanto aquilo que era comunicado faziam parte do discurso, e, portanto, das representações sociais de seus interlocutores: “Não se pretende aqui cobrir universo mais amplo que aquele descrito; na verdade, as falas (e os silêncios) funcionarão mais como índice do que seja o subconjunto do universo discursivo delimitado tematicamente ou, em outros termos, do sistema de referências no qual se abrigam as representações sociais do mundo em que vivem os meninos e as meninas de rua”. (MACHADO, 2003, p. 56).

A autora coloca o silêncio e também as respostas meramente gestuais ao longo das entrevistas como um fator de inegável importância: “Sem dúvida, o que mais chama a atenção é a forte presença do silêncio e das respostas gestuais. E a primeira pergunta que ocorre é: *porque tanto silêncio?*” (idem, *ibidem*, p. 67; grifo meu.). Não se tratava dos seus entrevistados não terem entendido a pergunta. Ocorria que certas perguntas não eram respondidas, assim como as minhas perguntas acerca do caso de Talita também não o foram.

Rosa Machado termina por concluir que seus entrevistados silenciavam tanto nas entrevistas por não se sentirem autorizados a expressar opiniões sobre certos temas, como família e polícia, justamente porque aquele interlocutor – a pesquisadora – não seria também uma pessoa com quem se pode conversar a respeito de qualquer coisa: “O silêncio tão presente e incômodo nos dados marca profundamente o lugar enunciativo do menino de rua, marginalizado, excluído da sociedade: a posição de quem não tem nada a dizer, de quem tem zero a acrescentar a uma sociedade que o considera um não sujeito, ou, pelo menos, aquele que naquele momento ainda não tem nada a oferecer”. (idem, *ibidem*, pp. 168-169).

A teoria aqui apresentada aponta para o silêncio justificado pela desigualdade de posições entre os interlocutores. Por esta percepção, existe uma hierarquia rígida do discurso, a qual determina quem pode ou não pode manifestar-se, e a quem sua comunicação pode ou não ser dirigida. Assim, a legitimidade da expressão não reside em ‘possuir uma voz’, mas no direito de utilizá-la como emissor legítimo para tanto, e direcionada para um destinatário também legítimo.

Por este raciocínio, percebe-se a ilusão da simetria (JAMESON, *ibidem*, p. 322) entre os comunicantes, dado que nem tudo pode ser dito por qualquer um, e haverá sempre aqueles que precisam calar o que pensam e sentem em qualquer circunstância. Além disso, vale lembrar também FOUCAULT (1973), para quem o discurso está submetido a certos mecanismos de controle⁸², que são externos ao indivíduo. Este controle faz com que as pessoas deixem de expressar certas emoções e opiniões dependendo de certas circunstâncias, tais como o assunto e o nível de credibilidade do sujeito, e do próprio enunciado ser considerado verdadeiro ou não. “Nem todos podem falar de qualquer tema, de qualquer assunto; não estão todos aptos a se pronunciar sobre o que quer que seja em sua língua, nas diversas situações em que isso se imponha”. (MACHADO, 2003, p. 16).

Mas, ainda há mais voz no silêncio que cercava o caso de Talita. O calar a respeito do caso da adoção pareceu mais uma tentativa de lançar ao esquecimento a situação, fazer com que dela ninguém mais se lembrasse, o que evitaria também novas perguntas. Nesse sentido, SNIZECK (2008) sugere que o que esteja em jogo seja a instituição vir a se considerar fracassada, por sua incapacidade de preparar adequadamente as crianças para adoção. Talita tinha 11 anos, e estava prestes a ser adotada no Brasil. Seu caso, portanto, seria um sucesso absoluto, já que, para os padrões nacionais, sua adoção era praticamente improvável de ocorrer. Neste aspecto, com o cancelamento a Instituição passou rapidamente da condição de bem-sucedida para a de fracassada,

⁸² As idéias de Bakhtin a respeito da comunicação também ecoam o pensamento foucaultiano, onde os discursos são determinados pelas relações de produção e pelo ambiente sociopolítico a que pertence o indivíduo, portanto também aqui há a perspectiva da existência de certo controle. Para Bakhtin, é no nível do enunciado que se dará a seleção do que pode ou não ser proferido, através de uma seleção de material semiótico que vai se constituindo a partir da própria relação do indivíduo com o meio social. “É por isso que a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro. É uma experiência que se pode, em certa medida, definir como um processo de assimilação, mais ou menos criativo, das palavras do outro (e não das palavras da língua). [...] As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos.” (BAKHTIN, 1992, P. 314).

Mas, parece-me que esse calar vai além do fracasso institucional, ainda mais que ele se estendeu também entre os abrigados. O que isto representa, do meu ponto de vista, é um pesar coletivo, uma espécie de chorar feito desse silêncio denso e pesado da certeza de que Talita não iria mais a lugar algum até a maioridade.

Quando ocorrem adoções, é possível verificar a articulação de uma série de sentimentos por parte dos abrigados: alegria, saudades, inveja, expectativa, incerteza, tristeza. A saída de um evoca a memória da própria condição de todos eles, e é por essa razão que mesmo a comemoração em função das adoções é contida e discreta na maioria dos discursos coletivos. Em um ambiente onde as adoções são tão raras como ali, uma saída é sempre uma alegria, mas é também sempre um momento de reflexão acerca de todas as outras crianças e adolescentes que não saíram.

O cancelamento de uma adoção, como ocorreu com Talita, por sua vez, é uma situação de pesar que não encontra lugar na esfera do dizível. É o silêncio que transmite eloqüentemente a tristeza da garota, e de todos os envolvidos. Se, por um momento, ela chegou a ser invejada por sua sorte em ser ‘escolhida’ para viver em uma nova família, sua dor em não partir é agora partilhada pelos seus pares, que de certo modo são os únicos a compreender toda a sua extensão.

Assim, o silêncio do abrigo, mesmo meses depois do ocorrido, transmite ainda eloqüentemente uma mensagem de pesar, pela não concretização desta adoção que se daria exatamente no limiar de passagem para a idade da inadotabilidade. E, talvez, o fato de ter ‘chegado tão perto’ faça com que agora a sua condição seja ainda mais lamentável do que a daqueles que nunca chegaram a ser cogitados.

Não posso deixar de apontar, aqui, que tanto o choro inconsolável da pequena Tuca, narrado no capítulo anterior, quanto o silêncio que cercou a permanência de Talita no Abrigo foram marcantes do ponto de vista da pesquisa. Os dois casos estão envolvidos de uma tristeza impossível de ser ‘sanada’, mensurada ou compreendida em um primeiro momento.

Em certa medida, preocupava-me que o mesmo silenciar que ordinariamente envolve o interesse acadêmico nas questões relacionadas a crianças e adolescentes abrigados, pudesse estar presente em minha análise, pela dificuldade de encontrar

embasamento teórico⁸³ para trabalhar um conteúdo emocional que não é verbalizado. Nota-se, que, no conjunto de estudos antropológicos que têm por pano de fundo as emoções, há um notável conjunto de teorias tratando dos sentimentos que são expressos. Destacam-se neste conjunto, a profunda e acertada análise de Marcel Mauss, no texto “A expressão obrigatória dos sentimentos”, de 1921.

E, se aqui se fala em manifestações públicas de determinados sentimentos, os três casos que acompanhei dentro da Fundação demonstraram que, quando ocorrem as adoções, é preciso mostrar-se feliz, mesmo que seja evidente que os que ficam sentem também inveja, e tristeza e saudade, por terem consciência que aquele que foi escolhido está de partida para uma nova vida que não comportará mais espaço para os que permanecem abrigados.

A alegria se coloca publicamente de forma comedida. Não se pode ser efusivo pela adoção que se concretizou, considerando a presença de tantos outros indivíduos institucionalizados que permanecem. A alegria sem limites é apenas tolerada e aceitável quando manifesta pelo próprio adotado. Para este, há menos reserva na manifestação da felicidade, que pode ser plena pela conquista de um bem tão almejado.

Do mesmo modo, a quantidade de devoluções faz com que alguns achem mais conveniente guardar certo tempo para a comemoração da adoção como definitiva. Então, para se comemorar, é preciso ter certeza de que, de fato, não haverá uma volta.

Maurílio, junto de seus pares pode se manifestar revoltado pela adoção de Luis, que representava para ele a perda de contato eminente com o seu melhor amigo. Doralice, sozinha na casa comigo, poderia falar também do temor da devolução, Jéssica pode se auto-classificar invejosa, mas Mabel, diante de uma platéia composta por membros de toda a pequena comunidade de moradores e funcionários da Fundação, precisou medir suas palavras. Precisava dizer que estava feliz, e que todos estavam felizes pela partida de William, sem que fosse necessário entrar em muitos detalhes acerca do assunto.

Porém, é importante notar que apesar do enorme potencial analítico da teoria Mausianna, há que se reconhecer que existe um limite na análise da expressão obrigatória dos sentimentos, que é a própria obrigatoriedade. O que está para além

⁸³ Faltam, a meu ver, estudos que relacionem o silêncio a um conteúdo emocional, não como um calar gerador de recalques como propõe a psicanálise, mas como uma eloqüente manifestação de sentimentos que não podem ser articulados através da palavra.

disso, e extrapola a obrigatoriedade, é a tristeza pela perda do melhor amigo, que, quando manifesta é compreendida, ou o choro assustado da criança que está para ser adotada; feliz, mas, ainda assim, com medo. Existe, portanto, um implícito a ser sentido, um socialmente aceito, uma emoção adequada a ser verbalizada. Aquela que não condiz propriamente com o esperado é o que é preciso calar, sob pena de repreensão.

Não se trata, também, de situar Maurício, Jéssica e Willian como indivíduos cujas emoções não obedecem aos ‘padrões esperados’. Pelo contrário, tristeza, medo, inveja são sentimentos que fazem também parte das reações que se poderia ter, que pertencem aos ‘arcos de comportamento’ (BENEDICT, 1934, p. 170) possíveis de serem assumidos diante de fatos que jogam tão de perto com dor e alegria. As emoções contraditórias dessas crianças fazem parte de suas existências cheias de contradições, em que tristezas e felicidades profundas estão sempre em cena.

Essas emoções não são menos genuínas ou verdadeiras que a felicidade da professora de música, como também não é falsa a sua afirmativa, generalizando que todos estavam alegres pela partida. Isto por que a alegria comunicada pela professora é também sentida por ela, e por todos. Como é também o receio de que alguns dos que partiram acabem por voltar.

Então, como interpretar o silêncio? E, ao mesmo tempo, como negar que o silêncio pode ser muito mais eloqüente do que o que é comunicado, em dados momentos?

Segundo LE BRETON (1997), o silêncio não é a ausência de som, mas uma modalidade de sentido, uma espécie de sonoridade de timbre particular, que tanto pode perturbar quanto conduzir à paz plena de um momento sacro. Por essas características, o silêncio tanto pode ser prezado quanto temido, por, em certa medida, estar associado à morte. Morte dos sentidos, morte da expressão; despedida da vida, incapacidade de reação. Ao mesmo tempo, o silêncio é divino, é a voz da divindade, e há quem o busque para deparar-se com esta sacralidade. Em seu contexto relacional, as palavras verbalizam sentidos, mas o silêncio também ressoa e comunica.

Perseguindo uma miríade de significados para o silêncio, LE BRETON situa um lugar para o indizível na impossibilidade de comunicar de forma compreensível uma dor que só pode ser sentida por quem vivencia esse sentimento. “O silêncio alimenta-se da impotência do sentido” (p. 109), nos diz o autor. Assim, em dados momentos,

mesmo quando proferidas, as palavras perdem o sentido, já que o que é dito não encontra escuta, não por não existirem os ouvintes, mas por serem estes incapazes de compreender toda a amplitude da mensagem. Nesta situação, o silêncio guarda a dimensão do que é indizível: “O silêncio ensurdecedor que envolve o cenário do acontecimento e a sua memória é um confronto com o indizível, com a retorsão da palavra que se oprime dentro de si, num silêncio que não é mais do que a forma extrema do grito” (p. 108).

Quando há uma emoção que é tão grande que atordoa, tão forte que faz gritar, mas é inaudível e está para além da expressão, para além da voz, chega-se a uma dimensão do sentimento que só tem a capacidade de ser manifesta em silêncio. É aqui que opera o silêncio de uma tristeza que não encontra ressonância em outros que não a compreendam e partilhem. Essa emoção, só é compartilhada em sua potência real por aqueles que a podem compreender, aqueles que são de algum modo afetados por ela.

Do mesmo modo, neste momento, articular o sentido real da dor, narrá-la audivelmente é materializar aquilo que, sendo omitido, pode ainda ser ignorado, mas, tendo sido verbalizado, torna-se um objeto concreto, cujo peso não pode mais ser removido. Conforme leciona LAVELLE (1942, p. 129): “O silêncio, por vezes, está tão carregado de significado que anula as palavras”. Expressar que Talita agora já não irá a lugar algum, é tornar concreta essa realidade, ainda mais dolorosa por ela ter chegado tão perto de ter um destino diferente. Suas malas feitas, seus planos, seu presente de Natal; tudo foi em vão. Ela é, assim, a materialidade potencializada da dor de todos os que também desejam, planejam e esperam, também em vão.

1.2. A fronteira da idade.

“Do dia da minha saída, eu me lembro que fazia um sol muito forte. Lembro que eu fui andando, debaixo daquele sol. Andando e andando, mas não tinha um rumo certo. Tinha a minha mãe, (a minha mãe que me adotou), que havia me falado que eu a procurasse quando eu saísse, mas era uma promessa... Fazia tempo que ela disse isso. E eu não sabia se essa promessa ainda estava de pé. Afinal, ela não tinha nenhum compromisso comigo. Eu tinha medo de bater na casa dela, e ela me falar que não dava para ficar lá. E além disso, eu sentia um medo paralisante do futuro, de me tornar um marginal, como foi dito que eu seria. Era medo de fracassar, medo de dar errado, de que as pessoas estivessem certas quando diziam que eu não tinha futuro. Isso é uma coisa que você carrega para sempre. Essa sensação de que tem sempre alguém com o dedo pronto para apontar teu erro. (...) E é mais fácil mesmo. É mais fácil você se enquadrar e dar errado, de acordo com

as previsões, do que você se esforçar para provar que todo mundo estava errado. Sobretudo porque você ali, quando fecham a porta para você, cara, não tem ninguém para te estender o braço e te levantar. Você tá sozinho. E é isso”.

José Ribeiro Rocha, 37 anos, egresso de uma unidade da Febem.

O momento da saída é apontado como um dos mais cruciais da experiência do abrigamento. É ali que se coloca para o indivíduo o momento de total independência dos quadros de referências que se estabeleceram dentro da Instituição.

E vale notar: tradicionalmente, o Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, não é um país onde os jovens ‘saem de casa’ aos dezoito anos para estudar e ter uma vida independente. Os jovens brasileiros costumam sair de casa mais tarde, já perto dos trinta anos, em função da constituição de uma nova família. Mas, para aqueles indivíduos que tenham sido abrigados, a maioria civil marca também a desinstitucionalização obrigatória. Uma saída compulsória para o exterior, sem que haja necessariamente uma opção de retorno, já que o Abrigo, embora tenha sido o lugar de moradia desses indivíduos por até dezesseis anos de sua vida, com a chegada ao 18 anos de idade, quebra-se o liame jurídico da responsabilidade de guarda e cuidado. Resta, então, sair.

No intuito de ter uma percepção mais profunda desse momento crucial, conversei com adultos egressos de Instituições, bem como acompanhei algumas situações de indivíduos *na eminência da saída*, a respeito das quais discorrerei no presente tópico.

Lucas, o trânsito na permanência.

Início estas considerações com o caso de Lucas, um garoto de 11 anos, cuja experiência institucional é feita de um trânsito constante entre instituições. Sua permanência como abrigado, assim como a de sua irmã Jeniffer, de 10 anos, é feita de sucessivas partidas e chegadas, sem que isso, no entanto, modifique sua condição.

Sendo analisado em conformidade com as estatísticas, Lucas tem ínfimas possibilidades de sair do Abrigo pela via da adoção. Vale aqui recordar a sua história: Ele foi entregue pelos pais ao Conselho Tutelar por ter nascido sem as duas orelhas. Segundo o relato, o pai tinha ‘preconceito’ com relação ao menino, acreditando que ele era ‘retardado’ em função do defeito físico. Por essa razão, batia muito na criança, o que

motivou o afastamento. Tempos depois, sua irmã Jennifer, um ano mais nova, também foi retirada da família e atualmente os dois residem juntos na Casa-lar.

GOFFMAN (1988) trata o estigma conforme duas perspectivas principais: *desacreditado* e *desacreditável*. O *desacreditado* seria o indivíduo cujas características que o marcam como estigmatizado seriam evidentes, tais como um defeito físico identificável já nos primeiros contatos que se tem com esta pessoa. *Desacreditável* seria alguém com elementos estigmatizantes que podem ser calados, permanecendo ocultos para os demais, como o pertencimento a uma classe social menos favorecida, ou algum fato pregresso desabonador, tal como ter sido preso, ou internado em um manicômio.

Nesta perspectiva, Lucas representa o duplamente estigmatizado. Primeiramente, ele é *desacreditado* pelo seu defeito físico, a ponto de ter sido rejeitado pelos pais, e sendo constantemente vítima de chacotas dentro do abrigo e na escola. “O garoto sem orelhas” é a epígrafe constante com a qual geralmente ele é referendado. Foi assim, aliás, que ouvi falar dele antes mesmo de começar a pesquisa nesta Instituição, numa reunião do grupo de voluntariado do hospital na qual se falava sobre os novos moradores do abrigo.

Essa deformidade física é bastante evidente, e dificilmente deixa de ser notada logo no primeiro contato, mas, além deste ‘estigma’ que o categoriza como *desacreditado*, Lucas é também *desacreditável* do ponto de vista do abrigo, dentro dessa concepção geral de que o abrigado é, de saída, um indivíduo ‘menos favorecido’ pela falta de uma ‘família estruturada’.

Os irmãos Lucas e Jennifer, originários de um Município do Interior do Paraná, não vieram diretamente da família biológica para este Abrigo. Passaram por uma série de instituições, e estas sucessivas mudanças estão presentes nas falas cotidianas dos dois, como no dia em que Jennifer me falou das alterações feitas em seu cabelo em cinco anos de internações, até chegar a esta Casa-lar: “*Com quatro anos, meu cabelo era assim, pela cintura, daí eu fui para o Conselho Tutelar e a Casa de Passagem, daí eles cortaram assim (demarcando o meio das costas), daí, eu fui para uma casa-lar e eles cortaram assim (na altura dos ombros), daí, passaram dois anos, e ele já tinha crescido assim (um pouco abaixo dos ombros), eu fui para mais uma outra casa, e daí cortaram assim, desse jeito que está agora!*”.

De trânsito em trânsito, os irmãos finalmente se encontram juntos na Casa-lar. Mas, para que isso se torne um fato sem alteração até a maioridade de Lucas, será preciso que a Instituição altere seu Estatuto de Fundação, para que seja possível manter um garoto com mais de doze anos residindo ali, já que, a princípio, seu objetivo era abrigar crianças entre zero e 12 anos. Sem isso, Lucas precisará transitar outra vez para um novo Abrigo.

Esse transitar constante, no entanto, é curiosamente estático, pois, destituído e apto para a adoção, Lucas não possui grandes possibilidades de sair por essa via. Neste momento, sua chance de saída é mesmo a idade, mas, se isso acontecer, sua irmã Jeniffer ficará para trás. Tal qual a cegueira branca de Saramago, o trânsito estático de Lucas é um paradoxo. Partindo e chegando sempre, falta-lhe um local de estada, no mesmo compasso que seu movimento é ausente de um destino previsto, ao menos nos moldes do ‘idealmente esperado’.

Rodolfo: a falta de trânsito, o ‘sucesso’ e a quebra do paradigma do *dever cumprido*.

A Fundação é uma instituição de abrigamento em vias de completar 20 anos de existência. Analisando o histórico de seus internos, percebe-se que o tempo médio de estadia é de cerca de 06 anos, e, em função disto, a instituição pauta-se pela idéia de que a adoção é uma ocorrência quase improvável. Baseada nesta premissa, sua proposta é prover este indivíduo de subsídios para que possa ter condições de uma inserção social mais tranqüila, independente do apoio da família ausente:

Hugo (ex-Administrador do abrigo) – A gente tem um trabalho de investir na criança. Tem vários lugares que tem um ou outro tipo de curso, mas como nós, que tem música, dança, reforço escolar, inglês, isso não tem. Porque a gente sabe que elas vão ficar muito tempo lá.(...) Olha, eu não sei. A lei fala em adoção, que tem de privilegiar a adoção, mas eu não sei até que ponto. Eu acho que tem é de investir na formação. Antes, anos atrás, a gente tinha um diretor, que tinha uma política que era assim, de pegar mesmo as crianças que não tinham ainda destituição do pátrio poder, que ia demorar para a DPF sair, ou talvez nem saísse. Ou seja, criança que ia passar mesmo muito tempo para proporcionar uma boa formação. Tivemos vários meninos que entraram aí com 3, 4 aninhos, e saíram com 18 anos, mas já com emprego, e um dinheirinho no bolso. Tem instituições que pegam os meninos, fica aí dois, três meses, e daí vai embora, mas eu já acho que existem outras prioridades. O que foi que ensinaram para a criança? Ajudou de algum modo?

Abrigado desde os 02 anos de idade, Rodolfo é um ícone representativo desta fala do Administrador. Ele e seus dois irmãos mais novos, Roberto e Valdir, hoje com 16 e 14 anos, foram afastados de sua família em função de pobreza. São destituídos, mas nunca chegaram a ser adotados. Residentes antigos do abrigo, além de serem conhecidos por todos, são sempre reportados com carinho pelos funcionários da Instituição:

“Nossa! O Rodolfo, eu que ajudei a alfabetizar. Agora está aí: um ‘homão’!!! Ele nunca me deu trabalho. Aliás, nunca deu trabalho para ninguém. Um garoto tímido, mas muito sério, trabalhador. E os irmãos dele vão no mesmo rumo. Assim, o Valdir é mais bagunceirinho, mas tira sempre nota boa!” (Regina, professora de reforço da classe de 1ª e 2ª série).

Como já dito, está claro que os próprios internos percebem sua condição de inadotabilidade, e isto muda suas perspectivas com relação à saída, que eles têm consciência que se dará na chegada da maioridade. Desse modo, o abrigo é o seu espaço de referência, da onde devem partir para a sociedade. A dificuldade, neste caso, é que a Instituição não se coloca como responsável pelo egresso após a sua saída. Inexiste, neste sentido, um para retornar; sequer há uma perspectiva concreta de retorno.

Em outubro de 2008, Rodolfo fez 18 anos. Nesta ocasião, aconteceu a festa de Halloween na Fundação e também a comemoração dos aniversários do trimestre, mas ele não se juntou à mesa dos aniversariantes na hora dos parabéns. Pouco antes, quando estávamos ainda decorando a churrasqueira com caveiras e aranhas para a festa de logo mais, Fabiana, a psicóloga da instituição, juntamente com Hugo, o administrador, realizaram neste ínterim uma passagem pelas casas para avisar da festa e também para dar um comunicado importante nas casas dos adolescentes.

As visitas foram tranqüilas nas casas das crianças, nas quais tratou-se, basicamente, sobre a distribuição dos doces e outras trivialidades. Mas o clima tornou-se triste na visita feita à casa dos adolescentes. Fabiana avisava-lhes que, pelas regras da instituição, Rodolfo teria de deixar o abrigo na semana seguinte. Nesse momento, os seus irmos o abraçaram, e logo estes foram abraçados pelos demais garotos, alguns dos quais tentavam conter as lágrimas. Zenilda, a mãe social desta casa chorava abertamente, e segredou-me: *“Oito anos esse menino aqui nesta casa comigo, professora! Oito anos!”*

A continuidade do comunicado, porém, amainou o momento de tristeza: a Instituição acabava de efetivar a compra de um apartamento no centro de Curitiba, que seria reformado e transformado em um albergue, onde residirão aqueles que acabarem de fazer 18 anos, por um tempo até terem maior estrutura se virarem sozinhos. Em função disso, Rodolfo poderia ficar na Fundação até a conclusão da reforma do apartamento, o qual seria dividido com outros cinco jovens em vias de atingir a maioridade.

Considerada a melhor instituição de abrigamento da região de Curitiba, a Fundação conta com um extenso programa de atividades extracurriculares para seus abrigados. Há um coral de crianças, aulas de música e dança, reforço escolar geral e reforço concentrado nas disciplinas de matemática e inglês, aulas de futebol, equitação e recentemente a instituição também passou a contar com musicoterapia. Essas atividades todas se encaixam no projeto da instituição de preparar seus internos para uma inserção social mais tranqüila por ocasião de seu desabrigamento.

Mas, diante de uma ‘história de sucesso’ como a de Rodolfo, o abrigo não sente ter completado o seu trabalho ao entregar para a sociedade um garoto de 18 anos com bom desempenho educacional, empregado e conhecedor de música. O seu excelente desempenho em todas as atividades, o seu bom comportamento e o fato de estar ali quase desde a inauguração da Instituição, exigiram que para ele e outros abrigados fossem criadas novas estratégias, visando acompanhar os egressos de instituições não apenas ao seio da experiência do abrigamento, mas também no contexto de sua saída.

Em casos como o de Rodolfo, é possível perceber outro ponto da teoria sugerida por Goffman, na qual um indivíduo ‘consciente’ de seu estigma, age sem se importar necessariamente com seu peso. Na medida em que um indivíduo não consegue viver ou mesmo representar aquilo que é esperado socialmente, isto não precisa necessariamente se tornar um problema pessoal a este sujeito; o efeito pode ser justo o inverso. Nesta perspectiva, ao dar pouca importância ao fato de estar abrigado desde a mais tenra idade, e adotar uma meta de ‘aproveitar as chances’ oferecidas os três irmãos acabaram por ter um desempenho acima da média geral, e tornaram-se notáveis dentro de sua comunidade, a ponto de sua saída ser motivo de apreensão.

Para a instituição, Rodolfo é um excelente garoto, com excelentes perspectivas de ‘ter sucesso’ em sua vida exterior, mas, do ponto de vista do grupo externo, ele é desacreditável, pela simples razão de ser egresso de uma instituição, e a revelação desta situação perante os estabelecidos (ELIAS, 2000) pode colocar em risco todo o seu bom desempenho.

“Nunca vou esquecer o dia em que uma jornalista, colega de trabalho, veio me perguntar que crime eu tinha cometido para ter crescido na Febem. Ninguém pensa que você pode estar lá por ter nascido em uma família problemática, ou por ser órfão”. (José Rocha).

A situação de Rodolfo, onde existe uma preocupação institucional com a maneira como se dará a saída do interno contrasta com as histórias que marcam a geração de Wilson dos Santos e José Rocha, ex-internos de unidades da Febem.

“Eu fui preso no mesmo dia em que saí do Abrigo! E olha só: eu não tinha um endereço para indicar para a polícia! (...) Assim, na verdade, minha saída era para ser algo simples, tipo quando completa-se 18 anos iria sair obrigatoriamente para morar sozinho. Na época na tinha nenhum apoio em termos de presença do orfanato, ajudavam arrumar o emprego, arrumavam uma pensão e tchau. Daí eu fui para a rua e nem bem saí, já tava preso. Fracasso total!” (Wilson dos Santos).

“Não tinha nenhum tipo de auxílio da parte da instituição. Alguns tinham madrinhos, que depositavam uma poupança, daí saíam com algum dinheirinho, mas outros, era só o portão fechando atrás das nossas costas. Teve amigos meus que foram morar na rua, tem um que até hoje tem um barraco nas proximidades do orfanato. Não consegue se desligar. Para onde é que o cara vai? O único lugar que ele tinha para viver era aquele, o único lugar que ele conheceu. Bom ou mau, foi ali que ele morou a vida toda. E de repente é ir embora? Isso dá um nó na cabeça da gente.” (José Rocha)

Um número cada vez maior de instituições vem adotando programas de acompanhamento aos seus egressos, baseada na necessidade de estabelecimento de uma rede de apoio para os mesmos, e que possa prover de cuidados esses indivíduos que foram afastados de suas famílias originárias e colocados sob a guarda e tutela do Estado. Se esta rede não pode ser imaginada como permanente, ela se propõe a auxiliar o indivíduo naqueles que são apontados como os ‘anos críticos’: Os cinco primeiros anos depois da desinternação são considerados de alto risco para o ex-abrigado envolver-se em crimes, no que se designa como ‘síndrome da reinternação’ (SILVA, 1997), onde esta estada prolongada provocaria uma fobia da saída, e provocaria no interno a

necessidade de retornar a um ambiente parecido com aquele que lhe é conhecido para se sentir confortável.

Desta necessidade de se re-institucionalizar derivaria a grande incidência de prisões dos egressos de instituições de abrigamento. Tratar-se-ia, portanto, de uma necessidade de segurança, de retornar a um tipo de ambiente que lhe é conhecido⁸⁴. “Não é de surpreender que parte significativa deles tivesse o destino que teve” (p. 118), diz Roberto Silva, ele próprio, egresso de Instituição.

Um caso paradigmático é o do jovem Cleonder Evangelista, autor do livro “Luz no Fim do Túnel: a história de sucesso de um ex-interno da Febem” (2004). Sua história, narra como ele, tendo sido recolhido a uma unidade correcional, conseguira se desvencilhar desse passado. Tendo cumprido o tempo de internamento pela infração cometida, o rapaz se reintegrava à sociedade, passando com sucesso no vestibular para Direito, e sendo o precursor de um programa pioneiro de parceria entre Universidade Paulista-UNIP, a Febem e a Secretaria de Educação de São Paulo, no sentido de acompanhar e prove-lo do apoio necessário, bem como de divulgar sua história para o grande público, como um sinal de esperança para garotos passando por situações parecidas.

Com o livro, Cleonder entrou na galeria de egressos de Instituições a escrever livros sobre seu ‘sucesso’. Sua história era inspiradora para outros jovens em contextos semelhantes. Mas, numa trágica reviravolta, o acadêmico de Direito morreu no ano de 2005, após ter sido preso novamente acusado de latrocínio. Faleceu na cadeia antes de conseguir provar a alegada inocência. Conforme comentou Ariel de Castro Alves, do Movimento Nacional de Direitos Humanos: “trata-se de uma morte trágica, um símbolo do destino dos ex-internos da FEBEM: a cadeia ou o cemitério.” (*Jornal da Tarde*, 15/11/2005).

⁸⁴ É importante citar o profícuo trabalho de Silmara Aparecida Quintino e Pedro Rodolfo B. de Morais (2005), a respeito das crianças filhas de presidiárias que permanecem junto às mães em creche localizada dentro do presídio. Nessa situação, segundo os autores, ocorreria uma situação análoga à apontada por Roberto Silva, em que haveria um alto índice de criminalidade entre esses indivíduos que cresceram nesse ambiente da prisão, não por uma ‘tendência natural’ ao crime, mas como necessidade de retorno a um ambiente que já é conhecido, e, por isso, provedor de uma segurança que se deseja obter de volta.

Tragicamente semelhante é a história de Herzer, autor do livro “Queda para o Alto”. Escritor e poeta, o jovem Herzer se suicidou⁸⁵ cerca de dois anos após deixar a FEBEM, por não ter conseguido assumir um cargo público. Era transgênero, e seus documentos com nome feminino não foram aceitos pelo órgão empregador.

Conforme dito por Ana, uma ex-monitora da Fundação: “*O problema é que alguns deles saem da instituição, mas levam ela junto.*” (sic) Carregar consigo a instituição é uma metáfora de uma condição complexa. É carregar um índice de incompatibilidade, de inadequação, que impediria um ajuste com o mundo exterior.

FONSECA, ALLEBRANDT e ALHLERT (2009), em um estudo sobre um programa de apoio a jovens egressos de instituições no Rio Grande do Sul, mencionam que ‘a queda’ (ser preso, engravidar, envolver-se com drogas), é uma circunstância percebida entre os egressos sem grande espanto. Cair, para eles, é bem mais comum do que obter sucesso, sobretudo nos primeiros anos que se seguem à saída.

Ressalte-se outra vez que Rodolfo não cresceu em uma unidade da Febem, mas numa Instituição modelo. Apesar de vinte anos passados da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, e do esforço atual de se afastar do modelo de internação das FEBEMs, poucos estudos foram realizados com egressos de instituições, que possam trazer à tona as características que eventualmente diferenciem o ‘momento de saída’ de quem cresceu num Abrigo pós-ECA.

Talvez por essa razão, os cuidados com respeito a este ‘momento de saída’ dos internos permaneçam. O oferecimento de um Albergue, no qual Rodolfo residirá por um tempo na companhia de outros jovens que são oriundos do mesmo ambiente, acredita-se, propiciará um processo de desinstitucionalização gradativa e menos traumática, na expectativa de que, como tem feito desde sempre, o garoto novamente ‘aproveite a chance’, siga sendo exemplo, e consiga se manter estruturado.

1.3. Fugas, como interpretá-las?

Na manhã de quinta-feira que sucedeu ao feriado do Dia das Crianças, na qual os moradores da Casa-lar estiveram em minha casa para um almoço e algumas atividades recreativas, cheguei cedo à Instituição, como de costume. As meninas já estavam todas

⁸⁵ Na Ucrânia, onde a desinstitucionalização se dá aos 16 anos, dados apontam que 15% dos egressos comete suicídio nos primeiros 02 anos fora da Instituição, enquanto 75% se envolve com criminalidade, drogas, ou prostituição.

sentadas na mesa para as lições do dia. Raquel, de seis anos, que neste dia também estava na mesa por ter lição de casa, comentou:

- Tia, você nem sabe, os meninos fugiram. Com a mãe deles! Os doidos...

Seu comentário capturou toda a minha atenção:

- Como é? – perguntei.

- Foi, tia! – Jeniffer juntou-se à conversa – O Fabricinho e os gêmeos! Eles foram passar o final de semana com a mãe, daí ela fugiu com eles.

Foi a partir dessa conversa que tive conhecimento do acontecimento recente, o qual causou comoção e perplexidade entre todas as pessoas ligadas aos moradores da Casa-Lar. No fim de semana seguinte ao feriado de Dia das Crianças de 2009, os irmãos Fabrício, 09 anos, Kelly e Julinho, gêmeos de 05 anos, foram para a casa da mãe biológica, como de costume há algum tempo, como parte do processo de reintegração à família de origem pelo qual estavam passando. O combinado era que, na segunda-feira, eles fossem levados à escola por ela. Mas as crianças não apareceram.

Somente na tarde deste dia, quando a direção da escola ligou para a Casa-lar inquirindo sobre a ausência não justificada dos três, soube-se que em algum momento do final de semana a mãe havia fugido com os filhos.

- É, uma doida! – Raquel novamente se manifestava – Agora ela não vai ver eles nunca mais...

- Verdade. E ela já estava para ficar com eles de vez, tia. Estavam indo nos finais de semana. Maluquice, hein, tia? Porque agora, se encontrarem, ela por certo nem vai poder ver os três nunca mais!

- Isso *se* encontrarem eles, né? – Laís comentou, enquanto aparentemente procurava se concentrar na sua lição.

- Mas se a ‘puíça’ (polícia) ‘tá atrás deles! – Raquel teimava que eles seriam pegos.

- Mas nem sabem para onde eles foram, e quando... – Laís agora procurava chamar minha atenção para a sua teoria. – Tia, se eles foram no sábado, e só descobriram na segunda... Já não podem estar bem longe?

- Com certeza. – A lógica da menina era mesmo correta.

- A ‘puíça’ vai atrás até pegar. E daí ela vai ser presa. E eles vão voltar... – a pequena ainda insistia.

– Raquel, eu acho que se eles forem pegos, eles não voltam para cá coisa nenhuma. E agora trata de fazer tua lição, que a gente está aqui para isso! – Laís emendou, encerrando o assunto da irmãzinha, que ainda ficou resmungando baixinho que a mãe dos meninos era maluca. Raquel se mostrava especialmente triste com a fuga, porque Kelly, de 05 anos, era a sua melhor amiga dentro da casa. As duas estavam sempre juntas, e agora, talvez nunca mais voltem a se ver.

Mais tarde, Sandra apareceu e me cumprimentou:

- Oi, professora!

- Oi, tudo bem?

- Tudo bem sim. Quer dizer, em termos, ‘né minha filha?! Já ficou sabendo da novidade?

- Sim, as meninas me falaram... Que situação!

- Minha filha, nem me fale! Graças a Deus que eles fugiram lá da casa dela... pelo menos isso. Porque senão, além da tristeza, a gente ainda ia ser responsabilizado. Pense!

- Nossa, e as meninas me disseram que eles estavam para voltar com ela...

- Pois então! Quem é que vai entender? Passaram quase um ano abrigados. Daí tudo certinho, visita na Vara, depois passando o fim de semana em casa... Tudo bonitinho, de repente a mulher se afoba e foge. Como entender uma coisa dessas?

A pergunta de Sandra me perseguiu durante bastante tempo. “*Como entender uma coisa dessas?*” Não creio que exista uma resposta fácil. A Casa-lar, recém inaugurada, vivia naquele momento sua primeira situação de crise. Ao menos, uma crise que não podia ser gerida dentro de seus limites.

Duas fugas aconteceram na Fundação durante a minha pesquisa. A primeira foi a de Letícia, já comentada aqui, que fugiu para tentar encontrar-se com sua mãe aprisionada por envolvimento com tráfico de drogas. Ela fugiu sozinha, deixando para trás seus três irmãos também residentes na Instituição.

A segunda fuga foi do grupo de irmãos Luciana, 15 anos, Elisa, 10 e Bruna, de oito. Foi uma ação orquestrada em conjunto com os outros quatro irmãos residentes na Casa de Passagem do Município vizinho. A forma utilizada para combinarem essa ação até hoje não ficou muito claramente explicada⁸⁶.

Enquanto que na fuga coletiva das irmãs, a surpresa foi mais derivada da articulação de todo o grupo de irmãos para fugirem e se reunirem mais tarde, a fuga de Letícia, em grande medida, parecia um fato anunciado desde a sua chegada, por sua postura sempre contestadora da ordem. Sua recusa em acostumar-se com o ambiente e tornar-se parte Instituição, eram, de certo modo, já uma espécie de ‘fugir emocionalmente’ de uma realidade que ela se recusava a aceitar.

Letícia, de forma muito clara, recusou-se a ser assimilada neste ambiente e internaliza-lo, negando-se à tomar parte na memória coletiva, exceto como elemento de ruptura – hoje, a lembrança dela é a da menina-problema, que ‘deu trabalho’, e cuja partida é até mesmo encarada como um alívio, já que acreditavam que ela seria capaz de influenciar negativamente os demais internos. Da mesma maneira que nos demais casos de fuga acompanhados, o passado exerceu uma voz mais potente e atraente do que o presente de abrigo.

Outro detalhe de convergência é que, nos três casos, como evocado na fala de Laís, as chances de retornar ao mesmo abrigo após uma fuga são reduzidas,

⁸⁶ Sobre as duas fugas, ver maiores detalhes no capítulo quatro.

exatamente por se considerar que os fugitivos poderiam ser ‘más influências’ para os que ficaram.

E, outra vez, a pergunta de Sandra se coloca: “*Como explicar uma situação dessas?*” Sobretudo no caso das três crianças que fugiram da Casa-lar, se está diante de uma situação complexa, pois não são crianças e adolescentes que fogem sozinhos, mas uma mãe, que já estava prestes a ter a guarda dos filhos restituída, que, em um ato intempestivo, foge com eles. Essa fuga, de fato, comprometeu definitivamente o processo de retomada do poder familiar, como também foi comentado pelas crianças.

Aliás, cabe notar que um outro fator singular entre crianças e adolescentes abrigados é o seu conhecimento a respeito das ‘regras do jogo’. Isto é, é notável que mesmo alguns indivíduos bem jovens conseguem entender bem as implicações resultantes do ato de fugir. Como já dito⁸⁷, não resta dúvida que, ainda em tenra idade, os internos tomam conhecimento dos motivos de seus abrigamento e passam a interpretar o espaço do Abrigo levando isto em consideração. Suas falas são resultantes também do discurso institucional, mas não creio que sejam meras repetições da voz da Instituição. Percebe-se a introdução de reflexões pessoais que levam em consideração também suas experiências próprias.

Nas duas Instituições, nota-se que os internos tratavam a fuga como uma ‘grande burrada’ ou ‘loucura’. Isso, levando em consideração basicamente dois fatores: primeiramente, levantando as implicações disto para a situação legal dos fugitivos (Como nos comentários já citados das crianças da Casa-lar que abrem este tópico); e segundo, intuindo que a fuga, em geral, significa a transferência para outro Abrigo, o qual, muitas vezes pode ser bem pior do que o atual.

Esta segunda implicação foi bastante abordada nas reflexões dos moradores da Fundação sobre as fugas:

- ‘Mó’ (maior) doida, ela, profe! Daí agora, vai ficar lá na Casa de Passagem. Para cá não volta, não. E lá e ‘mó’ chato: nada para fazer. Isso se não mandarem ela para bem longe... porque, tipo assim... e se mandarem para longe, pensando assim ‘aqui é perto da mãe, vai fugir de novo, então tem de colocar bem longe que é para ela nem tentar de novo!’ Já pensou? (abrigado de 11 anos, falando sobre Letícia)

⁸⁷ Ver a este respeito o Capítulo Quatro, tratando do tabu que envolve o tema do parentesco.

- *Eu acho bem 'nada a ver' o que elas todas fizeram. Porque aqui a gente tem oportunidades boas. Outros lugares, não. Porque, olha só, aqui não é o melhor lugar do mundo não... Tem coisas aqui que é um pé no saco. Tem mesmo! Tem uns lances aqui que enchem... Mas também não é o pior lugar do mundo, pelo contrário!* (dito por uma abrigada de 14 anos)

- *Cara, eu penso assim. O portão lá, não tá aberto? Não fica sempre aberto? Querem ir, eles não seguram ninguém não. Daí neguinho vem com esse papo de 'vou fugir'; aí cai em cada errada...* (abrigado de 16 anos)

Quanto aos comentários de cuidadores e pessoal do Administrativo, nota-se que esses reportam a fuga como uma negação do projeto de abrigamento oferecido; seja isto a recusa do afeto, ou de enquadrar-se no conjunto de atividades propostas, as quais são consideradas 'benéficas' e necessárias para a constituição de um 'futuro estável' para estes indivíduos classificados pelo Estado como em situação de risco:

- *Não, a gente faz de um tudo! De um tudo! De um tudo para essas crianças. É dar carinho, e dar amor... e eu duvido que ela tenha feito a metade disso. E daí me fazem isso?! (Sandra, mãe social Casa-lar)*

- *Então, a Letícia está hoje na Casa de Passagem. Já fui vê-la por lá, e ela disse estar arrependida de fugir, mas para voltar para cá será preciso conversar muito, ter todo um trabalho. Tem de mostrar que realmente quer estar aqui, mudar mesmo o modo de ser. E o que ela está dizendo quando foge? Ela diz que não quer isso daqui, não é? Porque, na verdade, nossa proposta aqui é que eles tenham uma integração, que aproveitem os nossos programas, que consigam encontrar um caminho. Na Casa de Passagem, de fato, não tem nada para fazer, mas parece que há quem prefira ficar por lá, não é mesmo?! (Fabiana, psicóloga da Fundação).*

- *Eles, na verdade, são muito crianças, muito perdidos. Pensam que estão fazendo uma grande coisa fugindo, mas vão bater cabeça, ao invés de aproveitar o que temos aqui para eles. (Mariluce, gestora da Fundação).*

Destacamos o comentário de um dos abrigados que tratou do detalhe do portão da Fundação que, de fato, nunca é fechado. Lá, as saídas dos internos são limitadas à escola e compromissos específicos ou, no caso de uma saída extraordinária, esta dependerá da autorização de alguém da Administração. Uma fuga, porém, é bem

mais do que uma saída não autorizada, é uma ruptura com o Abrigo, uma tentativa de quebra definitiva do vínculo institucional.

A fuga opera, em primeira instância, como uma ‘anomalia classificatória’, um desvio para o aqueles que são visualizados como processos de saídas *normais*; quais sejam, a adoção, o retorno à família de origem, ou o partir atrelado à idade limite. Contrária a essas vias regulares de saída, a fuga é um retorno deliberado à situação pré-abrigamento, um descumprimento à ordem de afastamento dada pela Instância Judiciária.

Negando a legitimidade dessa instância decisória, os indivíduos contestam esse âmbito deliberativo externo a eles, e procuram agir em conformidade com suas próprias percepções. Porém, dado que este ato se configura numa desobediência a um poder que está acima até mesmo dos arranjos privados das Instituições, a opção da fuga é entendida como uma subversão que aos olhos da lei não pode ser aceita.

É o Estado, na pessoa de seus servidores considerados devidamente competentes para tanto, quem deve decidir se e quando os filhos podem retornar aos pais, não esses pais, muito menos as próprias crianças. Vale comentar o que aponta MODELL (1994) sobre o crucial abismo presente nesta relação entre aqueles que decidem, e os indivíduos que *têm suas vidas decididas*: Tratam-se de pessoas oriundas de classes sociais diferentes – pais pobres de crianças destituídas por juízes, promotores e assistentes sociais pertencentes à elite - o que, inclusive, gera incompreensão e incomunicabilidade de ambos os lados.

Nos três casos, a necessidade de reagrupar-se de volta a laços considerados mais concretos e efetivos do que aqueles oferecidos no interior do Abrigo se colocaram em um caráter de urgência que procurou desprezar o tempo da decisão judicial, pois, vale ressaltar⁸⁸, das três fugas, duas tinham claramente uma sinalização de retorno ao lar de origem: No caso de Letícia, ela e os seus irmãos não foram destituídos, visto que eles apenas aguardariam na Instituição que a mãe deles cumprisse os quatro anos de pena a que fora condenada. Já os três irmãos abrigados na Casa-lar que fugiram com a mãe, embora não houvesse um prazo estabelecido para a decisão definitiva quanto a seu retorno, o fato de passaram os finais de semana na casa da mãe biológica era uma etapa final para que se desse a reintegração através de sentença judicial.

⁸⁸ Não cabe aqui ‘julgar’ a correção ou não das fugas, senão assinalamos que, ao menos no caso de Fabrício, Kelly e Julinho, o ato colocou efetivamente em risco a possibilidade de retorno.

Importa retomar o já dito anteriormente: é pela incorporação e assimilação que a Instituição se torna legítima, tanto no contexto coletivo, como na esfera do reconhecimento individual de seus abrigados, os quais mesmo sabendo que “o portão está sempre aberto”, entendem como a melhor opção para eles é permanecer do lado de dentro.

3. OS RETORNOS

O peso formidável: *E se um dia ou uma noite um demônio se esgueirasse em tua mais solitária solidão e te dissesse: "Esta vida, assim como tu vives agora e como a viveste, terás de vivê-la ainda uma vez e ainda inúmeras vezes: e não haverá nela nada de novo, cada dor e cada prazer e cada pensamento e suspiro e tudo o que há de indivisivelmente pequeno e de grande em tua vida há de te retornar, e tudo na mesma ordem e seqüência - e do mesmo modo esta aranha e este luar entre as árvores, e do mesmo modo este instante e eu próprio. A eterna ampulheta da existência será sempre virada outra vez - e tu com ela, poeirinha da poeira!". Não te lançarias ao chão e rangerias os dentes e amaldiçoarias o demônio que te falasse assim? Ou viveste alguma vez um instante descomunal, em que lhe responderias: "Tu és um deus e nunca ouvi nada mais divino!" Se esse pensamento adquirisse poder sobre ti, assim como tu és, ele te transformaria e talvez te triturasse: a pergunta diante de tudo e de cada coisa: "Quero isto ainda uma vez e inúmeras vezes?" pesaria como o mais pesado dos pesos sobre o teu agir! Ou, então, como terias de ficar de bem contigo e mesmo com a vida, para não desejar nada mais do que essa última, eterna confirmação e chancela?"*

Friedrick Nietzsche, Aforismo 341, A Gaia Ciência, 1882.

No aforismo acima, Nietzsche propõe aquela que ele próprio viria a classificar como ‘a mais aterradora de suas idéias’. Embora ao longo de seus escritos anteriores esse conceito já tenha sido pincelado, é no livro A Gaia Ciência, publicado em 1882, que ele definitivamente trata do “Eterno Retorno”. Trata-se de uma teoria peculiar de *eternidade*: não uma vida pós-morte, mas a eterna repetição da vida, em todas as suas dores, alegrias, prazeres e dissabores.

Neste movimento de eterna repetição, mesmo acontecimentos históricos de grande relevância perdem sua enormidade, já que tudo está fadado à repetição. Resta disso, no entender de Nietzsche, um peso formidável⁸⁹, pois quem poderia escolher

⁸⁹ O romancista Milan KUNDERA (1983) trata o eterno retorno como uma ‘leveza insustentável’, a qual se torna pesada exatamente por sua impossibilidade de ser mantida perpetuamente: quando as coisas se

sofrer indefinidamente as mesmas coisas? E por quanto tempo prazeres seriam sublimes, quando repetidos numa escala infinita?

A teoria de Nietzsche, no entanto, não deixa necessariamente de comportar a presença de certos nuances que particularizam as existências em sua eterna repetição, apenas pretende que elas se dêem no interior de algumas variações de uma mesma realidade, a qual também não obedece a um tempo cíclico pré-determinado. Sua idéia concentra-se, no entanto, na percepção de que criação e destruição coexistem no mesmo feixe que faz o real, onde dor e prazer são faces de uma mesma moeda.

Abrir este tópico valendo-se deste conceito filosófico de Nietzsche se faz necessário para discorrer acerca do último ponto desta etnografia: os retornos à Instituição.

Recorde-se que uma Instituição não é entendida, a princípio, como uma ‘unidade de referência’ para os seus egressos. Teoricamente, o contato com o Abrigo cessa no momento da saída, seja essa ruptura abrupta ou realizada de forma gradual. No entanto, são muitas as situações de retorno ao ambiente institucional. Mas, sob muitos aspectos, o egresso é considerado um indivíduo fadado a “retornar sempre”. Não propriamente na repetição de uma nova existência, mas no curso de um destino previamente traçado, do qual ele dificilmente poderá esquivar-se. Mais do que isso, ligado que está a esta ordem pré-estabelecida de papéis, chega-se a crer na repetição geracional, em que ele terá necessariamente de mimetizar os seus pais, assim como farão também os seus filhos.

A perspectiva de retorno a ser abordada aqui pretende extrapolar a tese de que indivíduos oriundos de ‘ambientes familiares desestruturados’ (CAMPOS, 1984 e PETROCINI, 1984) estariam fadados à repetição desta mesma condição de dificuldade de manter laços fortes e duradouros (WEBER e KOSSOBUDZKI, 1996). Tratar desse tipo de ‘repetição’ seria acolher justamente a teoria que, de saída, pareceu necessário afastar: de que um egresso de abrigo é alguém predestinado ao fracasso emocional e incapacitado perpetuamente ao estabelecimento de relações.

esvaziam de seu sentido, e deixam de ser tratadas como um momento único, elas perdem também o conceito de fugacidade e de nostalgia. Neste sentido, todo esforço humano ao curso de sua vida passa a ser tão irreal quanto insignificante, embora seja livre e carregado dessa leveza que o retorno lhe propicia.

Outra possibilidade, sobre a qual já escreveu SILVA (1997) é a reinstitucionalização, que pode inclusive se dar através da criminalidade, cujos índices entre egressos de Unidades da FEBEM, segundo seu estudo, são efetivamente grandes. Porém, embora sua tese seja de relevância inegável, temos que ela padece do mesmo perigo já apontado acima: enclausurar os egressos de Abrigos em uma seqüência de acontecimentos já traçada e que aponta para o eminente fracasso. E, mais do que isso, é estabelecer um nexos causal determinista demais acerca do fato de uma pessoa tornar-se criminosa – um raciocínio que geraria uma falácia do tipo ‘é criminoso todo aquele que cresce longe da família’. Isso referenda uma teoria por demais reificada, para ser ainda outra vez ratificada. Vale ressaltar, ainda, que SILVA concentrou seu esforço analítico em um tipo de Instituição específico (as unidades da FEBEM), em uma época também específica (as Décadas de 1960 e 70), de modo que seus números não podem ser tomados como determinantes para o conjunto total dos egressos de Instituições de Abrigamento da atualidade, sob a égide de um novo ordenamento jurídico.

Uma repetição assim tão marcada e sem escapatória, como na teoria de Nietzsche, anula a possibilidade até mesmo de lamentação por seus destinos, pois como lamentar aquilo que é o correr ‘natural’ de suas existências? Ora, o que se poderia lastimar da vida de um indivíduo que, crescendo numa Instituição, ao sair de lá ingressa na criminalidade, ou não consegue ser um ‘bom pai’, se manter no emprego, etc., se, para uma infinidade de teorias, ele está justamente desempenhando o seu papel de desajustado, aquele que lhe foi reservado desde sempre?

Ao longo desta pesquisa, percebeu-se que, não é apenas pela ‘repetição de comportamentos’ que os retornos se dão. Na verdade, são muitas as maneiras de realizar essa volta, que, por vezes, se dá de forma efetiva, física, com a reinserção do egresso no ambiente do Abrigo. Relembre-se que uma Instituição não é entendida como um lar, nem é considerado efetivamente ‘casa paterna’, porque a teoria dominante lhe nega a condição de gerador de laços de parentesco. Não obstante, de muitas maneiras, os egressos retornam.

Passaremos a tratar destas possibilidades de retorno, as quais parecem girar dentro do eixo comum da retomada de uma memória construída nas vivências que se desenrolam ao longo do tempo de permanência.

Seguiremos, neste percurso de volta, os relatos de egressos de Instituição, sobretudo aqueles que foram entrevistados no curso desta pesquisa, e, além destes, tomaremos depoimentos e os relatos biográficos, os quais também se apresentam como uma forma particular de retornar.

Resgates de memória

Retomemos aqui a questão da memória. Se no capítulo terceiro tratamos da memória que se perde através do ingresso no ambiente institucional, importa considerar a adição e constituição de uma nova memória, inerente ao tempo do abrigo. Novas relações se fazem, outras, se perdem: Ao curso do abrigo, cuidadores são substituídos, crianças chegam e partem; irmãos, às vezes, são separados.

Um percurso de memória nem sempre precisa ou pode ser físico. Há territórios de lembranças compartilhadas que podem ser acionadas em uma conversa, ou através de um site de relacionamento como o Orkut, onde encontramos comunidades de egressos de instituições, que recuperam partes deste passado partilhado, o qual tanto pode tratar de lembranças mais leves, tais como as músicas entoadas, ou referir-se a surras, castigos e privações pelas quais passaram:

MÚSICAS ENTOADAS ANTES DAS REFEIÇÕES. Alguém lembra de alguma música que cantávamos antes das refeições?
músicas... Oi R(...), td bem? Um abraço a ti!!Me lembro de várias!!!! Vai uma... "Deus criou os peixes, e pos os a nadar, Deus criou os peixes, para o lindo mar. Como brincam nágua até o fundo vão.. como brincam nágua sem cuidado eles vão.. Uns são pequeninos, outros são grandão, uns são delgadinhos, outros gorduchão... como brincam nágua até o fundo vão... como brincam nágua sem cuidado eles vão!!!" outra: "O caminho é Jesus, a verdade é Jesus, minha vida é Jesus! Ele é meu, meu, meu!!!!!"
Que barato Recordo dessas músicas...
E a oração antes das refeições? muito obrigado papai do céu pelo pão que vou comer agradeço ó senhor para nos satisfazer..alguém se lembra?

1957 a 1965

Pois é meninas, como vêem, sou da segunda época do Lar (...).

Diretoras:

- D. M(...) – terrível

- D. G (...) - ficaram até mudarmos (...) e a quem devo toda educação e formação moral que possuo. Infelizmente, as duas já partiram.

Na minha época era difícil: tomávamos 2 banhos por semana de canequinha; quando ficávamos mocinhas podíamos lavar nossa roupa uma vez por semana; dormíamos às 18hs (com as galinhas, comentávamos) e levantávamos às 6 da manhã; tomávamos leite com chá e comíamos pão com mel ou "pastel de vento"; comíamos um monte de fruta, pasta de dente... (Só por Deus!!0 tínhamos cultinhos todos os dias à noite; apanhávamos da tal da D(...) que era má e ajudava a direção (hoje entendo que se não houvesse essa dita cuja a coisa pegava fogo); as aulas eram dentro do próprio lar e bordávamos todas as tardes (até hoje sei bordar, costurar, etc.);

Adorávamos o "João da Bala": um homem sensacional, que está vivo até hoje, e que, quando aparecia para nos visitar, trazer balas e fazer bagunças com a gente, era uma festa só. Já contei prá ele, recentemente, que ele não tem noção da alegria que nos proporcionou durante aqueles anos. (...) Em 1965 sai do Lar com 15 anos de idade, o que era raro, pois naquela época, só poderíamos sair aos 18 anos. Com todo sofrimento longe de família e vivendo mais de 10 anos lá dentro, posso dizer que conheci a Deus de verdade e que sou gente e vencedora, graças às pessoas que dedicaram anos de suas vidas para cuidarem de nós.

mais lembranças

não tínhamos nenhum brinquedo...nada de balanças, escorreadores, bonecas, etc. Fazíamos bonequinhas de pano (desfiávamos uma parte do pano para fazermos o cabelinho) e fazíamos crochê com tiras das vassouras de palha. Como éramos criativas! (...) Lembro de cada detalhe vivido por lá. Infelizmente uma empresa comprou tudo por lá e derrubou o nosso lar. Gostaria tanto de voltar e rever nossa casa.

EX INTERNA DO ORFANATO.

Amiga, que ótima idéia sua! Que grata surpresa me deparar com fotos e historia de vida das minhas amadas irmãs de infância e adolescência. Chorei de emoção e aquela noite não dormi. Tentei mandar mensagem mas o computador com defeito me impediu de fazê-lo. De algumas internas me lembro bem, de outras nem tanto infelizmente, mas perdoe a cabeça já cansada e profundamente emocionada. Fiquei pasma com algumas historias de surras e castigos que li nos depoimentos isso tudo estava bloqueado em algum lugar do meu subconsciente, acho que não queria me lembrar. Aquela gente não estava preparada para ocupar um cargo de tamanha responsabilidade. Prefiro me lembrar de pessoas amadas (...)

(Trechos de conversas em comunidades criadas por ex-internos de Instituições no site de relacionamentos Orkut)

HALBWACHS (2004a) propõe que a memória coletiva se faz da reunião dos recortes de lembranças individuais que vão preenchendo as lacunas com depoimentos e opiniões dos outros, até chegar a um conjunto mais ou menos definido daquilo que ‘todos se lembram’. Assim, não nos lembramos apenas baseados em nossas recordações próprias, mas também através da confrontação com as impressões de terceiros.

O mesmo autor, em outra obra (2004b), reporta ao fato de que o passado ao qual se retorna é sempre repleto de idealização, e de recordações nem sempre conectadas com a realidade. Com isso, retornar implica esquecer parte do que de fato

aconteceu, na perspectiva de encontrar uma memória que não é necessariamente um resgate do passado, mas uma conexão com a percepção de nossa mente, e com a de outros indivíduos que tenham vivido as mesmas experiências.

Neste conjunto de resgate e produção, certas memórias serão mais vívidas que outras. Alguns personagens serão inesquecíveis, seja por sua crueldade, seja por seu carinho. Árvores que davam frutos, surras, cores de determinados ambientes poderão ser lembrados vividamente; rituais, tais como uma oração repetitiva, ou canções a serem cantadas em dadas horas do dia, são fios de uma memória que compõe o conjunto da vivência coletivizada, que, no dizer de HALBWACHS (2004a, p. 128), é, em certa medida, despersonalizada: “O tempo onde viveu o grupo é um meio semi-despersonalizado, em que podemos assinalar o lugar de mais de um acontecimento passado, porque cada um deles tem uma significação em relação ao conjunto. É essa significação que encontramos no conjunto, e este se conserva porque sua realidade não se confunde com as imagens particulares e passageiras que o atravessa”.

Importa notar que a vivência institucional é sempre recortada não só por imagens particulares, como de peculiaridades inerentes aos grupos residentes em cada período: a troca de um diretor, dos cuidadores, dos próprios internos, faz com que mudanças ocorram durante a época da permanência. Assim, se a estrutura é dada como coletivizante, cada período de permanência de um grupo de internos detém algumas características individuais, de modo que, mesmo lançando olhos para uma mesma instituição, haverão lembranças partilhadas por um único grupo, e ignoradas pelos que vieram antes ou depois dele. Mais do que isso, cada grupo dentro de um conjunto especial, tem o seu próprio arcabouço de memória, que o faz durável, mesmo quando desaparecido e irrecuperável – seja pela morte deste ou daquele indivíduo, pelo lar que foi derrubado pela empresa que comprou o terreno, ou pelo próprio envelhecimento daqueles que foram crianças um dia.

Há aqui que se considerar também um outro prisma da memória, que é exatamente a sua ausência. E, neste sentido, o *resgate* de uma história se torna ainda mais complexo, já que pode versar sobre um território que já não encontra mais o alicerce das lembranças coletivas, havidas no interior da Instituição, mas tenta reportar-se ao período anterior a esse ingresso, na tentativa de reconstruir linhas de parentesco, e a própria história de vida dos abrigados, freqüentemente perdida pela ausência de informações precisas.

Quando mais cedo são colocados na Instituição, pressupõe-se que menor índice de conhecimento de suas histórias progressas será possível. Assim, se, como já dito, o indivíduo que chega mais velho ao Abrigo é afetado pelo processo de ruptura com suas ligações emocionais com pessoas, posses e lugares que devem ser deixados para trás, por outro lado, aqueles que são abrigados ainda muito jovens terão mais facilidade de integrarem-se, mas, em certa medida, a falta de lembrança de um tempo ‘anterior’, pode tornar-se uma busca obsessiva, não por respostas, ou explicações, mas por uma história, a sua própria.

Percebe-se que o recuperar de certa linha mínima de memória, através da qual possam traçar um percurso de história de vida é uma necessidade urgente. Essa busca, não é necessariamente de *respostas* acerca dos motivos do abrigamento, mas da condição de atar os fios soltos em torno de sua biografia. Vejamos aqui como isto se apresenta através de alguns depoimentos colhidos em uma série de meios:

“Então, eu queria ir lá para saber se eles têm informação sobre meus irmãos, sobre meu pai. Pra saber o que é feito deles. Se estão abrigados em outro lugar. (...) É que assim, minha mãe morreu, daí meu pai colocou a gente no abrigo, daí, meus irmãos foram transferidos e eu fiquei. Depois, eu fui adotada pela minha mãe que era voluntária lá. E assim, minha mãe não quer nem ouvir falar de eu ir saber do meu pai. Ela tem medo! Na verdade, eu quero ir atrás dele nem é para saber de nada. Não quero, tipo, que ele me diga por que deu a gente. Só para ver mesmo como ele tá, saber mais sobre mim mesma, sobre meus irmãos. (...) Queria saber, mas tenho de esperar 18 anos, porque por enquanto minha mãe não deixa e eu não quero magoá-la” (Depoimento de L, de 16 anos, entrevistada por mim em julho de 2008).

“Tal fato pronunciou o caminho que, doravante, eu teria de seguir: as informações referentes à minha identidade e à minha história de vida, a descoberta do eu, o desenvolvimento de uma consciência e a construção de minha própria identidade dar-se-iam, daí por diante, sempre vivendo, explorando e pesquisando os níveis mais baixos e mais elementares da condição humana(...)”. (SILVA, 1991, p. 19)

“Xedé, talvez nem mesmo aquela história de que você é descendente de uma índia guarani seja verdade, ou seus pais são do Mato Grosso”. (Trecho de ‘Brincar de Ser Feliz’, de José Ribeiro Rocha, onde uma assistente social da Instituição onde ele morou relativiza algumas das poucas informações que ele possui sobre sua história de vida).

Ex-interno de abrigos encontra pedaços da própria história: Bombeiro de nome inventado e pais adotados sempre relutou em contar a verdade sobre seu passado em abrigos para menores. Ao lado dos filhos, ele hoje vive a alegria de ter uma família completa.

Salas repletas de caixas, pastas, fichas, papéis, poeira e lembranças. O Arquivo História Viva, da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), já reuniu mais de 120 mil

prontuários de crianças que passaram por orfanatos no Rio de Janeiro.

Em algumas pastas, o que se descobre é muito pouco, quase nada. Um exemplo é o prontuário do menino Julio César, entregue em um abrigo em 1970 com mais ou menos 2 anos de idade. Não se sabia o sobrenome dele, nem o nome dos pais, nem a data de nascimento. Na página 14, está escrito que "durante o tempo em que Julio esteve nos educandários daquela rede, nunca foi procurado por ninguém".

"Eu confesso que toda vez que eu pegava minha certidão de nascimento, sabia que aquilo não era real", diz Julio César dos Santos, que hoje é bombeiro. Ele sabe que é tudo inventado. Uma história de vida que ele mesmo criou para fugir das perguntas que o atormentavam. "Quem são as pessoas que eu nunca tive oportunidade de ver? Será que é verdade mesmo que a minha mãe me deixou?", conta.

Alguns pedaços de sua história, ele só foi encontrar na FIA depois de quase 40 anos. Foi quando soube que a mãe o deixou com uma mulher em um endereço no Rio de Janeiro. Quatro meses depois, ele foi entregue a um abrigo. Foi ali que Julio César pediu a uma assistente social algo que todo mundo tinha. "Eu tenho que ter o nome de uma mãe, um sobrenome", lembra.

A solução veio quando um juiz deu autorização para alterar o registro do menino. E aí perguntaram qual o nome que ele gostaria de dar à mãe. "Se você quiser, pode pensar e resolver. E veja também um sobrenome que possa dar para você. Então, o único nome em que pensei na hora, extraíndo do meu, foi Juliana. E o sobrenome foi Santos porque quando eu era garoto, assistia muito a filmes evangélicos. Então, a palavra 'santo' se fixou na minha mente", explica.

A cada fim de semana, no horário de visitas, Julio César entrava em uma fila que até hoje ele tenta esquecer. "As crianças que recebiam a visita da família ficavam de um lado. Os condenados [como são chamados os que não têm ninguém] ficavam de outro", lembra.

Cada vez que alguém perguntava sobre a família dele, Julio César não conseguia falar a verdade. "A pessoa vai saber e eu vou perdê-la", pensava. (...)

(Trecho de reportagem "Novos Caminhos da Adoção", exibida no programa Globo Repórter em 18/09/2009)

Carmem Maria Trindade Carvalho

Eu fui adotada em 03/06/1963, e segundo a certidão sou filha legítima de Rubem Coelho Carvalho e Wilma Trindade Carvalho. Ele nascido e criado em São Jerônimo (distrito conde), ela nascida em Santana do Livramento. Se conheceram em Minas do Butiá. Ela professora, ele filho de fazendeiro. Namoraram e casaram. Em 1963 resolveram me adotar. Nunca me contaram a verdade sobre a minha vida, ou seja, onde eu nasci, nada sobre meu passado quem é minha mãe, meu pai. Já procurei nos arquivos da Santa Casa, tinha mandato judicial para abertura de arquivos. Os meus pais adotivos já faleceram. As testemunhas da minha certidão falsa também. Será que minha mãe ainda esta viva? Mora em? Onde? Porto Alegre ou exterior... Ou em outro lugar melhor... Outro lugar melhor que o abandono, outro lugar melhor que a vontade de me ver, outro lugar maior. Eu quero ir nesta busca, mas eu não sei se quero vê-la, afinal foram tantos anos, tantos mistérios eu? Só quero saber quem ela é, nome se tem filhos, se é casada, se eu tenho irmãos. Enfim saber de onde eu saí. De onde eu vim. Saber o porquê? Eu não quero contato algum com meus pais biológicos, só quero saber quem são, ou fácil descobrir a pessoa que me gerou.
carmemtrindade@uol.com.br
Fone 51 3217.9698
Porto Alegre – RS

(Um dos depoimentos postados no site 'Filhos adotivos do Brasil', destinado à busca de famílias biológicas – <http://www.filhosadotivosdobrasil.org>)

Se, conforme já mencionado, LÉVI-STRAUSS (1982) propõe o parentesco como um fato que pertence muito mais à ordem social do que aos laços tratados como

construtores de relações parentais, é empiricamente dado que os indivíduos devem ser capazes de identificar esses laços.

Outra vez tomando o percurso traçado por HALBWACHS (2004b, pp. 177-180), temos a sua proposição de que a memória familiar é um conjunto que subsiste mesmo na distância desta, como se a família fosse um componente dado e persistente de uma memória coletiva especial e particularmente resistente. Será esta a razão de uma busca tão incessante pela família biológica, mesmo quando o parentesco adotivo é considerado como capaz de suprir, ‘em tudo’, o abandono?

Seria difícil propor uma resposta abrangente para esta questão. O que nos parece é que, em certa medida, aquele a quem faltam memórias é assemelhado a um indivíduo que sofra de uma amnésia incurável, que o torna incompleto e incapaz de individuar sua existência, de responder a perguntas consideradas corriqueiras como ‘Qual o nome dos seus pais?’ Ou, quando por força de não lembrar ou não saber, conforme me confidenciou a jovem adotava que espera ansiosamente os 18 anos para descobrir algo de seu passado, se corre o risco de cometer o ‘pecado do incesto’: *“Eu tenho medo... já pensou se eu, sem saber, caso com meu irmão?!”*

"O medo sempre presente na cabeça de menino é de se apaixonar, se engrajar por uma menina que ao final é nossa própria irmã", corrobora Roberto Silva⁹⁰, que considerou por muito tempo a falta de conhecimento de sua história pessoal como motivo para não constituir uma família: "Se minha mãe era uma prostituta. Se meu pai era um ladrão, safado, sem-vergonha. Essas questões preocupam a cabeça de um menino. Então, eu não aceitava ter uma relação estável, namorar ou gerar filhos antes de ter resposta para essas coisas. Mantive a percepção que eu tive aos 16 anos como linha de conduta até os 42".

Esta amnésia é um foco de incômodo constante, pois, como aponta NIESTZCHE, (1874), é justamente a capacidade de lembrar que diferencia humanos de outras espécies animais. E, neste caso, o desconforto não está em não ser capaz de lembrar, mas de não ser capaz de acessar informações que lhe possam construir essa memória e devolver ao indivíduo sua própria história de vida.

⁹⁰ Entrevista dada ao Globo Repórter em 18/09/2009 (<http://g1.globo.com/globoreporter/0,,MUL1310215-16619,00.html>)

Não se trata aqui de uma patologia física que os impeça de lembrar, mas de um conjunto de contextos que dificulta-lhes o acesso a essas memórias: registros incompletos ou inexistentes, traumas, negativas de colaboração da Instituição, dentre outras. Sugiro que seja possível propor, neste caso, que a necessidade de ir em busca de suas histórias de vida ou, até mesmo, de às vezes traçar um percurso virtual de memória seja, talvez um dado de diferenciação efetiva entre egressos de instituição e ‘o resto dos humanos’ que se lembram.

Reencontro com os Amigos

Visita ao Lar

D.

Meninas que tal marcarmos uma visita ao Lar, seria bem interessante revermos o lugar que nos traz tanta lembrança, né!!!!!!!

C:

visita ao LBC

É, D(...), vc tem razão!!! Já estamos chegando no final do ano, e seria muito legal nos programarmos para uma visita!!! meninas, pensem nisso!!!! Dêem sugestões, acho que vai dar certo!!!! Bjos a todas e todos de nossa comunidade!!!!

10/10/08

M.

Eu adoraria visitar o lar precisaríamos comunicar a todas e ver as possibilidades de cada uma poderíamos marcar num domingo para todas irem e assim matarmos a saudades .Que não seja no segundo domingo do mês para não atrapalhar a visita das mãe será que os novos diretores nos deixaria entrar ?

D.

Então meninas, a R(...), tem o tel. do Lar, seria bom ligarmos para nos informarmos qual seria o dia mais apropriado, então marcaríamos de nos encontrar e iríamos todas juntas, que tal?????????

R.

Olá Meninas,

Entrei em contato com o Lar esta semana e fui atendida por uma moça muito simpática de nome V(...).

Ela me informou que o único dia que as meninas podem ser visitadas é no Sábado ou em dias de feriado se não houver nenhuma programação agendada.

Não sei se vocês se lembram mas dia de domingo tem igreja, escola bíblica dominical e atividades no final do dia.

O Lar atende agora cerca de 40 crianças e como o número é pequeno podemos preparar bolos, salgadinhos e comprar guloseimas para levar, garanto que a meninada vai adorar... e é permitido.

E então...vamos marcar?

P.S. Exceto dia 15 e 29 de Novembro, tenho que comparecer a dois casamentos.

R.

Que tal no dia 08 de Novembro pela manhã...

D.

Será que podemos deixar para o dia 22, no sábado, porque meu cartão já estará virando, e posso comprar algumas coisinhas pra levar, uma pergunta, o horário da manhã é melhor do que à tarde, pq me lembro que o almoço, costuma ser bem cedo, e a tarde poderíamos distribuir nossas guloseimas, né...

D.

Eu quero ir com vcs ... marquem o horário e eu encontro vcs lá

(Trecho de conversa em um grupo do Orkut, destinado ao reencontro de egressos de Instituição)

- *José, você poderia me dizer, porque, exatamente, você sente a necessidade de voltar ao Abrigo?*

José Rocha se tornou, ao longo desta pesquisa, meu principal informante entre os egressos adultos. Sua história de retorno é particularmente paradoxal, já que, em seu livro, ele não poupa críticas à Instituição na qual cresceu. Quando fala dessas visitas, seu relato é entrecortado de memórias dolorosas que são evocadas na contemplação de certos ambientes.

- *Olha, na verdade, eu não tenho uma resposta para isso... Talvez saudade. Matar saudade do pessoal. O Axé e o Isaar vão... Também mostrar para eles (o pessoal da direção) que, pelo menos no meu caso, minha história foi diferente do que eles previam. Também para saber como estão os outros meninos, que carregavam esse peso de que 'não passariam dos 20 anos', como eu. Inclusive, dia 20 tem outro encontro desses, e eu acho que eu vou.* (Entrevista realizada em maio de 2009)

"A gente sempre se reencontra. Outro dia teve o batizado da filha de um dos que cresceram comigo. Ela é minha afilhada. Às vezes fazemos festas uns na casa dos outros. Às vezes, fazemos no abrigo mesmo, e daí participa quem já saiu e também as crianças que moram lá hoje em dia." (Wilson dos Santos, entrevistado em agosto de 2007)

Vale observar que o retorno se realiza tanto por aqueles que possuem 'boas lembranças', quanto por aqueles cujas memórias são ruins. Portanto, essa volta não visa propriamente resgatar passado, o qual, muitas vezes é doloroso. Parece, outrossim, que ela se faz pela necessidade mesma dessa volta, por ser preciso recordar. Como diz SCHETTINI FILHO (2006), reconstruir o passado é uma das formas de tornar o presente viável e, neste sentido, seja boa ou má a memória, recorda-la e retê-la é uma necessidade para a maior parte dos egressos.

Reencontrar-se com amigos é, em certa medida, retomar as memórias de um passado partilhado. Rever pessoas, contar o que ocorreu no interstício de tempo entre a saída e o tempo presente. Se, conforme já dito, uma instituição de abrigo pode ser

interpretada como *Communitas* gerada em função do afastamento de indivíduos de seu grupo originário, e derivada de uma decisão arbitrária, porquanto dada por um terceiro, ela se constitui numa comunhão forçada de um mesmo destino. Porém, a reunião de seus egressos se dá por sua vontade e representa já uma apropriação desse processo inicialmente arbitrário que lhes impôs a convivência, tornando-se, agora, o próprio motor da reunião.

Conforme apontado por FONSECA (2009, p. 45), o reencontro de egressos de instituições pode ser utilizado como forma de monitoramento e apoio para os mesmos durante os primeiros tempos após a sua saída. Neste tipo de reencontro, porém, tem-se um contexto onde os internos se ressentem da sensação de controle que a Instituição ainda exerce sobre suas vidas, mesmo depois da saída, o que se percebe na forma como se comportam nessas reuniões: cumprimentos efusivos na porta e conversa descontraída antes da chegada do pessoal ligado à Instituição, para, em seguida, adotarem uma postura controlada e tensa diante da presença desses funcionários do Abrigo que, em última instância, não detém mais o mesmo poder sobre seus destinos, mas ainda exercem certa autoridade em função do programa de amparo no qual foram inseridos após a desinstitucionalização.

Os exemplos de reencontros aqui abordados, porém, extrapolam a essa atmosfera de controle, já que partem da iniciativa dos egressos e, algumas vezes, ocorrem até mesmo sem o consentimento da Instituição.

“Olha, se você quer ir lá, vamos sim. Você vem até São Paulo e de lá seguimos de ônibus. Mas só tem um detalhe: pode ser que não deixem você entrar por estar comigo, porque hoje, no abrigo eu não sou bem recebido por conta da repercussão do livro”...

Dessa forma José Rocha explica a situação gerada pela publicação de seu polêmico livro, onde trata de situações de violência física e sexual ocorridas no interior da Instituição na qual ele cresceu. No caso dele, sua escolha por denunciar de forma contundente os erros institucionais, fez dele uma *persona non grata* naquele ambiente. A denúncia o faz um elemento que confronta diretamente uma estrutura pretensamente ilibada: uma organização religiosa de mais de duzentos anos de tradição.

Percebe-se, porém, que se ele é o único a denunciar, não é o único a rememorar e ressentir-se do contexto em que viveu: seus livros foram produzidos

também mediante alguns encontros com egressos desta instituição, onde debatiam acerca dos fatos de seu passado comum. Neles, quem ‘se lembrava melhor’ de determinados pontos os comentava, opinava e completava a recordação. Desse modo, se a obra é tida como fruto da autoria – e coragem – de José Ribeiro Rocha, ela é também o resultado dos encontros com seus amigos.

As muitas formas de agradecimento

Já tratei, ao curso desta etnografia, de como Wilson dos Santos veio a inspirar essa pesquisa, tendo aparecido em um quadro do Programa Globo Repórter. Sua trajetória mostrada ali levou a refletir acerca da possibilidade de estigmatização dos indivíduos egressos de instituições de abrigamento. Mas, do mesmo modo que a pesquisa realizada revelou um universo bem mais rico, a história de Wilson vai muito além de uma possível marca por ter crescido em um abrigo, e, em grande medida, foi ele quem primeiro assinalou sobre a possibilidade de um retorno ao Abrigo como *agradecimento* pelo tempo vivido ali:

“Eu estudei, me formei em Educação Física. Na verdade, eu queria jogar futebol (profissional) e não deixaram, me fizeram estudar. Na época, eu fiquei chateado, mas hoje reconheço que foi melhor ter continuado estudando. Eu era até bom de bola, mas não um craque... e daí, podia ser que eu me desse bem, mas também poderia me dar muito mal! Daí, agora, eu vou na Instituição aos sábados. Dou aula de Natação para as crianças que moram lá, faço recreações. (...) É minha forma de agradecer pelo que eles fizeram por mim. Se não fosse eles, eu não teria virado uma boa pessoa, essa que é a verdade” (Entrevista concedida em agosto de 2008)

Agradecer, retornar a dádiva, devolver o bom tratamento na forma dos conhecimentos acadêmicos que ele reconhece que seria incapaz de obter, não fosse o apoio Institucional. E também aceitar hoje como acertada a proibição de seguir um caminho que, à época, lhe agradava, a carreira futebolística. E não são poucos os que, como Wilson, após crescerem no abrigo, podem retornar para trabalhar como voluntários ou funcionários efetivos. Do mesmo modo que não são incomuns os casos

de jovens adotivos, ou de mulheres que tiveram de entregar filhos para adoção e que, mais tarde, se tornaram cuidadoras em Instituições de Abrigamento⁹¹.

A reciprocidade aqui empregada é feita para a instituição, mas tem por beneficiários principais outras gerações de crianças e adolescentes abrigados na atualidade, do mesmo modo que as egressas de um abrigo, no diálogo citado acima, pensavam em levar algumas guloseimas para distribuir para as crianças. Trata-se, portanto, de um tipo de reciprocidade que atua em dimensões geracionais posteriores: percebe-se que, embora possam lembrar com carinho de um ou outro cuidador, é focando nos abrigados que a dádiva retorna.

No caso de Wilson, porém, a dádiva ofertada vai além do gosto doce e passageiro na boca das crianças, já que ele além de estar ali para oferecer seu conhecimento técnico como professor de Educação Física, também serve de *exemplo*, como um egresso de instituição que conseguiu ‘dar certo’ na vida. Deter-me-ei com mais vagar a esse respeito no próximo tópico, mas, de pronto, vale ressaltar que ‘servir de exemplo’ para os internos é um recurso poderoso, uma vez que funciona como incentivo para que os mesmos acreditem ser possível também conduzir-se pela vida sem necessariamente seguir pelo caminho que, como já dissemos, por vezes é apontado como um destino certo: o fracasso.

Nesse sentido, ‘dar certo na vida’, do ponto de vista profissional e emocional representa a personificação desta dádiva difusa que é o cuidado e a transmissão de valores, constantemente rememorada de maneira grata pelos egressos através da máxima: “*Não fossem eles, eu não seria ninguém*”.

É o que também se extrai da fala⁹² de Argemiro de Jesus, egresso de uma Instituição-modelo em São Paulo: “*Foi muito bom morar aqui. A melhor lembrança é a nossa união, os nossos irmãos*”, o sentimento de irmandade por ele reportado se refere aos fortes laços que ele conquistou com outros internos da sua época, um dos quais refinou-se: ele se casou com Vânia, que cresceu com ele na mesma Instituição.

Argemiro e sua esposa personificam a dádiva não apenas do ponto de vista de terem uma vida conjugal estável, mas especialmente pela forma como se empenham em ser pais extremosos nos carinhos dispensados a seus filhos. Como pais, eles ofertam

⁹¹ SNICZEK (2008), bem como FONSECA E SCHUCH (2009), por exemplo, citam casos desse tipo em seu campo etnográfico.

⁹² Entrevista ao Globo Repórter, 18/08/2009.

às crianças os cuidados que, muitas vezes não lhes foram oferecidos, procurando fazer com que esses filhos não sofram das mesmas ausências que eles: *"Tudo o que nós estamos fazendo é para que eles tenham o que eu não tive. Tentamos fazer o máximo possível para eles. Eu tenho que estar sempre estudando, fazendo algo diferente, para passar para eles as emoções que eu não tive, aquela coisa de família, segurança. (...) Eu fico pensando a falta que nossos pais fizeram. Você fica com um vazio a ser preenchido. Ele só é preenchido quando você está feliz, com filhos, indo trabalhar. Mas aquele vazio fica na memória"*, diz Argemiro. Nesse conjunto o discurso de que darão aos filhos "o que não tiveram" é articulado constantemente, tanto para abordar o abandono sofrido pelos pais, como, por vezes, retratando uma percepção de que, por melhor que tenha sido o abrigo onde estiveram, ele não chegou a suprir na totalidade a carência que sentiam.

Não são também incomuns os casos de egressos de instituição que se tornam adotantes: *"Eu pretendo. Assim, não sei se posso ou não ter filho, mas mesmo que eu possa, eu pretendo adotar também. Eu sou muito feliz por ter sido adotada, quero dar essa felicidade a uma criança também no futuro"* (L. 16 anos, julho/2008)

Se por um lado alguns egressos manifestam gratidão pela entidade institucional que os manteve, a forma como se dedicam ao cuidado dos filhos procura insistentemente impedir que eles e seus filhos venham a se tornar *clientes* do serviço assistencial prestado. Há um claro esforço em impedir que suas famílias sejam desestruturadas, mesmo que à custa de não virem a constituir um novo grupo parental:

"Não consigo imaginar a idéia de ter filhos. Adoro crianças, mas tenho um medo enorme de fazer alguma coisa errada e ser incapaz de oferecer carinho para um filho, e ele acabar num abrigo. Pode até ser um medo infundado, mas não consigo superar. Nas outras coisas, por exemplo, trabalhar é mais tranquilo, porque só depende de mim, mas um filho é outra história". (José Rocha, agosto/2008).

Trata-se, como se pode ver, de uma complexa cadeia de reciprocidade: crianças que foram cuidadas, ao crescer, podem retribuir cuidando de outras crianças, oferecendo um tipo de conhecimento especializado e, sobretudo, servindo de exemplo no qual os internos possam espelhar-se. Podem também adotar crianças, mas é imperativo que seus descendentes não necessitem dos mesmos serviços assistenciais que receberam, pois neste caso, não se trata de um fracasso institucional, que sempre

poderá alegar que ‘fez o que estava ao seu alcance’, mas do próprio ex-interno. Em verdade, fica claro que o egresso de instituições de abrigo terá sempre de se conduzir por uma vereda a mais acertada possível, tendo por peso constante a pecha de sua ‘predisposição ao fracasso’.

Percebe-se, aqui, que se está diante de um contexto onde se delinea uma noção de pessoa particular à realidade institucional, que se verifica no próprio percurso de memória empreendido em prol da história de casa indivíduo. O movimento de reconstrução das trajetórias, o qual se faz de maneira solitária ou coletiva, constrói também os sujeitos.

Além disso, conforme já apontado anteriormente por FONSECA (1995 e 2009) e ZALUAR (2000), estamos diante de uma noção de pessoa que se contrapõe ao individualismo ocidental, uma vez que é *relacional*, conectada com o coletivo. Assim, percebe-se que os projetos de vida dos egressos não são individuais, mas voltados para um conjunto, seja referendando-se a uma parceria afetiva, uma unidade familiar que se estabeleça, para a rede de amigos derivada do Abrigo, ou mesmo para crianças e adolescentes abrigados na atualidade.

É possível que esta natureza relacional talvez venha a ser em parte derivada do contexto coletivizado no qual estes indivíduos foram inseridos. Porém, não deve ser desconsiderado o fato de que, como já dito, a maior parte dos abrigados é oriundo das classes pobres, onde essa realidade de uma coletividade cooperativa tende a ser também bastante freqüente.

Assim sendo, já originários de um contexto que se caracteriza por uma rede de cuidados mais ampla, adentrando no ambiente institucional, essa particularidade tende a ser ampliada como uma marca diferencial que se estenderá também para a vida adulta, de modo que o retorno que aqui apresentamos, para ‘agradecer’ à Instituição, é também uma faceta desta noção de pessoa relacional, que se preocupa com o destino daqueles que ficam, e das novas gerações crescendo no Abrigo. Igualmente, tanto a intenção de ser ‘bom pai’, ou de ‘não ser pai’ por medo de fracassar são partes dessa identidade que não constrói através de um projeto de vida individual. Desse mesmo modo, quando se constituem como ‘exemplo’ para essas novas gerações de abrigados, contando suas histórias, realizando palestras, atividades e recreações, os egressos também perpetuam esse modelo de noção de pessoa relacional e ligada à memória, pois

se é a princípio em busca de reconstruir sua trajetória que eles voltam, nesse movimento de regresso, eles a recontam e refazem, inclusive transformando as experiências negativas e fazendo delas ‘histórias de superação’.

O retorno na memória literária

Dentre toda a produção literária que recompõe o universo do abrigamento, merecem destaque, sem dúvida, as biografias e estudos de autoria dos próprios egressos de instituições.

Temos registro de sete obras de autores brasileiros com essas características: o primeiro deles é “A Queda para o Alto”, livro de 1982. Órfão, Herzer foi criado pelos tios até o início da adolescência, e, conforme narra no texto, foi encaminhado à Instituição em função de ‘rebeldia’. Além do texto autobiográfico, conta com uma coletânea de poesias do autor. A seguir, em 1991, Roberto Silva publicaria ‘Os filhos do Governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas’. Fruto de sua tese de mestrado em Educação, seu livro procura mapear a trajetória da primeira geração de egressos da FEBEM, ao mesmo tempo em que apresenta o seu próprio percurso de vida. Além disto, este estudo propicia uma relevante discussão acerca da uniformidade de política pública que caracterizou o tratamento dado à ‘menoridade’ no período da Ditadura Militar Brasileira.

Em 2004, Cleonder Evangelista, lançaria “Luz no fim do túnel: a história de sucesso de um ex-interno da FEBEM”. Desta vez, a história de um indivíduo encaminhado à instituição em função de delinquência. No ano de 2007, Asdrúbal Serrano publica “Guerreiros Urbanos - A Trajetória de um Egresso da Febem e Sua Escolha Entre a Violência e o Teatro”, livro que se compõe da sua autobiografia, alguns ensaios, uma peça de teatro e trechos de debates realizados pelo autor dentro de Instituições.

Finaliza esta lista a história seriada de José Ribeiro Rocha, cuja primeira parte foi publicada em 2007, com o título “Brincar de ser Feliz...”, e que cobre os primeiros dez anos de sua trajetória, desde o nascimento no hospital psiquiátrico de Franco da Rocha onde sua mãe estava internada, a orfandade, e a transferência para a uma unidade da FEBEM mantida por uma igreja evangélica. Há também a inserção de

alguns relatos de seus sonhos com um mundo imaginário, a partir dos quais ele compôs um livro infantil. As duas seqüências de sua biografia, “Os Meninos de Deus” e “A Lei do mais forte” estão em análise para publicação.

Dos autores aqui citados, como já dito⁹³, Herzer suicidou-se antes mesmo de seu livro ser publicado, e Cleonder Evangelista morreu em 2005, quando estava preso sob a acusação de latrocínio. Antes de morrer, o jovem vinha realizando uma série de palestras em presídios e unidades da Fundação Casa, divulgando a sua história como uma possibilidade acessível a todos os egressos de ambientes institucionais. Estas palestras eram financiadas pela Universidade (UNIP) na qual cursava Direito, e feitas sob a supervisão do professor Sérgio Flory, também dono da Editora que publicou seu livro, cuja maior parte da tiragem foi doada a escolas. Sua morte trágica acabou por interromper esse ‘projeto’.

‘Projeto’ é também a forma como é designada a atuação de Asdrúbal Serrano nas Instituições. Trata-se, de fato, de um projeto que tem por objetivo servir “*como instrumento de inclusão social direcionado para jovens à margem dos direitos básicos da cidadania*”, conforme informa o site Viva Leitura⁹⁴, onde é fornecida uma descrição detalhada do trabalho realizado:

O Projeto Guerreiros urbanos é formatado em três módulos: módulo 1 - DRAMATIZAÇÃO É desenvolvido um monólogo dramático pelo autor, cuja obra (inacabada) recebe a colaboração da platéia para a sua finalização. O espectador é levado a refletir sobre a sua realidade sociocultural e incitado a procurar uma solução para os problemas cotidianos. Módulo 2 - PALESTRA E DEBATE Ao final do monólogo o autor apresenta uma palestra sobre a sua experiência de reclusão na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM/SP) e como a produção literária resultou na sua inclusão à cidadania. Em seguida é desenvolvido um debate para troca de experiências. Módulo 3 - OFICINA DE DRAMATURGIA Após o evento é realizado uma oficina de produção literária. Através das técnicas do conto, da crônica e da dramaturgia são desenvolvidas ações de fomento ao interesse para a produção literária da grande massa de jovens excluídos do estado de São Paulo.

Dentre os ex-abrigados, Roberto Silva é uma figura bastante notória, sendo requisitado tanto para apresentar palestras em Instituições como em encontros de grupos de adoção. Ele também mantém hoje uma biblioteca virtual⁹⁵ tratada como a mais abrangente em língua portuguesa a respeito dos assuntos correlatos à institucionalização

⁹³ Ver tópico anterior, sobre o ‘tempo de partida’.

⁹⁴ http://www.vivaleitura.com.br/calendario_detalhe.asp?id_projeto=1106

⁹⁵ www.cde-robertodasilva.org.br (link quebrado.)

e adoção, e chefia um grupo de pesquisas na USP voltado para estudos nesta área. Seu grupo de trabalho também desenvolveu o software GenoPro, que serve de ferramenta de campo para levantamento de dados quantitativos, o qual vem sendo utilizado também em pesquisas referentes à população prisional e moradores de rua.

José Ribeiro Rocha também já tem sido convidado a fazer explicações em instituições de abrigamento e prisionais, e recentemente também se apresentou em um Encontro Nacional de Adoção. Além disso, dado que seu livro trata também de um tema que tem sido bastante levantado na mídia, a pedofilia praticada por religiosos, sua atuação tem se desdobrado em entrevistas e debates acerca dessa questão.

Esse percurso dos autores egressos de instituição realça a forma como suas histórias são tratadas dentro desse ambiente: eles têm ‘histórias de sucesso’; venceram, apesar de todos os prognósticos em contrário. E, note-se, não são as únicas ‘histórias de sucesso’ existentes, pois é certo que existe uma grande quantidade de indivíduos originários de ambientes institucionais que também ‘deram certo’, mas que não se propuseram a contar suas histórias.

Como já sinalizado, escrever um livro é uma forma muito particular de retorno à Instituição. Isto pelas articulações que esse tipo de regresso envolve: as biografias de egressos geram também reflexões sobre o próprio sistema de abrigamento empregado à sua época. Do mesmo modo, este retorno em forma escrita reconduz não apenas o escritor, mas também os seus contemporâneos à reconstrução da memória deste período. O livro passa a ser um convite às lembranças coletivas, ao reencontro com a infância e o tempo do abrigamento, agora transformados em relato escrito.

Além disso, a escrita e a autoria de uma obra literária são tratados como símbolos distintivos de *status*, sobretudo numa sociedade como a brasileira, onde a leitura ainda é considerada um privilégio das elites.

Por esta via, abre-se também a possibilidade dos egressos da mesma época e lugar depararem-se com as particularidades dadas pelo olhar do autor, que estará dando a sua versão particular de uma história que foi partilhada por todos.

Através da publicação dessas histórias, é aberta também aos autores a possibilidade de realizar palestras e encontros em instituições de abrigamento, onde se apresentam como palestrantes, contando sua vida e incitando os internos a acreditarem na sua própria capacidade de também ‘vencer’ apesar das adversidades. Desse modo,

suas histórias ganham ainda mais dimensão, sendo capazes de propiciar ‘inspiração’ e incentivo para uma esfera ainda mais ampla de indivíduos.

Importa notar ainda, que, tratando de uma realidade próxima a seus leitores, a biografia é um espaço profícuo para a extração de personagens inspiradores para a vida: tais obras contam a vida de meninos e meninas que viveram situações parecidas com a dos leitores, e que se aproximam, em condutas e sentimentos, da forma como talvez aquele que lê pensaria e agiria na mesma situação. Seus personagens não são como o sempre gentil Oliver Twist de Dickens, nem estão imersos no contexto cultural vitoriano; antes, pertencem à contemporaneidade. Também por não serem personagens ficcionais, mas pessoas reais - que podem muitas vezes, visitar o local onde estão abrigados, e dar voz e forma física à sua história de vida, - seu apelo se faz maior, pois, se são heróis ou anti-heróis da narrativa, o são por a terem vivido. Não são produtos de uma imaginação criativa; são pessoas.

Não importa o quanto de fabulismo (BAJTÍN, 1982) tenham acrescentado às situações verídicas> A fábula da vida não é menos verídica pela fantasia que incorpora à crueza da realidade, nem deixa de ser precisa, por se ater quase que exclusivamente na memória e no ponto de vista de um só indivíduo.

Se é uma ficção, toda a escrita é ficcional em grande medida, pois se constitui na transposição do material na imaterialidade das letras que, por sua vez, se transformação em novas imagens a partir da imaginação do leitor. Nesse sentido, já o processo de escrita é tradutório, e, na leitura, nova tradução se dará, de modo que esta transposição sempre implicará na falta de acuidade da figura inicial. E, assim, “não é tanto o ‘conteúdo’ do relato por si mesmo – a coleção e sucessos, momentos, atitudes – senão, precisamente as *estratégias* – ficções – de auto-representação o que importa” (p. 60).

Através desta atividade transformacional, isto é, essa passagem de egressos em escritores, e de escritores em heróis de um público particular, os autores de obras autobiográficas são transportados a um patamar de exemplo e modelo cuja capacidade de ressonância se faz ampliada pela medida do sucesso da venda e distribuição de suas obras. E, neste sentido, quando ocorre a sua queda, esta queda é lamentável como a morte de um herói. Porém, ainda assim, são modelos: mesmo os heróis são humanos e falíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

No curso das páginas desta pesquisa, há um esforço em procurar apresentar a multiplicidade de vozes, experiências, vidas e afetividades que colore o interior das Instituições de abrigo estudadas.

Como tenho dito, não há uma única forma de abrigar, nem um único modelo institucional. Tampouco é fácil tratar de um ambiente que não é monocromático nem pode ser eclipsado dentro de um único tema, sem que se corra o risco de fraturar sua riqueza interpretativa. Por outro lado, tentando ‘falar de tudo’, corre-se um outro risco: o de ser superficial e incapaz de se aprofundar na multiplicidade de seus temas.

Esta pesquisa, por vezes me pareceu algo semelhante com as crianças que falam juntas e sem parar sobre várias coisas, impossibilitando, por vezes a compreensão do que uma ou outra diz individualmente. O que resta daí é um conjunto de vozes, de cujas mensagens procurou-se tratar, na medida da capacidade da pesquisadora, dando ênfase ao que foi apontado como importante pelo interesse desses interlocutores.

Assim, intentou-se falar de imagens e imaginários que povoam ou assombram Abrigos e seus egressos, exatamente por que a percepção que tinham deles mesmos e o modo como eram vistos pelos outros foi o primeiro problema apresentado, o ponto de partida para o início do campo. A seguir, procurou-se transportar o leitor ao mundo dos abrigados, mundo do qual fui convidada a tomar parte, e onde conheci as pessoas que procurei apresentar aqui através de suas falas curiosas, engraçadas, divertidas, dolorosas, esperançosas.

E foi com este intuito que também traçamos os imbricados e nem sempre claros nuances de posse, propriedade, individualidade, poder de mando e submissão, procurando com isso mostrar como uma estrutura assim povoada lida com a multivocalidade de vozes de autoridade, ressaltando as suas faltas e seus excessos, a sua baixa capacidade de prover recursos de individualização de seus abrigados.

Mas, obviamente, não foi o objetivo da pesquisa o de lançar as Instituições em um ‘banco de réus’ onde fosse julgada por defeitos que porventura possuam. Sabe-se, de pronto, que a Instituição é um lugar de paradoxos: feita para ser um remédio para ‘salvar’ crianças em situação de emergência; carrega sempre consigo o epitáfio de ser também o lugar de onde a criança deve ser o mais rapidamente possível resgatada, para

o bem de sua integridade emocional futura. Porém, boa ou má que seja, é no Abrigo que cresce a esmagadora maioria das crianças e adolescentes afastados de sua família de origem. Ali construirão novas memórias, curarão feridas e, não raro, adquirirão novas.

Acima de tudo, importa que uma Instituição continue a ser nada mais nada menos do que Instituição, para a segurança dos padrões que tendem a ver a normalidade na permanência no seio familiar. Por melhor que seja, por maior notabilidade que alcance em seu padrão de excelência, importa que ela seja sempre ‘apenas’ uma Instituição. Dela não se espera necessariamente que ocupe o lugar de uma família, uma vez que se mantenha o paradigma de que o melhor lugar para uma criança estar é o grupo de parentesco, assim definido e reconhecido judicialmente. Importa, ao menos em teoria, que a família seja o melhor lugar, e que a medida de abrigamento continue a ser ‘excepcional e provisória’.

Mas, acima de tudo, de dentro da Instituição, procurou-se não falar tanto dela, mas dos indivíduos que ali vivem. Intentou-se povoar o Abrigo das vozes daqueles que são o motivo de sua existência: as crianças e adolescentes abrigados e os seus egressos. Nisto, o trabalho focou-se na tentativa seguir o olhar dos próprios abrigados, e a sua percepção do ambiente. Tentativa pretensiosa, está claro, pois embora tenham sido os meus interlocutores a apontar este caminho, a tradução de suas percepções para a compreensão da pesquisadora já pressupõe uma certa distorção.

Apesar disso, o muito que foi desvelado é um convite à reflexão e à descoberta. O privilégio de pesquisar o tema revelou as surpresas sempre possíveis no diálogo com crianças. Sem tantos freios sociais, morais, culturais, sua liberdade de expressão produziu o arabesco aqui apresentado, e que constitui a ínfima parte de um mundo muito mais amplo.

Vale ressaltar, que este trabalho não está ‘fechado’, ‘concluído’, ‘finalizado’; nem sequer ‘terminado’. Do mesmo modo que logo percebi que, a cada nova visita à Instituição, uma novidade, uma nova história ou perspectiva me era trazida, fica claro que, na área de pesquisa com indivíduos em situação de abrigamento, ainda falta muito a fazer. Ou, talvez, esteja tudo por fazer!. Novos olhares interessados são necessários para apresentar a riqueza do seu mundo. Esta etnografia, portanto, é uma tentativa limitada de apresentá-los, e um convite para que outros procurem conhecê-los, falar deles, falar com eles, e restituir-lhes a voz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Domingos. **No bico da cegonha: histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil.** Coleção Antropologia da Política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. **Temas básicos de sociologia.** São Paulo: Ed. Cultrix. 1973.
- ARIÉS, Philippe. **Historia social da criança e da família.** São Paulo: Zahar, 1981.
- ALENCAR, José de. **Obra Completa.** Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 1958/1960.
- ALMEIDA, Maurício R. **A construção do afeto em branco e negro na adoção: limites e possibilidades de satisfação.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista. Assis. 2003.
- AMADO, Jorge. **Capitães de Areia.** (1937) Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- AZEVEDO, Aluísio de. **O Mulato.** Coleção Clássicos da Literatura. São Paulo: Ciranda Cultural, s.d.
- BACKES, Carmen. **Adolescência e novas formas de Parentalidade.** In Cadernos da APOA, Porto Alegre, n°. 112, abril de 2003.
- BAJTÍN, Mijaíl. **Teoria y estética de la novela.** Madrid: Taurus, 1991.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARROS, Sônia. **Diário do Contrário.** São Paulo: Atual, 1997.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders; studies in the sociology of deviance.** London: Free Press of Glencoe, 1963.
- BENEDICT, Ruth. **Padrões de Cultura.** Lisboa: Livros do Brasil. s.d.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- BORBA, Ângela Meyer. **As culturas da infância nos espaços-tempos de brincar: estratégias de participação e construção da ordem social em um grupo de crianças de 04-06 anos.** 29ª reunião anual da Anped, 2006.
- BURROUGHS, Edgar Rice. **Tarzan dos Macacos.** (1912). Project Gutenberg E-books, 1993. <<http://www.gutenberg.org/etext/78>>
- BUTLER, Carly W. **Talk and social interaction in the playground** (Directions in ethnomethodology and conversation analysis) England: Ashgate Publishing, 2008.
- BUTLER, Judith. **O parentesco é sempre tido como heterossexual?** *Cadernos Pagu*, 21, pp.219-260, 2003.
- CADORET, Anne. **L'accueil dénfants de l'Assistance publique dans le Morvan.** *Ethnologie Française*, XIX, \$, p. 341-349, 1989.
- CAMARGO, Mário Lázaro. **Adoção tardia.** Mitos, medos e expectativas. Bauru: EDUSC, 2006.

- CAMPOS, Ângela Valadares. **O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- CARDARELLO, Andrea Daniela Lamas. **Trafic légal d'enfants: la formation d'un mouvement de familles pauvres contre les politiques d'Adoption ao Brésil.** Thèse de doctorat, Département d'Antropologie, Universidade de Montréal, Québec, 2007.
- CARRASCO, Walcyr. **Irmão Negro.** (1995) 2ª ed. Coleção Veredas. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 2003.
- CARSTEN, Janet. **Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- CASELLATO, Gabriela. **Motivos Relacionados ao Luto que Levam um Casal à Adoção: Uma Possibilidade Psicofilática.** São Paulo: PUC/SP, 1998.
- CEZAR, Clélia Zitto. **Toda criança é especial.** ENAPA 2008 – anais.
- CEREIJIDO, Fanny Blanck. **O Olhar sobre o estrangeiro.** Psicanálise e cultura, São Paulo, 2008, 31(47), 61-65.
- CODONHO, Camila Guedes. **Aprendendo entre pares: a transmissão horizontal de saberes entre crianças indígenas Galibi-Marworno (Amapá-Brasil).** Dissertação de Mestrado. UFSC, 2007.
- COHN, Clarice. **Antropologia da Infância.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor: 2005.
- DANDURAND, Renée B. **Famille du capitalisme et production des êtres humain.** Sociologie et sociétés, vol. XIII, no 2, octobre 1981, pp. 95 à 111.
- D'ANGLURE, Bernard Salandin. **Placés, adoptés, déplacés.** Antropologie et sociétés, 1988, volume 12, n° 2, 1-6.
- DEBERTOLI, José Alfredo Oliveira, MARTINS, Maria de Fátima Almeida, MARTINS, Sérgio. [org]. **Infâncias na metrópole.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- DELALANDE, J. **La cour de récréation: pour une anthropologie de l'enfance.** Rennes, France: Presses Universitaires de Rennes, 2001.
- DICKENS, Charles. **Oliver Twist, 1837-1839.** Coleção Clássico Universais. São Paulo: Melhoramentos, 2005.
- DOLTO, Françoise, HAMAD, Nazir. **Destinos de crianças.** Adoção, famílias, trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- DUNCAN, William. **Regulating Inter-Country Adoption: An International Perspective.** In: BAINHAM, A. and PEARL, D.S. (eds.) *Frontiers of Family Law.* London, John Wiley & Sons, 1993.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** 11 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- ELIAS, Norberto e Scotson, John L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

EVANGELISTA, Cleonder. **Luz no fim do túnel.** A história de sucesso de um ex-interno da Febem, São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Rompimento dos vínculos do poder familiar.** São Paulo: Veras Editora, 2001.

_____. **Questão social e convivência familiar.** Cadernos Especiais, nº 14, maio de 2005.

FERNANDES, Hellê Velloso. **No campo e nos pinhais.** Crônicas, 1970.

FIGUEIRÊDO, Luiz Carlos de Barros. **Adoção por homossexuais.** Curitiba: Juruá, 2001.

FONSECA, Cláudia. **Da circulação de crianças à adoção internacional.** Cadernos pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.11-43.

_____. **Caminhos da Adoção.** 3ªed. São Paulo: Cortez, 2006.

FONSECA, Cláudia. SCHUCH, Patrice. (org) **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Microfísica do poder.** 6ª ed. São Paulo. Graal, 1986.

_____. **História da loucura na Idade Clássica.** 3a. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

_____. **História da Sexualidade.** Vol. 1- A vontade de saber. São Paulo: Graal, 1998.

FOX, Robin. **Parentesco e casamento.** Lisboa: Veja, 1986.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GIRARDI, Viviane. **Famílias contemporâneas, filiação e afeto: a possibilidade jurídica de adoção por homossexuais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1961.

_____. **Estigma.** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan S.A, 1988.

GOLDMAN, Laurence R. **Child's Play.** Myth, Mimesis and Make-Believe. Oxford, New York, 1998.

GOMEZ MANGO, Edmundo. **La identidad abierta.** In M. Viñar (Comp.), *¿Semejante o enemigo?* (pp. 41-45). Montevideo: Ed. Trilce, 1988.

GRAUE, Maria Elizabeth. **Investigação Etnográfica com crianças.** Teorias, métodos e ética. Fundação Calouste Gulbenkian:Lisboa, 2003.

GUEDES, Roberto. **Quando surgem os super-heróis.** São Paulo: Ópera Graphica Editora, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

_____ **Los marcos sociales de la memoria.** Trad. Manuel A. Baeza y Michel Mujica. Rubi (Barcelona): Anthropos Editorial, 2004.

HERZER, Anderson (Sandra Mara) **Queda para o Alto.** São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

HOWELL, Signe. **Adoption of the unrelated child:** some challenges to the Anthropological study of kinship. *Annual Review of Anthropology.* 2008. 38: 149-166.

HUGO, Victor. **O Corcunda de Notre Dame.** (1831) São Paulo: Clube do Livro, 1985.

_____ **Os Miseráveis.** (1845-1861) São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

IÇAMI-TIBA, **Amor, Felicidade & Cia.** 7 ed. São Paulo: Gente, 1998.

JAMES, A., JENKS, C., PROUT A. **Theorizing childhood.** 4.ed. New York: Teachers

College Press, 2004 [1998].

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo.** A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. São Paulo: Ática: 1997.

JASMIM, Marcelo Gantus. **Para uma história da legislação sobre o menor.** In: *Revista de Psicologia*, nº 4, p. 81 - 103, jul/dez. Fortaleza, 1986.

JOYCE, Richard. **Rational Fear of Monsters.** *British Journal of Aesthetics* 40, 209-24.

KEHL, Maria Rita. **Lugares do feminino e do masculino na família.** In *A criança na contemporaneidade e a psicanálise.* Vol. 1, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KIMBALL, Melanie A. **From Folktales to Fiction:** Orphan Characters in Children's Literature. *Library Trends.* FindArticles.com. 1999.

http://findarticles.com/p/articles/mi_m1387/is_3_47/ai_54836352/

KIPLING, Rudyard. **O livro da Selva.** (1894) Rio de Janeiro: Editora Landy, 2002.

LAMARQUE, Peter. **How can we fear and pity fictions?** *British Journal of Aesthetics* 21, 1981, 291-304.

LAVELLE, Louis. **La parole e l'écriture.** Paris, 1942.

LE BRETON, David. **Do silêncio.** São Paulo: Instituto Piaget, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Polémica sobre el origen y universalidad de la familia.** Barcelona, Anagrama, 1976.

_____ **As estruturas elementares do parentesco.** Petrópolis: Vozes, 1982.

LLOYD, S. A. **The Interpersonal and Communication Dynamics of Wife Battering.** In Arriaga, X. B. & Oskamp, S. (Eds.), *Violence in intimate relationships.* (pp.91-111). Sage Publications, 1999.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Helena.** (1876), in Machado de Assis - *Obra Completa.* São Paulo : Nova Fronteira, 1997.

MACHADO, Rosa Helena Blanco. **Vozes e silêncios de meninos de rua.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- MALOT, Hector. **Sem família.** (1878). Lisboa, Bertrand, 2- ed., s.d.
- MARX, Karl. (1852) **O 18 Brumário de Luis Bonaparte.** Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1997.
- MARMITT, Arnaldo. **Adoção.** Rio de Janeiro: Aide, 1993.
- MASSARD, Josiane. **Engendrer ou adopter:** Deux visions concurrents de la parenté chez les Malais Péninsulaires. *Antropologie et Sociétés.* 1988, Vol. 12, n° 02: 41-62.
- MASSIE, Alan. **Rei Artur.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- MAUSS, M. **A expressão obrigatória dos sentimentos.** In: Mauss, M. São Paulo: Ática, 1979 [1921] p. 147-53. (Grandes cientistas sociais, 11)
- MENDONÇA, Martha. **Os meninos que ninguém pode adotar.** Revista Época, 28 de junho de 2008.
- MODELL, Judith. **Kinship with Strangers:** Adoption and Interpretations of Kinship in American Culture. Berkeley, University of California Press, 1994.
- MOTTA, Maria Antonieta P. **Mães abandonadas:** a entrega de um filho em adoção. São Paulo: Cortez, 2008.
- NEWMAN, B. & NEWMAN, P. **Development throug life:** a psychosocial approach. Homewood, III: Dorsey Press, 1979.
- NIBLITT, Rosalind. **Adoção de menores com necessidades especiais;** alguns aspectos da experiência inglesa. *In* Boletim Terre des Hommes, ano V, n° 55, 1994.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Da utilidade e desvantagem da História para a Vida.** (1874) *In:* Obras Incompletas - Coleção "Os Pensadores". Tradução de Rubens R. T. Filho. Rio de Janeiro: Abril, 1983. 3ª edição. p. 58-70.
- _____ **A Gaia Ciência.** (1882) São Paulo: Hemus, 1981.
- PAIVA, Leila Dutra. **Adoção.** Significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- PAULIV, Hália. **Adoção é doação.** (1975) Curitiba: Editora Juruá, 1999.
- _____ **Adoção, exercício de fertilidade afetiva.** São Paulo: Paulinas, 2008.
- PERES, Ana Paula A. B. **Adoção por homossexuais;** fronteiras da família na pós-modernidade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- PETROCINI, Sonia Maria. **Menor abandonado:** estudo comparativo de duas diferentes instituições. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1984.
- PIRES, Flávia. **Ser adulta e pesquisar crianças:** explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. *Revista de Antropologia,* São Paulo, USP, 2007, v. 50 n° 1.
- PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene (org). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Amais, 1995.

PRESTES, Andréia Baia **Abandono, acolhimento, adoção**: rejeição e redenção na literatura infantil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, Florianópolis, 2008.

_____ **Gênero da Adoção X etnicidade do abandono**: contradição entre 'filhos desejáveis' e 'possíveis'.. In: I Congresso em desenvolvimento social: Globalização do Local e Regionalização do Local, Montes Claros, 2008.

_____ **Sociais, mas ainda mães**: relações e afetividade no cotidiano de instituições de abrigamento.. In: II REA - Reunião Equatorial de Antropologia - XI Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, 2009.

_____ **Os que vão e os que ficam**: percepções e dinâmicas da adoção e da não-adoção sob a ótica de internos e funcionários de uma instituição de abrigamento. RAM, 2009.

PRESTES, Andréia B. & FERREIRA, Paulo R. N. **Crianças, cambaxirras e um boneco de pau**: considerações e comparativos sobre a constituição da infância em contextos Kaxinawá e ocidental. 6º Foro Latinoamericano 'Memória e Identidad'. Montevideo, 2009.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred **Estrutura e função na sociedade primitiva**. (1941) Rio de Janeiro: Vozes. 1973.

RADFORD, Colin. **Philosophers and Their Monstrous Thoughts**, British Journal of Aesthetics 22, 1982:261-263.

RIAL, Carmen. **Estudos de Mídia**: Breve Panorama das teorias da Comunicação. Antropologia em Primeira Mão, UFSC, 2004.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. **Crianças de CAVAL, crianças em perigo**: "Os grandes" e seus dilemas numa instituição de proteção à infância. 31º Encontro anual da ANPOCS, 2007.

ROCHA, José Ribeiro. **Brincar de ser feliz...** – São Paulo: EI – Edições Inteligentes, 2007.

_____ **Meninos de Deus...** (livro ainda não lançado).

ROCHA, Maria José de Matos. **Crianças "Devolvidas"**: os 'filhos de fato' também tem direitos? Reflexões sobre a "adoção à brasileira", guardas de fato ou de direito mal sucedidas. Arquivos da Associação dos Magistrados Catarinenses, 2001. (http://www.amc.org.br/novo_site/esmesc/arquivos/Reflexoessobreaadocaoabrasileiraguardadefatoouedireitomal sucedidas.doc)

ROUDINESCO, Élisabeth. **La família em desorden**. 3ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

SAHLINS, Marschal. **Critique de la sociobiologie**. Paris: Gallimard, 1980.

SCHETTINI Fº. Luiz. **Compreendendo o filho adotivo**. Recife: Edições Bagaço, 2006.

SERRANO, Asdrúbal. **Guerreiros Urbanos**: a trajetória de um egresso da febem e sua escolha entre a violência e o teatro. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2007.

SHANNON, Claude E. & WEAVER, Warren. **A Mathematical Model of Communication**. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1949.

- SILVA, Roberto. **Os filhos do governo:** a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. Ed. Àtica: São Paulo, 1997.
- SILVEIRA, Ana Maria. **Adoção de crianças negras.** Inclusão ou exclusão? São Paulo: Veras Editora, 2005.
- SNIZEK, Bárbara Kiechaloski. **Chegadas partidas:** um estudo etnográfico sobre relações sociais em casas-lares. Dissertação de Mestrado – UFPR-2008.
- SPIRO, Melford E. “**És universal la família?**” in LÉVI-STRAUSS, Claude. *in* Polémica sobre el origen y universalidad de la familia, Barcelona, Anagrama, 1976.
- SUTTON-SMITH, B. **Child psychology.** New York: Appleton-Century-Crofts, 1973.
- TASSINARI, Antonella. **Concepções indígenas da infância no Brasil.** Tellus, ano 7. nº 13, p. 11-25, outubro de 2007.
- TEIXEIRA, Salete Mariano. **A (in)eficácia da medida de internação à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente.** Monografia – UNISUL-2002.
- TOLEDO, Bárbara. **Críticas ao projeto da Lei Nacional de Adoção.** Editorial Eletrônico da Ong. Quintal da Casa de Ana. Acesso em 03/11/2009 Disponível em: < <http://www.quintaldeana.org.br/critica.php>>
- TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros:** a reflexão francesa sobre a diversidade humana, v.1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.
- TURNER, Victor W. **O Processo Ritual,** Editora Vozes, Petrópolis, 1969.
- VARGAS, Marlizete Maldonado. **Adoção tardia:** da família sonhada à família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- _____ **Intervenção Institucional em abrigos:** ações integradas e articuladas no Município de Aracajú. ENAPA 2008 – Anais.
- VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente.** São Paulo: LTr, 1999.
- VIANNA, Adriana de Resende B. **O Mal que se Adivinha.** Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- VIORST, Judith. **Necessary Losses.** New York: Fawcett Gold Medal, 1986.
- VOLPI, Mário. **Sem liberdade, sem direitos:** a privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez, 2001.
- WEBER, Florence. **Lares de Cuidado e linhas de sucessão:** Algumas indicações etnográficas na França, hoje. Mana 12(2): 479-502, 2006
- WEBER, Lúcia e KOSSOBUDZKI, Lúcia, **Filhos da Solidão:** institucionalização, abandono e adoção. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1996.
- WEBER, Lúcia. **Pais e filhos por adoção no Brasil.** Curitiba: Juruá Editora, 2008.
- WIENER, Norbert. **Cibernética ou o Controle.** Comunicação no Animal e na Máquina. São Paulo, EDUSP, 1970.

YNGVESSON, Bárbara. **Parentesco reconfigurado no espaço da adoção.** Cadernos pagu (29), julho-dezembro de 2007:111-138.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. 2ª ed. São Paulo: Braziliense, 2000.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)